UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

BRUNO RICARDO SOUZA VILAGRA

MANUEL JOAQUIM REBELO E O PENSAMENTO ECONÔMICO PORTUGUÊS
NA CRISE DO IMPÉRIO LUSO-BRASILEIRO

Versão Corrigida

São Paulo
2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

**Manuel Joaquim Rebelo e o Pensamento Econômico Português
na Crise do Império Luso-Brasileiro**

Bruno Ricardo Souza Vilagra

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Orientador: Profa. Dra. Vera Lucia Amaral Ferlini

Versão Corrigida

**São Paulo
2017**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

V695m Vilagra, Bruno Ricardo Souza
Manuel Joaquim Rebelo e o Pensamento Econômico
Português na Crise do Império Luso-Brasileiro /
Bruno Ricardo Souza Vilagra ; orientadora Vera Lucia
Amaral Ferlini. - São Paulo, 2017.
223 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Econômica.

1. Manuel Joaquim Rebelo. 2. Portugal. 3.
Pensamento Econômico. 4. Século XVIII. I. Ferlini,
Vera Lucia Amaral, orient. II. Título.

*À Minha Família:
meus pais, Ana Maria e Luiz Augusto,
minha irmã, Bianca, e meus avós, Terezinha e José Vantoir*

AGRADECIMENTOS

Uma tese de doutorado é o culminar de um caminhar. Ela, contudo, conta apenas uma parte da história, a outra, é a história da minha jornada para chegar até aqui. Seria impossível trilhar esse percurso sem a colaboração de inúmeras pessoas que, direta e indiretamente, contribuíram para o trabalho que agora se apresenta.

Desde o segundo mês de graduação na USP tive a sorte de conhecer a Professora Dra. Vera Lucia Amaral Ferlini, que me acolheu em seu grupo de pesquisa e abriu-me as portas da Cátedra Jaime Cortesão. Ao longo da última década, além de minha orientadora, a Profa. Vera foi amiga fiel. Conteí com sua generosidade e diligências incansáveis para criar as condições ideais ao estudo e pesquisa. Compartilhamos muitos projetos, mas, sobretudo, recebi apoio inestimável quando apresentei à ela meus projetos pessoais. As páginas seguintes, representam apenas uma parte de todo conhecimento que com ela adquiri ao longo desses anos. Os outros, levarei para vida.

O Professor Dr. José Jobson de Andrade Arruda em muitas etapas da pesquisa apresentou suas sugestões e críticas. Agradeço sua disposição em colaborar, mas, também, por partilhar comigo suas experiências e ensinamentos sobre a carreira universitária. À Professora Dra. Maria Armanda do Nascimento Arruda agradeço todas as cortesias e amabilidades que a mim dispensou em nossos encontros.

Com o Professor Dr. José Luís Cardoso estabeleci profícuo diálogo e contato. Durante minhas pesquisas nos arquivos e bibliotecas portuguesas, conteí com sua disponibilidade, atenção e respeito. Nunca se furtou a elaborar comentários críticos e apontar sugestões, que foram fundamentais para o andamento da pesquisa e elaboração da tese.

Nelson Cantarino é colega entusiasta da História do Pensamento Econômico Ibérico. Dividiu comigo suas experiências nas pesquisas sobre o tema e, por diversas vezes, contribuiu sobremaneira para o andamento do trabalho. Registro o meu agradecimento às suas colaborações e incontáveis vezes que estimulou a continuidade da pesquisa no tema do Pensamento

Econômico. Agradeço à Professora Milena pela leitura minuciosa do trabalho e suas contribuições apresentadas na ocasião da defesa da Tese.

Durante meu percurso na universidade fui honrado com a amizade e companheirismo de pessoas imprescindíveis. À Natalia Tammone, agradeço pelas inúmeras histórias e memórias que compartilhamos, afinal, são elas que permanecem. Luís Otávio Pagano Tasso é amigo de generosidade desconcertante, de quem a acolhida abusivamente dispus nos mais diversos momentos. Ao Professor Dr. Rodrigo Ricupero, agradeço as indicações de leitura, as conversas, os debates, os livros que, por algum milagre, emprestou, pelos charutos e “pernis do estádio”. À Manuela M. Penteado de Aguiar Balestra, agradeço as explicações astrológicas e a agudeza da personalidade que não nos deixa indiferente. Agradeço a Thiago Alves Dias, amigo que, mesmo diante da minha casmurrice congênita, me faz dar boas gargalhadas. Ao Eduardo Peruzzo, agradeço as inúmeras vezes que me socorreu no sufoco, e aliviou o trabalho. Lucas Jannoni Soares é amigo de conversas longas e profundas, as vezes nem tão longas e profundas assim, mas que me mostrou que há vida depois da universidade. Ao Pablo Oller Mont Serrath, agradeço as leituras em grupo, os conclhos, as conversas, que muito somaram ao trabalho. Jesus Bohorquez foi companheiro de pesquisas nos arquivos e bibliotecas de Portugal. Nossas conversas e debates, as vezes inflamados, contribuíram significativamente para o bom andamento da pesquisa.

A Cátedra Jaime Cortesão foi minha casa na universidade durante a última década. À Patrícia Perez Cardoso agradeço todos os cuidados, risadas e gestos que muitas vezes aliviaram o desgaste do dia a dia. Agradeço aos monitores bolsistas, estagiários, e estudantes de graduação que lá passaram. Foi na Cátedra que tive contato privilegiado com professores, influências significativas na minha formação aos quais agradeço: Prof. Dr. Adone Agnolim, Profa. Dra. Ana Luísa Marques Bastos, Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani, Profa. Dra. Avanete Pereira da Silva, Prof. Dr. Carlos Nogueira, Prof. Dr. Carlos Gabriel, Prof. Dr. Caio Boschi, Prof. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho, Profa. Dra. Iris Kantor, Prof. Dr. José Evando Vieira de Melo, Prof. Dr. Maximiliano Mac Menz, Profa. Dra. Patricia Valim, Prof. Dr. Paulo Cesar Gonçalves, Prof. Dr. Pedro Puntoni e Profa. Dra. Sara Albieri.

À equipe do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Eramos nas pessoas da Professora Dra. Beatriz Pacheco Jordão, Professor Dr. Rodrigo Christofolletti, Professor André Muller e Heloísa Veiga, agradeço os anos de convívio, projetos em conjunto, e amizade que construímos.

Vera Lucia Bueno, professora de História nos tempos de colégio, foi quem despertou em mim o espírito crítico, responsável por ter me enveredado na disciplina, a quem tardiamente agradeço. Edgard Ferreira da Silva dividiu comigo não apenas um apartamento, mas histórias de vida essenciais para meu amadurecimento. Ele foi ombro amigo, ouvido atento às minhas lamurias, inseguranças e ansiedades. Meu muito obrigado por todos os momentos que compartilhamos. Nos idos de 2008, iniciava minhas aventuras no campo do pensamento econômico. Pedro Suppo foi presença inestimável para que pudesse compreender as diferenças analíticas entre economistas e historiadores.

Muitas pessoas fizeram parte da minha trajetória, das quais a menção aqui é mais do que devida: Ana Carolina, Camila Tammone, Eduardo Ramos, Fernando Gaspareto, Flávia Lima, Giovani Tammone, Joana Monteleone, João Flavio Ferlini, João Tammone Neto, Juliana Henrique, Laura Furquim, Leonardo Rolim, Leonardo Saad, Luís Bruzi Curi, Marco Volpini, Marcos Vinicius Pereira, Maria Jocely Tammone, Mikhail Rodrigues, Nelson Caetano, Øyvind Nielsen, Pablo Serrano, Rafael Coelho, Rogério Beier, Ronaldo Capel, Tathianni Silva, Theo Di Pierro Ortega, Tiago Soares e Valter Lenine. A todos, meus sinceros agradecimentos.

Em Portugal, me apaixonei por Lisboa, e venho tentando conviver com a saudade. Aos Prof. Dr. Abílio Diniz Silva, Prof. Dr. Amado Mendes, Prof. Dr. Joaquim Romero de Magalhães, Prof. Dr. Jorge Pedreira e Prof. Dr. Miguel de Faria agradeço à generosa atenção e imensa contribuição que deram ao trabalho. A Dra. Madalena Romão Mira, Maria do Carmo Câmara e Francisco Courela são pessoas que têm lugar especial no coração e que alentam o regresso apressado. Não poderia deixar de agradecer todos os préstimos dos funcionários da Torre do Tombo, da Biblioteca Nacional de Portugal, do Arquivo do Tribunal de Contas e do Banco de Portugal.

At last, but not least, meu agradecimento para onde tudo começou, minha família. Meus pais, Ana Maria e Luiz Augusto na década de 80, começaram a escrever a minha história. A eles, o meu eterno agradecimento e reconhecimento, por não terem medido esforços para me proporcionar o que de melhor era possível. Os meus avós, Terezinha e José Vantoir, são responsáveis por aquilo que acredito ser minha primeira memória, por isso, estão constantemente nos meus pensamentos. Minha irmã, Bianca, acompanhou parte da pesquisa no tempo que passamos juntos em Lisboa, sou grato por saber que sempre poderei contar com sua companhia.

A pesquisa que fundamentou a tese foi possível graças ao apoio concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que agradecemos.

RESUMO

Manuel Joaquim Rebelo, negociante da praça de Lisboa, escreveu *Economia Política*, em 1795. Em sua obra abordou questões relacionadas ao funcionamento da economia, que deveriam ser compreendidas sob um princípio único norteador. Rebelo desenvolveu teoricamente temas como a liberdade dos agentes econômicos, divisão do trabalho, composição do valor das mercadorias e o papel do mercado na economia e sociedade. Sua obra foi publicada apenas em 1821, no bojo das *Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, momento em que o debate sobre economia tomava a cena a fim de equacionar as múltiplas realidades díspares que então compunham o Império Luso-Brasileiro.

O trabalho ora apresentado, retoma a análise de Manuel Joaquim Rebelo trazendo novas informações sobre o autor, que ajudam a compreender sua inserção na sociedade portuguesa, ao mesmo tempo em que evidencia sua relação com o debate sobre economia política em Portugal no final do século XVIII. Sua obra, *Economia Política* é analisada evidenciando suas aproximações, distanciamentos e avanços em relação ao pensamento econômico português no período. Ademais, para apontar as raízes de seu pensamento, relacionamos suas ideias com autores da economia política como Adam Smith e Antônio Genovesi. Finalmente, comparamos *Economia Política* com os textos publicados na mesma ocasião, em 1821, para indagarmos os prováveis motivos que levaram à sua publicação naquele momento

ABSTRACT

Manuel Joaquim Rebelo, merchant of Lisbon, wrote *Political Economy*, on 1795. In his work he addressed issues related to the functioning of the economy that should be understood on a single guiding principle. Rebelo developed theoretically themes such as the freedom of economic agents, labour division, composition of goods value, and the role of the market in the economy and the society. His work was published only in 1821, in the context of the General and Extraordinary Courts of the Portuguese Nation, when the debate on economics took the scene in order to equate the multiple realities that then comprised the Luso-Brazilian Empire.

The work presented now, resume the analysis of Manuel Joaquim Rebelo bringing forward new information on the author that help us to understand his insertion into the Portuguese society, while evidencing his relation with the debate on political economy in Portugal in the late eighteenth century. His work, *Political Economy* is analysed highlighting its approximations, distances and advances in relation to the Portuguese economic thought in the period. Furthermore, to point out the roots of his thought, we relate his ideas with political economy authors as Adam Smith and António Genovesi. Finally, we compare *Political Economy* with the texts published on the same occasion in 1821, to inquire on the probable reasons that led to its publication at that time

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1 – M.J.R.: Negociante da Praça de Lisboa	25
1. Negociante Português	27
2. Junta do Comércio: Espaço de Discussão de Ideias sobre Economia Política	43
Capítulo 2 – Mudanças do Império e Ideias Econômicas	67
1. As Mudanças do Império	68
2. Academia das Ciências de Lisboa: Ideias Econômicas	83
Capítulo 3 – <i>Economia Política</i> : a obra	98
1. Ordem Natural da Sociedade Civil	104
2. Divisão do Trabalho	109
3. Composição do Valor das Mercadorias	114
4. Comércio e Liberdade dos Agentes Econômicos	118
5. Agricultura e Manufaturas	122
6. Redescobrimo um autor de 1795	127
Capítulo 4 – A Publicação da Obra	137
1. Depois de 1795	138
2. A controvérsia entre Rodrigues de Brito e Silva Lisboa	154
3. Os Imperativos de Realidade: 1808 e a abertura dos portos	161
4. A Publicação da obra: 1821	167
Considerações Finais	182
Fontes e Bibliografia	189
Anexo	212

INTRODUÇÃO

Manuel Joaquim Rebelo, negociante da praça de Lisboa, escreveu *Economia Política* em 1795. Em sua obra, abordou questões relativas ao funcionamento da economia a partir de uma compreensão sistêmica. Ele desenvolveu teoricamente temas como a divisão do trabalho, liberdade dos agentes econômicos, composição do valor das mercadorias e o papel do mercado na regulação das relações sociais. Sua obra foi publicada em 1821, no bojo das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, momento em que a economia política ganhava destaque nos discursos que versavam sobre o futuro do Império luso-brasileiro. A obra desse negociante português é reveladora de uma longa reflexão sobre os impasses e possibilidades da economia portuguesa, desde meados do século XVIII e que nos permite acompanhar a trajetória das ideias ilustradas e mesmo da economia política em Portugal.

O debate historiográfico sobre o pensamento econômico em Portugal destaca o forte tom pragmático comum aos escritos luso-brasileiros, de finais do século XVIII e inícios do XIX. Essa feição dos discursos remonta a característica enraizada na cultura letrada portuguesa, sobretudo quando retomamos as influências do iluminismo em Portugal. A modernização do pensamento português não pretendia romper com a ortodoxia, como destacou Fernando Novais¹. Superar o atraso em relação às demais nações da Europa implicaria em crítica ao Antigo Regime como um todo, inclusive ao sistema colonial, imprescindível para a manutenção da acumulação e indispensável na superação da defasagem portuguesa. A impossibilidade teórica de tal quadro carregava as proposições de forte caráter ideológico. Um exemplo é a crença na possibilidade de articular interesses metropolitanos e coloniais, sem romper o pacto colonial: o fluxo de produtos ultramarinos teria em Lisboa entreposto privilegiado para o intercâmbio com a Europa².

O posicionamento central do homem nas especulações filosóficas foi, para Peter Gay, o alicerce do iluminismo e, como desdobramento, a

¹ NOVAIS, FERNANDO. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 1ª. Ed. 1979. 6ª Ed. São Paulo: Hucitec. 1995. p. 218-219.

² *Idem*. pp. 232-233. Para abordagem mais aprofundada sobre o confronto entre interesses metropolitanos e coloniais em finais do século XVIII, veja-se: SILVA, Ana Rosa Claclet da. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português – 1750-1822*. São Paulo: Hucitec/FAPESP. 2006.

emergência de novo espírito de interpretação da realidade concreta, que se traduziu numa especialização consecutiva das ciências sociais³. Essa nova abordagem metodológica originária e fomentaria o processo de secularização do pensamento.

Em Portugal, o processo de secularização das ideias teria se iniciado a partir da autonomização da ação política do governo, através de práticas assentadas em valores iluministas, no reinado de D. José I, que teve como ministro Sebastião José de Carvalho. A expulsão dos jesuítas foi, para Falcon, um exemplo claro de tentativa de secularização, na medida em que se trataria de um empenho maior na direção da secularização da sociedade e Estado. Tais reformas teriam sido compreendidas, naquela altura, como incremento do poder do soberano, ao mesmo tempo em que colocariam Portugal *pari passu* das nações mais iluminadas da Europa. Medidas que, contudo, pretendiam manter de pé o edifício social⁴. A *Ilustração* Pombalina seria momento reformista de grande importância, uma vez que a autonomização da política, abriria caminhos para a “autonomização do econômico”⁵.

O período posterior a 1777, pode ser compreendido como desdobramento das reformas políticas engendradas pelo Marques de Pombal. Para Novais, foi o momento em que se colocou em prática maior esforço em relacionar a produção intelectual da vanguarda ilustrada europeia com o movimento reformista português⁶. O difícil equilíbrio entre as reformas pombalinas e as ideias ilustradas, contrárias ao absolutismo e ao sistema colonial, tornou-se cada vez mais latente⁷. No que tange às ideias econômicas, a Academia de Ciências de Lisboa foi representante dessa abertura de Portugal

³ Cf. GAY, Peter. *The Enlightenment: an Interpretation – The Science of Freedom*. New York, London: W. W. Norton & Company. 1996, p. 23-24. Sobre a relação entre iluminismo e ciências sociais ver: GOLDMAN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia: O Que é Sociologia?*. Trad. Port. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1965, e CASSIRER, Ernst. *Filosofia de la Ilustración*. Trad. Esp. Mexico: Fondo de Cultura, 1975.

⁴ Cf. FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: Política Econômica e Monarquia Ilustrada*. 2ª Ed. São Paulo: Ática. 1993, p. 432.

⁵ *Idem*, p. 489-490.

⁶ NOVAIS, *op. cit.*, p. 224-225.

⁷ *De um lado, o esforço de recuperação econômica empreendido pelo Marquês de Pombal começava a dar seus frutos [referindo-se ao incremento geral da economia do país]: doutro lado, com a independência dos Estados Unidos e a abertura da era das revoluções, os mecanismos de crise geral do sistema começavam a vir à tona.* NOVAIS, *op. cit.*, p. 224

aos influxos da ilustração europeia e da adequação de tais ideias à realidade portuguesa.

A maior atenção aos temas econômicos, em Portugal, ocorreu num momento delicado, em que as ideias reformistas e revolucionárias podem ser interpretadas na perspectiva do mercantilismo ilustrado, uma conciliação entre esses extremos⁸. Foi um período de maior crítica aos regulamentos da produção agrícola, característica das ideias mercantilistas sem, contudo, atacar a “ideologia da colonização”⁹. Tratar-se-ia do ecletismo que teria marcado as ideias ilustradas portuguesas¹⁰. A proteção do Estado aos grandes comerciantes e aristocracia, marcada pelos privilégios monopolistas concedidos às companhias de comércio, traziam à tona a necessidade de modernização da sociedade, mas sem romper as estruturas sociais correntes¹¹. José Luís Cardoso considera, de igual forma, que o pensamento econômico português estaria revestido da convicção que as mudanças deveriam ser concebidas para a conservação, na direção da construção de “uma nova estabilidade e de uma mais sólida coesão social”¹².

António Almodovar assinala que a economia política, entendida como um escopo de modernização social teve, em seus primeiros passos em território português, de enfrentar um forte adversário e concorrente, as teorias políticas. Para ele, teoria política e economia política representavam duas formas alternativas de organização das sociedades, sendo que a primeira estava muito mais enraizada na tradição da sociedade portuguesa, garantindo-lhe maior acolhida entre os letrados lusitanos. Dessa forma, as ideias econômicas não conseguem desligar-se das ideias políticas, traduzindo-se numa contradição entre a adesão parcial às teorias e doutrinas fisiocráticas, na preferência dada ao desenvolvimento agrícola, e aos postulados de Adam

⁸ *Entre a emergência das tensões estruturais e as rupturas revolucionárias, isto é, nos períodos de crise, defrontavam-se pois os teóricos com a tarefa de conciliar os extremos, e os estadistas de implementar as reformas. Assim é que nesse mesmo Azeredo Coutinho [da visão mercantilista da colonização], apesar daquela formulação básica certamente mercantilista, encontramos a crítica dos estancos e a recomendação de sua superação, a precificação do estímulo à construção naval e as pescarias nas colônias, bem como a liberdade de produção agrícola colonial. Idem, p. 232.*

⁹ *Idem*, p. 233.

¹⁰ FALCON, *op. cit.*, p. 445.

¹¹ *Idem*, p. 445.

¹² CARDOSO, José Luís. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808*. Lisboa: Editoria Estampa, 1989. p. 306.

Smith, através da aceitação parcial das vantagens do livre-comércio, mas que simultaneamente não se desassociaram das ideias políticas mais ortodoxas¹³.

A adesão às ideias fisiocráticas, contudo, conforme esclarecido por Jorge Pedreira, não representaria recepção e apropriação completa das doutrinas e teorias desenvolvidas no seio do movimento francês. Alguns princípios foram incorporados no momento em que tomava corpo um discurso que se pautava pela constatação de decadência agrícola do reino, em clara negação ao período anterior, da governação pombalina, de preleção ao desenvolvimento agrícola nos domínios ultramarinos¹⁴. Arno Wehling formulou que a preferência por um desenvolvimento agrícola na metrópole, e aproximação das teorias fisiocráticas, seria fruto de um esforço de fomento governamental, representado pela Academia de Ciências, que visaria à superação da dependência portuguesa da importação de produtos agrícolas¹⁵. Esse discurso, de preferência agrícola ante as demais atividades produtivas, contudo, não assumia a agricultura como origem da riqueza, a existência de três classes econômicas (produtiva, proprietários e estéreis) e a noção de fluxo de renda, bases fundamentais da teoria fisiocrática¹⁶.

Para Armando Castro as ideias sobre economia em Portugal teriam um forte tom empirista e pragmático, circunscrito desde meados do século XVII, em autores como Duarte Ribeiro de Macedo e Padre António Vieira¹⁷. Nos anos finais do século XVIII o pensamento econômico, a partir de transformações no sistema econômico concreto, abriu-se mais francamente às doutrinas econômicas. Tal abertura, segundo o autor, é latente na influência fisiocrática sobre a Academia de Ciências e nas *Memórias Econômicas*¹⁸. O

¹³ ALMODOVAR, António. “O Pensamento Económico Clássico em Portugal”. In: José Luís Cardoso (org.). *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 1988. p. 132-139.

¹⁴ PEDREIRA, Jorge Miguel. Agrarismo, Industrialismo, Liberalismo: algumas notas sobre o pensamento Económico Português (1780-1820). In: CARDOSO, José Luís. *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988. p. 67.

¹⁵ WEHLING, Arno. *Pensamento Agrário no Final do Século XVIII – A questão das novas culturas no sul do Brasil (1769-1808)*. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo 1972. p. 130.

¹⁶ WEHLING, op. cit., p. 120.

¹⁷ CASTRO, Armando. *Doutrinas Económicas em Portugal (sec. XVI a XVIII)*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa. 1978. p. 33-38.

¹⁸ CASTRO, Armando. *Doutrinas Económicas em Portugal (sec. XVI a XVIII)*, op. cit., p. 84-85.

pensamento econômico de tipo *modernista* em Portugal, para Castro, tornar-se-ia mais nítido a partir de 1780 até 1820, período em que as ideias fisiocráticas encontraram maior acolhida entre os letrados portugueses, mas a partir de adaptações que buscavam adequar as doutrinas econômicas francesas aos condicionalismos da realidade econômica e social. Tal influência, contudo, não foi sistemática e logicamente concatenada, bastando muitas vezes o maior atenção, de determinado autor, à atividade agrícola, para se proclamar fisiocrata¹⁹.

José Luís Cardoso destaca que existiu, entre 1791 a 1802, uma elite ilustrada preocupada em promover reformas econômicas e institucionais em Portugal, que esteve mais permeável às doutrinas de Adam Smith. Advogando uma maior liberdade de ação dos agentes econômicos e superação de estruturas que controlavam as produções agrícolas e manufatureiras, alguns autores aproximaram-se das teorias da economia clássica, mais para uma orientação da política econômica que propriamente uma adesão ao discurso científico da escola clássica²⁰.

Foi nesse momento que a obra de Manuel Joaquim Rebelo, *Economia Política*, foi escrita. Sobre essa “raridade bibliográfica”, por muito esquecida²¹, Cardoso assinala sua importância “para o enquadramento analítico de ações de política económica”, uma vez observado que as “bases teóricas [de Rebelo] consistem na conceptualização da sociedade enquanto organismo funcional composto por diferentes classes de ocupação, cujo relacionamento reveste um conteúdo eminentemente económico”²². Armando Castro, em 1980, ressaltou a importância da obra de M.J.R., ainda tida como anônima, uma vez que “avança com um conceito de valor que pertence à concepção clássica (...), é notável a antevisão científica ao distinguir as determinantes básicas do valor de troca das mercadorias do valor da força de trabalho”²³.

¹⁹ CASTRO, Armando. *O Pensamento Económico no Portugal Moderno*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa. 1980, p. 32-37.

²⁰ CARDOSO, José Luís. A Influência de Adam Smith no Pensamento Económico Português (1776-1811/12). In: _____. *Contribuições...*, op. cit., pp. 94-95.

²¹ *Como razões explicativas do prolongado esquecimento, talvez possa sugerir o carácter anónimo da obra e o facto de a sua publicação ter surgido numa altura (1821) em que o conteúdo do livro não constituía nenhuma espécie de novidade*. CARDOSO, O Pensamento Económico em Portugal..., op. cit., p. 221.

²² *Idem*, p. 230.

²³ CASTRO, A. *O pensamento económico no Portugal moderno*, op. cit., p. 30-31.

Na introdução à publicação de *Economia Política* (em 1992, como parte integrante da *Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Econômico Português*), Castro analisou o conteúdo da obra, salientando que Rebelo estava “impregnado de uma ideologia e mentalidade de Antigo Regime”. Ressaltou, também, a mentalidade “colonialista”, do negociante português, e suas concepções de “pacto colonial”, em que a metrópole deveria explorar as riquezas da colônia²⁴. Alcino Pedrosa sublinhou que o “doutrinarismo econômico” de Rebelo baseava-se nas ideias de Adam Smith, que no “livre jogo de interesses individuais se realiza o bem comum”. Para o autor “as verdades econômicas” de Rebelo “firmam-se na liberdade e reprovam o intervencionismo dos governos além da sua esfera racional”²⁵.

Para José Luís Cardoso e António Almodovar, a partir de 1810, houve maior aproximação da economia política do discurso científico. As estreitas relações entre os pensadores e aparelhos burocráticos do Estado, contudo, dotou os textos econômicos de caráter eminentemente político, sugerindo que o pragmatismo anterior ainda estava presente. Dessa maneira, as opções metodológicas de análise da realidade econômica seriam pautadas por escolhas políticas, exemplificadas no debate entre José Acúrsio das Neves e José da Silva Lisboa²⁶.

Nesse período de formação do discurso econômico mais autônomo, segundo José Luís Cardoso, várias concepções das ciências naturais, como ordem, equilíbrio, regulação e leis universais, atinadas ao movimento maior da ilustração europeia, foram adotadas pelo discurso econômico, o que explicaria a estreita relação, em Portugal, entre ciências naturais e questões de caráter econômico²⁷. Essa relação entre leis naturais e o discurso econômico, foi evidenciada por Antonio Penalves Rocha, ao estudar as ideias econô-

²⁴ REBELO, Manuel Joaquim. *Economia Política feita em 1795 por M.J.R. CASTRO*, Armando (int. dir)1ª. Ed. 1821. Lisboa: Banco de Portugal, 1992. p. XIV. (Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Econômico Português, 4).

²⁵ PEDROSA, Alcino. “M. J. R., Um economista português de finais do século XVIII”. In: CARDOSO, *Contribuições...*, op. cit., p. 60.

²⁶ ALMODOVAR, António; CARDOSO, José Luís. *A History of Portuguese Economic Thought*. New York: Routledge. 1998, p. 55-56.

²⁷ CARDOSO, José Luís. “Natural Law, natural history and the foundations of political Economy”. IN: DAVIS, John B. (et. Al.). *The Elgar Companion to Economics and Philosophy*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing. 2004, p. 18.

micas de José da Silva Lisboa. Segundo ele, Cairú acreditava que a economia política tratava de investigar as leis naturais que regiam a economia²⁸. Essa aproximação entre leis naturais e economia política, Penalves atribuiu às ideias econômicas ligação com o direito, mais especificamente com o ramo da Jurisprudência, na investigação das leis que regeriam a vida econômica²⁹.

No contexto luso-brasileiro das ideias sobre a economia política, José Jobson de Andrade Arruda, sublinhou a especificidade do pensamento econômico no tocante à estreita ligação com a realidade econômica, fruto de uma “cultura econômica”³⁰, num esforço de ambientação das ideias aos contextos locais. Assim, o discurso econômico não seria um arrolado de teorias desconexas com a realidade, mas exercício intelectual prodigioso”, estreitamente relacionado com o contexto³¹.

A compreensão das ideias sobre economia política em Portugal em finais do século XVIII e inícios do XIX, estaria relacionada ao alcance do iluminismo europeu em território luso. Segundo Jonathan Israel, a associação entre desenvolvimento econômico e bem estar social foi característica do iluminismo, e ao mesmo tempo ponto de diferenciação entre ilustrados “radicais” e “moderados”. Para o autor as ideias de igualdade, segundo uma visão radical, baseada em direitos políticos igualitários, não estaria desconectada da independência econômica dos indivíduos, de tal maneira que o bem estar seria uma conquista, simultaneamente, econômica e política. Os “moderados”, por sua vez, adotaram uma postura reformadora, na qual a igualdade não seria um princípio moral nem político, de tal maneira que no mercado, uma das principais formulações dos teóricos “moderados”, os indivíduos poderiam relacionar-se de modo igualitário. Reside nesse ponto, a divergência fundamental entre “radicais revolucionários” e “moderados reformistas”: para os primeiros o mercado não é capaz de combater e subverter a

²⁸ ROCHA, Antonio Penalves. *A Economia Política na Sociedade Escravista – Um estudo dos textos econômicos de Cairú*. São Paulo: Hucitec. 1996, p. 54.

²⁹ *Idem*, p. 61.

³⁰ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Historiografia: Teoria e Prática*. São Paulo: Alameda, 2014. p. 348.

³¹ *Idem*, p. 350.

questão da desigualdade, uma vez que não abrange problemas ulteriores, como a distribuição de riquezas e permanência de privilégios³².

Maria Sylvia de Carvalho Franco ao analisar a circulação de ideias entre metrópole e colônia, postulou que Portugal e Brasil estavam inseridos no “processo interno de diferenciação do capitalismo mundial, no movimento imanente de sua constituição e reprodução”. A sociedade luso-brasileira carregava em “seu bojo” o objetivo do lucro, que percorria “todas as suas determinações”. De tal maneira, “as circulações de ideias só podem ser concebidas como internacionalmente determinadas”, dentro das especificidades regionais que compõem o capitalismo mundial. Assim, o conceito de “igualdade formal”, um dos pilares do ideário liberal burguês, “aparece no processo de constituição das relações de mercado, às quais é inerente”. Trata-se de conceito que emergiu “no processo de dominação socioeconômica”, que cumpre uma “função prática de encobrir e inverter as coisas”³³. O tratamento dado pela autora às relações metrópole-colônia pode ser transposto para a situação de Portugal em relação aos demais países da Europa, isto é, um país inserido no contexto do sistema capitalista em sua fase *comercial*, mas com suas especificidades inerentes a seu contexto histórico, econômico e social, com domínios que se voltavam predominantemente para o mercado externo, que atendiam às solicitações mercantis modernas³⁴.

A compreensão das ideias portuguesas de economia perpassa os tratamentos que os letrados deram às ideias “moderadas” e “radicais”, gestadas em contextos externos a Portugal, suas assimilações e adequações à realidade lusitana compreendidas à luz da circulação de ideias “internacional-

³² Cf. ISRAEL, Jonathan. *A Revolution of The Mind: Radical Enlightenment and the Intellectual Origins of Modern Democracy*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2010, em especial o capítulo 3: *The enlightenment's of Equality and Inequality: The Rise of Economics*, p. 92-123. Para uma compreensão da interpretação do autor sobre iluminismo *radical revolucionário* e *moderado reformador*, ver sua dilatada produção sobre o tema: *Radical Enlightenment – Philosophy and the making of modernity (1650-1750)*. Oxford: Oxford University Press, 2001; *Enlightenment Contested: philosophy, modernity and the emancipation of man (1670-1752)*. Oxford: Oxford University Press, 2006, e *Democratic Enlightenment: philosophy, revolution and human rights (1750-1790)*. Oxford: Oxford university Press, 2011.

³³ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão no lugar. *Cadernos de Debate: história do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976, p. 61-64.

³⁴ Cf. FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru: Edusc, 2003, p. 82.

mente determinada”³⁵. A “Economia Política é uma ciência social, forjada na sequencia temporal das ideias correlacionadas aos contextos históricos específicos”³⁶. As apropriações das doutrinas econômicas são substancialmente diferentes em contextos nacionais específicos³⁷, uma vez que a realidade econômica e os padrões da ciência econômica são, também, produto e resultado de diferentes culturas e circunstâncias históricas³⁸. Assim, o discurso econômico no contexto luso-brasileiro foi um ajuste entre “princípios de economia política e a realidade”³⁹, ligado ao movimento mais geral da ilustração portuguesa e europeia, no qual o espírito crítico foi posto em marcha para preservação do Império luso-brasileiro, que teve nas *Memórias Económicas* a “manifestação intelectual mais lúcida, centrada na assimilação e adequação das ideias que formavam o caldo de cultura do tempo à realidade portuguesa”⁴⁰. Dessa maneira, cumpre compreender “no modo mesmo como a produção teórica se encontra internamente ajustada à estrutura social e política do país”⁴¹, de tal maneira que se tratam de postulações originalmente formuladas, correlatas aos contextos históricos específicos, nos quais as ideias estavam no “seu lugar”.

Quentin Skinner postulou acerca do problema de interpretações de fontes sem sua relação com seus significados, usos e empregos específicos aos sentidos originais das ideias⁴². Mesma direção apontada por John Pocock, para o autor, as linguagens, ou discursos, são instrumentos operacionais para identificar o sentido e alcance das categorias utilizadas por um autor⁴³. As leituras das correntes de pensamento são um diálogo histórico particular, considerados no contexto vivido pelos autores, no qual vocabulários e esquemas de raciocínios específicos foram partilhados⁴⁴.

³⁵ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho, *op. cit.*, p. 62

³⁶ ARRUDA José Jobson de Andrade, *op. cit.*, p. 308.

³⁷ *Idem*, p. 332.

³⁸ ALMODAVAR; CARDOSO, *op. cit.*, p. 13.

³⁹ ARRUDA, *op. cit.*, p. 345.

⁴⁰ *Idem*, p. 341.

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² SKINNER, Quentin. *Visions of Politics*. Cambridge: Cambridge University Press. 2002. p. 57-59.

⁴³ POCOCK, John G. A.. *Linguagens do Ideário Político*. Trad. Port. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 63-65.

⁴⁴ *Idem*, p. 191-193.

Assim, conforme elaborado por Lars Magnusson em seus estudos sobre o Mercantilismo e a formação de uma linguagem econômica, a economia política deve ser abordada em sua componente histórica, isto é, de que maneira as postulações econômicas foram historicamente apropriadas por sociedades diversas daquelas nas quais foram gestadas, evitando dessa maneira, distorções acerca de conceitos e suas utilizações na história das ideias⁴⁵. José Jobson de Andrade Arruda aponta nessa mesma direção ao defender que José da Silva Lisboa foi “personagem histórica sujeito e objeto do seu tempo”⁴⁶, ao colocar “as ideias ambientadas na cultura europeia no seu lugar, ajustando às condições coloniais brasileiras” de inícios do século XIX⁴⁷.

Pretendemos inserir Manuel Joaquim Rebelo no cruzamento de reflexões pontuais e pragmáticas, com pensamento mais geral e direcionado, a partir da economia política e contingenciado à realidade. Segundo Koselleck, tal abordagem auxilia na identificação dos argumentos utilizados por diferentes estratos da sociedade, suas posições políticas e ideológicas no espaço público em que pese o Antigo Regime⁴⁸. A história dos conceitos auxilia na compreensão das formas interpretativas da realidade. Reinhart Koselleck defendeu que a alteração semântica de um conceito implica numa alteração da maneira de ver a realidade, isto é, essa alteração da realidade é traduzida através da mudança semântica de um determinado conceito⁴⁹.

Os temas abordados por Manuel Joaquim Rebelo, como a divisão do trabalho e as classes sociais imanentes dessa divisão, apontam que suas matrizes teóricas estavam relacionadas às discussões sobre economia que se desenvolviam em diferentes regiões da Europa. De tal maneira elucidaremos as raízes do pensamento econômico de Rebelo, evidenciando as influências de autores como Adam Smith e François Quesnay, António Genovesi e Bielfeld.

⁴⁵ MAGNUSSON Lars. *Mercantilism: The Shaping of an economic language*. London and New York: Routledge, 1994. p. 38.

⁴⁶ ARRUDA, *op. cit.*, p. 4.

⁴⁷ *Idem*, p. 40.

⁴⁸ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: uma contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Port. Rio de Janeiro: Contraponto; Puc-Rio, 2006, p. 97-102.

⁴⁹ *Idem*, p. 103-104.

Para além da verticalização entre autor e seu contexto histórico e intelectual, cotejaremos a obra de Manuel Joaquim Rebelo com pensadores da época, tanto da metrópole como da colônia, procurando estabelecer proximidades temáticas, metodológicas e conceituais entre eles. A partir daí será possível verificar como os temas apontados em 1795 por Rebelo foram tratados pelos autores que escreveram posteriormente, atentando para suas aproximações, distanciamentos, semelhanças e diferenças.

Nesta pesquisa, tomamos por pressuposto que a obra de Manuel Joaquim Rebelo é ponto de partida na abordagem sistemática sobre economia política em Portugal, pois inserido no calor do debate instigado pela Academia de Ciências, formulou em 1795 primeiro esforço sintetizador da realidade econômica a partir de lei geral e universal, em oposição aos trabalhos pontuais e majoritariamente pragmáticos publicados nas *Memórias Económicas*.

A publicação de Rebelo em 1821, no auge das Cortes Constituintes, indica que suas considerações ainda teriam validade, pois, o cerne de sua obra, em torno do qual toda argumentação foi construída, era a liberdade de comércio e dos agentes econômicos. De maneira similar, os textos de economia política no contexto luso-brasileiro, que abordaram o tema de forma mais sistêmica, procurando formular, também, uma lei geral dos princípios econômicos, tiveram como ponto de convergência e divergência a questão do livre comércio.

Sua publicação aponta a persistência dos temas tratados por Rebelo, uma vez que suas ideias, formuladas em finais do século XVIII, coadunavam com as discussões em pauta, bem como os textos luso-brasileiros sobre o tema, publicados até 1821, em que o certame sobre a liberdade de comércio engendrava os discursos acerca dos rumos do Império. Dessa maneira, as ideias sobre economia aparecem como elaborações originais, constituindo-se em diferentes maneiras de interpretação da realidade histórica do Império Português em finais do século XVIII e inícios do século XIX.

Buscamos, então, colocar Manuel Joaquim Rebelo nesse cruzamento de reflexões pontuais e pragmáticas que emanaram das *Memórias Econô-*

micas, com um pensamento mais geral e direcionado, a partir da economia política, contingenciado à realidade da economia Portuguesa do período.

No primeiro capítulo, “M.J.R – Negociante da Praça de Lisboa”, abordamos as questões relacionadas à biografia de Manuel Joaquim Rebelo. Apresentamos informações fundamentais para a compreensão da inserção de Rebelo na sociedade portuguesa e no corpo de negociantes de Lisboa nos finais do século XVIII. A partir dessas informações, estabelecemos a relação próxima entre Rebelo e a Junta de Comércio, instituição na qual o negociante foi inspetor do Casal Falecido Joseph Alves de Mira, durante 14 anos. Esclarecida a relação de Rebelo com a Junta de Comércio, empreendemos análise das consultas elaboradas no seio da instituição, entre 1784 e 1798, período que o autor de *Economia Política* exerceu atividades na instituição. Dessa análise, evidenciamos como progressivamente os deputados que compunham a instituição operacionalizaram conceitos de economia política para fundamentar suas decisões. No contexto dessas discussões, aproximamos o debate sobre o porto franco que teve lugar na junta, com texto de Rebelo sobre o mesmo tema, elaborado 5 dias depois daquela discussão.

No capítulo segundo, “Mudanças do Império e Ideias Econômicas”, analisamos a conjuntura econômica e política do Império Português ao longo do século XVIII, para a compreensão do universo intelectual em que Manuel Joaquim Rebelo estava inserido. Em primeiro momento, procedemos a análise das condições que imprimiram alterações fundamentais na sociedade portuguesa, em especial o período do reinado de D. José I, e as reformas introduzidas tanto na estrutura econômica, política e educacional do reino. A partir da análise das *Memórias Econômicas*, publicadas pela Academia das Ciências de Lisboa, traçaremos um panorama geral dos debates sobre economia política, que tiveram lugar tanto nas publicações patrocinadas pela instituição, como os textos publicados fora dela.

No terceiro Capítulo, “*Economia Política: A Obra*”, analisamos o escrito de Manuel Joaquim Rebelo, escrutinando suas especificidades de pensamento e sua preocupação teórica em estabelecer uma análise crítica da condição econômica portuguesa em 1795. Apresentamos como a obra girou em torno de temas que estavam em debate no seio das discussões sobre

economia política. Ao mesmo tempo, compararemos as ideias defendidas por Rebelo a autores como Antonio Genovesi, Bielfeld e Adam Smith, ressaltando suas aproximações e distanciamentos, enquanto estabelecemos a forte influência dos autores estrangeiros na obra do negociante.

O capítulo quarto, “A Publicação da Obra”, foi dedicado à análise dos textos que versaram sobre economia política, escritos após 1795. Investigamos os textos de D. Rodrigo de Souza Coutinho, sua ação política e de que maneira as teorias econômicas embasaram seus escritos e sua atuação ministerial, destacando as proximidades das ideias do ministro com a obra de Manuel Joaquim Rebelo. Abordamos a controvérsia entre José Joaquim Rodrigues de Brito e José da Silva Lisboa sobre a validade das teses postuladas pelos autores da fisiocracia e de Adam Smith. Sublinhamos como esse debate desenrolou-se em torno das questões que Rebelo havia enunciado em *Economia Política*. Posteriormente, exploramos alguns escritos de José Acúrsio das Neves e a correlação temática com Rebelo, além do encaminhamento, por ambos autores, de propostas com conteúdo significativamente próximo. Escrutinamos os textos publicados na mesma ocasião em que *Economia Política* foi impressa, em 1821. Foram objetos de nossa análise os trabalhos de João Rodrigues de Brito e Manuel de Almeida, através da elucidação dos temas abordados, suas preocupações teóricas e adaptações ao contexto no qual os textos foram produzidos. Finalmente, relacionamos a obra de Manuel Joaquim Rebelo com aqueles escritos, evidenciando a validade de *Economia Política* para as circunstâncias em que o livro foi trazido a público.

CAPÍTULO 1

M.J.R. – NEGOCIANTE DA PRAÇA DE LISBOA

Manuel Joaquim Rebelo, negociante em Lisboa, escreveu seu texto *Economia Política* em 1795, obra na qual abordou questões relacionadas ao funcionamento da economia, que segundo o autor, deveriam ser compreendidas sobre um princípio norteador único. Trabalhou teoricamente temas relevantes, tais como a liberdade dos agentes econômicos, divisão social do trabalho, composição do valor das mercadorias e o papel do mercado na economia e sociedade.

A publicação, em 1821, da obra *Economia Política*, é significativa, no momento em que, no bojo da Revolução Liberal e da nascente Constituinte, buscava-se estruturar o novo Estado, sob a égide da Economia Política. O que estava em pauta não era simplesmente erigir um governo liberal, mas restaurar Portugal, sua economia e seu império colonial. Questões cruciais que passavam pela necessidade de divulgar os princípios da economia política na formação das elites, de lidar com as novas condições comerciais e, sob elas, manter termos de troca, em seus domínios, que garantissem o funcionamento de sua economia.

A economia política, suas teorias e doutrinas, aparecem no horizonte de possibilidades dos deputados das Cortes Constituintes. As discussões acerca do tema, e da necessidade de seu melhor conhecimento, indicam a sensibilidade daqueles indivíduos à delicadeza da questão e, sobretudo, apontam no sentido de consciência de adoção de novas concepções teóricas e práticas acerca de suas relações comerciais.

Em 1821 foi publicado por I. A. F. Benevides, *Cartas Econômico-Políticas sobre a Agricultura e Commercio da Bahia*, uma série de cartas em resposta às questões formuladas pelo Governador da Bahia, em 1807, Conde da Ponte, sobre a situação do comércio naquele Estado, no qual uma delas foi redigida pelo deputado João Rodrigues de Brito. Foi publicado, também, *Compêndio de Economia Política*, escrito por Manuel de Almeida. O texto tratava da proposta que o autor elaborou para ministrar um curso de economia política, além da compilação de algumas ideias de Jean-Baptiste Say.

Ainda no mesmo ano de 1821, foi publicado por J. L. dos S. L., *Economia Política*, escrito por Manuel Joaquim Rebelo, em 1795, que teorizou sobre a situação econômica de Portugal. A liberdade dos agentes

econômicos foi tratada como eixo central das reformas a serem implementadas com vistas ao desenvolvimento econômico de Portugal. Numa apropriação das ideias formuladas pelos fisiocratas e por Adam Smith, o negociante português analisou em sua obra, o quadro econômico do país através de adaptação original, estreitamente relacionada ao contexto português de finais do XVIII. As discussões propostas por Rebelo foram, certamente, influenciadas pelo debate sobre as questões econômicas que se desenrolaram na Academia de Ciências de Lisboa, reunidos nas *Memórias Económicas*, núcleo principal de debate e difusão de ideias sobre economia em Portugal.

1. NEGOCIANTE PORTUGUÊS

José Luís Cardoso foi que relacionou, primeiramente, as siglas M.J.R., únicas informações autorais contidas na publicação de *Economia Política* em 1821, a Manuel Joaquim Rebelo. Tendo como ponto de partida as informações contidas no frontispício da obra, o ano de escrita de 1795 e a indicação “negociante da praça de Lisboa”, o pesquisador encetou a busca em listagem de negociantes contida nos Almanques⁴⁹. A partir da consulta à documentação foi possível identificar dois nomes de negociantes: Manuel Joaquim Rebelo e Miguel José Rodrigues. Conforme esclarecido por Cardoso, o nome de Rebelo figurou nas listas de negociantes entre 1787 e 1797, enquanto José Rodrigues foi arrolado apenas nos anos de 1789 e 1790⁵⁰. Da mesma maneira, o projeto de instalação do Banco Nacional Brigantino formulado por D. Rodrigo de Souza Coutinho em 1797, apresentava uma listagem de possíveis acionistas entre os negociantes de Lisboa. Novamente o nome de Manuel Joaquim Rebelo foi aduzido⁵¹. Informações suficientes para

⁴⁹ Almanque de Lisboa. Lisboa: Oficina Patriarcal, 1781-1822. O conjunto da documentação encontra-se disponível para consulta na Biblioteca Nacional de Portugal sob o título aqui indicado. O “Almanach para o anno de ...” era publicado pela Real Academia das Ciências de Lisboa, o arrolamento dos negociantes passou a ser divulgado de 1787 em diante, a listagem era composta a partir das informações fornecidas pela Junta do Comércio através da matrícula dos negociantes de Lisboa.

⁵⁰ CARDOSO, José Luís. *op. cit.*, 1989, p. 222.

⁵¹ COUTINHO, D. Rodrigo de Souza. *Textos Políticos Económicos e Financeiros (1783-1811)*. Tomo II. SILVA, André Mansuy Diniz (int. org.). Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 118.

que José Luís Cardoso firmasse fê que Manuel Joaquim Rebelo era o negociante da praça de Lisboa autor de *Economia Política*.

Novas informações biográficas de Rebelo foram apresentadas na ocasião da republicação de sua obra pela *Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português*. Armando Castro atribuiu tais informações a Jorge Pedreira, que na altura desenvolvia a pesquisa que referendamos anteriormente. O autor de *Economia Política* havia nascido em Lisboa no ano de 1738. Manuel Joaquim Rebelo era filho de João Gonçalves Rebelo, também negociante em Lisboa. Natural de São Salvador de Leyredo, Galiza, nascido em 1700, era proprietário de uma loja de louças da Índia localizada na rua da Tanoaria. A partir da listagem do imposto da décima constatamos que o pai de Rebelo figurava entre a metade mais rica dos homens de negócio de Lisboa até o ano de 1770, altura em que passou a pagar o relativo à contribuição mínima⁵². Pai e filho eram familiares do Santo Ofício, sendo que Manuel Joaquim Rebelo habilitou-se entre 1755 e 1758, altura na qual vivia na rua da Fancaria “limpamente dos lucros do negócio, em companhia de seus pais que são remediados e com o mesmo negócio”⁵³.

A informação de que Manuel Joaquim Rebelo e seu pai eram familiares do Santo Ofício é fundamental para compreendermos sua inserção na sociedade portuguesa de finais do século XVIII. O processo de habilitação como Familiar do Santo Ofício era baseado na investigação dos antepassados de um indivíduo para que fosse estabelecida sua “pureza de sangue”, enquanto cristão velho. Prática que fez desse procedimento um elemento de diferenciação social “que vinha se juntar ao sistema tradicional da linhagem e da nobreza de nascimento”⁵⁴. A presença de cristãos-novos no seio da comunidade de negociantes era prejudicial à imagem dos homens de negócio. Mesmo após a abolição da distinção entre cristãos-novos e velhos durante o período Pombalino, a discriminação perdurava, recaindo especialmente so-

⁵² REBELO, Manuel Joaquim. *op. cit.*, p. XIII.

⁵³ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Mç 170, doc. 1794.

⁵⁴ BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XIX*. Ed. Bras. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.137.

bre o grupo mercantil, que carregava o estigma da presença numerosa de cristãos-novos⁵⁵.

Como analisado por Jorge Pedreira, nos meados do século XVIII, em Portugal, a qualidade de Familiar do Santo Ofício cumpria ainda o papel de atestar a pureza de sangue do indivíduo, mais deixava de ser um elemento de nobilitação. Antecedentes familiares com atividades mecânicas já não comprometiam mais a obtenção do reconhecimento, sendo necessário apenas a comprovação da ascendência cristã e a instrução mínima para leitura e escrita⁵⁶. Com efeito, a obtenção da distinção de familiar do Santo Ofício por Manuel Joaquim Rebelo e seu pai indica a intenção de se posicionarem dentro do corpo mercantil português e serem positivamente reconhecidos por seus pares, dentro de uma sociedade na qual a herança de sangue cristão lhes conferia distinção social⁵⁷.

Outra informação significativa acerca da posição social do autor de *Economia Política* já constava na obra quando da sua primeira publicação: “negociante da praça de Lisboa”. Pertencer ao grupo dos homens de negócio – aqueles que se dedicavam ao comércio em grosso em oposição ao comércio em retalho – já apontava as especificidades dos negócios de Rebelo. Ao mesmo tempo, ser negociante, na última metade do setecentos em Portugal, atribuía ao indivíduo um determinado estatuto social⁵⁸. A figura de Sebastião José de Carvalho e Melo teve participação relevante na aproximação entre atividade mercantil e nobilitação. Quando do estabelecimento das Companhias de Comércio instituiu-se que os homens de negócio que adquirissem dez ações do capital inicial das Companhias do Grão-Pará e Maranhão teriam acesso ao hábito da Ordem de Cristo, privilégio que posteriormente foi estendido às demais Companhias. Da mesma maneira, os primeiros deputa-

⁵⁵ PEDREIRA, Jorge Miguel. *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa*, op. cit., p. 92.

⁵⁶ PEDREIRA, op. cit., p. 93.

⁵⁷ Sobre a participação dos homens de negócio luso-brasileiros na Inquisição veja-se: BETHENCOURT, Francisco, op. cit., p. 108-147; e TORRES, José Veiga. “Da Repressão Religiosa para a Promoção Social: A inquisição como instância legitimadora da promoção social da burguesia mercantil”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 40, Outubro de 1994. p. 109-135.

⁵⁸ Sobre o processo de reconhecimento do estatuto de negociante na sociedade portuguesa veja-se: PEDREIRA, Jorge Viana. *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa*, op. cit., p. 80-96.

dos da Junta do Comércio, que obrigatoriamente deveriam ser homens de negócio, foram investidos como cavaleiros de Cristo⁵⁹.

A nobilitação de um homem de negócio através da incorporação às ordens religiosas, significava, também, a “promoção coletiva” de seus pares. A Mesa da Consciência por diversas vezes referiu-se ao comércio de grosso trato como atividade “nobre” e “honrada”⁶⁰. Assim, desde 1770, ser homem de negócio em Lisboa significava fazer parte de um grupo reconhecido, com privilégios singulares e pertencimento à nobreza de serviço⁶¹. Portanto, integrar o grupo dos negociantes significava uma distinção ante os demais membros da sociedade, ao mesmo tempo que proporcionava o reconhecimento mútuo entre seus membros através de uma identidade coletiva⁶². Nesse sentido, a criação da Junta do Comércio confere institucionalidade aos homens de negócio, uma vez que à instituição cabia, além de recensar os negociantes das praças, reconhecê-los como tal. Mas integrar o grupo dos homens de negócio de Lisboa significava, também, um comportamento específico na condução dos negócios. A boa fé e lisura nas transações comerciais era essencial para a manutenção da reputação de um negociante e, da mesma maneira, do grupo dos homens de negócio como um todo⁶³.

Ter seu nome reconhecido como negociante com contabilidade sadia, cumpridor dos compromissos assumidos, era essencial para o sucesso dos negócios. O processo movido por Manuel Joaquim Rebelo, entre 1789 e 1791, contra seu caixeiro José António Alves dos Reis, é elucidativo da importância de ter boa reputação entre os negociantes. Alves dos Reis havia emitido diversas letras de câmbio com assinatura falsificada de Rebelo, totalizando 27:797\$505 réis⁶⁴, valor significativo para a época. Diante do volume das fraudes realizadas pelo caixeiro e da impossibilidade de saldar tamanha dívida, o negociante fez uma petição para se desobrigar do pagamento das letras de câmbio emitidas sem seu consentimento. Em diversas partes do processo é referida a importância de se preservar uma boa reputação para o

⁵⁹ PEDREIRA, *op. Cit.*, p. 87.

⁶⁰ *Ibidem*.

⁶¹ *Idem*, p. 94.

⁶² *Idem*, p. 105.

⁶³ *Idem*, p. 400.

⁶⁴ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Maço 60. p. 95.

avanço dos negócios, uma vez que a ação fraudulenta do caixeiro fez com que Rebelo se encontrasse “na mais crítica situação, acometido na parte mais sensível, que hé o seu credito, e que firma a honra de todo o bom Negociante”⁶⁵. Mais adiante, achamos expressa a repercussão dentro do corpo mercantil das ações realizadas pelo caixeiro:

“Sempre para o Author [Rebelo] o mais penetrante, e sensível tem sido o do seu credito, chegando aos ultimos periodos da sua duração, a força dos golpes das hervadas línguas dos prejudicados, pela malícia do Réo [José Antônio Alves dos Reis]. Elles hão pertendido, que Rebelo innocente pague com a reputação, o que não esperão conseguir pela fazenda do Caixeiro cuplado”⁶⁶.

Com efeito, o próprio documento é uma certidão emitida em 1791 em resposta à solicitação feita por Rebelo para que lhe passasse documento no qual atestasse sua inocência perante os crimes cometidos pelo caixeiro. Manuel Joaquim Rebelo foi acionado judicialmente por alguns indivíduos que receberam as letras de câmbio falsificadas por seu empregado. Moveram ações contra Rebelo, José Pinheiro Salgado⁶⁷ e Dr. Inácio Tamangnini⁶⁸. O processo de Pinheiro Salgado foi extinto ao ser provada a inocência do negociante, e sua desobrigação para o pagamento das dívidas contraídas por seu caixeiro. Na sequência, Tamangnini desistiu da ação contra o negociante, posto que ele não poderia ser acionado em outros processos de igual teor desde que já houvesse decisão do tribunal que inocentasse o réu pela mesma acusação.

O insucesso dos demais processos contra Rebelo se explica ele ser Familiar do Santo Ofício, e ter prerrogativa de jurisdição privada do tribunal da Inquisição. Em Portugal, uma vasta coleção de legislação que remonta a 1598, assegurava condições privilegiadas aos Familiares do Santo Ofício em

⁶⁵ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Maço 60. p. 2.

⁶⁶ *Idem*, p. 99.

⁶⁷ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, inquisição de Lisboa, Maço 50, n. 1.

⁶⁸ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, inquisição de Lisboa, Maço 51, n. 4.

processos crime⁶⁹. Sobre o assunto, Francisco Bethencourt afirmou que os privilégios concedidos aos familiares da Inquisição, sobretudo no que tange aos processos que pudessem estar envolvidos, tornava a investidura como familiar muito proveitosa⁷⁰. Assim, mesmo que ser Familiar do Santo Ofício já não representasse mais a nobilitação do indivíduo, as prerrogativas atribuídas pela constituição aos familiares ainda possuíam importância substancial.

Voltando para o processo movido por Rebelo contra seu funcionário, ele nos diz muito sobre a condição econômica do negociante. Com respeito aos recursos financeiros de Rebelo foram ressaltados os valores anuais obtidos com aluguel de imóveis em Lisboa e seus arredores, somando aproximadamente oito mil cruzados⁷¹, ou 3:200\$000 de réis⁷². Em verdade Rebelo possuía vários imóveis, na rua Augusta número 171, onde residia, na mesma rua no número 166, uma propriedade de 5 portas, na rua do Crucifixo no número 15, uma propriedade, também, de 5 portas, duas propriedades no Terreirinho da Cruz de Santa Catarina, números 31 e 35, e outra na rua do Forno aos Anjos, número 25⁷³. Suas propriedades rurais eram compostas de uma quinta chamada Bom Jesus de Sobral no conselho de Alveres, que possuía casas e oficinas, vinhas, oliveiras e outras produções agrícolas, além de um rebanho de ovelhas. Outra propriedade em Collares era composta por quatro pomares de furtas diversas,⁷⁴.

Como salientado por Jorge Pedreira, era praxe entre os negociantes a diversificação de seus negócios, desde investimento em imóveis urbanos e rurais, à negociação de grande variedade de mercadorias e emissão de credi-

⁶⁹ Veja-se: *Translado autentico de todos os privilégios concedidos pelos reys destes reynos e senhorios de Portugal aos Officiaes e familiares do Santo Officio da Inquisição*. 1ª Ed. 1685. Lisboa: Miguel Manescal, 1691. A citação da legislação em favor dos familiares foi largamente utilizada por Rebelo nos processos movidos contra ele para sustentar a desobrigação de saldar as dívidas contraídas pela emissão de letras de câmbio falsificadas.

⁷⁰ BETHENCOURT, *op. cit.*, p. 139.

⁷¹ *Ibidem*, p. 68.

⁷² Cf. PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa: De Pombal ao Vintismo (1755-1822) - Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social*. 640 f. Tese (Doutoramento em Sociologia) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995. p. 168.

⁷³ AHTC. Conjunto Documental da Decima da Cidade – Freguesia de São Julião (Lisboa): Livros: 573, 575-594, 598, 599, 605, 659, 660 e 661.

⁷⁴ *Gazeta de Lisboa*, 13 de Julho de 1799.

to através de letras de câmbio e risco⁷⁵. Entre 1785 e 1789, Rebelo abonou, 83 letras de câmbio. No ano de 1785, a partir do mês de maio, foram emitidos 6:360\$000 réis em letras de câmbio. Em todo ano de 1786 foram expedidos 10:251\$038 réis em crédito. Para o ano de 1787 as letras totalizaram 11:251\$150 réis. No ano de 1788 as mesmas transações somaram 8:544\$800 réis. E finalmente, até o mês de agosto de 1789, haviam sido abonados 16:186\$500 réis em letras de câmbio. A somatória dessas transações totalizaram 52:593\$488 réis.

Ao observarmos o quadro elaborado por Jorge Pedreira em que traçou a composição do patrimônio dos negociantes de Lisboa a partir de seus inventários, encontramos que o valor médio dos negócios em créditos desses negociantes era de 56:926\$541⁷⁶. É importante lembrar que as especificidades das emissões de letras de câmbio muitas vezes poderia traduzir-se em espaço de tempo significativo até o recebimento das mesmas, e que o quadro elaborado por Pedreira baseou-se nas informações contidas nos inventários elaborados por ocasião do falecimento de um negociante e, por isso, certamente continham emissões de letra de câmbio em anos anteriores. Assim, é possível concluirmos que no tocante à emissão de créditos, Rebelo se encontrava muito próximo à media dos valores transacionados pelos seus pares em letras de câmbio. O arrolamento de Rebelo na listagem, que já referimos, elaborada por D. Rodrigo De Souza Coutinho de possíveis acionistas do Banco que pretendia implementar em Portugal, atesta, também, a capacidade financeira de Manuel Joaquim Rebelo.

Caberia ao negociante a aquisição de uma ação no valor de 4:000\$000 réis, igualmente aos demais 35 homens de negócio enumerados para compor o capital inicial do banco através da compra de uma ação. Residia nas participações menores, de compra de uma ação ou duas, a maior parte da captação de recursos da instituição. Era esse grupo efetivamente o responsável por 67% do capital inicial do Banco⁷⁷. Sabemos que a listagem

⁷⁵ PEDREIRA, Jorge Miguel. Tratos e contratos: actividades, interesses e orientações dos investimento dos negociantes da praça de Lisboa (1755-1822). *Análise Social*. Vol. XXXI, n. 136-137, 1996, p. 355-379.

⁷⁶ PEDREIRA, *Tratos e contratos, op. cit.*, Quadro n. 1, p. 359.

⁷⁷ COUTINHO, D. Rodrigo de Souza. Textos Políticos Econômicos e Financeiros (1783-1811). Tomo II. SILVA, André Mansuy Diniz (int. org.). Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 116-119.

elaborada por Souza Coutinho tinha como base os negociantes mais abastados de Lisboa, ao mesmo tempo, que os negociantes matriculados na Junta do Comércio no ano de 1797 totalizavam 188 indivíduos. Portanto, é possível projetar a posição de Rebelo no corpo dos negociantes.

Considerando o total de homens de negócio no ano da formulação da referida lista, concluímos que Manuel Joaquim Rebelo integrava a menor parte, ou 44%, dos negociantes de Lisboa, com cabedais bastantes para financiar o empreendimento bancário de D. Rodrigo. Ao considerarmos apenas os 81⁷⁸ homens citados como possíveis acionistas do banco, Rebelo estava no grupo dos negociantes que teriam menor comprometimento de capital, na medida que adquiririam apenas uma ação. Mas esse mesmo grupo era o mais numeroso, pois, contava com 36 sujeitos. Os demais negociantes arrolados estavam dispostos da seguinte maneira: 32 homens adquiriram 2 ações (além de 2 ações que seriam destinadas à Companhia de Pernambuco), 8 negociantes seriam responsáveis pela compra de 3 (3 ações seriam de responsabilidade da Companhia do Pará), 4 homens de negócio comprariam 4 ações cada um deles e, finalmente, apenas 1 negociante compararia 5 ações.

Os dados apontam para uma hierarquização dentre os homens de negócio de Lisboa. Sobre o tema, Jorge Pedreira esclareceu que esse grupo era caracterizado por uma “pronunciada estratificação interna”, com desproporcional distribuição dos recursos financeiros. De tal forma que apenas 35% dos negociantes concentrava a maior parte da riqueza dos homens de negócio⁷⁹. O que diferenciava o nível de acumulação desses negociantes dos demais eram suas participações nos contratos de cobranças de direitos do Estado e exploração de monopólios públicos, dos quais era possível obter rendimentos de grandes quantias por considerável período de tempo⁸⁰. Interessante notar que durante o período pombalino, considerando-se os 100 maiores negociantes de Lisboa, todos eles possuíam, arrematação de contra-

⁷⁸ Do arrolamento de 83 “nomes”, excluímos as Companhias do Pará (3 ações) e Pernambuco (2 ações).

⁷⁹ PEDREIRA, *Os Homens de negócio... op. cit.*, p. 147-148.

⁸⁰ *Idem*, p. 150.

tos do Estado e Ações das Companhias do Grão Pará e Pernambuco⁸¹ Já referimos anteriormente que aos maiores acionistas das companhias criadas no período pombalino lhes foi facilitado o ingresso na Ordem de Cristo, da mesma maneira que os primeiros deputados da Junta do Comércio foram agraciados como cavaleiros da mesma ordem. Os maiores negociantes eram aqueles que mais interesses tinham em adentrar nas ordens mais elevadas, especialmente a Ordem de Cristo, que lhes facultava nobilitação.

Manuel Joaquim Rebelo não foi arrematador de nenhum contrato do Estado português, na mesma medida em que não teve participação nas companhias monopolistas⁸². De igual forma não pertenceu à Ordem de Cristo, ostentando apenas o título de Familiar do Santo Ofício que, como mencionado, o livrava do estigma de cristão-novo, mas não lhe conferia nobilitação. Assim, é possível estabelecer que Rebelo apesar de fazer parte da camada mais abastada dos negociantes de Lisboa, não figurava entre os grandes homens de negócio, ocupando, simultaneamente, posição superior quando considerado todo o corpo mercantil da cidade, mas mediana em relação aos seus negociantes.

Sobre a atividade mercantil de Rebelo, novamente o processo movido por ele contra seu caixeiro é esclarecedor:

“o author como vem se articular hé homem de Negocio desta Praça de Lisboa, sempre bem reputado, e acreditado nella, e em todas as Praças principaes da Europa, e em muitas da America, em que tem conseguido lucros muito avultados, comportando-se em suas Correspondencias, com honra, e verdade, qualificado nellas por hum dos Commerçiantes mais habil, e sólido, e de maior probidade de todo o Reino” (...) “tem feito o Author do mesmo modo hum grosso Commercio, ven-

⁸¹ PEDREIRA, *Os Homens de negócio... op. cit.*, p. 164-167.

⁸² É importante mencionar que Rebelo havia recebido como parte de pagamento de uma dívida uma ação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão posteriormente a extinção da mesma. A.N.T.T. Feitos Finos, Conservatória Geral do grão Pará e Maranhão, Maço 34, n. 6. Ano 1779. Por esse motivo o nome de Rebelo não constava da lista de acionistas em inícios e finais da operação da referida Companhia. Cf. DIAS, Manuel Nunes. “Os acionistas e o capital social da Companhia do Grão Pará e Maranhão (os dois momentos: o da fundação (1755-1758) e o da véspera da extinção (1776))”. *Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien*. N. 11, 1968, p. 29-52.

dendo Fazendas, não só para as Lojes de diferentes Corporações, e Classes; mas também a outros negociantes”⁸³

É possível notar que o negociante participava ativamente do comércio de longo curso, isto é, com as possessões Portuguesas e com o restante da Europa, uma das principais atividades a que se dedicavam os homens de negócio de Lisboa. Acerca dos despachos de mercadorias na alfandega feitos por Rebelo, a partir das certidões de Quitação da Alfandega de Lisboa, encontramos a informação que, entre os anos de 1766 e 1778, ele havia realizado 865 despachos que totalizaram 89:992\$309 réis. Para os anos de 1779 a 1784, foram contabilizados 2169 despachos que compuseram a quantia de 306:340\$434 réis⁸⁴. A documentação não permite elucidar se tanto os despachos quanto os valores pertenciam exclusivamente à Rebelo, ou faziam parte de negociações advindas de alguma sociedade. O que podemos afirmar é que de 1766 a 1771, Rebelo tocava os negócios de seu pai João Gonçalves Rebelo⁸⁵, de tal maneira que os valores apresentados para esse período se referem mais às transações do pai que efetivamente às de Manuel Joaquim Rebelo. Não é possível estabelecer com exatidão todos os gêneros objeto da ação mercantil de Rebelo, mas inúmeras vezes foram mencionados açúcar, panos diversos, armas de fogo e especiarias⁸⁶.

Ainda sobre as questões que envolvem a atividade comercial de Rebelo há dois pontos a destacar. Em primeiro lugar, a ausência dos nomes de Manuel Joaquim Rebelo e seu pai no quadro elaborado por Jorge Pedreira em que elencou os cem maiores negociantes de Lisboa para o período pombalino⁸⁷. Foram utilizadas as informações de arrematação de contratos e listas de acionistas das Companhias de Comércio, atividades nas quais Rebelo e seu pai não tiveram participação, além do pagamento da décima nos anos de 1769 a 1774, em que pai e filho não registraram grande importância paga. Em segundo lugar, a ausência do nome de Manuel Joaquim Rebelo no

⁸³ ANTT. Tribunal do Santo ofício, Inquisição de Lisboa, Maço 60, n. 1, p. 61-62.

⁸⁴ ANTT. Tribunal do Santo ofício, Inquisição de Lisboa, Maço 60, n. 1, p. 145-146.

⁸⁵ Até 1771 encontramos na documentação a notação: João Gonçalves Rebelo e seu filho Manuel Joaquim Rebelo. Real Mesa Censória; Caixa 123; Catálogo 1214.

⁸⁶ ANTT. Tribunal do Santo ofício, Inquisição de Lisboa, Maço 60

⁸⁷ PEDREIRA, *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa*, op. cit., p. 164-167.

quadro elaborado pelo mesmo pesquisador sobre os 60 maiores negociantes de Lisboa entre 1790 e 1822⁸⁸. Apenas duas variáveis da última década do século XVIII foram utilizadas, nomeadamente o empréstimo de 1796-97, no qual Rebelo não teve parte, e a listagem proposta por Souza Coutinho de possíveis acionistas do Banco Brigantino. No último caso, apenas 6 nomes constantes do quadro foram arrolados como possíveis compradores de apenas uma ação, sendo que os outros 17 indivíduos arrolados na listagem de 1797 seriam eventuais compradores de duas ou mais ações. Mesmo para os negociantes que eventualmente comprariam uma ação e que estavam entre os sessenta maiores de Lisboa, invariavelmente todos tiveram participação no pagamento da contribuição forçada pelos franceses em 1807 e na contribuição de defesa de 1810, período no qual Rebelo já havia falecido.

Como razões explicativas da dificuldade em traçar um quadro preciso da atividade de Manuel Joaquim Rebelo apresentamos dois argumentos. Em primeiro lugar, após o falecimento de seu pai Rebelo não providenciou o inventariado de seus bens. Prova disso foi a provisão expedida por D. Maria em 1793 na qual estipulava o prazo de dois anos para que o negociante inventariasse os bens herdados por ocasião do falecimento de seus pais⁸⁹. No mesmo sentido, quando do falecimento de Manuel Joaquim Rebelo, sua viúva Maria Gertrudes do Nascimento era única herdeira de seus bens, e por conseguinte, única reclamante dos pagamentos que a Junta do Comércio haveria de fazer pelos serviços prestados por Rebelo⁹⁰. José António Alves dos Reis, o caixeiro processado por Rebelo pela emissão das letras de câmbio falsificadas, ao enviar carta para o negociante em 1790 assumindo a culpa sobre os crimes cometidos, referiu-se à memória de seus pais e fez votos que Rebelo ainda tivesse muitos anos de convívio com sua esposa, sem mencionar a existência de possíveis filhos herdeiros ou outros parentes⁹¹. Assim, a não existência de inventário post mortem de Manuel Joaquim Rebelo pode ser explicada por ocasião do negociante ter deixado apenas sua viúva como herdeira, não justificando o inventariado de seus bens.

⁸⁸ PEDREIRA, *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa*, op. cit., p. 189-190.

⁸⁹ ANTT, Feitos Findo, Diversos, Maço 17, n. 35, Cx. 17.

⁹⁰ ANTT, Junta do Comércio, Livro 132, F 52V.

⁹¹ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Maço 60, n. 1, p.57.

José Luís Cardoso havia estipulado 1798 como o ano possível para o falecimento de Manuel Joaquim Rebelo. O pesquisador presumiu tal informação a partir da ausência do nome de Rebelo entre os negociantes matriculados na Junta do Comércio a partir de 1798, e da menção ao nome do negociante entre os possíveis acionistas do banco Brigantino formulada em julho de 1797. A esses dados acrescentamos a informação que no ano 1799 a viúva de Rebelo deu início ao processo da venda de alguns bens do negociante⁹². Diante desse novo elemento é possível afirmar que Manuel Joaquim Rebelo havia efetivamente falecido no ano de 1798, com a idade de 60 anos.

De toda informação coligida sobre Manuel Joaquim Rebelo nada foi encontrado que se referisse à sua formação educacional. Apenas sua habilitação à familiar do Santo Ofício mencionou que se tratava de alguém instruído, que saberia ler e escrever, condições mínimas para ingresso como Familiar. O nome de Rebelo esta ausente das listas de alunos matriculados na Aula do Comércio. Contudo, é preciso que sejam feitas duas ressalvas. Em primeiro lugar, quando teve início as aulas do referido curso, em 1º de setembro 1759, Rebelo já rondava os vinte e um anos. É verdade que não existia limitação de idade, tanto mínima quanto máxima, para ingresso na Aula do Comércio, mas a maioria dos alunos figurava na faixa etária entre 14 e 20 anos⁹³. Em segundo lugar, os filhos dos homens de negócio e mercadores compunham cerca de um terço dos alunos que frequentavam as aulas, quantidade bastante próxima do número de filhos de funcionários públicos que também frequentaram a Aula do Comércio⁹⁴. De tal forma que, não se pode afirmar uma participação massiva de sujeitos diretamente ligados à atividade mercantil no referido curso, ou tão pouco assumi-lo como predomínio indispensável para a mesma atividade. Não pretendemos buscar razões para a não participação de Rebelo nas aulas, antes sim, esclarecer alguns motivos que podem justificar a sua ausência.

A Universidade de Coimbra não foi frequentada por Manuel Joaquim Rebelo, já que seu nome não figura entre os alunos da referida insti-

⁹² Gazeta de Lisboa, 13 de Julho de 1799.

⁹³ Cf. CARDOSO, José Luís. “Uma ‘Notícia’ Esquecida: O Ensino da Economia na Aula do Comércio”. *Estudos de Economia*, vol. 1, n. 1, out-dez, 1984, p. 87-101.

⁹⁴ *Idem*, p. 92.

tuição. Ademais a inexistência de referência à formação acadêmica de Manuel Joaquim Rebelo quando mencionado nos diversos documentos consultados, como era de praxe no período, aponta que o autor não fazia parte dos círculos acadêmicos de sua época. Com efeito, era comum que filhos de negociantes que deram prosseguimento à atividade comercial de seus pais não fossem encaminhados para a universidade, trajetória daqueles que se dedicariam à vida eclesiástica ou a ocupar um cargo dentro do aparelho burocrático português, dedicando-se tangencialmente ao comércio.⁹⁵ Rebelo também não figurava entre os sócios da Real Academia das Ciências de Lisboa⁹⁶, que na altura da escrita de *Economia Política*, reunia o núcleo do debate em Portugal sobre questões econômicas.

Apesar da abstenção de Rebelo entre os círculos de letrados portugueses do seu período, quando analisamos os livros que compunham sua biblioteca particular nos deparamos com informações que apontam para uma preocupação com matérias referentes à prática comercial. Por conta do edital de 10 de julho de 1769 da Real Mesa Censória, no qual determinava que fossem remetidas à instituição listagens dos livros que compunham as bibliotecas particulares, Rebelo arrolou as obras que constituíam sua biblioteca, compartilhada com seu pai, na medida em que ambos residiam juntos⁹⁷. Foram elencados 470 volumes, divididos em 214 títulos distintos, impressos e manuscritos⁹⁸. Desses, 132 títulos (62%) foram impressos fora de Portugal, dentre eles, Paris figurou como a cidade de maior origem dos impressos, totalizando 58 títulos (27%). As obras impressas em Portugal perfizeram o total de 76 títulos (36%). Os dados apontam mais uma interação do mercado editorial do que uma abertura para livros estrangeiros, na medida que Portugal na altura contava ainda com poucas casas de impressão.

No que se refere especificamente aos títulos, a relação elaborada por Rebelo nos oferece informações interessantes. Foi arrolado o livro *Thea-*

⁹⁵ PEDREIRA, *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa*, op. cit., p. 202.

⁹⁶ Veja-se: SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. Doutorado em História e Filosofia das Ciências, Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, 2015. p. 328-336.

⁹⁷ ANTT, Real Mesa Censória, Cx. 123, Catálogo 1214.

⁹⁸ Anexa encontra-se a relação completa dos livros de Manuel Joaquim Rebelo em 1769.

*tro de los Dioses*⁹⁹, obra de mitologia pagã de autoria de Frei Baltasar de Vitória, escrita entre 1620 e 1623, que trazia de maneira enciclopédica a vida dos deuses mitológicos como Saturno, Júpiter, Netuno, Plutão e Apolo. A obra de Vitória era fonte de inspiração para poetas, escritores e pregadores, e carregava uma forte influência do humanismo do século XVI. Apesar de ter se tornado famosa em Portugal, o número de exemplares em poder de particulares era reduzido¹⁰⁰. Digno de nota é que Rebelo era o único proprietário do livro de Baltassar de Vitória em Portugal, relacionado com a atividade mercantil. Os demais proprietários do mesmo livro eram clérigos e ou formados na Universidade de Coimbra¹⁰¹.

Foram arroladas, também, obras que tinham como objeto a atividade mercantil. Os livros “*Le Parfait Négociant*”¹⁰² e “*Dictionnaire Universel du Commerce*”¹⁰³, foram atribuídos erroneamente como autoria de Savary. O primeiro livro foi efetivamente escrito por Savary, em 1675, enquanto o segundo tratava-se de um obra de seu filho, Jacques Savary du Brûlons escrita em 1723. Ambos os livros trataram somente de questões práticas da atividade comercial, sem abordarem temas teóricos relacionados ao comércio ou à economia política¹⁰⁴. O livro de Jacques Savary du Brûlons foi traduzido para o português por volta de 1770 por João Henrique de Sousa, primeiro lente da Aula de Comércio¹⁰⁵. Importante notar a similaridade de textos entre a biblioteca de Manuel Joaquim Rebelo e Henrique de Sousa¹⁰⁶. Além do livro de Brûlons, encontramos, também, “*Bibliothèque des jeunes négociants*,

⁹⁹ VITÓRIA, Balthazar da. *Theatro de los Dioses*. Barcelona: J. P. Marti, 1707.

¹⁰⁰ RODRIGUES, Ana Duarte. “The most, and less know mythographers in Portugal”. *European Review of Artistic Studies*, vol. 1, n. 2, 2010, p. 48-67.

¹⁰¹ *Idem*, p. 54.

¹⁰² SAVARY, Jacques. *Le parfait negociant, ou, Instruction generale pour ce qui regarde le commerce des marchandises de France, & des pays étrangers*. 2 V. Paris: Les frères Etienne, 1747.

¹⁰³ BRÛLONS, Jacques Savary des. *Dictionnaire universel de commerce: d'histoire naturelle, & des arts & métiers*. 3 V Paris: La veuve Estienne, 1748.

¹⁰⁴ Cf. MAGNUSSON, Lars. *Mercantilism: the shapping of an economic language*. London, New York: Routledge, 1994. p.185.

¹⁰⁵ CARDOSO, José Luís. *Uma Noticia Esquecida*, op. cit., p. 95.

¹⁰⁶ Cf. Appendix B. GOMES, Delfina Rosa da Rocha. *Accounting Change in Central Government: The institutionalization of double entry bookkeeping at the Portuguese Royal Treasury (1761-1777)*. 312 f. Tese (Doutorado em Ciências Empresariais, Especialização em Contabilidade) - Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, Braga, 2007. p. 247.

ou, *L'arithmetique a leur usage*¹⁰⁷ e *Traité des parties doubles*¹⁰⁸, obras versadas exclusivamente sobre o tema da escrituração contábil através de partidas dobradas. Os livros de Savary, Brûlons, Larue e Barrême, também figuraram na biblioteca do Marques de Pombal, e foram adquiridos durante sua estadia em Londres como representante da coroa portuguesa¹⁰⁹.

Uma importante especificidade da biblioteca de Rebelo é a obra de Malachy Postlethwayt, *The Universal Dictionary of Trade and Commerce*¹¹⁰. O livro era uma versão do trabalho de Jacques Savary du Brûlons, *Le Parfait Négociant*. Contudo, a edição de 1757, aquela que pertencia a Rebelo, sofreu significativos acréscimos, dentre os quais o planejamento, composto pelo autor, para o estabelecimento de uma escola britânica de comércio em Londres, muito influenciado pela obra de Thomas Mun, *England's Treasure by Foreign Trade*, publicada em 1664¹¹¹. Tal proposta guarda considerável similaridade com o programa implementado na Aula de Comércio, tema que abordaremos com maiores detalhes adiante. O trabalho de Postlethwayt foi referido várias vezes por D. Rodrigo de Souza Coutinho para assegurar a exatidão de suas propostas¹¹², ao lado de outros autores como Necker, Adam Smith e Steuart. A propósito de Smith, o autor escocês provavelmente utilizou a terceira edição do trabalho de Postlethwayt, publicada em 1766, como fonte para compor a listagem dos preços do trigo¹¹³,

¹⁰⁷ LARUE, Jean. *Bibliothèque des jeunes négociants, ou, L'arithmetique a leur usage contenant le commerce des matieres d'argent: avec les différents tarifs qui le concernent, & une table du rapport des mesures pour les grains, ensuite leurs divisions & leurs poids*. 2 v. Lyon: Chez Jean-Baptiste Reguilliat, 1758.

¹⁰⁸ BARRÊME, François. *Traité des Parties Doubles, ou, Methode aisée pour apprendre à tenir en Parties Doubles les Livres du Commerce & des Finances; avec un Traité de Finance*. Paris: Nyon, 1721.

¹⁰⁹ Cf. Appendix A. GOMES, Delfina Rosa da Rocha, *op. cit.*, p. 245-246.

¹¹⁰ POSTLETHWAYT, Malachy. *The Universal Dictionary of Trade and Commerce*. London: John Knapton, 1757.

¹¹¹ Cf. RODRIGUES, Lucia Lima; CRAIG, Russell. "English Mercantilist Influences on the Foundation of the Portuguese School of Commerce in 1759". *Atlantic Economic Journal*. Vol. 32, n. 4, December 2004. p.329-345.

¹¹² COUTINHO, D. Rodrigo de Souza, *op. cit.*, p. 96. Sobre a influencia de Malachy Postlethwayt na obra de Souza Coutinho, Veja-se: SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. *O Palácio de Queluz e o Mundo Ultramarino: Circuitos Ilustrados* (Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803). 395 f. Tese (Doutorado em História Social) – m Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2013.

¹¹³ Cf. GROENEWEGEN, Peter. *Eighteenth-century Economics: Turgot, Beccaria and Smith and their contemporaries*. London; New York: Routledge, 2002. p. 293.

apresentada na conclusão do capítulo “Renda da Terra” de sua obra “*A Riqueza das Nações*”¹¹⁴.

Assim, a biblioteca particular de Manuel Joaquim Rebelo contém algumas obras que eram fundamentais para a discussão sobre a prática econômica, que hoje são consideradas como os primeiros passos na direção da construção de um discurso sobre economia política e mercantilismo¹¹⁵. Salta aos olhos a conformidade de títulos quando comparamos sua biblioteca com a do lente da aula do comércio, apontando uma eventual preocupação do negociante em acumular conhecimento prático para o exercício da atividade comercial. Evidentemente que na mesma comparação, notamos um maior número de livros sobre contabilidade mercantil em posse de João Henrique de Sousa, que acreditamos ser próprio da sua atividade docente. É importante notar que, em 1769 a biblioteca de Rebelo encontrava-se em formação, a quantidade de volumes praticamente triplicaria até o final de sua vida, quando rondava os 1200 volumes¹¹⁶. Infelizmente não há dados sobre os títulos que compunham sua biblioteca na ocasião de sua morte. Contudo, o significativo crescimento de volume experimentado no intervalo entre 1769 e 1798, indica um sujeito que via nos livros uma importante fonte de conhecimento.

Muitas questões permanecem a respeito das motivações de Manuel Joaquim Rebelo, um negociante fora dos meios acadêmicos tradicionais, para compor uma obra como *Economia Política*. É a partir do papel exercido pelo autor na Junta do Comércio que acreditamos poder esboçar uma resposta para esta questão. Para tanto, voltaremos nossa análise atenção para uma das principais instituições criadas por Sebastião José de Carvalho e Melo durante o período de sua governação.

¹¹⁴ SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas. Trad. Bras. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 231-239.

¹¹⁵ MAGNUSSON, *op. cit.*, p. 184.

¹¹⁶ Gazeta de Lisboa, 13 de Julho de 1799.

2. JUNTA DO COMÉRCIO: ESPAÇO DE DISCUSSÃO DE IDEIAS SOBRE ECONOMIA POLÍTICA

“(...) ainda que nessa Junta tem havido acidentalmente alguns sujeitos, os quais pela relação que tem o comércio à economia pública, ou por particular curiosidade possuíam algumas luzes desta ciência [economia política]; de tal sorte que nos negócios a que ela tocam, têm dado desde o seu princípio até agora pareceres não desacertados: contudo não são comuns esses predicados para se considerarem próprios dos meros negociantes de que regularmente se compõem aquela Junta (...).”¹¹⁷

O excerto acima integra o capítulo inicial da obra de Manuel Joaquim Rebelo, intitulado “Necessidade de se estudar metodicamente a economia política”¹¹⁸. Nele o autor defendeu a necessidade de estudo aprofundado sobre as teorias que engendravam o funcionamento da economia, indispensáveis para a boa administração pública. As mudanças necessárias à superação da defasagem econômica portuguesa, estariam intimamente relacionadas com reformas no interior da administração do Estado, sendo que sua eficácia estava condicionada ao conhecimento dos indivíduos sobre os postulados da economia política.

Para Rebelo todos os funcionários do governo deveriam dominar as matérias relativas ao tema, na medida em que seria impossível reformar uma parcela das instituições administrativas sem proceder da mesma maneira com outra parcela. Nesse sentido, a Junta do Comércio foi celebrada pelo autor, uma vez que, ante a impossibilidade do soberano de se inteirar de todos os negócios do reino, a existência de conselhos que analisaram detidamente cada um dos temas asseguraria uma tomada de decisão mais acertada e eficiente. Porém, a falta de conhecimentos apropriados para exame dos problemas fazia com que as decisões, em muitos casos, fossem tomadas er-

¹¹⁷ REBELO, *op. cit.*, p. 8.

¹¹⁸ *Idem*, p. 3-10.

roneamente, ante a debilidade teórica dos conselheiros do monarca. As críticas de Rebelo à Junta do Comércio sugerem uma familiaridade com os pareceres elaborados no interior do conselho, além de proximidade com aqueles integrantes ao destacar as qualidades de alguns deles.

O Alvará de 16 de Dezembro de 1756 criou a *Junta do Comércio destes Reinos e seus Domínios*¹¹⁹. De acordo com seus estatutos sua composição dava-se por sete deputados, dos quais um ocupava o lugar de Secretário, e outro o cargo de Provedor e ao mesmo tempo Presidente da Junta. Todos os deputados eram negociantes sendo que quatro eram da Praça de Lisboa e três da Praça do Porto. O primeiro corpo de negociantes que compuseram a Junta foi nomeado pelo rei D. José I. Posteriormente, os nomes dos negociantes que fariam parte da Junta seriam indicados pelos próprios deputados em listagem a ser submetida ao soberano para sua escolha¹²⁰. A cada triênio deveria haver a renovação de três assentos pela indicação de novos deputados, o que efetivamente nunca aconteceu, sendo que eram indicados negociantes para ocuparem os lugares vagos por ocasião, em sua maioria, do falecimento de algum deputado¹²¹.

A questão da representação do corpo mercantil português junto à monarquia, remete à criação da Companhia Geral para o Estado do Brasil, em 1649. A dita companhia havia sido estabelecida a partir da diligência de homens ligados ao comércio, estando sob seu espectro de ação a construção e financiamento de naus de guerra e a organização dos comboios com destino ao Brasil. Em contrapartida ela exploraria o estanco de exportação de vinhos, farinha, azeite e bacalhau. Após sua extinção em 1664, houve a manutenção de sua Junta Geral da administração que, em certa medida, passou a assumir o papel de representação dos homens dedicados à atividade mercantil. Extinta em 1720 por conta das dívidas que havia contraído, a Irmandade/ Confraria do Espírito Santo da Pedreira passou a desempenhar a função de representação dos homens de negócio, especialmente nos assun-

¹¹⁹ ANTT; Junta do Comércio, Mç. 66; Cx. 212.

¹²⁰ ANTT; Junta do Comércio, Mç. 66; Cx. 212, F. 1-4V.

¹²¹ RATON, Jacome. *Recordações de Jacome Ratton, sobre occurencias do seu tempo em Portugal, durante o lapso de sesenta e tres annos e meio*. Londres: D. Bryer, 1883. 2ª Ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920. p. 195.

tos relativos às frotas comerciais, através da “*Mesa do Espírito Santo dos homens de negócio que procuram o bem comum do comércio*”. Por ocasião da representação da Mesa submetida ao monarca – na qual expunha o descontentamento dos negociantes pela criação das Companhias do Grão Pará e Maranhão – ela foi sumariamente extinta, sendo seus deputados e advogados sentenciados ao degredo, uma vez que a representação foi considerada indigna¹²².

Vejamos como a historiografia interpretou a criação da Junta de Comércio em 1756. Jorge Pedreira considera que Junta do Comércio teria papel fundamental no processo de consolidação de instrumentos de representação dos negociantes e de sua capacidade de “ação coletiva”. Ao mesmo tempo, teria contribuído para reforçar institucionalmente a diferenciação existente dentro do grupo mercantil entre negociantes e mercadores de retalho, com a criação em 1757 da *Mesa do Bem Comum dos Mercadores*, submetida à Junta do Comércio¹²³. Para além das funções administrativas que a instituição teria assumido, ela colocaria em nível superior a representação de todo grupo mercantil, na medida em que não se tratava mais de um órgão indefinido dependente de uma confraria, como acontecia com a Mesa do Espírito Santo. Tratar-se-ia, portanto, de uma instituição de Estado. Entre suas competências administrativas estaria a própria regulamentação da profissão de negociante, através da matrícula dos homens de negócio, inspeção dos contrabandos e suas falências¹²⁴. Assim, a Junta propiciaria, também, o reconhecimento mútuo e institucional dos negociantes, ao definir o conjunto dos indivíduos que estivessem aptos a compor o corpo do comércio de grosso trato¹²⁵.

A Junta do Comércio seria o núcleo duro de ação da política econômica mercantilista do governo do Marques de Pombal, na interpretação de Falcon acerca das reformas implementadas pelo ministro português. A instituição seria a responsável pela implementação das duas esferas centrais na prática do mercantilismo nos quadros do “governo ilustrado”: fomento à pro-

¹²² PEDREIRA, *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa*, op. cit., p. 67-69.

¹²³ *Idem*, p. 70-71.

¹²⁴ *Idem*, p. 447-448.

¹²⁵ *Idem*, p. 125.

dução e política comercial. De tal maneira, a Junta teria assumido papel diretivo da economia portuguesa por meio da sua ação incontestavelmente favorável ao industrialismo, e não oferecido resistência à realização do projeto mercantilista de política econômica da governação Pombalina. Concomitantemente, a instituição seria meio de representação do setor mais abastado da burguesia mercantil, que assentava sua atuação nos preceitos mercantilistas, consubstanciando, portanto, as “necessárias condições para entrosar a perspectiva do Estado com os interesses privados”¹²⁶. Assim, na interpretação do autor, a Junta do Comércio foi instrumento fulcral dentro dos quadros reformistas em que foi erigida, cujas medidas secularizaram e autonomizaram a administração do Estado português, abrindo caminhos para que esfera econômica se tornasse autônoma.

A importância da Junta na promoção de políticas que impulsionaram o estabelecimento de manufaturas durante o governo do Marques de Pombal foi observada igualmente por António Almodovar e José Luís Cardoso. O modelo de desenvolvimento econômico conduzido pelo Estado seria mais evidente ao notar sua política industrialista. A concessão de direitos exclusivos para manufaturas, o estímulo à exportação de suas produções e, simultaneamente, a proibição de importação de produtos congêneres, comporiam um conjunto de medidas largamente introduzidas com o auxílio da Junta de Comércio. A cooperação da Junta para que o Estado alcançasse plenamente seu projeto de desenvolvimento econômico – na medida em que a instituição seria a responsável por receber e orientar os processos ligados às atividades industriais e comerciais – estaria apoiada no enlace estabelecido entre coroa e homens de negócio, pela colaboração e proveito mútuo que encontram ao concentrarem seus capitais na competição pelo mercado internacional. Exemplos flagrantes seriam as Companhias Monopolistas e a

¹²⁶ FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: Política Econômica e Monarquia Ilustrada*. 2a. Ed. São Paulo: Ática, 1993. p. 450-455. Gabriel Paquette compartilha a mesma interpretação, veja-se: PAQUETTE, Gabriel. *Enlightenment, Governance, and Reform in Spain and its Empire, 1759-1808*. New York: Palgrave Macmillan, 2008. p. 35-37.

participação dos negociantes na arrecadação fiscal do Estado, através da arrematação da cobrança de impostos¹²⁷.

Na interpretação de Nuno Madureira, a criação da Junta de Comércio corresponderia à ação da governação pombalina em cooptar os agentes econômicos em favor do projeto mercantilista, conduzindo seus interesses de acordo com os auspícios do Estado. A concentração de decisões econômicas por um pequeno grupo de negociantes, em estreita cooperação com os proveitos do Estado, possibilitaria o surgimento, nas palavras do autor, de um “corporativismo sem corporações”. Pois, na medida em que o único meio de representação dos interesses dos comerciantes dar-se-ia por via da Junta, estabelecer-se-ia relação próxima entre a defesa das competências da instituição com a dos grupos econômicos sob sua gerência. Assim, os conflitos de interesses que eventualmente surgissem, passariam a ser abordados sob a perspectiva de não competição, em favor da promoção de consensos¹²⁸.

Portanto, para Nuno Madureira, a estrutura institucional da Junta de Comércio privilegiaria a busca por vantagens individuais, ao mesmo tempo que reforçaria o não surgimento de associações que buscassem defender os interesses do grupo mercantil como um todo¹²⁹. Jesús Bohorquez segue interpretação similar, ao asseverar que “aconselhar não é o mesmo que decidir”, de tal maneira que a Junta foi guiada pelas vontades do Estado, ante o desinteresse dos negociantes em representarem suas demandas de maneira conjunta, fazendo-as por vias individuais, de forma que não teriam conseguido força necessária para pressionar o governo em favor de seus interesses¹³⁰.

Das análises aqui sumarizadas sobre a Junta do Comércio, uma componente comum, pese as diferenças interpretativas, é a relação de pro-

¹²⁷ ALMODOVAR, Antonio; CARDOSO, José Luís. *A History of Portuguese Economic Thought*. London, New York: Routledge, 1998. 42-43.

¹²⁸ MADUREIRA, Nuno Luís. *Mercado e Privilégios: a indústria portuguesa entre 1750 e 1834*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. p.79-82.

¹²⁹ *Idem*, p. 81

¹³⁰ BOHÓRQUEZ, Jesús. *Globalizar el sur. La emergencia de ciudades globales y la economía política de los imperios portugués y español: Rio de Janeiro y la Habana durante la Era de las Revoluciones*. 490 f. Tese (Doutorado em História e Civilização) - Departamento de História e Civilização, Universidade Instituto Europeu, Florença, 2015. p. 293-294.

ximidade que foi estabelecida entre os negociantes diretamente integrados ao funcionamento da instituição com a administração do Estado português, ao mesmo tempo e sua diferenciação ante os demais homens de negócio portugueses. Os desdobramentos e eficácia das posições tomadas pela Junta não integram o escopo de nossa investigação. Importa sim, compreender como Manuel Joaquim Rebelo estava integrado na estrutura burocrática da instituição e, como no decorrer do tempo é possível notar um esforço por parte dos deputados que a compunham no sentido de operacionalizar conceitos de economia política na tomada de suas decisões, fazendo com que ela passasse a ser um espaço de discussão de ideias econômicas. Acreditamos que a integração de Rebelo tanto na estrutura administrativa da Junta de Comércio, bem como com os debates levados a cabo no seu interior, instigou e motivou Rebelo a formular e defender posições na sua obra *Economia Política*.

Uma das atribuições da Junta do Comércio que merece análise mais criteriosa é a administração da Aula do Comércio, que já constava de seu estatuto no capítulo XVI, “Dos Mestres da Aula do Commercio e seus exercícios” como segue:

“Porque a falta de arrecadação de livros, redução de dinheiros, de medidas, e de pezos, intelligencia de cambios, e de mais partes, que constituem hum perfeito Negociante, tem sido de grande prejuizo ao commercio destes Reinos, se deve estabelecer por esta Junta, huma Aula, em que, pelo rendimento das sobreditas contribuições, se faça presidir hum, ou dous Mestres, dos mais peritos, que se conhecerem, determinando-lhes ordenados competentes, e as obrigações, que são proprias de tão importante emprego”¹³¹.

Como se depreende do excerto a Aula de Comércio tinha finalidade pragmática, que visava dotar os negociantes de Lisboa com conhecimentos funcionais da prática mercantil, que residia, sobretudo, na introdução de técnicas contábeis, câmbio de moedas e operação com diferentes padrões de

¹³¹ ANTT; Junta do Comércio, Mç. 66; Cx. 212, f. 15.

pesos e medidas. Sem dúvida era uma instituição que tinha nos negociantes o seu público alvo¹³², contudo, atraiu indivíduos de outros grupos sociais. Como verificado por José Luís Cardoso através da sistematização dos dados referente à profissão dos pais dos aulistas que fizeram parte do segundo, terceiro e quinto cursos da Aula de Comércio, podemos verificar que do total de 615 alunos matriculados, 30% eram filhos dos grandes negociantes, 3% filhos de mercadores, 17% tinham pais artesões, 1% provinham de famílias ligas à agricultura, 8% eram filhos de empregados públicos de alto escalão, 20% empregados públicos em funções de média responsabilidade, 5% empregados públicos inferiores, 2% eram filhos de caixeiros e demais funções, 7% tinham pais bacharéis e letrados, 3% eram filhos de militares e, finalmente, 5% tinham pais ligados a outras atividades¹³³.

A documentação sobre a origem dos alunos que frequentaram o curso sob administração da Junta do Comércio é falha e não permite o enquadramento de todos os seus ex-alunos. Contudo, é de se notar que apesar dos filhos de indivíduos ligados à atividade mercantil terem preenchido uma quantidade significativa dos assentos na Aula do Comércio, eles não compunham a maioria absoluta daqueles alunos. Em quantidade idêntica, ou seja 33% dos inscritos, eram filhos de empregados públicos ligados à administração do Estado. O dado é ainda mais significativo quando levamos em conta a introdução do método das partidas dobradas nos diferentes organismos do Império Português. O mesmo método foi aos poucos introduzido nas Juntas da Fazenda no Brasil entre 1760 e 1770. O mesmo aconteceu com a Junta da Fazenda do Reino de Angola em 1770. No Erário Régio foi, também, utilizada a mesma metodologia na contabilidade de suas receitas e despesas¹³⁴.

Jacome Raton reconheceu a importância da Aula do Comércio para a contabilidade do Império pois, *“foi tão útil o estabelecimento da Aula do commercio, aproveitou tanto á Nação, pelos alumnos que della tem sahido, que não só as Contadorias da Real Fazenda, tanto no Reino, como nas coloni-*

¹³² Cf. FALCON, *op. cit.*, p. 440.

¹³³ CARDOSO, “Uma Notícia esquecida”... *op. cit.*, p. 92.

¹³⁴ Cf. MONT SERRATH, Pablo Oller. *O Império Português no Atlântico: Poderio, Ajuste e Exploração (1640-1808)*. 334 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. p. 252-253.

as, se tem servido delles”¹³⁵. Efetivamente o primeiro lente da Aula do Comércio, João Henrique de Sousa, foi convocado pelo Marques de Pombal para ser escrivão do Erário Régio¹³⁶. Assim, ao mesmo tempo que as lições sobre a contabilidade mercantil atendiam às necessidades de uma crescente elite mercantil, elas, também, iam ao encontro das necessidades do aparelho burocrático português, que, reformado pelo ministro, utilizaram e se beneficiaram largamente das novas práticas contábeis que passaram a ser ensinadas em Portugal.

A Aula do Comércio teria sido a primeira instituição pública no contexto europeu a introduzir a educação voltada para a atividade mercantil, ou contabilística¹³⁷. Como já referido, seus estatutos promulgados em 19 de abril de 1759 possuem várias similaridades com as propostas de Postlethwayt. O item 5 dos Estatutos da Aula de Comércio, que dispõe sobre os conhecimentos mínimos necessários aqueles que quisessem ingressar na instituição, bem como o item 6, no qual se indicava a preferência que deveria ser dada aos filhos os homens de negócio para ocuparem os assentos da referida instituição, são muito próximos dos propostos pelo autor inglês. Ainda o estatuto 11, em que se definiu a aritmética como a primeira lição a ser aprendida, por ser ela o fundamento de todo qualquer comércio, o estatuto 12, que versou sobre o ensino dos diferentes pesos e medidas utilizados nas diversas praças comerciais, sobretudo, com as quais Portugal mantinha relações, e item 15, que institui a partida dobrada como metodologia contabilista a ser ensinada, são todos exemplos de aproximações com as propostas de Postlethwayt¹³⁸.

Já fizemos referência à questão de o livro do autor inglês ser uma versão, com acréscimos próprios, da obra de Brûlons e ideias que originalmente estariam contidas no trabalho de Thomas Mun. Identificar a influência específica de cada autor na obra de Postlethwayt seria impossível,

¹³⁵ RATTON, *op. cit.*, p. 191.

¹³⁶ *Idem*, p. 192.

¹³⁷ Antes de Portugal, foram instituídas Little Tower Street Academy, em 1715 e Soho Academy, em 1717/1718, ambas em Inglaterra, contudo, tratava-se de instituições privadas. Cf. RODRIGUES, Lúcia Lima; CRAIG, Russell; GOMES, Delfina. “State intervention in commercial education: the case of the Portuguese Scholl of Commerce, 1759”. *Accounting History*, vol. 12, n. 1, 2007, p. 55-85.

¹³⁸ Cf. RODRIGUES; CRAIG, “*English Mercantilism Influences...*” *op. cit.*, p. 339-340.

contudo, o que fica patente aqui é a emulação da literatura mercantil na instituição da Aula de Comércio, para qual concorreu sobremaneira o período no qual o Marques de Pombal prestou serviços à coroa portuguesa em Londres e teve contato não só com a literatura mercantilista inglesa do período, mas também, com seus autores, uma vez que o embaixador português circulava com certa desenvoltura entre as academias científicas britânicas¹³⁹.

A mesma obra, objeto da versão inglesa de Postlethwayt, *Dictionnaire universel du commerce*, de Jacques Savary du Brûlons, foi traduzida para a língua portuguesa por Alberto Jaqueri de Sales, segundo lente da Aula do Comércio, que ministrou aulas na instituição durante 22 anos, entre 1762 e 1784. Além do *Dicionário de Comércio*, o lente produziu uma apostila manuscrita do curso que ministrava, sob o título *Notícia Geral do Comércio*. José Luís Cardoso ao analisar as matérias contidas naquela apostila, constatou a presença de temas que não haviam sido contempladas na apostila do primeiro lente, *Prática do Comércio ou Lições da dita Aula do Comércio que principiou em o 1º de Setembro de 1759, ditadas pelo lente João Henrique de Sousa*. De acordo com Cardoso, Jaqueri de Sales incluiu lições com caráter eminentemente doutrinário, que carregavam noções de economia segundo a mentalidade mercantilista. Dentre tais ideias podemos destacar lições que versavam sobre a importância do comércio enquanto dinamizador da economia dos países, a importância do influxo de metais preciosos para o interior da nação, e sua relação com balança comercial positiva¹⁴⁰. Essa introdução de temas teóricos na Aula do Comércio, parece-nos indicar como a própria Junta do Comércio e suas instituições, em certa medida, contribuíram para a difusão de abordagem mais aprofundada sobre questões da economia, no seio da comunidade mercantil. Efetivamente a instituição teve caráter pragmático, mas ao introduzir novas práticas, também, acabava por criar as condições para uma ambiência mais receptível à abordagem dos problemas econômicos sob um ponto de vista mais teórico.

¹³⁹ Sobre emulação e as reformas do Império Português, veja-se: PAQUETE, Gabriel. Political Economy, Local Knowledge and the Reform of the Portuguese Empire in the Enlightenment. In: ASTIAGARRAGA, Jesús; USOZ, Javier. *L'Économie Politique et la Sphère Publique dans le Débat des Lumières*. Madrid: Casa de Velázquez, 2013. p. 245-257.

¹⁴⁰ Cf. CARDOSO, *Uma Notícia esquecida ...*, op. cit., p. 96-97.

Vejamos agora as demais atribuições da Junta do Comércio: proceder a matrícula dos negociantes do Reino, bem como auferir a seu cabedal para tal e habilitar a naturalização portuguesa de negociantes estrangeiros; julgar pedidos de falência por parte dos negociantes, tendo em consideração a lisura com que conduziram seus negócios, para a partir de então instaurar uma comissão responsável pela administração de seus bens e liquidação de suas dívidas e, da mesma forma, as contendas entre negociantes, credores, mercadores, proprietários de fábricas e corporações de artes e ofícios; autorização ou proibição de produtos nas Alfandegas, suas isenções de direitos com vistas a serem manufaturadas no Reino; livre saída de produtos manufaturados no Reino sem o pagamento de direitos e isenção do mesmo pagamento na entrada nas Alfandegas dos domínios portugueses; habilitação de navios que tinham como destino os Portos da Ásia, determinando sua equipagem e o portos nos quais estariam autorizados a aportarem durante a viagem; matrícula da equipagem dos demais navios Portugueses destinados a portos estrangeiros; analisar os requerimento de pedidos de privilégios exclusivos da produção de determinados produtos manufaturados e pedidos de isenção do pagamento de direitos.

Assim, a atuação Junta do Comércio estava assentada na organização de parte significativa da atividade econômica do Reino. Era uma instituição privilegiada, na medida em suas resoluções eram diretamente submetidas à aprovação real, sem o intermédio de outro organismo do governo. Diferentemente, por exemplo, das corporações de ofício que submetiam suas decisões a outras instituições superiores, como o senado da câmara de Lisboa. A posição privilegiada da Junta do Comércio e dos negociantes do Reino no relacionamento com o soberano e, desta feita, a defesa dos seus interesses, ficou ainda mais exacerbada com a criação da já mencionada Mesa do Bem Comum dos Mercadores de Retalho em 1757¹⁴¹. A partir de então o acesso à Junta passou a ser exclusivo dos negociantes, sendo que os comerciantes, ou mercadores de retalho, deveriam reportar-se à Mesa do Bem Comum, que estava submetida à Junta do Comércio, a qual nomeava os depu-

¹⁴¹ ANTT, Junta do Comércio, Livro 102, Fls 35v-40.

tados que comporiam aquela mesa, da mesma forma que confirmava ou não as decisões tomadas por eles antes de serem submetidas à real presença.

Nas palavras de Jacome Ratton, deputado da Junta, era função da instituição zelar pelo “bem commum do commercio”¹⁴². Dessa maneira, o funcionamento da junta estava pautado na mediação dos interesses dos negociantes do Reino, entre eles, e com o Estado. Os deputados da Junta, nesse sentido, gozariam de grande reputação, já que a eles caberia a análise e emissão de parecer das diferentes matérias que estavam sob alçada da instituição. Além da posição privilegiada que o próprio cargo lhes conferiria, quando observamos os negociantes que eram nomeados para integrar o corpo de deputados da Junta, a diferenciação entre o corpo dos negociantes de Lisboa e aqueles que tinham acento na instituição, era ainda mais evidente.

Foram deputados da Junta: António Caetano Ferreira, Maurício José Cremer Vanzeller, Teotônio Gomes de Carvalho, José de Sousa e Abreu, Jacome Raton, João Rodrigues Vale, João Inácio de Groot, Rafael de Oliveira Braga, Caetano Alberto Ferreira, João Rodrigues Monteiro, Custodio José Bandeira, Francisco Joseph Lopes, José Francisco da Cruz, João Rodrigues Monteiro, Manoel Dantas de Amorim, João Luiz de Sousa, Anselmo José da Cruz, Ignacio Pedro Quintella e João Henrique Martins. Todos esses nomes figuraram na lista dos cem maiores negociantes de Lisboa no período pombalino, elaborada por Jorge Pedreira¹⁴³. Entre esses deputados eram acionistas da Companhia do Pará e Pernambuco, e ocupavam cargos diretivos em ambas instituições: João Henrique Martins, Manuel Dantas de Amorim, Manuel Pereira de Faria, Policarpo José Machado, Anselmo José da Cruz, Manuel Inácio de Ferreira e Teotônio Gomes de Carvalho¹⁴⁴.

A liquidação de todas as dívidas dos negociantes falidos, bem como o julgamento de suas condutas na direção de seus negócios, era encarada pela Junta como um meio de garantir e promover a fiabilidade dos negociantes do reino, entre eles próprios e no contexto internacional¹⁴⁵. A instituição

¹⁴² RATON, Jacome, *op. cit.*, p. 195.

¹⁴³ PEDREIRA, *op. cit.*, p. 164-168.

¹⁴⁴ MADUREIRA, *op. cit.* p. 40.

¹⁴⁵ CF. *Consulta sobre não comprirem alguns Ministros ultramarinos as Executorias expedidas contra os Devedores a Fallidos*. Junta do Comércio, Livro 113, Fl. 38V

assumiria não apenas funções normativas no que se referia às atividades econômicas, mas também a função de polícia, ao realizar a inspeção das contas dos negociantes que declarassem falência. A preocupação da Junta do Comércio com a lisura dos negociantes portugueses na administração de suas atividades mercantis guardava relação direta com o comércio internacional, uma vez que, um corpo de negociantes financeiramente saudável era fundamental para atrair negócios de outros países, na medida que a solidez financeira dos negociantes portugueses seria um dos mecanismos que garantiria aos investidores estrangeiros do sucesso e rendimento de seus negócios¹⁴⁶.

A mesma diligência que a Junta tinha com os negociantes falidos, era dedicava aos falecidos. A partir da morte de um negociante, a Junta do Comércio instaurava uma Administração da “Casa do Falecido” que deveria levar a termo os negócios nos quais ele estivesse envolvido, o pagamento de suas dívidas com credores e com o Erário Régio e, posteriormente a disponibilização dos bens e fundos restantes para divisão entre seus herdeiros. Essa atividade da Junta do Comércio guarda estreita relação com Manuel Joaquim Rebelo, como veremos adiante.

Foi instaurada em 5 de Janeiro de 1771 a Administração do Casal Falecido de Joseph Alvares de Mira¹⁴⁷, tendo como os primeiros administradores os deputados Francisco Bruno de Lemos, Alexandre Antonio Bon e Rafael da Sylva Braga. A Administração do Casal Falecido era composta por um juiz da administração, um administrador geral, um secretário/ escrevente e um contabilista. Por conta da demora na conclusão dos trabalhos, em 1784 a Rainha D. Maria mandou nomear um inspetor das contas da administração para por termo aos trabalhos. Diante da impossibilidade dos deputados de assumirem tal cargo, uma vez que já estariam ocupados com outras atividades burocráticas da instituição os deputados sugeriram que:

Parece á Junta que V. Magde seja servida declarando nesta parte o seu Real Decreto de nomear para substituir ao Depu-

¹⁴⁶ Sobre o tema veja-se: PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa – de Pombal ao Vintismo (1755-1822): Diferenciação, Reprodução e identificação de um Grupo Social. Tese de Doutoramento em Sociologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1995.

¹⁴⁷ ANTT, Junta do Comércio, Livro 113, Fl. 49V.

tado da Junta na Inspeção das contas, e em tudo o mais que lhe incumbia o mesmo Real Decreto, hum Homem de Negocio desta Praça; para o que propoem a V. Mag.de em primeiro lugar de Manuel Joaquim Rebello, em segundo de João Diaz Santos, e em terceiro a Gaspar Alvares Bandeira: os quaes todos considera habeis, inteligentes, e desembaraçados para bem cumprirem com o que V. Mag.de determina¹⁴⁸.

Depois de acatada a proposta da Junta por D. Maria, Manuel Joaquim Rebello foi nomeado para a atribuição em 15 de Abril de 1784¹⁴⁹. Rebello desempenhou essa função até o momento de sua morte, em 1798. Um dos fatores que contribuíram para a dificuldade na finalização das contas de Joseph Alves de Mira era a extensão de seus negócios. O negociante havia arrematado 17 contratos diferentes, que totalizaram o valor de arrematação em 428:000\$000 réis. Mira também possuía 12 ações da Companhia de Pernambuco, além de ter sido sócio da Companhia das Vinhas do Alto Douro. Com efeito, Joseph Alves de Mira era um dos negociantes mais abastados de seu tempo, o que tornaria a finalização de suas contas além de complexas, de grande importância, uma vez que seus negócios atingiriam inúmeros outros negociantes em Portugal.

Era de praxe que os cofres das administrações dos casais falecidos ficassem sob a guarda dos juizes de suas administrações. No que tange ao Casal Falecido de Joseph Alvares de Mira ocorreram três trocas de juizes, o que requereu a mudança em igual número da localização do dito cofre. Primeiramente foi nomeado juiz o Desembargador Joze Ignacio de Mendonça e, posteriormente, o Desembargador Joze Ribeiro Vidal da Gama. Aconteceu que o Ignacio de Mendonça foi novamente nomeado juiz do Casal Falecido, o que necessariamente implicava o retorno do cofre para sua residência. O juiz renomeado negou-se a ter o cofre novamente instalado em sua residência, pelo que o dito cofre deveria ser encaminhado ao Deposito Publico. A junta

¹⁴⁸ ANTT, Junta do Comércio, Livro 122, Fl. 36V.

¹⁴⁹ *Idem*, Fl. 38V.

consultou Manuel Joaquim Rebelo sobre a questão, que apresentou o seguinte parecer:

“Expoz nesta Junta Manoel Joaquim Rebello, como Inspector da Liquidação das mencionadas Contas: Que sendo o verdadeiro espirito do Real Decreto de Vossa Magestade economizar, e simplificar as dependencias da presente Administração, ficava sendo infructifera esta justissima Providencia, pela posterior determinação do sobredito Avizo, reduzindo-se tudo às longas, e complicadas do foro: que alem de se gravar o rendimento da Caza Administrada com a indubitavel despesa de duzentos mil reis annuaes pela importancia de hum por Cento do Depozito, Conhecimento, Verbas, e Custas, não podiam existir no Escriptoria da Administração os originaes Documentos, que são indispensaveis para a Liquidação das Contas, visto que por este modo Judicial devem ficar autuados no poder, e Cartorio do Escrivão competente, de que seguiria não so huma nova despesa para os extrahir por Certidão, mas huma total confusão, e irregularidade, derivada dos erros, e equivoções, com que ordinariamente aparecem os Papes estrahidos do Processo”¹⁵⁰.

Diante desse impasse, os herdeiros, através de seus representantes, o Padre Francisco da Conceição Justiniano e Carlos Joze Printz, fizeram saber da sua intenção de que o cofre fosse instalado na residência de Manuel Joaquim Rebelo:

“Que sendo infalíveis os prejuizos que sofrem seus constituintes com as remessas dos Dinheiros da Administração para o Depozito Publico, somente porque o nosso Juiz elleito repugna ter em sua Caza o respectivo Cofre, para evitar os sobreditos inconvenientes requeriam que passase o mesmo Cofre, e a Chave destinada ao Juiz Administrador para caza do Inspector

¹⁵⁰ ANTT, Junta do Comércio, Livro 124, F. 14V-15.

Manoel Joaquim Rebello, por ser hum homem de Negocio desta Praça, de conhecida abonação, e Credito, onde seguramente podia existir, alterando-se unicamente nesta parte o que Vossa Magestade tem determinado a semelhante respeito”¹⁵¹.

A partir de então o dito cofre e por consequência a Administração do Casal Falecido passou a funcionar sob direto acompanhamento e suporte de Rebello. Aquelas especificidades dos negócios de Jospeh Mira, a que fizemos referencia anteriormente, resultou que a finalização de suas contas se estendesse por um logo período. Na verdade, quando Manuel Joaquim Rebello faleceu, em 1798, ele ainda estava concluindo os trabalhos na Administração do dito casal. Assim, durante pelo menos quatorze anos Rebello foi constantemente consultado pela Junta, e ouvido por ela. As consulta de Rebello à junta, ou da junta à ele, documentadas nos livros de registro da Junta do Comércio, são documentos burocráticos, que versaram, sobretudo, acerca de pedidos dos herdeiros de Mira, ou seus credores. Porém, se por um lado esses textos não representam muito interesse para os fins desse trabalho, por outro lado, eles apontam como Rebello estava inserido na dinâmica de funcionamento da Junta do Comércio por considerável espaço de tempo. Para clarificar a proximidade de Manuel Joaquim Rebello com a instituições e os indivíduos que dela faziam parte, passaremos agora a analisar mais detidamente os temas em debate na Junta do Comércio.

A Junta do Comércio funcionava a partir de sessões nas quais participavam os deputados, secretário e presidente. Em tais sessões eram discutidos os temas propostos que, em sua maioria, eram requisições apresentadas por negociantes ou pedidos de consulta expedidos pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros ou pelo soberano. Depois de analisados os diferentes argumentos era composto um texto, de nome genérico “consulta”, no qual eram expostos sumariamente a motivação do requerente ou a questão a ser abordada, a apreciação dos deputados, e a emissão de um encaminhamento, que poderia ser favorável ou contrária à requisição em causa, ou explanando possíveis soluções para a questão colocada. Comumente os deputados emiti-

¹⁵¹ ANTT, Junta do Comércio, Livro 124, F. 15.

am um parecer unânime sem destacar diferenças interpretativas entre eles. Por sua vez, quando não havia consenso entre os deputados eram emitidos pareceres distintos na mesma consulta, assinalando o ponto de vista divergente. A partir de então, a consulta era submetida à apreciação do soberano que acataria ou não a decisão da junta, ou à qual decisão acatar quando da existência de votos distintos.

Dessa maneira, as Consultas da Junta do Comércio são um corpo documental que permite a compreensão de como algumas decisões sobre o funcionamento do comércio do reino eram tomadas e de que maneira as ideias sobre economia eram operacionalizadas pelos deputados na tomada de suas decisões. É importante destacar que em um primeiro momento as consultas eram pouco extensas e com argumentação hermética, que muitas vezes se resumiam ao levantamento sumário das justificativas apresentadas pelos requerentes, com deliberação assentada na exequibilidade daquilo que havia sido solicitado. Contudo, as “Consultas” que datam de 1789 em diante apresentam maior densidade argumentativa, nas quais conceitos e ideais sobre economia se fizeram presentes no embasamento das decisões tomadas pelos deputados.

Numerosos fatores possibilitam argumentar acerca dessa transformação na maneira pela qual a Junta do Comércio passou a tomar suas decisões. O final do século XVIII português apresenta-se como um momento no qual as medidas encetadas durante o consulado pombalino já começam a produzir efeitos mais nítidos na sociedade. Especificamente falamos aqui da reforma da Universidade de Coimbra e o próprio funcionamento da Aula do Comércio, que dotou os negociantes de maior capacidade técnica na administração de seus negócios, ao mesmo tempo que os introduziu à uma literatura mais ampliada acerca do funcionamento da economia. Ademais, a criação da Real Academia das Ciências de Lisboa, em 1780, impulsionou e fomentou o debate em torno das questões econômicas do Império Português.

Ao mesmo tempo em que a realidade histórica dos indivíduos em finais do século XVIII era diferente daquela na qual os deputados da Junta estavam inseridos quando da sua fundação, a reformulação da Junta do Comércio em 1788 também abriu caminho para que aqueles influxos de no-

vas ideias encontrassem lugar junto aos debates encaminhados pela instituição. A carta régia de 8 de julho de 1788 elevou a Junta do Comércio à Supremo Tribunal que passou a se chamar “*Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, Navegação desses Reynos, e seus Dominios*”¹⁵². A partir de então passou a ser presidente da Real Junta o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino e presidente do Real Erário, sob o título de Inspector Geral do Comércio, mantendo o mesmo número de sete deputados como anteriormente. Na ocasião foram nomeados deputados Francisco José Lopes, Jacinto Fernandes Bandeira, Domingos Vandelli, Geraldo Venceslao Bramcamp de Almeida Castello Branco, João Roque Jorge, Luiz Machado Teixeira e Jacome Ratton. Sendo que Visconde de Villa Nova da Ceveira ocupou o cargo de presidente da Real Junta enquanto Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Reino e Presidente do Real Erário.

O testemunho do deputado Jacome Ratton nos dá interessantes informações acerca das mudanças ocorridas na Junta do Comércio a partir da sua elevação a Tribunal. Segundo ele, a presença de um Ministro fez com os deputados da Junta passassem a seguir o código de conduta dos tribunais. A partir de então, os deputados passaram a atender às conferências da Junta trajando toga e dirigirem-se para elas utilizando carruagem, sendo proibidos de lá chegarem a pé. Houve também alterações nos encaminhamentos dos trabalhos durante as seções da Junta, o que motivou queixas de Ratton, uma vez que as reuniões passaram a estender-se por longas horas, o que impossibilitava que os deputados dessem continuidade aos seus negócios pessoais após o termino das mesmas¹⁵³.

Ocorreram, também, mudanças no perfil dos negociantes que ocuparam assentos na Junta. Em primeiro lugar, destaque à Domingos Vandelli, Professor na Universidade de Coimbra e autor de vários textos que compuseram as *Memórias Económicas da Real Academia de Ciências*. Como também o então presidente da Junta que havia frequentado as Aulas do Comércio. Nesse sentido, para além das mudanças regimentais e estatutárias, o próprio corpo dos negociantes deputados passou a ser composto por

¹⁵² ANTT, Junta do Comércio, Livro 126, Fl. 2.

¹⁵³ RATTON, Jacome, *op.*, *cit.*, pp. 208-10.

peessoas com conhecimentos mais alargados do que os membros anteriores da Junta. Jacome Ratton também fez referencia à essa mudança, segundo ele, os primeiros deputados teriam poucos conhecimentos teóricos e práticos acerca do comércio¹⁵⁴.

Assim, essa nova configuração da Real Junta do Comércio também imprimiu alterações relevantes nas “Consultas”. Como dissemos, paulatinamente houve maior utilização de conceitos e ideias sobre a economia que apontam para um esforço em operacionalizar os novos conhecimentos sobre a matéria no comércio do reino. Obviamente as “Consultas” não sistematizaram e debateram acerca das ideias e conceitos econômicos, mas a utilização de uma nova abordagem interpretativa acerca da realidade econômica faz-se presente ao analisarmos tais “Consultas”

É perceptível uma maior preocupação em operacionalizar os postulados da economia política nas decisões tomadas pela Junta, como é possível notar adiante em debate que discutiu tema relacionado ao valor das mercadorias e do trabalho. Na *“Consulta Sobre pertender Antonio Alz Ribeir° Privilegio p^a q no Citio em q tem estabelecido A Sua Fabica de Papel, e Sua circunvizinhanças Se não possa eregir outra semelhante Fabrica”*¹⁵⁵, os deputados argumentaram conforme segue:

“E conciderando este Tribunal que a fabrica do Recorrente é de conhecida utelidade publica, por laborar sobre hum genero de promptissimo Consumo, ou seja neste Reino, ou nas Suas Conquistas, sendo a mão de Obra quem lhe confere quase todo o valor”¹⁵⁶

É significativa essa operacionalização de uma teoria do trabalho. Em primeiro lugar, porque aponta aquela alteração argumentativa que referimos. Em segundo, o conceito utilizado pelos deputados distanciava-se das ideias da escola fisiocrática sobre a esterilidade dos trabalhos que não fossem diretamente ligados à agricultura. Manuel Joaquim Rebelo expressou a

¹⁵⁴ RATTON, Jacome, *op., cit.*, p. 196.

¹⁵⁵ ANTT, Junta do Commercio, Livro 127, Fls. 167V-168V.

¹⁵⁶ *Idem*, F. 168.

mesma concepção sobre o valor do trabalho em sua *Economia Política*, que abordaremos oportunamente.

A “*Consulta Sobre a Representação de Luiz Stephens e C^a A respeito da decadencia dos Vinhos brancos do Termo de Lisboa cauzada p^{las} mas Aguas Ardentes Nascionaes com q se tem sido Lotado*”¹⁵⁷ contém concepções acerca das relações entre preço das mercadorias e seus valores. A argumentação dos deputados girou em torno da qualidade inferior dos vinhos brancos de Lisboa e a diminuição do seu consumo, o que se traduziu na redução dos preços pelos quais eram vendidos. A alternativa apontada pelos deputados foi a importação de aguardente de França, que era de melhor qualidade, e proporcionaria a produção de melhor vinho e o aumento de seu consumo. Desta feita, o incremento do consumo permitiria o aumento de seus preços restabelecendo o ideal valor daquela produção.

Os deputados aprovaram a importação da matéria prima estrangeira, que até então estava proibida, uma vez que seu diminuto preço não produziria grandes efeitos no aumento das despesas com a produção da mercadoria, ao mesmo tempo que a melhoria em sua qualidade proporcionaria um aumento significativo no valor da mesma. Essa argumentação evidencia a utilização de conceitos mais elaborados para a tomada de decisões. Evidentemente não se pode caracterizar o texto como um debate teórico sobre o tema mas, ao mesmo tempo, as discussões já não eram mais baseadas numa argumentação hermética restrita às justificativas apresentadas pelos requerentes.

A mesma consulta é muito significativa na questão da maior influência de uma literatura estrangeira, pois, com vistas a proporcionar a melhoria da qualidade da aguardente produzida no reino, os deputados relacionaram inúmeras técnicas produtivas tendo como fonte o Artigo sobre plantação de vinhas da Enciclopédia e referências, em nota de pé de página, à obra *L'Agronome. Dictionnaire portatif du cultivateur* de Pons-Augustin Alletz.

As referências diretas a autores estrangeiros não eram comuns, mas fizeram-se presentes em alguns casos, para além do mencionado acima,

¹⁵⁷ ANTT, Junta do Commercio, Livro 127, Fls. 1-13.

a “*Consulta Sobre pertenderem diversos Negociantes da Praça desta Cidade, a Confirmação da denominação da Comp^a permanente de Seguros em Lisboa, e das Condições do seu Estabelecimento*”¹⁵⁸ é outro exemplo de menção a outros autores. Na explanação acerca dos fundos mínimos necessários para o estabelecimento de uma casa de seguros foi chamado à sustentação da argumentação a obra de James Allan Park, *A System of The Law of Marine Insurances*, cuja primeira edição data de 1787. Para além da utilização de uma literatura específica sobre o tema, chama atenção a brevidade da circulação do mesmo livro, na medida que a “Consulta” em causa é datada de 13 de setembro de 1792, apontando assim não apenas a preocupação em aprofundar os conhecimentos sobre as matérias concernentes à atuação da Junta do Comércio, como também atualização no tocante às produções mais recentes sobre tais temas.

A “*Consulta sobre o Requerimento dos Fabricantes de Asentos de Palhinha*”¹⁵⁹ é exemplo flagrante das menções que os deputados faziam as ideias dos autores sobre economia política, como notamos na seguinte passagem:

“Hé axioma entre muitos Economistas o prejuizo, que rezulta á sociedade de haverem semelhantes corporações de Officios ar-regimentados, visto que além do manifesto monopólio, a que se setinão, não servem mais do que para entreter e fomentar continuas descordias como prezentemente”¹⁶⁰.

Nesse trecho evidencia-se, novamente, a preocupação de operacionalizar as ideias de economia na tomada de decisões pela Junta. Para além disso, o trecho exemplifica também o tema do monopólio, que teve muita atenção dos deputados. Tal questão era chamada à cena quando se debatia a validade ou não na concessão de privilégios exclusivos a negociantes e manufaturas.

¹⁵⁸ ANTT, Junta do Comércio, Livro 128, Fls. 82-91V.

¹⁵⁹ ANTT, Junta do Comércio, Livro 130, Fls. 27V-34.

¹⁶⁰ ANTT, Junta do Comércio, Livro 130, Fl. 31.

Das várias “Consultas” acerca do tema depreende-se uma noção peculiar entre os deputados sobre o problema dos monopólios. A concessão de privilégios e exclusivos era autorizada quando tais mecanismos proporcionassem a introdução de novas mercadorias no reino, ou a criação de novas técnicas produtivas por parte dos proprietários das manufaturas. Assim um monopólio se constituía, segundo a visão dos deputados da Junta, quando um individuo solicitava privilégios ou exclusivo para negociação ou produção de uma mercadoria que já era de grande consumo no reino, o que acarretaria numa concorrência desleal entre os negociantes. Ao mesmo tempo, os exclusivos eram justificados pelo incremento que eventualmente produziriam no comércio interno, ao mesmo tempo que estimulariam outros indivíduos a se dedicarem às mesmas atividades após o término do período do privilégio exclusivo¹⁶¹.

Em 25 de Junho de 1795 teve lugar na Junta do Comércio o debate acerca da instalação de um Porto Franco em Lisboa que ficou registrado na “*Consulta Sobre ser Lisboa hum Porto Franco para Receber de Paizes Estrangeiros, e Nacionais alem do Cabo da Boa Esperança todos os generos*”¹⁶². A semelhança dos textos é flagrante na medida em que a argumentação é baseada na constatação de que em Portugal já haveria a existência de um porto franco através das franquias, que isentavam determinadas mercadorias do pagamento de direito, e das baldeações, que cobravam direitos reduzidos sobre aqueles produtos que se destinavam à reexportação. O texto de Rebelo é muito mais abrangente na argumentação pois, o autor fez um breve balanço das nações que possuíam portos francos, e discorreu sobre a influência do Porto Franco sobre o valor das mercadorias, elencando aquelas em que seria vantajoso gozarem de franquia no porto em Lisboa. Enquanto que os deputados da Junta do Comércio focaram sua argumentação nos embaraços práticos da implementação do porto franco a partir da necessidade de construção de novos prédios no porto e contratação de pessoal para o trabalho na alfândega.

¹⁶¹ ANTT, Junta do Comércio, Livros 126-130.

¹⁶² ANTT, Junta do Comércio, Livro 129, Fls. 143-145V.

Salta aos olhos o intervalo de 5 dias entre o debate na Junta do Comércio e a data de escrita do texto de Rebelo, que foi 1º de Julho de 1795, conforme informou o próprio escrito. Essa diferença não nos possibilita afirmar que o texto de Rebelo tenha tido alguma influência na tomada de decisão da Junta expressa na Consulta, mas os elementos apresentados por Jacome Ratton indicam que as discussões sobre o tema foram além daquela contida na “Consulta” de 25 de Junho. O então deputado da Junta nos dá notícia que os debates sobre o Porto Franco se estenderam por longos meses, na medida em que após a determinação da criação do Porto Franco por parte do Príncipe Regente, em discordância com a rejeição apresentada pela junta, teve início um longo processo de criação da regulamentação do funcionamento do Porto Franco e sua contabilidade¹⁶³.

Outra pista deixada por Ratton emana das suas críticas às múltiplas funções desempenhadas pelo presidente da Junta do Comércio que era ao mesmo tempo Ministro de Estado dos Negócios do Reino e Presidente do Real Erário. Segundo Ratton, vários papéis que diziam respeito à Junta do Comércio, ficaram sob a guarda particular do então presidente, o que faz com que muitas de suas contribuições fossem perdidas, inclusive os trabalhos do deputado sobre o porto franco, na medida em que o presidente da Junta jamais prestou contas dos mesmos. Assim, a localização do texto de Rebelo no fundo do Ministério do Reino no Arquivo Nacional da Torre do Tombo sustenta ainda mais a hipótese de que o texto circulou entre os deputados da Junta, uma vez que aquele fundo foi composto a partir da documentação do Ministério dos Negócios do Reino, onde se localizam, além do texto de Rebelo, outros escritos, bem como as minutas da regulação do Porto Franco elaboradas por Ratton.

Não apenas a data de produção do texto de Rebelo e sua localização arquivística evidenciam o seu caráter difusor, isto é, um texto que foi escrito com vias a atingir um auditório ampliado. A própria materialidade do texto corrobora nesse sentido pois, a escrita uniforme, a clareza da caligrafia e o suporte em papel de excelente qualidade, confirmam que o texto foi pro-

¹⁶³ Ratton, op., cit., p. 87.

duzido por um escrevente. Ademais, diferentemente de outros textos da época em que as primeiras linhas eram sempre destinadas à ovação do receptor, ainda mais quando este fosse um Ministro ou alguém que ocupasse um cargo junto ao governo, o texto não contém indicação de endereçamento ao receptor, da mesma maneira que não faz menção alguma no decorrer do texto aos possíveis leitores. Assim, parece-nos plausível que o texto tenha sido escrito e divulgado entre os deputados da Junta durante os trabalhos sobre a instalação do Porto Franco em Lisboa. A ausência de menção da existência desse texto não joga contra a possibilidade de sua circulação, na medida que ao analisarmos os textos da época, os autores mencionavam tangencialmente outros escritores estrangeiros e em nenhum caso seus coetâneos portugueses.

Ademais, cabe ressaltar que os temas em debate e as sessões da Junta do Comércio não eram públicos, sendo de acesso restrito aos deputados que dela faziam parte, o que novamente corrobora a ideia da relação íntima entre Rebelo e a Junta tendo em vista a pequeno lapso temporal entre a “Consulta” e seu texto. Nesse mesmo sentido as ideias contidas na obra *Economia Política* assumem o caráter de crítica às posições tomadas pela Junta do Comércio. Rebelo dedicou repetidas partes de seu livro a combater e destacar os malefícios da existência dos privilégios, exclusivos e monopólios no mercado português, da mesma maneira que advogou a menor influência do Estado no funcionamento da economia e na livre ação dos agentes econômicos. A Junta do Comércio, ao seu turno, repetidas vezes aprovou a concessão dos exclusivos e privilégios entendendo que essas medidas impulsionariam o mercado do reino, revelando ao mesmo tempo uma concepção divergente, e pouco fundamentada teoricamente acerca da relação desses privilégios e exclusivos com os monopólios.

Essas informações fundamentam a familiaridade de Rebelo com as discussões ocorridas na Junta do Comércio, mesmo ele não tendo assento como deputado. Assim, a atmosfera de debates na Junta sobre temas relacionados com o funcionamento da economia portuguesa foi substancial para motivar a Rebelo escrever *Economia Política*. Sua crítica ao pouco conhecimento dos deputados em matérias relacionadas com as doutrinas da eco-

nomia política, e sua ação dentro da própria Junta enquanto inspetor das contas do Casal Joseph Alvares de Mira, são elementos que suportam essas conclusões.

Finalmente, as diferenças interpretativas entre Rebelo e os deputados da Junta apontam que, como o autor não fazia parte do centro das tomadas de decisão da instituição, ele teria maior liberdade em expressar ideias mais comprometidas com postulações teóricas que a política econômica vigente. Contudo, se por um lado sua defesa pelo fim de privilégios exclusivos e, conseqüentemente, a redução da intervenção do Estado na economia, o colocam numa posição singular, não apenas em relação aos deputados da Junta mas, também, em relação a outros autores portugueses seus contemporâneos. Por outro lado, sua posição favorável à manutenção do acesso exclusivo aos mercados coloniais pelos negociantes portugueses, lança luz na direção da difícil relação entre teoria e prática efetiva do comércio.

CAPÍTULO 2
MUDANÇAS DO IMPÉRIO E
IDEIAS ECONÔMICAS

1. AS MUDANÇAS DO IMPÉRIO

Os domínios das coroas Ibéricas, expandidos desde o século XV, passaram, no século XVII, por profundas alterações. As mudanças não se deram apenas na extensão territorial, mas alcançaram as bases produtivas e a dinâmica de seu comércio. Com vistas a combater o déficit da balança comercial portuguesa, durante a regência do príncipe D. Pedro, foram colocadas em prática uma série de medidas que objetivavam o estabelecimento de manufaturas na metrópole e a interrupção do fluxo monetário em direção ao exterior. Conjuntamente com estas medidas, que podem ser compreendidas, grosso modo, como políticas de substituição de importações, em 1692, já no reinado de D. Pedro II, foram suprimidas as proibições de entrada de um elenco de mercadorias manufaturadas¹⁶⁴.

A despeito da aparente contradição, a introdução de produtos importados mais elaborados no mercado reinol pretendia garantir a arrecadação tributária nas alfândegas e, ao mesmo tempo, estimular o consumo daquele tipo de produto que, acreditavam, emularia o aperfeiçoamento técnico da nascente manufatura portuguesa. Iniciativas que ganham sentido ao considerarmos o contexto de crise geral da economia europeia, no desfecho do século XVII, que facejava os últimos passos da transição global da economia feudal para a capitalista. Condição, defendeu Eric Hobsbawm, para o ímpeto que adiante deflagraria a Revolução Industrial, que se beneficiou largamente da concentração comercial em torno das nações mais desenvolvidas industrialmente, da capacidade destas de produzirem demanda interna por produtos manufaturados e, finalmente, um novo sistema colonial fundamentado na produção agrícola para abastecimento da indústria metropolitana¹⁶⁵. Foi este o quadro geral em que estavam inseridos os primeiros esforços “manufatureiros” portugueses no seiscentos, e posterior retomada da “industrialização” metropolitana em meados do século seguinte.

¹⁶⁴ Cf. MONT SERRATH, Pablo Oller. *O Império Português no Atlântico: Poderio, Ajuste e Exploração* (1640-1808). 334 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. p. 35.

¹⁶⁵ HOBBSAWM, Eric J. La Crisis del Siglo XVII. IN: ASTON, Trevor (org.). *Crisis en Europa: 1560-1660*. Trad. Esp. Madrid: Alianza Editorial, 1965, p. 56-57.

No caso do Império Português, os esforços da Guerra de Restauração, da luta contra os holandeses, a aliança com a Inglaterra, os revezes do tráfico, a concorrência à produção açucareira, levaram à busca de explorações minerais e de ocupação de áreas meridionais, como Sacramento¹⁶⁶. O sucesso na descoberta do ouro e o reinado de D. João V não foram, porém, imunes às necessidades de reorganização que os novos tempo exigiram. A nova dinâmica mercantil, altamente concorrencial, a complexidade da administração dos domínios e a circulação das ideias ilustradas encaminharam reflexões e ações. Entre as ações, a restauração do sistema de capitanias no Brasil, o estímulo à emigração colonial de forma que não prejudicasse a população reinol, a reestruturação da fiscalidade e administração colonial, apontam o processo de esgotamento das fórmulas, até então vigentes.

A postura de neutralidade de D. João V no contexto político Europeu, da primeira metade do século XVIII, tinha íntima relação com os propósitos do monarca em favor da defesa dos territórios portugueses na América. O reinado de D. João V havia iniciado em meio à Guerra de Sucessão Espanhola. Na eventualidade de uma aproximação entre a nação vizinha com a França, que já despontava como potência europeia continental, seria colocado em perigo tanto o Reino quanto suas possessões nos territórios americanos. Nesse sentido, a chegada ao trono espanhol do austríaco Carlos III, foi deveras benéfica para Portugal.

Superada a questão da sucessão do trono espanhol, foram abertos os caminhos para o estabelecimento da paz entre os dois países ibéricos e a assinatura, em 1714, do Tratado de Utrecht que, além de estabelecer o poderio português na bacia amazônica, no ano seguinte, restituiu o domínio português sobre a região do Sacramento. A inconsistência de uma possível aliança com a Áustria, somada com a tendência de aproximação entre França e Espanha, inviabilizava uma aproximação de Portugal com essas nações, na medida que colocava em risco os interesses portugueses tanto peninsulares como coloniais, e fazia com que a coalizão com a Inglaterra trouxesse be-

¹⁶⁶ A Colônia do Sacramento foi fundada em 1680, e representava o interesse da coroa portuguesa em estabelecer produção agrícola na região, dilatar e prover a defesa dos domínios portugueses na América, além de impulsionar o contrabando com as possessões espanholas no continente. Cf. MONT SERRATH, *op. cit.*, p. 114.

nefícios estratégicos e comerciais. As vantagens de uma aproximação entre Portugal e Inglaterra, se fizeram bastante explícitas no auxílio prestado pela nação inglesa a Portugal em querelas pontuais com a Espanha.

Muito da política neutral, no que se referia aos assuntos políticos europeus, adotada por D. João V esteve lastreada nas vantagens econômicas portuguesas. A descoberta das minas de ouro no Brasil, a disponibilidade dos produtos coloniais para serem revendidos no mercado europeu – que os valorizava sobremaneira –, alinhavado por uma posição geográfica estratégica, faziam que as alianças com Portugal fossem desejáveis por outras nações ou, pelo menos, uma postura neutra no cenário político europeu. De salientar que a tão desejável descoberta de metais preciosos nas possessões em América, arrefeceu aquele impulso manufatureiro da governação anterior. Se por um lado, a conjuntura propiciou o crescimento de Portugal, fruto do surto aurífero e do incremento do comércio de produtos coloniais, por outro, as estruturas da monarquia absolutista de D. João V não acompanharam aquele crescimento econômico.

Da mesma maneira que, gradativamente, a importância dos domínios ultramarinos para as demais nações da Europa foi se consolidando, em princípios do setecentos, em Portugal se deu o mesmo, apontado pela crescente preocupação acerca de suas colônias, especialmente o Brasil. Nesse sentido uma série de medidas que visavam incrementar economicamente a colônia foram postas em prática. O Brasil assistiu ao acréscimo da emigração, ampliação da sua estrutura administrativa, a reformulação do quinto para imposto de captação, a maior acuidade na produção de moedas e, finalmente, o incremento da produção açucareira. A seu turno, o reino foi objeto de reformas administrativas que miravam incrementar o poder absolutista de D. João V.

Com o agravamento da saúde do monarca, por volta da década de quarenta do setecentos, a estrutura centralizadora da administração passou a exhibir sua fragilidade. O alargamento e complexidade das questões econômicas não foi acompanhado pela criação de organismos governativos preparados para tratar de tal assuntos. Ademais, a questão administrativa dos domínios havia se tornado mais complexa, sobretudo, pelo aumento do con-

trabando. Os últimos anos do reinado de D. João V, foram marcados por uma estrutura que não escondia mais sua incapacidade de tratar as questões econômicas e administrativas que enfrentava. Essas dificuldades apontavam, cada vez mais, os limites do esquema absolutista tradicional. A nova dinâmica mercantil, altamente concorrencial, a complexidade da administração dos domínios e a circulação das ideias ilustradas encaminharam reflexões e ações que apontam o processo de esgotamento das fórmulas, até então vigentes entre colônia e metrópole.

Foi durante o mesmo reinado que, em Portugal, instalou-se uma ambiência favorável ao surgimento de instituições voltadas ao intercâmbio de ideias com o restante do continente. O contato de alguns indivíduos com o universo do além-Pirineus favoreceu a percepção do descompasso das estruturas mentais entre Portugal e a Europa. Um movimento de ideias que vinham de fora para Portugal, tendo como portadores os portugueses que circularam para além da Península Ibérica que, defrontados com as experiências no exterior, refinavam seu espírito crítico¹⁶⁷. Em processo de questionamento aos costumes da sociedade de ostentação do luxo e apego à religião, surgiram ideias contrárias ao chamado *universo barroco*¹⁶⁸. As primeiras críticas à introversão cultural e científica do país podem ser compreendidas sob as perspectivas dos ericeirenses¹⁶⁹, oratorianos¹⁷⁰ e, no século XVIII, da Academia de Real de História Portuguesa.

¹⁶⁷ NOVAIS, Fernando. *op. cit.*, p. 219-223.

¹⁶⁸ FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: política Econômica e monarquia Ilustrada*. 2a. Ed. São Paulo: Ática, 1993, p. 205.

¹⁶⁹ Nas *Conferências Discretas e Eruditas*, em 1696, patrocinadas pelo 4º. Conde de Ericeira, D Francisco de Xavier de Menezes, foram abordados em perspectiva cartesiana assuntos de filosofia e literatura. O Padre Rafael Bluteau foi um dos principais personagens desse momento, pois, com interesse especial à filosofia natural e experimentalista defendia o progresso da matemática, lógica, física e geometria. Bluteau foi um dos responsáveis por levar a Portugal o movimento das academias científicas. Cf. FALCON, *op. cit.*, p. 205-206. Veja-se, também: SÉRGIO, António. *Antologia dos Economistas Portugueses (século XVII)*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. 1974.

¹⁷⁰ Outra vertente dessa crítica partiu dos oratorianos, membros da Congregação do Oratório de S. Felipe de Nery, fundada em Portugal em 1668. Não se tratava de ordem uma eclesiástica, mas de grupo de padres seculares oriundos de grupos sociais ligados ao comércio português, reunidos em torno do objetivo de educar a sociedade sob a égide da 'verdade'. No Colégio do Oratório, em inícios do século XVIII, as disciplinas eram ministradas em português, ao invés do latim, como ocorria nos demais colégios. Foram introduzidos cursos de geografia, história e ciências naturais, apontando a preocupação dos oratorianos às questões relativas à educação¹⁷⁰. A biblioteca da Congregação dos Oratorianos, para qual as contribuições de D. João V foram fundamentais, contava com cerca de 30 000 volumes dos mais diversos temas e títulos. Na primeira metade dos setecentos a biblioteca, os gabinetes experimentais e as sessões públicas na Casa das Necessidades eram espaço de sociabilidade da nobreza portuguesa. Cf. *Idem*, p. 208-209.

A fundação da Academia Real de História Portuguesa, em 1720, com o patrocínio de D. João V, evidencia o esforço em atualizar Portugal cultural e cientificamente. Os recursos financeiros do monarca não se atinham apenas ao financiamento de bolsistas e contratação de professores estrangeiros, mas visavam estimular pesquisas nos campos da cartografia, para demarcação de fronteiras, e bélico, para o desenvolvimento de armas para uso militar. Foi, em certa medida, uma convergência aos estudos ericeirenses, mas com tons próprios, sobretudo pela importância dada à geografia e cartografia. A contratação de João Batista Carbone e Domingos Capassi, os ‘padres matemáticos’, trouxe à baila o caráter prático dos estudos na academia. A criação do observatório astronômico no Colégio de Santo Antão e a missão enviada ao Brasil em 1729, com a finalidade de traçarem o *Novo Atlas do Brasil*¹⁷¹, apontam o pragmatismo da Instituição.

Para formularem suas críticas, foi fundamental a influência dos estrangeirados, grupo de indivíduos que tiveram contato com ideias fora de Portugal no contexto europeu dos séculos XVII e XVIII. O termo ‘estrangeirado’ é utilizado sistematicamente por parte da historiografia como uma categoria metodológica para definir as relações entre Portugal e o restante da Europa no tocante ao seu atraso cultural que, a seu termo marca o isolamento intelectual do país. Essa linhagem historiográfica tem suas raízes em António Sérgio¹⁷², historiador que se dedicou a abordar o atraso mental do país em relação ao restante da Europa, bem como as inúmeras tentativas do Estado, da Igreja e da aristocracia em promover mudanças que permitissem a manutenção do tecido social vigente, em detrimento da modernização da sociedade.

Nos últimos 30 anos com o desenvolvimento de pesquisas no campo da história das ideias, os pesquisadores conceituaram diferentemente esse grupo de indivíduos. Dentro dessa chave interpretativa, o estrangeirado não é um sujeito totalmente alijado da sociedade lusitana, pois, influenciava

¹⁷¹ FALCON, Francisco. *op. cit.*, p. 206-207.

¹⁷² SÉRGIO, António. “O reino cadaveroso ou o problema da cultura de Portugal. *Ensaio*. Vol. II. 2ª Ed. Lisboa. 1957. p. 41-83.

indiretamente os pensadores portugueses através de laços estabelecidos no país antes de o terem deixado¹⁷³.

D. Luís da Cunha foi representante máximo da categoria de estrangeirado e, apesar de suas experiências fora de Portugal, suas ideias tiveram acolhida entre seus compatriotas por meio de redes de sociabilidade previamente estabelecidas¹⁷⁴. O diplomata português, que passou longos períodos em missões em Londres, Madrid, Paris, Holanda, Bruxelas e Haia, utilizou o contato próximo com as diferentes culturas para formular críticas e proposições à sociedade e ao governo português. Seu escrito mais emblemático foi *Testamento Político*, escrito em 1742, que contou com diversas versões manuscritas¹⁷⁵. A pluralidade de fundos nos quais é possível encontrar atualmente seus escritos, testemunham a acolhida de suas ideias no seio do auditório lusitano. Em levantamento recente, Abílio Diniz Silva elencou aproximadamente 50 exemplares de *Testamento Político* em diversos arquivos e bibliotecas portuguesas, para além de quase uma dezena em outros fundos estrangeiros¹⁷⁶. Ao mesmo tempo, essas inúmeras versões do escrito reafirmam o diálogo estabelecido entre ‘estrangeirados’ e residentes do reino.

D. Luís da Cunha, crítico arguto aos costumes do país, apresentou propostas corajosas para o desenvolvimento de Portugal¹⁷⁷. Diante da enfermidade que acometia D. João V, começaram a surgir no reino rumores que D. José, príncipe herdeiro do trono, não possuiria as qualidades necessárias para assumir o cargo. De tal forma, *Testamento Político* foi escrito com propósito de alertar o futuro rei para os problemas que afetavam Portugal¹⁷⁸. Assim, o texto de D. Luís da Cunha continha uma série de propostas que vi-

¹⁷³ Cf. CARDOSO, José Luís. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII*, 1780-1808. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p. 35. Sobre o mesmo tema, veja-se: MACEDO, Jorge Borges de. “Estrangeirados”, um conceito a rever. *Bracara Augusta - Revista cultural da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXVIII, n. 65-66 (77-78), p. 179-202, 1974; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. ‘Estrangeirados’. A questão do isolacionismo português nos séculos XVII e XVIII. *Revista de História*. São Paulo: USP, n. 123-124, p. 35-70, ago/jul, 1990/1991; e ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

¹⁷⁴ NOVAIS, Fernando. *op. cit.*, p. 220.

¹⁷⁵ Títulos diferentes foram atribuídos à obra, dentre eles, o mais recorrente também é *Memorial ao Príncipe D. José, Rey depois, o primeiro em nome na ocasião da perigosa enfermidade d’El Rey D. João V, no anno de 1742*.

¹⁷⁶ Cf. CUNHA, D. Luís. *Testamento Político ou Carta de conselhos ao Senhor D. José sendo Príncipe*. 1742. SILVA, Abílio Diniz (int. ed. crítica). Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2013. p.194-198.

¹⁷⁷ SILVA, Abílio Diniz (ed.); CUNHA, D. Luís da. *Instruções Políticas*. Lisboa: CNCDP, 2001. p. 169.

¹⁷⁸ *Idem*, p. 34.

savam superar aqueles problemas administrativos com que Portugal se deparou na altura. O autor propôs um elenco considerável de reformas no campo das finanças do Estado, das alfândegas, do exército e da navegação mercantil. Apresentou, também, uma série de propostas para promover o desenvolvimento da atividade agrícola no reino, condição indispensável para colocar em marcha medidas que objetivavam o aumento populacional do reino.

A importância do mercado externo não passou despercebida ao autor, que além de elaborar um arrolamento das mercadorias que o reino importava e exportava, destacou a importância da colônia na América para o desenvolvimento econômico do Império Português. O autor não escusou-se em articular providências para o melhor aproveitamento dos benefícios que a colônia proporcionava à sua metrópole, sublinhando a importância dos produtos coloniais para o comércio do reino com o restante da Europa. Em especial, a produção açucareira deveria ser protegida, dado o relevo do produto no comércio de reexportação, que justificava, por exemplo, a proibição do confisco de engenhos pertencentes à cristãos-novos pela inquisição. Mas sua influência ‘caminhava lentamente’, diante de um ambiente extremamente hostil às ideias externas, no qual “a resistência conservadora conseguia ‘exilar’ os espíritos inquietos”¹⁷⁹.

Testamento Político substancia o caráter reformista do autor, que impõe sua própria limitação enquanto membro da aristocracia e do aparelho burocrático do Estado. Suas propostas visavam o fortalecimento da economia e política do Império. Contudo, não obistou em denunciar erros e abusos cometidos pela estrutura absolutista da governação que o imperativo econômico já não comportava mais. Nesse sentido, a argumentação em favor de superior colonização do Brasil, através de companhias de comércio, do combate aos contrabandos, especialmente do ouro, acompanhadas da reformulação fiscal e do aumento da circulação monetária, foi arrematada pela superação das discriminações entre cristãos-velhos e novos. Essa modificação exprime, além da ultrapassagem dos obstáculos colocados pela própria In-

¹⁷⁹ NOVAIS, Fernando. op. cit. p. 221.

quisição, a tomada de consciência da permanência de estruturas mentais descompassadas com os imperativos impostos pela conjuntura econômica.

O período que parte, grosso modo, das décadas finais do século XVII até os anos quarenta do século XVIII, foi abarcado por críticas e iniciativas modernizadoras de abrangência restrita, em ações localizadas e promovidas por um grupo reduzido de indivíduos, não representando esforço comum em torno de uma atualização modernizadora. Com o final do reinado de D. João V teve início a governação de D. José, que foi marcada por inúmeras reformas da política de Estado, encetadas pelo Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Aquele esforço reformista dos decênios anteriores transformou-se na principal característica do governo: a modernização embasada na razão aplicada à administração pública, traduzida em uma série de medidas fundamentadas na centralização do poder através do rígido controle do Estado, que pretendiam a modernização de Portugal¹⁸⁰.

A forte característica reformista racional da administração pombalina foi manifesta no seu projeto de reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755. A reconstrução da capital foi baseada em projeto racional de organização urbana, assentada nas experiências de outras grandes cidades europeias, exemplificando a marcada característica do período pombalino: inovações exteriores ajustadas à realidade portuguesa¹⁸¹.

No campo da ação econômica as reformas pombalinas visavam, para além do controle estatal, o desenvolvimento econômico do país. Em 1755 foi criada Companhia do Grão-Pará e Maranhão, que detinha o monopólio do comércio e navegação das capitanias homônimas na América. A companhia monopolista juntamente com a legislação que proibia a atividade de pequenos comerciantes itinerantes fizeram parte de uma iniciativa governamental para racionalizar a estrutura comercial portuguesa, favorecendo os grandes negociantes já estabelecidos.

¹⁸⁰ MAXWELL, Kenneth. *O Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. (trad. Port.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 97.

¹⁸¹ *Idem*, p. 37.

Em 1759 foi estabelecida a companhia de Pernambuco e Paraíba que, assim como suas antecessoras, tinha como ponto nevrálgico o monopólio sobre o comércio. Marcou o alargamento da política pombalina sobre maior controle da economia por meio de ações efetivas do Estado que, voltava sua atenção para os maiores centros de comércio, produção e exportação de açúcar no Brasil. O crédito público aos proprietários de engenhos, permitiu a criação de 123 novos engenhos num período de onze anos em Pernambuco. Com o aumento das unidades produtoras houve, também, o alargamento do comércio de escravos com vistas a abastecer de mão de obra as novas unidades produtivas¹⁸².

Também foram criadas companhias de comércio no Reino, foi o caso da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que objetivou a proteção dos grandes proprietários de vinhedos da região. Nos anos predecessores a 1756 houve pulverização em Portugal de vinhedos destinados à fabricação de vinho do Porto, desdobrando-se em maior oferta de matéria prima que, paulatinamente, decresceu o valor da mercadoria. A restrição e demarcação de áreas destinadas exclusivamente ao cultivo de uvas para a produção da bebida visava regular a produção e, desta feita, assegurar a manutenção dos preços elevados, no que dizia respeito às matérias primas e seu produto¹⁸³.

Em 1761 foi criado o Erário Régio, Instituição que concentrava e registrava todas as rendas da coroa. Foi um marco das reformas pombalinas no que tange ao aumento da fiscalidade e maior eficiência das instituições administrativas do Estado¹⁸⁴. Com corpo de funcionários técnicos que utilizavam modernas técnicas de contabilidade, foi exemplo dos esforços empreendidos com a finalidade de aumentar o controle do Estado acerca das finanças do reino¹⁸⁵. Não podemos deixar de mencionar as *Balanças de Comércio do Reino de Portugal, seus domínios e nações estrangeiras*, de atribuição do Erário Régio, que traziam detalhadamente as atividades comerciais

¹⁸² MAXWELL, Kenneth, *op. cit.*, p. 97-98.

¹⁸³ *Idem*, p. 61-64.

¹⁸⁴ Sobre o tema, veja-se: MONT SERRATH, Pablo Oller. *O Império Português no Atlântico: Poderio, Ajuste e Exploração (1640-1808)*. 334 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

¹⁸⁵ MAXWELL, Kenneth, *op. cit.*, p. 98.

entre Portugal, suas colônias e os demais países, compondo corpus documental elucidativo dos procedimentos para mensuração precisa das relações comerciais do país¹⁸⁶.

As reformas administrativas requeriam cabedal humano competente e tecnicamente formado para o manejo das novas instituições do Estado, o que tornava imprescindível a educação dos indivíduos direcionada para atender aos interesses do governo pombalino. Desde o século XVI a Companhia de Jesus exercia forte controle sobre a educação dos nobres no país. Assim, empreender reformas educacionais transformou-se em querela intensa contra os jesuítas e o centro de poder da Igreja Católica em Roma¹⁸⁷. O rompimento com o Vaticano, ensejado por ocasião do casamento de Dona Maria e Dom Pedro, avultou-se na expulsão do núncio papal de Portugal e, em contrapartida, dos residentes portugueses em Roma em 1760. Momento que marca uma crescente secularização do Estado português que abarcou instituições religiosas e educacionais¹⁸⁸, num processo de sucessiva diminuição da autonomia eclesiástica ante a governação pombalina.

A Inquisição foi secularizada abolindo a distinção entre cristãos velhos e novos, deixando de ser tribunal independente em 1769, passando ao controle estatal. Ensejo para que Pombal ordenasse que todas as propriedades confiscadas pela inquisição fossem integradas ao Tesouro Nacional¹⁸⁹. A Real Mesa Censória passou a desempenhar as funções de censura dos livros, anterior atribuição da instituição romana¹⁹⁰. A autorização de publicação de autores como Montesquieu, Voltaire e Locke, antes proibidos pela Inquisição, marcou o início das atividades da instituição sobre tutela do Estado.

Foram encetadas reformas no campo educacional que visavam a secularização do ensino e o aumento do número de escolas. Novas instituições educacionais especializadas foram criadas com a finalidade de suprir a necessidade de indivíduos aptos à desempenharem atividades no âmbito da administração pública. Em 1759 foi criada a Aula do Comércio que oferecia

¹⁸⁶ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980. p. 62.

¹⁸⁷ MAXWELL, Kenneth. *op. cit.*, p. 100.

¹⁸⁸ TAYLOR, Charles. *A era Secular*. Lisboa: Instituto Piaget. 2012, p. 109-112.

¹⁸⁹ MAXWELL, Kenneth, *op. cit.*, p. 98-99.

¹⁹⁰ *Idem*, p. 100.

ensino de práticas contábeis. Com forte caráter pragmático, tratava-se de uma escola profissional que, para além de atender às necessidades do Estado, capacitava os estudantes a exercerem atividades comerciais, o que atraiu boa parte dos filhos de negociantes portugueses¹⁹¹. A condução da Aula de Comércio estava sob os auspícios da Junta do Comércio, instituição erigida no mesmo ano com a finalidade de organizar a atividade produtiva e comercial do reino¹⁹².

Em 1761 foi estabelecido em Lisboa o Colégio Real dos Nobres, apontando uma diferenciação entre as atividades que os membros das camadas aristocráticas deveriam ocupar daquelas destinadas aos indivíduos oriundos das camadas plebeias¹⁹³. O Colégio dos Nobres tinha o objetivo de munir seus alunos com conhecimentos para tomarem assento nos mais altos cargos da administração pública. Além das aulas de humanidades, foram introduzidos estudos de matemática e física, pretendendo preparar os estudantes para o ingresso na Universidade de Coimbra¹⁹⁴.

A reforma da Universidade de Coimbra é tema importante quando tratamos das reformas educacionais ocorridas no período da administração pombalina. A mais antiga universidade portuguesa era, naquele momento, a responsável pela formação de toda elite 'letrada' de Portugal¹⁹⁵. Não trataremos aqui da História da Universidade de Coimbra, mas apenas da grande reforma ocorrida em 1772, interpretada pela historiografia como axiomática na história da universidade¹⁹⁶.

Em 28 de agosto de 1771, a Junta de Providência, comissão criada por Marques de Pombal a fim de elencar as causas da decadência do ensino em Portugal, formulou o relatório *Compêndio histórico do estado da Universi-*

¹⁹¹ FALCON, Francisco. *op. cit.*, p. 440.

¹⁹² CARDOSO, José Luís. Uma 'Notícia ... *op. cit.*, p. 87-101.

¹⁹³ FALCON, Francisco. *op. cit.*, p. 438.

¹⁹⁴ CARVALHO, Flávio Rey de. *Um Iluminismo Português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 21.

¹⁹⁵ Sobre a importância da Universidade de Coimbra ver: BRAGA, Theofilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas Relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1898, v.3; Universidade Coimbra (org.) *História da Universidade em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, Vol. I e II; CRISTINA, Ana. *O Marquês de Pombal e a universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000.

¹⁹⁶ Veja-se *História da Universidade em Portugal*, *op. cit.*, sobretudo vol. II., capítulos *O Saber: dos aspectos aos resultados* e *A universidade e a sociedade*.

dade de Coimbra. Foram apresentados os principais problemas de ensino na instituição. O documento imputou aos jesuítas, ou seja, à metodologia escolástica adotada pela Companhia de Jesus, a culpa pela ineficiência da Universidade em formar quadros intelectuais habilitados em Portugal:

“Ninguém duvidará de que os ditos Estatutos Jesuíticos fizeram na Universidade de Coimbra o mesmo, que em Babylonia fez a confusão das linguas diferentes; fizeram tantas seitas obstinadas, quantas foram as Opiniões daquelles Doutores, que estabeleceram com julgamento por unicos principios, e unicas regras; e fizeram consequente, e necessariamente com que a universidade, e todo este Reino ficassem por effeitos daquelles Magisterios, e daquelles Estudos ardendo em huma perpetua guerra de contradições, e de sofismas, que era o objecto, com que os ditos malignos Regulares introduziam com tantas intrigas na mesma Universidade os ditos Estatutos”¹⁹⁷

O incisivo vocabulário utilizado aponta a tônica da negação e abandono dos métodos jesuíticos. As principais críticas contidas no *Compêndio* eram: a prevalência da filosofia peripatética, falta de disciplinas auxiliares, fragmentação do conhecimento, ausência de ecletismo e desordem do conteúdo ensinado nas cadeiras universitárias¹⁹⁸. A expressão ‘peripatética’ utilizada no *Compêndio* referia-se à redução do debate em opiniões versadas sobre questões abstratas e absolutamente especulativas¹⁹⁹.

A partir dos problemas levantados foram elaboradas propostas que pretendiam modernizar o ensino na universidade, reunidas nos *Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772* do qual é possível deduzir dois campos principais de atuação normativa: o primeiro, as administrativas - ligadas diretamente à questões da administração universitária como matrícula, idade mínima para ingresso na universidade e duração de cursos; e o

¹⁹⁷ *Compêndio histórico do estado da universidade de Coimbra*, 1771. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1972, Edição Fac-símile. p. 94, item 62.

¹⁹⁸ Cf. CARVALHO, Flávio de. *op. cit.*, p.44-62.

¹⁹⁹ *Idem*, p. 53.

segundo, pedagógico-metodológicos - responsáveis por introduzir uma nova concepção de ciência em Coimbra²⁰⁰.

Quatro áreas de ensino existentes na universidade foram reformadas. Da teologia separou-se a filosofia moral, os cursos de jurisprudência civil e canônica foram atualizados e a medicina adquiriu caráter mais pragmático²⁰¹. Foram criadas duas novas faculdades, a de Filosofia, abrangendo a filosofia moral e a filosofia natural, e a de matemática. Um esforço significativo foi posto em marcha para a criação de meios que permitissem a prática do aprendizado com a criação de hospital universitário, teatro anatômico, dispensatório farmacêutico, observatório astronômico, museu de história natural, jardim botânico, gabinete de física experimental e laboratório químico. Inúmeros instrumentos científicos foram importados de países como Inglaterra, Escócia e Suécia²⁰². Cabe lembrar que o laboratório de física da universidade de Coimbra era considerado, no século XIX, um dos mais bem equipados da Europa.

As reformas empreendidas nos *Estatutos* de 1772 atendiam diretamente aos interesses do governo português no período - o fortalecimento do poder do Estado e o desenvolvimento econômico do país. A importância dada à criação de laboratórios de estudos práticos aponta um forte estímulo à pesquisa dos recursos naturais do Império. As reformas no âmbito do direito e da jurisprudência traduziam o anseio do governo em fortalecer seus poderes régios. De tal maneira que a reforma da universidade foi ferramenta a serviço do governo português para promover mudanças, de caráter político, na sociedade²⁰³.

Na formulação das reformas da Universidade de Coimbra, sentiu-se mais acentuadamente a influência dos estrangeirados, através das posições de Luís Antônio Verney²⁰⁴ e suas incisivas críticas aos métodos de estudo em Portugal no século XVIII, que ganharam voz nas reformulações

²⁰⁰ *Idem*, p. 63.

²⁰¹ AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. (Ed. Bras.), São Paulo: Alameda Casa editorial, 2004, p. 320-321.

²⁰² CARNEIRO, Ana Carneiro; SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula. "Enlightenment Science in Portugal: The Estrangeirados and Their Communication Networks". *Social Studies of Science*, vol. 30, n. 4 (aug. 2000), p. 591-619, p. 604.

²⁰³ MAXWELL, Kenneth. *O Marquês de Pombal. op. cit.*, p. 119-128.

²⁰⁴ VERNEY, Luís Antônio. *O verdadeiro método de estudar*. 1746. 2a. Ed. Lisboa: Sá da Costa, 1950.

apresentadas pelos Estatutos de 1772²⁰⁵. Muitos desses pensadores, que estavam fora de Portugal antes de 1772, tornaram-se professores na Universidade de Coimbra e, como tais, passaram a desenvolver inúmeras pesquisas no país. Podemos destacar João Jacinto de Magalhães, responsável pela criação do laboratório de física de Coimbra, que produziu nos anos posteriores diversos trabalhos sobre física experimental. Domingos Vandelli e Dalla Bella, ambos responsáveis pela criação do Jardim Botânico de Coimbra, bem como por estudos na área de botânica. Dalla Bella, por exemplo, dedicou-se aos estudos sobre as oliveiras e a produção de azeite de oliva²⁰⁶. Nos anos seguintes, Domingos Vandelli tornou-se um dos principais sócios da Real Academia de Ciências de Lisboa, autor com maior quantidade de textos publicados entre as *Memórias Econômicas*, e tornou-se próximo da administração do Estado ao assumir cadeira como deputado da Real Junta do Comércio em 1788.

O período da administração pombalina encetou inúmeras reformas que visavam estabelecer em Portugal um ambiente propício ao conhecimento ilustrado do século XVIII, que permitisse que a ilustração fosse colocada em prática em favor do Estado através de reformas que modernizassem o país social e economicamente. O iluminismo em Portugal foi instrumentalizado pela elite dominante como ferramenta para sua continuidade como tal. A adoção de novas ideias, técnicas e práticas visavam ultrapassar a defasagem econômica portuguesa para dotar o país de estruturas capazes de fazerem frente às potências europeias do período²⁰⁷.

Tratava-se de práticas assentadas em valores iluministas, cujas reformas não “deveriam subverter o edifício social”²⁰⁸. Almejavam, apenas, atualização em relação às demais sociedades europeias, com vistas à garantir a manutenção da estrutura social portuguesa. Foi período marcado, sobretudo, pelo ecletismo, de uma sociedade assediada pelo contato do ‘antigo’ com o ‘moderno’. A proteção do Estado aos grandes comerciantes e à aristocracia, marcada pelos privilégios monopolistas concedidos pelas companhias

²⁰⁵ CARNEIRO, Ana. (et. al.), *op. cit.*, p. 600.

²⁰⁶ *Idem*, p. 604-606.

²⁰⁷ MAXWELL, Kenneth. *op. cit.*, p. 159-177.

²⁰⁸ FALCON, Francisco. *op. cit.*, p. 489.

de comércio, trazem à tona a necessidade de modernização da sociedade, mas sem romper as estruturas sociais correntes²⁰⁹.

Por um lado o período foi marcado por uma administração preocupada em racionalizar a governação do Estado, criando estruturas que propiciassem tal objetivo. Por outro, era indispensável a criação de mecanismos que impedissem correntes de pensamento que promovessem a corrosão do tecido social vigente. Nesse sentido, a Real Mesa Censória com a função de proceder o exame dos livros, deixa claro que ao mesmo tempo em que a censura da Inquisição não atendia aos interesses do Estado, era impossível promover uma abertura total, sem nenhuma supervisão, de Portugal às ideias estrangeiras. A razão deveria ser aplicada, também, à contenção das ideias subversivas contestatórias às estruturas de poder da sociedade portuguesa e, ao mesmo tempo, permitir a superação dos entraves ao adiantamento econômico do país.

Aí reside o ecletismo do iluminismo português em meados do setecentos: a razão aplicada à economia e às instituições do governo mas sem minar as bases da sociedade. O controle manifesto do Estado assume caráter de contenção de correntes de pensamento que levassem à demolição do edifício social vigente. Tratava-se da razão aplicada ao aumento do poder central, instrumentalizando todos os campos da sociedade para tal fim, de maneira que a razão justificasse não apenas as reformulações implementadas mas, também, ratificasse a manutenção do *status quo*.

As medidas pensadas e as adotadas no período expõem o cerne da crise do sistema colonial. O desenvolvimento do reino era indispensável para que Portugal fosse capaz de aproveitar plenamente a exploração dos seus domínios coloniais, contudo, sua modernização era dependente da exploração daquelas colônias. Para sobrepujar o “dilema insolúvel”, a integração era a única saída alcançável. Mas, para que fosse possível integrar, deveria “modernizar-se”. Porém, no plano político interno, a modernização colocava um novo problema, na medida em que seria necessário instigar o pensamento crítico para “empreender as reformas”, e refreá-lo para não abarcar uma crí-

²⁰⁹ FALCON, Francisco. *op. cit.*, p. 445.

tica ao Antigo Regime como um todo. Mas o “ecletismo teórico e o reformismo prático”, eram incapazes de sujeitar as contradições que a crise do antigo sistema colonial manifestava²¹⁰.

As propostas do reformismo ilustrado para as reformas da política colonial, só seriam compreensíveis na medida em que fossem inseridas “no quadro mais geral da crise do sistema”. A própria estrutura do Antigo Sistema Colonial engendrava sua crise, pois, ao intensificar a acumulação de capital, intensificaria a acumulação mercantil e sua transformação em capitalismo industrial. No caso inglês, a passagem da manufatura para a introdução da máquina a vapor, era resultante “do mercado mundial e, sobretudo do mercado colonial”. Peças centrais do sistema, como monopólio e escravidão, passaram a representar “obstáculos intransponíveis” para o “desenvolvimento do capital em escala mundial”. De tal maneira, a própria exploração colonial, assentada no capital mercantil, era ameaçada²¹¹.

O período posterior ao governo do Marques de Pombal foi momento de maior abertura do pensamento português às ideias exteriores, fruto dos desdobramentos das reformas modernizadoras da sociedade portuguesa nos anos anteriores²¹². A partir de 1777, houve um período de relativa continuidade da fase pombalina, através do desenvolvimento lógico das práticas daquele período, o que evidenciou a ineficácia de alguma delas, e a necessária mudança a partir da influência de novas ideias advindas do exterior²¹³.

2. ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA: AS IDEIAS ECONÔMICAS

O ambiente intelectual português do quartel final do século XVIII consubstancia uma sociedade que interpretava o conhecimento ilustrado como chave para a superação dos entraves econômicos do país. O ideário reformista acreditava que a adoção localizada de práticas e técnicas seriam

²¹⁰ NOVAIS, *op. cit.*, p. 301.

²¹¹ ARRUDA, José Jobson de Andrade. O Sentido da Colônia. Revisitando a Crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780-1830). IN: TENGARRINHA, José. *História de Portugal*. 2ª Ed. Bauru: Edusc, 2001, p. 252.

²¹² NOVAIS, Fernando. *op. cit.*, p. 213-39.

²¹³ FALCON, Francisco. *op. cit.*, p. 225.

capazes de sobrepujar a defasagem das estruturas produtivas e incrementar a competitividade portuguesa face ao cenário econômico europeu. A Academia Real das Ciências de Lisboa foi significativa nesse contexto, pois, sua fundação em 1780 foi compreendida por seus contemporâneos como agremiação capaz de catalisar conhecimento e ação em prol dos avanços necessários ao reestabelecimento de Portugal entre as principais potências econômicas do período.

O item inaugural do “Plano de Estatutos” da Academia de Ciências evidencia a forte emulação de suas correlatas estrangeiras europeias para o estabelecimento da instituição em Lisboa, bem como sua vocação de promover a difusão de novos conhecimentos e técnicas que objetivavam levar a melhoramentos econômicos no país:

"O zelo e o amor da pátria, animado com o louvor e beneplácito de Sua majestade, estabelece em Lisboa, à imitação de todas as nações cultas, esta Academia das Ciências, consagrada à glória e felicidade pública, para o adiantamento da instrução nacional, perfeição das ciências e das artes e aumento da indústria popular"²¹⁴

O excerto acima aponta uma das principais características da Academia de Ciências: o pragmatismo. Os conhecimentos só seriam efetivamente úteis quando fossem manejados em prol da implementação de ações que objetivassem o melhoramento de práticas e técnicas que resultassem no incremento produtivo do país. Atitude que guarda estreita relação com as posturas assumidas em 1771 quando da elaboração pela Junta de Providência do “*Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra*”, que teceu numerosas críticas ao ensino que privilegiava questões filosóficas em detrimento de conhecimentos práticos para desqualificar a então administração jesuítica da universidade.

Nos itens X e XI do “Plano de Estatutos” foram sublinhados os objetivos concretos da Academia de Ciências: “*promover o aumento da agricultura, das artes e da indústria popular cuidando em introduzir o amor à ocupa-*

²¹⁴ *Plano de Estatutos em que convieram os primeiros sócios da Real Academia das Ciências, com o beneplácito de sua Majestade*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1780, item 1º.

ção e a toda espécie de trabalho que possa redundar em benefício da pátria”²¹⁵. Uma de suas finalidades era promover o desenvolvimento de novas técnicas produtivas nos campos da agricultura e manufatura, que permitissem o incremento da capacidade produtiva do país. Em especial, o desenvolvimento da atividade agrícola desenhcou-se nos anos posteriores como tema central das questões abordadas, de tal maneira que, as artes e manufaturas, ocuparam lugar de menor destaque dentre as preocupações da Academia de Ciências.

Com vistas a cumprir seus objetivos, a Academia promovia concursos para a atribuição de prêmios, nos quais os candidatos deveriam apresentar suas reflexões sobre os temas que faziam parte do escopo de interesses da instituição. Os textos apresentados e premiados eram reunidos publicados nas *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Indústria em Portugal e suas Conquistas*²¹⁶. As *Memórias Económicas* são testemunho do esforço da Academia de Ciências em constituir e difundir um saber novo, com vistas a produzir uma nova abordagem sobre a realidade portuguesa e, consubstanciavam um processo de sensibilização e reflexão sobre os problemas econômicos nacionais²¹⁷. Ao mesmo tempo, as *Memórias Económicas* foram responsáveis por levar à baila pública os debates em torno do desenvolvimento econômico português. Nesse mesmo sentido, a Academia de Ciências assumiu papel importante tais quais suas congêneres europeias. As sociedades científicas desempenharam função basilar no desenvolvimento do conhecimento científico no século XVIII. Apresentavam-se como um complemento das universidades, sobretudo nos países nos quais elas estavam submetidas ao interesse do Estado ou da Igreja²¹⁸. Assim, o aparecimento da Academia Real de Ciências de Lisboa foi a consumação da assimilação das ideias ilus-

²¹⁵ Plano de estatutos em que convieram os primeiros sócios... op. cit. X e XI.

²¹⁶ CARDOSO, José Luís (org.). *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Indústria em Portugal e suas Conquistas*. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

²¹⁷ Cf., CARDOSO, José Luís. *O Pensamento Económico em Portugal...*, op. cit., p. 81.

²¹⁸ HAMMERSTEIN, Notker. "Epilogue: The Enlightenment". In: RIDDER-SYMOENS, Hilde de (ed.). *A History of the University in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 627.

tradas em Portugal, sendo interpretado como o estabelecimento e organização de uma comunidade científica lusitana²¹⁹.

O primeiro tomo das *Memórias Económicas* foi publicado em 1789, o segundo em 1790, o terceiro em 1791, o quarto em 1812 e o quinto e último em 1815. Reuniram ao todo 75 textos de 39 autores diferentes. Constituem conjunto de importância por aglutinarem grande variedade de autores, incluírem estudos técnicos e espelharem o gênero de problemas para os quais a Academia e seus colaboradores buscavam soluções. A maioria dos escritos versou sobre temas agrícolas e pecuários e, alguns, abordaram temas relacionados à tecnologia produtiva para aplicação nas manufaturas. Domingos Vandelli, José Inácio da Costa, Tomás António de Vila Nova Portugal, Constantino Botelho de Lacerda Lobo, José Joaquim da Cunha Azaredo Coutinho, José Veríssimo Álvares da Silva, José Joaquim Soares de Barros e Rodrigo de Souza Coutinho²²⁰ foram alguns dos autores *memorialistas* que trataram o tema do desenvolvimento econômico com especial atenção às atividades agrícolas.

As *Memória Económicas* mereceram atenção de alguns historiadores. O próprio estilo argumentativo das Memórias, que enumeravam as debilidades e atrasos constatados para a partir de então propor ações, transparecem uma sensação de atraso técnico português para o período, e serviram como bases para estabelecer o quadro de atraso e decadência de Portugal em fins do século XVIII com o trabalho de Jorge Borges de Macedo²²¹. Vitorino Magalhães Godinho postulou que apesar do esforço da Academia de Ciências em disseminar uma nova abordagem sobre os problemas econômicos, inovações significativas no campo da produção agrícola só foram possíveis a partir de 1830. Ademais, a presença de ideias ainda ligadas ao mercantilismo dei-

²¹⁹ Ver: CARNEIRO, Ana (et. al.) *op. cit.*, p. 610; CARDOSO, José Luís. *O Pensamento Económico em Portugal op. cit.*, p. 43.

²²⁰ Sobre as Memórias Económicas Ver: CASTRO, Armando. *O pensamento económico no Portugal moderno (de fins do século XVIII a começos do século XX) op. cit.*, sobretudo CARDOSO, José Luís, *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808*. Lisboa : Editorial Estampa, 1989.

²²¹ MACEDO, Jorge Borges. *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Associação industrial Portuguesa, 1963, p. 211-231.

xaram espaço para persistências estruturais que não romperam com os regimes de propriedade e exploração²²².

Para Jorge Pedreira, apesar de um aspecto liberal as *Memórias Económicas* não representavam clara consciência do termo e suas implicações, como a regulação automática do mercado e liberação dos agentes económicos²²³. Pedreira, porém, defende que esses escritos foram signo do abandono e negação de todo resquício das políticas económicas colocadas em prática pelo Marques de Pombal, em especial, o controle pelo Estado das atividades produtivas no Reino²²⁴. A conjuntura económica de finais do século XVIII marcada pela prosperidade mercantil, fez com que os autores memorialistas vissem como desnecessárias as proteções à economia implementadas no período da governação pombalina, traduzindo-se num discurso no qual os dispositivos de regulação comercial, marcadamente as Companhias de Comércio e as medidas que asseguravam privilégios às manufaturas ante às demais atividades produtivas, fossem entendidas como dispensáveis²²⁵.

Segundo José Luís Cardoso, os autores das *Memórias Económicas* não aceitavam pacificamente a abertura incondicional da economia portuguesa ao exterior. Ao Estado ainda caberiam as funções de dirigir e favorecer a atividade económica, em específico a agricultura, pois, para aqueles autores a atividade era entendida como a mais importante e fundamental para a prosperidade social e económica²²⁶. Cardoso sublinhou, também, que a prioridade dada pelos memorialistas às produções agrícolas não representou uma adesão às teorias fisiocráticas. Em muitos casos, a teoria fisiocrática contida nos textos é limitada ou subentendida, tratando-se de uma compreensão superficial e empírica não preocupada com questões teóricas funda-

²²² GODINHO, Vitorino Magalhães. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Lisboa: Arcádia, 1977, 3a. ed., p. 117-33.

²²³ Cf., PEDREIRA, Jorge Miguel. “Agrarismo, Industrialismo, Liberalismo. Algumas notas sobre o pensamento económico português”. In: CARDOSO, José Luís (org.). *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1988. p. 63-83, p. 75.

²²⁴ Cf. PEDREIRA, Jorge Miguel. *op. cit.* p.66.

²²⁵ PEDREIRA, Jorge Miguel. *op. cit.* p.67.

²²⁶ Cf. CARDOSO, José Luís, *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII*, *op. cit.*, p. 42.

mentais como classes proprietárias, produtivas e estéreis, bem como a fluxo de circulação dos ganhos entre elas²²⁷.

As *Memórias Econômicas* traduzem, para Fernando Novais, o esforço da Academia de Ciências em relacionar a produção intelectual de vanguarda com o movimento reformista²²⁸. Foram representantes da maior abertura do pensamento português em finais do século XVIII, devendo ser compreendidas como fruto dos desdobramentos das reformas modernizadoras da sociedade portuguesa encetadas pelo Marquês de Pombal. Ao mesmo tempo em que foram portadoras dos sinais da crise do Antigo Sistema Colonial na medida em que, apesar da diligência em torno de novos conhecimentos, a dependência econômica portuguesa do exclusivo metropolitano com suas colônias impunha um quadro que impossibilitava a crítica profunda às estruturas econômicas de Portugal²²⁹.

A Real Academia de Ciências de Lisboa representa um momento de aprofundamento da reflexão sobre as possibilidades de melhoria da situação econômica de Portugal. Revelam influências do pensamento ilustrado, mas não avançam na sistematização de um ideário econômico que pudesse, mesmo em parte, contrapor-se ao mercantilismo. As *Memórias Económicas* são caracterizadas pela heterogeneidade de autores e temas. Sem dúvida compõem corpo documental que reflete as questões econômicas que tomavam a baila no período, bem como a interpretação de seus autores sobre elas. Seu estudo não deve ser baseado na procura por uma linha central que caracterize uma escola de pensamento, mas sim por uma abordagem que privilegie a maneira que seus autores pretendiam interagir com a economia, e como compreendiam seus mecanismos de funcionamento.

As *Memórias Económicas* tinham o intuito de alcançar os objetivos da Academia de Ciências, promover o conhecimento das atividades produtivas e sua situação no país, para aplicação de novas técnicas com objetivo de aumentar as produções, principalmente agrícolas. Para atingir tal meta, os textos são revestidos de forte caráter de inventariado do cenário das ativida-

²²⁷ CARDOSO, José Luís, *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII*, op. cit., p. 36.

²²⁸ NOVAIS, Fernando. op. cit., p. 224-225

²²⁹ Idem, p. 213-239.

des produtivas, para então versarem sobre ações que potencializassem seu incremento. Os 75 escritos que compuseram a totalidade das *Memórias Económicas* são de dois tipos: específicos, abordando casos exclusivos, como a *Memória sobre a guaxima*²³⁰, que tratou da substituição de matéria prima para produção de cordames, com descrição de experimentos e seus resultados; e gerais, que trataram da atividade econômica de uma determinada região, procedendo descrição de lavouras agrícolas, manufaturas e suas técnicas, características geográficas, climáticas e populacionais, como é possível depreender na *Descrição económica do território que vulgarmente se chama Alto-Douro*²³¹.

De tal maneira as *Memórias Económicas* compõem um grupo de escritos eclético, quando observado o conjunto de temáticas, e específico, em relação às matérias individuais de cada texto. O plano de ação esboçado por seus autores almejava, sobretudo, a adoção de práticas localizadas e específicas, indicando uma ausência de compreensão do funcionamento sistêmico da economia. Entendimento que, apesar de recorrente nos textos da Academia de Ciências, não representava unanimidade entre os autores portugueses do período. Manuel Joaquim Rebelo é caso exemplar de uma teoria analítica assentada a partir de uma abordagem que alcançasse a sociedade como um todo. O autor defendeu que a economia deveria ser abordada “*em um princípio, [que deduzisse] as regras gerais da economia política aplicadas a este reino*”²³².

A abordagem pontual dos problemas econômicos por parte dos autores das *Memória Económicas*, não permitiu a adoção de práticas que visassem à reconfiguração abrangente das atividades econômicas. De tal maneira, essas proposições estavam focadas em ações limitadas ao ambiente geográfico do Reino. As relações entre Portugal seus domínios e colônias apareceram nos textos de maneira tangencial. Assim, as soluções aventadas dirigiam-se

²³⁰ FERREIRA, José Henriques. “Memória sobre a guaxima”. IN: *Memórias Económicas, op. cit.*, Tomo I, p. 9-12.

²³¹ SILVA, José Veríssimo Álvares da. “Memória histórica sobre a agricultura portuguesa considerada desde o tempo dos romanos até o presente, 1782”, IN: *Memórias Económicas, op. cit.*, Tomo III, p. 27-50.

²³² REBELO, Manuel Joaquim., *op. cit.*, p. 9.

ao mercado interno português, relegando às demais possessões um lugar secundário no horizonte de problemas abordados.

Como mencionado, as *Memórias Económicas* deram acentuado privilégio aos temas agrícolas, marcado por textos que detalharam regiões de cultivo e seus produtos. As abordagens foram pontuais e pleiteavam o desenvolvimento da atividade com vistas à substituição das importações, em especial, o trigo. Há, também, aquelas memórias que se ocuparam em discorrer acerca de novas técnicas de plantio e maneiras de contenção de pragas com objetivo de promover o aumento da produção. Os textos de Domingos Vandelli são exemplos da relação estabelecida entre o uso de novas técnicas agrícolas para o incremento produtivo²³³. Do mesmo autor a *Memória sobre as produções naturais do reino, e das conquistas, primeiras matérias de diferentes fábricas, ou manufaturas*²³⁴ contém uma descrição dos produtos agrícolas que poderiam ser utilizados como matéria prima para produção de diferentes manufaturas. No texto, os domínios e colônias aparecem como ambiente propício ao cultivo de novos produtos agrícolas com objetivo de suprirem a produção manufatureira portuguesa o que permitiria a substituição de importação tanto de matérias primas como produtos manufaturados. Contudo, Vandelli teorizou que a atividade manufatureira mereceria atenção do Estado apenas após o pleno desenvolvimento da agricultura. Para o autor a atividade agrícola produziria os itens mais importantes à subsistência humana, uma vez que as mercadorias manufaturadas eram supérfluas e dispensáveis.

Domingos Vandelli em outro texto, *Memória Sobre a Preferência que em Portugal se deve dar à Agricultura sobre as Fabricas*²³⁵, clarificou seu en-

²³³ Sobre tais temas, veja-se de Domingos Vandelli. “Memória sobre a ferrugem das oliveiras”. *Memórias Económicas, op. cit.*, Tomo I, p.19-20; “Memória sobre as produções naturais do reino, e das conquistas, primeiras matérias de diferentes fábricas, ou manufaturas”. *Memórias Económicas, op. cit.*, Tomo I, p. 169-178; “Memória sobre a agricultura deste reino, e das suas conquistas”. *Memórias Económicas, op. cit.*, Tomo I, p.127-134; “Memória sobre algumas produções naturais deste reino, das quais se poderia tirar utilidade”. *Memórias Económicas, op. cit.*, Tomo I, p. 135-142 e “Memória sobre algumas produções naturais das conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam”. *Memórias Económicas, op. cit.*, Tomo I, p. 143-156.

²³⁴ VANDELLI, Domingos. “Memória sobre as produções naturais do reino, e das conquistas, primeiras matérias de diferentes fábricas, ou manufaturas”. *op. cit.*, p. 169-178.

²³⁵ VANDELLI, Domingos. *Memória Sobre a Preferência que em Portugal se deve dar à Agricultura sobre as Fabricas*. In: *Memórias Económicas da Real Academia das Ciências de Lisboa*, tomo I, *op. cit.*, p. 185-193.

tendimento acerca da agricultura enquanto atividade mais importante do Reino. Para o autor, a agricultura seria a única origem da riqueza, enquanto as produções das manufaturas seriam apenas artigos supérfluos. Vandelli não discorreu sobre os componentes do valor das produções agrícolas e manufaturadas. Sua teorização sustentou-se na constatação que desenvolver as manufaturas sem o pleno progresso da agricultura seria impossível, uma vez que a mão de obra necessária à agricultura seria subtraída pelas manufaturas. Nesse cenário, as produções agrárias seriam diminuídas fazendo com que fosse necessário suprir a demanda por tais produtos através de importações.

Sobre o valor das produções Manuel Joaquim Rebelo afirmou que a atividade humana ligada à manufatura e artes dariam origem a novos produtos e, dessa maneira, novos valores. Rebateu a teoria segundo a qual apenas o trabalho dos lavradores era produtivo, pois, o valor do trabalho dos artesões seria apenas uma valoração daqueles produtos agrícolas que consumiram durante o processo produtivo, ou seja, acréscimo nos custos de produção. Para Rebelo, os ofícios das manufaturas e artes eram produtivos na medida em que o valor do trabalho não era apenas o que consumiram de produtos agrícolas durante o processo produtivo, mas o produto do trabalho criaria novos valores às mercadorias, que supririam com sobejo a manutenção e reprodução do trabalho²³⁶.

Nas *Memórias Económicas* é inexistente a preocupação em desenvolver teoricamente o tema do valor do trabalho ou preço das mercadorias. O tema foi abordado tangencialmente quando relacionado o aumento das produções com o decréscimo de seus preços, o que abria caminho para o maior consumo e, conseqüentemente, maior produção. Contudo, o tema do aumento do consumo estava diretamente relacionado com o aumento populacional do reino. Nas *Memórias Económicas* encontramos diversos textos que se utilizaram de levantamento populacional para embasarem seus argumentos. Domingos Vandelli²³⁷, por exemplo, destacou que a decadência agrícola

²³⁶ REBELO, Manuel Joaquim, *op. cit.*, *op. cit.*, p. 42.

²³⁷ VANDELLI, Domingos. “Memória sobre a agricultura deste reino, e das suas conquistas”. *Memórias Económicas*, *op. cit.*, Tomo I, p. 127-134.

era causada pelo diminuto número de moradores, como fruto das migrações e navegações. Joaquim Soares Barbosa, na *Memória sobre os hospitais do reino*²³⁸ destacou que, para o aumento da população, era fundamental que o governo dedicasse maior atenção em relação aos órfãos e doentes, na medida em que o crescimento populacional seria o principal instrumento para a manutenção da soberania portuguesa no contexto português.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no *Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos na indústria das nações que as possuem, e especialmente da portuguesa*²³⁹, afirmou que com aumento do fluxo de ouro para o Reino haveria incremento das produções agrícolas através da diminuição de juros, o que proporcionaria maior investimento na agricultura, desdobrando-se em crescimento do número de indivíduos que, por sua vez, dotariam o país com maior capacidade produtiva a partir da disponibilidade de mais braços para o trabalho. Trata-se de uma ideia que se aproximou da interpretação de Rebelo no que tange às melhorias das condições de vida dos indivíduos como chave para possibilitar o incremento populacional. Contudo, D. Rodrigo de Sousa Coutinho afastou-se das ideias do negociante português ao relacionar o aumento populacional apenas com o incremento da capacidade consumidora e produtiva da sociedade.

Como examinado por John Robertson, o século XVIII foi marcado por uma crescente reflexão sobre argumentos econômicos, traduções de livros que abordaram o tema e adaptação de teorias econômicas aos contextos locais. Assinalando, desta maneira, um processo cada vez maior de debate das ideias de economia política na esfera pública, em que diferentes argumentos eram apresentados e discutidos²⁴⁰. Nesse sentido, a Academia de Ciências de Lisboa teve papel fundamental em levar à esfera pública a abordagem dos problemas econômicos do Império Português a partir do viés da

²³⁸ BARBOSA, Joaquim Soares. “*Memória sobre os hospitais do reino*”. *Memórias Económicas. op. cit.*, Tomo IV, 103-114.

²³⁹ COUTINHO, D. Rodrigo de Souza. “Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos na indústria das nações que as possuem, e especialmente da portuguesa”. *Memórias Económicas, op. cit.*, Tomo I, p. 179-184.

²⁴⁰ ROBERTSON, John. “Enlightenment, Public Sphere and Political Economy”. In: ASTIGARRAGA, Jesús; USOZ, Javier (eds.). *L’Économie Politique et la Sphère Publique dans le Débat des Lumières*. Madrid: Casa de Velázquez, 2013. p. 9-32.

economia política. As *Memórias Econômicas* marcam momento no qual os argumentos da economia política passaram a ser operacionalizados em favor das diferentes teses que visavam o avanço econômico do Império. O surgimento de escritos fora do âmbito das publicações da Academia, a partir de 1790, aponta sua importância e contribuição para difusão do papel das teorias econômicas nas discussões sobre os problemas portugueses de final do setecentos.

No ano de 1795 foi publicada a “Memória Económico-Política da Província de Extremadura” por José de Abreu Bacellar Chichorro²⁴¹. Nomeado em 1793 como juiz da Província de Estremadura, uma das tarefas de que havia sido incumbido foi o levantamento da povoação, agricultura, fábricas, comércio e indústria da região. Tarefa esta muito próxima dos objetivos a que se destinavam a Academia de Ciências pelos seus estatutos. Moses Amzalack sublinhou que a posição doutrinária de Bachelar Chichorro seria “largamente influenciada pelas ideias de Adam Smith”, não se tratando de um pensamento mercantilista ou fisiocrático²⁴². As ideias desse autor aproximam-se fortemente da defendidas por Manuel Joaquim Rebelo, contudo, faz-se necessária a ressalva que Bachellar Chichorro era Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra²⁴³, diferença fundamental em relação a Rebelo, negociante que não havia frequentado, ou fazia parte, dos altos círculos educados de Portugal.

Chichorro abriu sua obra contradizendo as teorias de cariz mercantilistas que defendiam o acúmulo de metais preciosos como signo da riqueza das nações. Para o autor, ouro e prata seriam metais sem valor intrínseco, possuindo apenas um valor fictício que visava a facilitar as trocas dos diversos gêneros. Suas naturezas estéreis fariam com que tais metais fossem incapazes de sua reprodução e, por conseguinte, seriam inúteis por si só²⁴⁴. Interpretação próxima de Manuel Joaquim Rebelo, contudo, para o negociante português a moeda possuiria valor intrínseco, calculado a partir do me-

²⁴¹ CHICHORRO, José de Abreu Bacellar. *A Memória Económico-Política da Província de Estremadura*. 1795. AMZALAK, Moses Bensabat (org.). Lisboa: S/E, 1943.

²⁴² *Idem*, p. 13.

²⁴³ *Idem*, p. 12.

²⁴⁴ CHICHORRO, José de Abreu Bacellar, *op. cit.*, p. 28-29.

tal que a comporia²⁴⁵. Cabe ressaltar que a circulação de títulos em papel, os primórdios do papel-moeda, deu-se em Portugal a partir de 1797, o que nos permite depreender que, apesar das diferenças conceituais, ambos autores se referiam ao valor das moedas cunhadas a partir de metais preciosos. Ademais, Rebelo considerava que as moedas tratavam-se de mercadorias como outras quaisquer, o que justifica sua interpretação de que seus valores seriam compostos pelas mesmas determinantes das demais mercadorias, valor intrínseco e extrínseco.

Ambos autores comungavam das mesmas interpretações acerca da incapacidade da natureza, a despeito de sua importância, para suprir todas as necessidades humanas. Nesse sentido, também para Chichorro, o trabalho humano era fundamental, tanto para a produção daqueles bens essenciais não fornecidos naturalmente, como enquanto formador da riqueza pública de uma nação²⁴⁶. Reside aqui outra diferença em relação às ideias de Rebelo: Bacellar Chichorro, em momento algum de sua obra, discutiu o caráter criador de novos valores conforme havia sido atribuído pelo negociante de Lisboa.

Para Bacellar Chichorro o desenvolvimento do Estado estaria atrelado ao desenvolvimento da agricultura, à implementação de obras que facilitassem o acesso às regiões mais distantes de Portugal, a liberdade de comércio e abolição dos exclusivos, com especial atenção aos exclusivos de monopólio²⁴⁷. Se por um lado o autor aproximou-se sobremaneira das considerações de Rebelo, por outro sua argumentação não deteve-se no detalhamento das suas ideias. Assim, suas ideias econômicas careceram de maior desenvolvimento argumentativo, não nos permitindo compreender o papel da liberdade de comércio dentro da sociedade. Em verdade, não foram abordados mais aprofundados temas relacionados à composição do valor das mercadorias, o desregulamento do mercado causado pelas práticas de concessão de privilégios, bem como as componentes dos valores das mercadorias, questões muito afeitas a Rebelo. Nesse sentido é apenas possível marcar a

²⁴⁵ REBELO, Manuel Joaquim, *op. cit.*, p. 72.

²⁴⁶ CHICHORRO, José de Abreu Bacellar, *op. cit.* p. 34.

²⁴⁷ *Idem*, p. 36

proximidade interpretativa de ambos autores, sublinhando a maior amplitude teórica das ideias de Manuel Joaquim Rebelo.

Outro autor luso-brasileiro no contexto de textos que versaram sobre a questão da economia política foi José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho. Descendente de uma família que tinha negócios com a produção açucareira no Brasil, Azeredo Coutinho nasceu em 1742 na Vila de São Salvador dos Campos de Goitacases, ao norte do Rio de Janeiro. Ele graduou-se em Cânones na Universidade de Coimbra, foi ordenado Bispo e ocupou diversos cargos no Tribunal do Santo Ofício²⁴⁸. O Bispo Azeredo Coutinho publicou: “Memória sobre o Preço do Açúcar” em 1791²⁴⁹, “Ensaio Económico sobre o Comércio de Portugal e suas Colônias” em 1794²⁵⁰, “Discurso sobre o Estado Atual das Minas do Brasil” em 1804²⁵¹ e, finalmente, “Análise sobre a Justiça do Comércio do Resgate dos Escravos da Costa da África” em 1807²⁵².

A partir de seus textos sobressai uma análise baseada na filosofia moral através do relacionamento dos ‘interesses e paixões humanas’ com o funcionamento da economia. Os laços econômicos seriam assentados na luta dos interesses e paixões individuais dos agentes econômicos, os quais definiriam os interesses específicos das nações. Assim, os mecanismos de operação do mercado internacional seriam os mesmos que governavam as relações econômicas no mercado doméstico. Além disso, a riqueza dos indivíduos seria a base para a riqueza das nações²⁵³.

Na chave interpretativa de Azeredo Coutinho, a liberdade dos agentes econômicos seria o mecanismo ideal para que o povo alcançasse sua prosperidade. Contudo, o mercado doméstico seria governado por ordem e ética cristã que seriam as balizas para as ações dos indivíduos. As vontades dos agentes econômicos deveriam ser submissas ao interesse público que,

²⁴⁸ CANTARINO, Nelson Mendes. *A Razão e a Ordem: O Bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho e a Defesa Ilustrada do Antigo Regime Português*. Tese de Doutorado: FFLCH; Univ. São Paulo, 2012, p. 38-39.

²⁴⁹ *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, op. cit., Tomo III, p. 381-391.

²⁵⁰ COUTINHO, Joaquim José da Cunha de Azeredo. *Ensaio Económico sobre o comercio de Portugal e as suas Colonias*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1794.

²⁵¹ COUTINHO, Joaquim José da Cunha de Azeredo. *Discurso sobre o Estado Actual das Minas do Brasil*. Lisboa: Impressão Régia, 1804.

²⁵² COUTINHO, Joaquim José da Cunha de Azeredo. *Análise sobre a Justiça do Comércio do Resgate dos Escravos da Costa de África*. Lisboa: Oficina de João Rodrigues Neves, 1807.

²⁵³ COUTINHO, J. J. da Cunha Arezedo. *Obras Económicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho (1794-1804)*. HOLANDA, Sérgio Buarque de (apres.). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 63.

quando fosse colocado em risco, deveria abandonar a liberdade em seu favor²⁵⁴. Ademais, tal liberdade deveria ser restrita aos limites de Portugal, uma vez que no plano internacional, apenas uma pequena liberdade do comércio seria suficiente para balancear os interesses das nações.

Assim, a competição entre as nações deveria ser tratada com cuidado, tendo em mente o caráter inelástico da economia, pois “tudo quando uma nação ganha de uma parte, diminui a potência real e relativa das suas rivais; e, reciprocamente, se aumenta de tudo quanto elas perdem”²⁵⁵. Enquanto por um lado, no plano externo a competição seria o mecanismo de rivalidade entre as nações, por outro lado, ela teria o papel regulador do ‘preço justo’ das mercadorias no mercado interno²⁵⁶. A abordagem de Azere-do Coutinho estava assentada na ‘bondade, qualidade, justiça e utilidade’ para descrever os mecanismos regulatórios da economia, apontando o alcance teórico de seus textos²⁵⁷.

A grande prosperidade comercial experimentada pelo Império Português durante o final do século XVIII estava diretamente relacionada com o papel desempenhado pelo Brasil. Entre 1785 e 1790 a balança comercial portuguesa esteve em equilíbrio em relação à Inglaterra e, no quinquênio posterior, foi superavitária nas relações comerciais com os ingleses²⁵⁸. A crescente demanda da nascente indústria europeia por matérias primas coloniais, em especial o algodão no caso inglês, encontrou uma colônia com produção agrícola diversificada. À essa conjuntura, soma-se que o mercado colonial brasileiro deixou de ser apenas exportador de produtos agrícolas, e passou a ter importante papel no consumo das mercadorias manufaturadas portuguesas.

Na segunda metade do século XVIII, a colônia experimentou significativa diversificação do seu mercado interno. A pauta das exportações do Brasil para Portugal passou de 33 para 126 itens, enquanto ouro e açúcar deixaram de ser os produtos predominantemente exportados. Ao final da

²⁵⁴ *Idem*, p. 23.

²⁵⁵ *Idem*, p. 81.

²⁵⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de *op. cit.* 129.

²⁵⁷ *Idem*, p. 173-186.

²⁵⁸ Cf. ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial... op. cit.*, p. 63.

centúria, o açúcar respondia por 35% do total das transações entre metrópole e colônia, ao passo que, o restante da pauta comercial, foi preenchida por uma diversidade considerável de produtos. Tais dados apontam a “dinamização da vida econômica da colônia”, em que havia “tendência à internalização do fluxo de renda”. Aos poucos a colônia conseguia afastar-se da “rigidez do pacto colonial”²⁵⁹.

Tal qual o que se delineou no século XVII, em relação às colônias inglesas, emergia em Portugal “nova configuração nas relações no âmbito do sistema colonial”. A especificidade do “novo padrão de colonização”, oriundo dos portugueses, residia na relação colônia-metrópole através da industrialização. Tratar-se-ia de um “novo arranjo”, que não minorava o monopólio, mas assinalava um “novo tipo de relacionamento bilateral”²⁶⁰

As *Memórias Econômicas* substanciam um momento em que o mercantilismo ilustrado português tentava encontrar meios de amenização do exclusivo metropolitano. Aquelas modificações que o sistema colonial português havia experimentado a partir de meados do século XVIII, começava a desenhar seus primeiros frutos, em que a colônia havia se convertido em celeiro de produções agrícolas, devido a política de diversificação, ao mesmo tempo que transformou-se no grande consumidor dos produtos metropolitanos. Contudo, desde o final da governação Pombalina o descompasso econômico entre Portugal e as grandes potências europeias havia se tornado mais claro.

²⁵⁹ ARRUDA, José Jobson de Andrade. O Sentido da Colônia. Revisitando a Crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780-1830). IN: TENGARRINHA, José. *História de Portugal*. 2ª Ed. Bauru: Edusc, 2001, p. 251.

²⁶⁰ *Idem*, p. 255

CAPÍTULO 3

ECONOMIA POLÍTICA: A OBRA

Já fizemos referência ao intervalo de vinte e seis anos que separou a escrita de *Economia Política*, em 1795, da sua primeira publicação, em 1821. Os caminhos percorridos pelo texto original, na forma manuscrita por Manuel Joaquim Rebelo até sua saída do prelo no século XIX, são por nós desconhecidos. Igualmente, não temos conhecimento que o original produzido pelo negociante tenha sido conservado até os dias atuais. Nesse sentido, é impossível diagnosticar com exatidão acréscimos ou modificações ao texto primário no processo de sua publicação em 1821. Da análise interna da obra, como um todo, é razoável asseverar a homogeneidade do discurso adotado pelo autor, não sendo explícitas quebras ou desvios expositivos que apontem adições posteriores.

A edição de 1821, composta pela Impressão de Alcobia, contava 214 páginas impressas e encadernadas em oitavo. Dessa primeira edição tínhamos conhecimento da existência de apenas três exemplares, nas seguintes bibliotecas: Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca Pública Municipal do Porto e *Kress Library* da Universidade de Harvard²⁶¹. A essa pequena listagem, deve-se acrescentar um quarto exemplar que esteve à venda, no ano de 2008, na livraria Moreira da Costa, na cidade do Porto²⁶². Como publicação de 1821 não trazia referência à sua tiragem, é impossível assegurar a quantidade de exemplares de *Economia Política* dadas ao público naquele momento.

O trabalho feito em torno da obra para sua nova edição no volume quarto da Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, pelo Banco de Portugal, em 1992, manteve a integralidade do texto, cabendo apenas atualizações ortográficas. Obviamente com as técnicas de impressão modernas, a paginação é diferente entre a edição de 1821 e 1992.

A obra foi dividida em dezoito capítulos, intitulados e sequenciados conforme segue: “*Necessidade de estudar metodicamente a economia política*”, “*Reflexões Gerais*”, “*Ordem natural da sociedade civil da qual se dedu-*

²⁶¹ Cf. CARDOSO, *O Pensamento Económico em Portugal... op. cit.*, p. 221.

²⁶² Catálogo Promocional da Livraria Moreira da Costa, 2008. Disponível em <<http://almocrevedaspetas.blogspot.com.br/2008/06/catlogo-promocional-da-livraria-moreira.html>> Acesso em 14/01/2015.

zem as regras da economia política”, “Agricultura”, “Povoação”, “Artes e Manufaturas”, “Comércio”, “Pescaria”, “Navegação”, “Domínios Ultramarinos”, “Moeda Corrente”, “Tributos e Contribuições”, “Administração da Fazenda Real”, “Dos Juros do Dinheiro”, “Crédito Público”, “Giro do dinheiro, e das suas representações equivalentes”, “Câmbio, e suas letras” e “Balança do Comércio”.

O estilo de exposição de Manuel Joaquim Rebelo fez com que os três primeiros capítulos condensassem praticamente todos seus postulados teóricos, que foram repetidos diversas vezes nos capítulos subsequentes. Tais capítulos têm acentuado viés prático e pedagógico. São neles em que o autor demonstra seu conhecimento sobre as instituições portuguesas de seu tempo e as operações mercantis, ao descrever desde questões mais simples, ao tratar matérias ligadas à conversão de pesos e medidas, até explanação de operações complexas, que envolviam compra e emissão de letras de câmbio. O caráter descritivo de algumas partes da obra de Manuel Joaquim Rebelo indica além da inserção do autor em seu tempo, uma acentuada influência da literatura “memorialista” que, na altura em que escrevia, foi fortemente estimulada em Portugal pela Academia das Ciências de Lisboa.

O traço “memorialista” do texto não é o único indício de uma obra influenciada pelos debates no seu tempo. Ao cotejarmos as divisões temáticas, ou seja os capítulos, das obras publicadas até 1795, com a disposição das matérias apresentadas em *Economia Política*, algumas similaridades são evidentes. A começar pela obra “*Lezioni di Commercio O sia d’Economia Civile*” de Antonio Genovesi, publicada em 1765²⁶³. Na obra do professor napolitano encontramos os primeiros capítulos dedicados à análise política do sociedade e grupos sociais que a compunham²⁶⁴, temas tratados por Rebelo nos capítulos primeiro ao terceiro. A questão da população foi tema do quin-

²⁶³ GENOVESI, Antonio. *Lecciones de comerio, ó bien de Economia Civil*. Trad. Esp. Don Victorian de Villava. Madrid: Imprenta de Don José Collado, 1804. 3 vols.

²⁶⁴ Capítulo I, *De los Cuerpos políticos*; Capítulo II, *Del principio que da movimiento á las personas, y á los Cuerpos políticos, primer origem de las artes y de las ciencias*; Capítulo III, *De la diversidad de classes y familias que componen el Cuerpo político* e Capítulo IV, *Como pueda cada una de estas classes contribuir al adelantamiento de las artes, al aumento de las riquezas, y por consiguiente á su comun fleicidad*. GENOVESI, op. cit., 1º vol. p. 1-64.

to capítulo²⁶⁵, mesma ordenação na qual Rebelo versou sobre “Povoação”. No segundo volume, o autor italiano abordou os assuntos relativos ao comércio nos capítulos XVI a XIX²⁶⁶, ao passo que o negociante português dedicou o capítulo VII, “Comércio”, para refletir sobre o mesmo problema. “*De la Real Hacienda*”²⁶⁷, foi título e objeto do capítulo XXI do escrito de Genovesi, enquanto Rebelo versou sobre “*Administración da Fazenda Real*”, no capítulo XIII de seu livro. Sobre moeda, o professor italiano dedicou os capítulos II, III e IV²⁶⁸ do terceiro volume da obra, abordado pelo autor português nos capítulos XI e XVI, “*Moeda Corrente*” e “*Giro do Dinheiro*”, respectivamente. O “*Crédito Público*”²⁶⁹ recebeu atenção de Antônio Genovesi no capítulo VI, homônimo do capítulo XV do livro de Manuel Joaquim Rebelo. Ao problema “*De los Cambio, premios y sus leyes*”²⁷⁰ foi tratado por Genovesi capítulo XI, “*Cambio e suas letras*” o tema do capítulo XVII do escrito de Rebelo. Sobre “*De las Usuras*”²⁷¹, o autor napolitano dedicou o capítulo XI, tema do capítulo XIV de Rebelo, “*Juros do Dinheiro*”.

É possível encontrar a mesma similaridade quando aproximamos os temas abordados por Jacob Friedrich Bielfeld em “*Instituciones Politicas*”, publicado originalmente em francês, em 1760²⁷², e traduzido para o espanhol em 1767²⁷³. Com efeito, o autor hamburguês no segundo tomo de sua obra dedicou o capítulo primeiro ao tema “*De la Real Hacienda*”²⁷⁴, Manuel Joaquim Rebelo por sua vez tratou o tema no capítulo XIII, “*Administración da Fazenda Real*”. O capítulo terceiro da obra de Bielfeld foi intitulado “*Se*

²⁶⁵ Capítulo V, *De la poblacion*. GENOVESI, *op. cit.*, 1º vol., p. 65-90.

²⁶⁶ Capítulo XVI, *De la naturaleza y necesidad del Comercio, resorte eficacísimo para fomentar el trabajo*; Capítulo XVII, *Del espíritu y de la libertad del Comercio*; Capítulo XVIII, *Digresion sobre la libertad de los abastos, como principal fundamento de la libertad del Comercio*; Capítulo XIX, *De los principales efectos del Comercio*; Capítulo XX, *Reglas generales del Comercio externo*. GENOVESI, *op. cit.*, 2º vol., p. 1-84.

²⁶⁷ *Idem*, p. 85-130.

²⁶⁸ Capítulo II, *Del origen de la moneda*; Capítulo III, *De la naturaleza y verdadera fuerza de la moneda*; Capítulo IV, *De la subida del valor extrinseco de la moneda*, GENOVESI, *op. cit.*, 3º vol. p. 22-61.

²⁶⁹ *Idem*, p. 62-71.

²⁷⁰ *Idem*, p. 163-177.

²⁷¹ *Idem*, p. 188-206.

²⁷² BIELFELD, Jacob Friedrich. *Institutions Politiques. Par Monsieur Le Baron de Bielfled*. Alahate: Pierre Gosse Junior, 1760.

²⁷³ BIELFELD, Jacob Friedrich. *Instituciones Politicas: Obra en que se trata de la Sociedad Civil; de las Leyes, de la Policia; de la Real Hacienda; del Comercio, y fuerzas de un Estado*. Trad. Cast. Don Domingo de la Torre y Mollinedo. 3 Tomos. Madrid: Imprenta de D. Gabriël Ramirez, 1767.

²⁷⁴ *Idem*, Tomo 2, p. 1-158.

habla de las Manufacturas”²⁷⁵, mesmo tema do capítulo VI, de *Economia Política*, sobre “Artes e Manufacturas”. Às questões “*Del Comercio*”²⁷⁶ foram objeto do quarto capítulo na obra do autor de Hamburgo, homônimo ao capítulo VII do trabalho de Rebelo. Finalmente o capítulo quinto Bielfeld dedicou ao tema “*De la Navegacion*”²⁷⁷, assunto tratado por Rebelo no capítulo IX, *Navegação*.

Sérgio Buarque de Holanda ao tratar da obra de Azeredo Coutinho, destacou a semelhança de palavras, que ele chamou de “pilhagem”, do prelado luso-brasileiro para com a obra de Bielfeld²⁷⁸. A proximidade entre os temas tratados por Azeredo Coutinho em “*Ensaio Económico sobre o comércio de Portugal e suas colónias*”, publicado em 1794, com aqueles tratados por Rebelo são claros, e serão tratados ao longo do capítulo. Para o exercício que propomos aqui, o cotejo da ordenação e exposição das obras em capítulos, a obra de Azeredo Coutinho guarda poucas similaridades com a do seu coetâneo negociante, pois, os títulos dos capítulos do “*Ensaio Económico*”, são, grosso modo, elucidativos dos problemas que o autor abordou em cada um deles. Enquanto em Rebelo, os títulos de seus capítulos são genéricos, referindo-se mais à temática geral do capítulo. Já a “*Memória Económico-Política da Província da Estremadura*”, publicada em 1795 por Bacelar Chichorro, comporta aproximações temáticas com *Economia Política*, contudo, o caráter memorialista fortemente acentuado do texto do ministro português, imprimiu à sua obra uma organização expositiva versada no tema geral da Estremadura, de tal forma que a organização da obra de Chichorro e Rebelo são razoavelmente diferentes entre si.

As afinidades temáticas e expositivas entre Manuel Joaquim Rebelo e autores que escreveram sobre economia política, assinalam que o negociante português estava a par da produção literária acerca dos problemas que ele tratou em *Economia Política*. Conjuntamente, sugere o influxo das ideias econômicas gestadas em ambientes diversos ao de Rebelo na compo-

²⁷⁵ BIELFELD, Jacob Friedrich, *op. cit.*, p. 158-237.

²⁷⁶ *Idem*, p. 237-331.

²⁷⁷ *Idem*, p. 332-372.

²⁷⁸ COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Obras Económicas de J. J. Da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804)*. HOLANDA, Sérgio Buarque (apres.). São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1966. p. 45-47.

sição de sua crítica. Outro elemento que merece destaque do ponto de vista de uma abordagem mais ampla da obra de Manuel Joaquim Rebelo, é a emulação. *Economia Política* é repleta de exemplos colhidos em realidades distintas daquela em que o autor estava inserido, para justificar a adoção de novas práticas, adaptadas à realidade portuguesa, que visavam à superação da defasagem econômica e política, entre Portugal e as demais nações europeias. Inglaterra, França, Holanda, Alemanha, reinos do Norte e Castela, foram utilizados como exemplo de nações nas quais o estudo sistemático da economia política já se encontraria em avançado desenvolvimento, o que refletiria, em alguns casos, na instalação de cadeiras de ensino da matéria²⁷⁹. Da Inglaterra, Rebelo trouxe o exemplo da divulgação das contas públicas do Estado, com a finalidade evitar desvios pouco remendáveis à aplicação das receitas públicas²⁸⁰. A insubordinação dos Países Baixos à Castela foi justificada pela ausência de uma marinha mercante passível de atender a todos os domínios do Império Espanhol, malgrado que Portugal deveria ter em conta para que estabelecesse uma frota de navios que fossem capazes de atender o comércio das diferentes partes do Império Português²⁸¹. Do reino peninsular vizinho veio, também, o exemplo dos prejuízos da expansão dos morgados, que deteriorariam as rendas do Estado, ao mesmo tempo que fariam crescer suas despesas²⁸².

São apenas alguns dos muitos exemplos que podemos mencionar do papel da emulação no contexto geral das ideias de Rebelo. Importa agora analisarmos *Economia Política* de maneira mais detalhada. Como já referimos, em diversos capítulos o autor repetiu ideias que já haviam sido assinaladas anteriormente. Desse ponto de vista, é possível identificarmos seis temas em torno dos quais Rebelo desenvolveu sua argumentação, são eles: Ordem Natural da Sociedade Civil, Divisão do Trabalho, Composição do Valor das Mercadorias, Comércio e Liberdade dos Agentes Econômicos e, finalmente, Agricultura e Manufaturas. Nossa análise dar-se-á em torno desses tópicos, aclarando as especificidades do pensamento do autor.

²⁷⁹ REBELO, *op. cit.*, p. 6.

²⁸⁰ *Idem*, p. 94.

²⁸¹ *Idem*, p. 62.

²⁸² *Idem*, p. 83.

1. ORDEM NATURAL DA SOCIEDADE CIVIL

Manuel Joaquim Rebelo iniciou a obra *Economia Política* fazendo a exposição daquilo que considerava serem as obrigações de um governo soberano:

“A ciência do governo civil, considerada em geral, compreende todas as disciplinas humanas; mas particular, e imediatamente consiste naquela parte da filosofia, que se chama política, a qual ensina a exercitar com prudência, e vigor a autoridade do soberano, para fazer obedecer às leis, promover os bons costumes, animar as ciências, e as artes, manter a ordem, e a segurança interior, e exterior do Estado, e facilitar o sustento de todos os seus indivíduos; tais são as gerais obrigações do governo soberano” ²⁸³.

As funções régias formuladas pelo nosso autor, encontram proximidade significativa com as ideias defendidas por António Genovesi, ao explicitar, também, sua compreensão dos propósitos do governo soberano, conforme vemos abaixo:

“Aumentar la poblacion, dirigir la educacion, promover las ciencias y las artes, animar el comercio , dar leyes que sujeten á todos miembros, establecer la paz, ó declarar la guerra, y finalmente cimentar de todos los modos posibles la tranquilidad y seguridad pública, debe ser un cuidado privativo del Soberano”²⁸⁴

Dos excertos acima, depreende-se o entendimento compartilhado de ambos autores da importância do soberano na promoção do adiantamento das esferas econômicas e sociais da coletividade. As ciências teriam papel fundamental, na medida em que auxiliariam o monarca a cumprir seus obje-

²⁸³ REBELO, *op. cit.*, p. 3.

²⁸⁴ GENOVESI, *op. cit.*, Tomo I, p. 34.

tivos. Rebelo enumerou os ramos do conhecimento que considerava fundamentais para o auxílio da governação, dos quais a História seria campo privilegiado na medida em que proporcionaria a observação e experiência, através dos documentos, das práticas políticas mais acertadas a serem colocadas em exercício. O autor enuncia, dessa forma, sua predileção às ciências experimentais, ou seja, aquele saber constituído a partir da observação e experimentação da realidade para a proposição de novas práticas. A crítica de Rebelo a uma ciência não especulativa, acentuou-se páginas à frente, do mesmo capítulo inicial, ao classificar como “estragada filosofia”²⁸⁵ a base da educação, numa exaltação às reformas educacionais da Universidade de Coimbra, que suplantaram, em meados do século XVIII, a metodologia aristotélica empregada na instituição.

Uma vez que as ciências teriam papel central para boa governação, a economia política seria a ciência responsável por tutelar os diversos ramos da atividade econômica. O estudo da matéria teria como fim colocar os seus conhecimentos em favor do governo que, através da sua instrução, garantiria a boa administração do Estado. São esses os argumentos utilizados por Rebelo para justificar a implementação do estudo sistemático da economia política em Portugal²⁸⁶:

“Os conhecimentos necessários para promover, e proteger a agricultura, as artes, a navegação, e o comércio; assim como para a boa administração da Fazenda Real, e para a acertada regulação dos tributos, e da moeda corrente, são os que constituem a economia política, a qual deste reino é ainda mais peregrina do que a história natural, e as matemáticas; nem faltará que olhe com mofa, e desprezo para a pretensão de qualificar por ciência, quanto mais para a insinuação de se instituir dela um estudo formal, e metódico”²⁸⁷

²⁸⁵ REBELO, *op. cit.*, p. 6.

²⁸⁶ O problema da implantação de cursos de economia política no Império Português foi, também, abordado anos mais tarde por José da Silva Lisboa, João Rodrigues de Brito e Acúrsio das Neves, tema que retomaremos oportunamente.

²⁸⁷ REBELO, *op. cit.*, p. 7.

Manuel Joaquim Rebelo reconheceu a importância da economia política como ciência que, portanto, mereceria seu estudo organizado. Ao mesmo tempo, o negociante revela sua face pragmática, ao elencar os resultados positivos que a introdução da “nova ciência” resultariam a Portugal. Com efeito, a obra de Rebelo, num sentido geral, tem preocupação pedagógica expressiva, uma vez que aos postulados teóricos que ele formulou, foram sucessivamente apresentados exemplos práticos. À preocupação instrutiva do autor, soma-se o seu reconhecimento da necessidade de adaptar os saberes da economia política à efetiva condição política portuguesa, outra característica pragmática do seu pensamento:

“Com estas considerações parece que se faz evidente a grande importância, e ainda a urgente necessidade, que há de se estudar metodicamente a economia política, adaptada assim à constituição física e moral deste reino, como às actuais circunstâncias do sistema político da Europa. Mas como são muitos os escritos que as nações estrangeiras têm produzido a respeito desta de algum modo moderna ciência: que uns tratam de todas as partes, e outros só de algumas; que os documentos se acham muitas vezes encontrados nos diversos escritores, conforme as suas diferentes opiniões; finalmente que os interesses de umas nações são opostos aos de outras, assim como não são os mesmos os seus costumes, nem igual o sistema do seu governo político: por todos estes motivos se considera necessário que alguma pessoa que possua cabedal de estudos, e de talentos, que são próprios para este efeito, se anime a empreender o trabalho de ordenar do melhor modo que é possível, em um princípio, as regras gerais da economia política aplicadas a este reino(...)”²⁸⁸.

Apesar de esclarecer a necessidade da adaptação das teorias econômicas para serem colocadas em prática em Portugal, Rebelo fez a ressalva que “os elementos de qualquer arte, devem ser gerais, e ordenados com abs-

²⁸⁸ REBELO, *op. cit.*, p. 9.

tração dos tempos, e das circunstâncias”²⁸⁹. No mesmo sentido, algumas linhas adiante, ele asseverou que mesmo que as teorias que apresentava “parecem opostas às determinações superiores que existem, nem por isso se deve entender, que estas regras sejam erradas”²⁹⁰. Assim, Rebelo seria consciente de que a economia política poderia opor-se à situação portuguesa, mas que mesmo assim, seu estudo não deveria ser abandonado, ao contrário, continuado, com vistas a promover as melhorias necessárias na sociedade.

A passagem mencionada ainda é bastante elucidativa do conhecimento que o autor tinha sobre a produção escrita acerca da economia política. Em outro ponto da obra, Rebelo expressou novamente tal consciência ao mencionar os países onde haveria importantes autores sobre economia política, como “Inglaterra e França”, além de “Os sábios de Holanda, Alemanha, e reinos do Norte, assim como alguns de Itália, e Castela”²⁹¹. Apesar de Rebelo em momento algum ter mencionado nominalmente nenhum desses autores, sua obra é permeada daquelas influências. Continuando com sua defesa da importância da economia política na gestão do Estado, Rebelo escreveu:

“O governo económico de um reino, na parte que para o presente objecto se considera, é semelhante ao de uma casa particular. O soberano é o pai de família; os vassalos são os filhos, e os mais domésticos; as províncias, e quaisquer domínios são como as propriedades e fazendas que constituem o cabedal privado de cada cidadão; e assim nas mais circunstâncias tem uma evidente analogia com a grande família do Estado”²⁹²

O excerto acima, introdutório do segundo capítulo, *Reflexões Gerais*, assinala a identificação de Rebelo com as estruturas sociais do Antigo Regime. A figura de linguagem empregada, na qual o soberano foi representado como *pater famílias*, tanto na condução política, como econômica do

²⁸⁹ REBELO, *op. cit.*, p. 9.

²⁹⁰ *Ibidem*.

²⁹¹ *Idem*, p. 6.

²⁹² *Idem*, p. 10.

reino, encontra paralelo em outras obras que trataram, também, da economia política:

“La ciencia de economía considera al hombre como jefe y cabeza de una familia, y dándole intrucion para un buen régimen, le facilita los medios de hacerla ilustra, virtuosa y rica. Finalmente la Política lo contempla como Soberano e padre de los pueblos, enseñandole su gobierno con pridencia, humanidad y justicia: esta ciencia por la parte que contribuye á poblar, enriquecer y civilizar la nacion, puede llamarse Economia civil, y por la que da regra para la legislacion y conservacion del Estado puramente Política”²⁹³

Ambos os autores utilizaram o paralelo entre administração da casa e do Estado. Tal recurso remonta à obra de Xenofonte, que definiu etimologicamente e semanticamente o termo “*oikonomikós*” como derivativo dos termos gregos *oikos*, o lar, e *nomos*, a administração²⁹⁴. Notamos que enquanto Genovesi empregou o termo “Economia civil”, para referendar-se à ciência que promoveria os adiantamentos econômicos do Estado, Rebelo utilizou o termo “economia política”. Aqui, se faz evidente a influência da obra do francês Antoine Montchrétien²⁹⁵, autor que ao termo *oikonomikós*, acrescentou a palavra *polis*, que remete à administração da cidade. Rebelo para discorrer sobre a relação entre metrópole e colônia, fez uso, também, da metáfora do corpo, para referir-se ao Estado e, implicitamente, à teoria de contrato social, em clara referência aos escritos de Thomas Hobbes²⁹⁶:

“As colônias que as nações da Europa têm estabelecido nas outras três partes do mundo, são fundações que a cabeça de cada Estado fez com os cabedais, com o trabalho, e até com o

²⁹³ GENOVESI, *op. cit.*, Tomo I, p. 1-2

²⁹⁴ Cf. XENOFONTE. *Econômico*. Trad. Ana Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999, IX.

²⁹⁵ Cf. MONTCHRÉTIEN, Antoyne. *L'Economie Politique Patrionale: Traité de L'Economie Politique*. 1^a ed. 1615. Paris: Libraire Plon, 1889.

²⁹⁶ HOBBS, Thomas. *Leviatã, ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores, XIV).

sangue dos membros, que antes tinha o seu corpo político. Assim, acrescentou a esse corpo novos membros, sobre os quais conservou o domínio que tinha nos seus fundadores; como a obrigação de governar os novos súbditos com a mesma boa administração, a que eram credores os antigos vassalos. Tais são os domínios que este reino possui na América, na África, e na Ásia. A boa administração de que eles são credores, não consiste em se proceder a seu respeito, com a mesma economia política que requer o reino; senão com aquela que é própria para o recíproco bem dos novos, e dos antigos domínios. (...) Logo é conveniente que tenham maiores prerrogativas, a cabeça, e os braços do que as pernas, e os pés; e que estes membros subalternos sejam dependentes dos que naturalmente lhe são superiores; aliás desordenada organização do corpo político; padeceriam todos os membros; e padeceriam ainda mais aqueles que são mais fracos”²⁹⁷

Assim, fundamentado no contratualismo, Rebelo defendeu que os colonos, parte mais fraca do corpo, submeter-se-iam à Metrópole, abrindo mão do comércio com outras nações em favor de maior estabilidade do corpo político. Fica clara a perseverança de uma mentalidade colonialista, que em nada desabona o nosso autor. Antes sim, testemunha seu esforço de racionalizar a realidade econômico-social que estava inserido, a partir dos novos postulados da economia política. Nesse sentido, à ideia de família e corpo político, Rebelo integrou a questão da divisão do trabalho, como analisaremos a seguir.

2. DIVISÃO DO TRABALHO

“Uma das grandes vantagens que os homens alcançaram da sua união civil foi a de repartirem o seu trabalho, empregando-se uns em cultivar a terra, ou criar o gado para o seus sustento, enquanto outros fabricam o vestido, e outros edificam a

²⁹⁷ REBELO, *op. cit.*, p. 64.

casa para a habitação: se cada homem trabalhasse só por si, ou quando mais só para a sua família em todos aqueles objectos, muito mais oneroso lhe seria o trabalho, e muito mais demorado o progresso da habilidade para o melhorar”²⁹⁸

Manuel Joaquim Rebelo introduziu, assim, o conceito da divisão do trabalho que, na sua interpretação, fundamentaria a divisão da sociedade segundo a ocupação que os sujeitos nela desenvolveriam. Novamente partindo da compreensão de que os indivíduos estariam organizados em sociedade em favor do benefício mútuo que alcançariam dessa composição social, os diferentes grupos de ocupação se reconheceriam entre si e, respeitar-se-iam mutuamente a partir da identificação da necessidade de cada atividade para o benefício de todo do corpo social.

“Por este motivo todas as classes de ocupações, concorrem na sociedade civil para a vantagem comum; não só criando, e melhorando, e protegendo as produções físicas, mas também concorrendo para o seu consumo, que é a causa de elas se reproduzirem, e aumentarem cada vez mais; e reciprocamente as produções, e o seu consumo, no qual consiste a subsistência da vida humana, aumentam a povoação, que consiste a melhor parte do cabedal do Estado”²⁹⁹.

A divisão do trabalho estaria intimamente relacionada ao crescimento das necessidades humanas, que deixaram de ser o “puramente necessário para a vida”³⁰⁰, e passaram a incluir comodidades concebidas antes como supérfluas. O avanço do consumo de mercadorias para além do estritamente necessário, só teria sido possível com a introdução da variedade de ocupações destinadas à produção de bens artificiais, que passaram a integrar os itens de primeira necessidade. As diferentes classes de ocupação produtiva e o incremento das produções, advindas daquela diferenciação, e

²⁹⁸ REBELO, *op. cit.*, p. 18.

²⁹⁹ *Idem*, p. 21.

³⁰⁰ *Idem*, p. 18.

por conseguinte, o aumento do consumo, seriam alguns dos motivos para o crescimento da povoação do Estado e incremento dos seus rendimentos. Ainda advogando em favor das utilidades da divisão do trabalho, para exemplificar o aumento produtivo daquela divisão, Rebelo utilizou o exemplo da fábrica de alfinetes:

“para o aumento da indústria em todas as artes, é muito importante de dividir o trabalho de cada uma em quantas mais partes for possível; o que se explica melhor com o seguinte exemplo: na fabricação dos alfinetes se tem chegado a estabelecer o trabalho de dezoito pessoas, em outras tantas operações distintas: um oficial desenrola o fio de latão; outro estende; outro corta; é diversa a pessoa que aguça uma ponta, do que prepara a outra para se lhe pôr a cabeça, e assim há vários empregos separados, até empapelar, e marcar os maços: com esta divisão do trabalho, chegam dez homens a fazer quarenta para cinquenta mil alfinetes dia; Se um oficial houvesse de trabalhar todo o alfinete, talvez não acabaria 50 em cada dia, e os dez homens não chegariam a fazer 500 alfinetes. O que sucede nesta fábrica tão pouco considerável, acontece à proporção nas mais importantes, e em todas”³⁰¹.

O mesmo exemplo foi utilizado por Adam Smith, também, para justificar o incremento produtivo e vantagens da divisão do trabalho. É sabido que a ilustração da fábrica de alfinetes ficou deveras conhecida pela obra *Riqueza das Nações*, do autor escocês. Contudo, como já foi mencionado por outros estudiosos que se dedicaram à análise do texto de Rebelo, o exemplo da fábrica de alfinetes já teria aparecido muito antes da sua utilização por Smith, e teria sido usado pelo próprio autor na composição de sua obra. A mesma explanação sobre as diferentes tarefas atribuídas à fabricação do alfinete foi objeto do artigo *Épingle* da *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*, publicada entre 1755 e 1756, por Diderot e D’Alembert.

³⁰¹ REBELO, *op. cit.*, p. 44-45.

Desta maneira, coloca-se a indagação da fonte utilizada por Manuel Joaquim Rebelo em sua *Economia Política*: Adam Smith ou a obra francesa de 1755? Na medida em que Rebelo não fez menção às fontes utilizadas em sua obra, uma resposta definitiva é temerária, mas parece-nos que um elemento da exposição de Smith nos ajude a compreender melhor a possível influência desse autor sobre o negociante português. No artigo de 8 páginas da Enciclopédia sobre a fabricação de alfinetes, são descritas várias etapas da produção da mercadoria. Nele, o artesão que corta o arame, depois de esticado, é o mesmo sujeito que prepara uma das pontas do alfinete para a colocação da cabeça³⁰². Vejamos como Adam Smith apresentou em sua obra esse processo produtivo:

“Um operário desenrola o arame, um outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto faz as pontas, um quinto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete”³⁰³.

O autor escocês atribuiu ao quinto elemento a tarefa de preparar as pontas para a colocação da cabeça do alfinete. Ao voltarmos para a explanação de Rebelo, encontramos: “um oficial desenrola o fio de latão; outro estende; outro corta; é diversa a pessoa que aguça uma ponta, do que prepara a outra para se lhe pôr a cabeça”³⁰⁴. Notamos, então, que o negociante português, da mesma maneira que Smith, entendeu que a um sujeito caberia cortar o arame, e a outro a preparação de uma das pontas para a colocação da cabeça. É verdade que a interpretação equivocada pode ter partido de ambos autores sobre o mesmo processo produtivo. Contudo, a concisão que Rebelo descreveu a fabricação do alfinete tem mais relação com a forma apresentada por Adam Smith do mesmo exemplo, que aquela longa descrição contida na Enciclopédia. Ademais, em diversas passagens de *Economia Política*, Rebelo dedicou longas passagens à descrição de procedimentos para

³⁰² Cf. PEAUCELLE, Jean-Louis. Adam Smith et les encyclopédistes observant la fabrication des épingles en Normandie. *Les Annales des Mines*. Paris, Autres Temps - Autres Lieux, p. 35-51, Septembre, 1999.

³⁰³ SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*: Investigação Sobre a sua Natureza e suas Causas. São Paulo: Abril Cultural. 1983. p. 41-42.

³⁰⁴ REBELO, *op. cit.*, p. 44.

justificar sua argumentação. Nos parece, assim, que *Riqueza das Nações* tenha sido a provável fonte utilizada pelo negociante português para ilustrar as vantagens da divisão do trabalho.

Ao atentar para o arrazoadado elaborado por Rebelo das vantagens que a divisão do trabalho proporcionaria, a aproximação com Adam Smith ainda é patente. Vejamos como Rebelo enumerou aquelas vantagens:

“I. Que o trabalho fica sendo o mais singelo; e consequentemente mais fácil em uma só parte da manufactura, do que o fora em todas, se as houvesse de trabalhar o mesmo official; do que resulta maior destreza em cada uma delas, e ir-se cada vez mais no todo aperfeiçoando a obra. II. Que essa destreza abrevia muito o tempo do trabalho, e é causa de este se poder fazer por menor preço, donde vem o maior e mais pronto consumo da obra. III. Que pelo progresso da indústria, se vão de dia em dia advertindo novos engenhos, máquinas, e outros artificios, os quais poupam o trabalho dos homens, e até lhe faz substituir o dos animais, para os ajudarem com melhor efeito, ou menor despesa, de cujas invenções tem procedido a maior utilidade das manufacturas; porque assim se tem vindo a alcançar a menor custo os seus produtos”³⁰⁵.

A seu turno, Adam Smith apresentou, também, três circunstâncias das vantagens da divisão do trabalho. Em primeiro lugar, o aprimoramento da destreza do individuo, na medida que com funções mais específicas o trabalho se tornaria mais simples, permitindo que ele seja executado mais habilmente. Em segundo lugar, a redução do tempo necessário para a produção de um artigo. E, finalmente, a introdução de máquinas na produção das mercadorias, uma vez que os indivíduos podendo se dedicar a poucas tarefas, lhes seriam mais fácil a criação de novas máquinas que auxiliassem no seu trabalho³⁰⁶.

³⁰⁵ REBELO, *op. cit.*, p. 45.

³⁰⁶ SMITH, *op. cit.*, p. 43-44.

Ainda advogando em favor da divisão do trabalho, Manuel Joaquim Rebelo, seguindo a mesma argumentação que Adam Smith, dissertou que ao contrário do que se argumentava, a introdução de máquinas não causaria a redução do número de indivíduos empregados na produção das mercadorias. A divisão do trabalho proporcionaria o incremento do número dessas pessoas, ao mesmo tempo que aumentaria a produção geral e, em decorrência, a redução dos preços das mercadorias, abrindo espaço para o aumento do seu consumo que, também, faria crescer os rendimentos do Estado. Na passagem da obra de Rebelo, notamos algumas das suas concepções sobre o valor do trabalho e valor das mercadorias, tema que abordaremos a seguir.

3. COMPOSIÇÃO DO VALOR DAS MERCADORIAS

Manuel Joaquim Rebelo desenvolveu uma teoria sobre o valor das mercadorias. Efetivamente, a teoria do valor do autor está diluída ao longo de sua obra, sendo retomada diversas vezes, de forma que não é possível encontrar uma parte unicamente dedicada ao tema. Por esse motivo é possível deparar com uma contradição nas diversas passagens em que tratou sobre o assunto. No primeiro momento em que abordou o tema ele escreveu sobre o valor intrínseco:

“O primeiro [o valor intrínseco] é mais permanente, e consiste no trabalho que preciso para cultivar, extrair, e fabricar o gênero; e o valor do trabalho, não é outro que o do sustento, e mais gasto preciso das pessoas que trabalharam”³⁰⁷.

Mais adiante, contudo, o autor, ao abordar a importância das manufaturas, asseverou:

“Vários escritores, aliás muito estimáveis, que em França têm formado uma seita política, chamada dos economistas, entendem que não há outra ocupação fisicamente produtiva senão a

³⁰⁷ REBELO, *op. cit.*, p. 20.

dos lavradores; fundando-se em que o valor do trabalho dos artífices não é outro, que o da parte da agricultura que consumiram no tempo em que trabalharam. Mas a isso se pode responder, que o mesmo sucede ao trabalho dos lavradores, cujo valor é, não só o da parte que eles recolheram, mas igualmente o da parte que gastaram das obras que trabalharam os artífices. Além do que os artífices pagam o consumo que fizeram com obras físicas, que tem novo, e igual valor, o qual é um produto real”³⁰⁸.

Em uma terceira passagem, ou retomar o tema, Rebelo escreveu: “Não é o comércio de si mesmo produtivo como a agricultura; nem acrescenta muito o valor dos bens naturais, como fazem as manufacturas”³⁰⁹. Os dois últimos excertos são fundamentais para compreendermos que para o negociante, o trabalho acrescentaria valor às mercadorias. A mesma ideia esteve presente quando o autor expos que a população seria a maior riqueza do Estado, na medida em que do trabalhos delas, seria oriunda a maior parte do valor da riqueza do Estado. Por ocasião de tratar o tema da moeda corrente, Manuel Joaquim Rebelo retomou o tema:

“O valor efetivo, ou real da moeda, consiste no valor assim intrínseco, como extrínseco do seu metal; e vem a ser, o que este correntemente vale no comércio, considerado como mercadoria, em comparação dos demais gêneros comerciáveis. Como estes valem mais o menos, assim intrinsecamente em razão do maior ou menor trabalho que os produziu”³¹⁰.

Em outro ponto referiu:

³⁰⁸ REBELO, *op. cit.*, p. 42.

³⁰⁹ *Idem*, p. 48.

³¹⁰ *Idem*, p. 75.

“As cousas que têm valor pecuniário são; em primeiro lugar, o trabalho, e a indústria dos homens, e depois as produções da natureza, e do mesmo trabalho”³¹¹

Rebelo não explicitou se o trabalho acrescentaria valor às produções. Contudo, sua crítica à fisiocracia, quando mencionou os “economistas” franceses, aponta sua discordância com a ideia defendida pelos fisiocratas que o trabalho não passaria de acréscimo de custos de produção. O autor, em seus termos, defendeu que o trabalho criaria novo valor, que comporiam, por sua vez o valor intrínseco das mercadorias.

Nas passagens anteriores já se fez referência às preocupações de Rebelo sobre moeda, que diversas vezes foi usada como sinônimo de dinheiro. Para Rebelo a moeda, dinheiro, ou metais preciosos seriam “uma mercadoria como outra qualquer, e de mais a mais se trocam por esta”³¹². Essa visão de Rebelo está intimamente ligada com o debate sobre o mesmo tema levado a cabo por Antônio Genovesi, como denotamos da passagem a seguir:

“todas las cosas que tienen estimacion, se pueden permutar con otras, y entónces ambas se representan mutualmente, y asi no solamente lo metales precioso son signos, que representan á las cosas vendibles, ó permutables, sino que tambien esta lo son de los metales”³¹³

De tal maneira “o dinheiro por uma tácita, e geral convenção para representar como equivalente a todas as cousas venais”³¹⁴. Temos aqui uma influência bastante acentuada do autor italiano na obra de Rebelo. Como já fizemos referência, assim como todas as mercadorias, para o negociante português a o valor da moeda seria dado pelo seu valor intrínseco e extrínseco, sobre o tema, escreveu Genovesi:

³¹¹ REBELO, *op. cit.*, p. 111.

³¹² *Idem*, p. 101.

³¹³ GENOVESI, *op. cit.*, Tomo III, p. 15.

³¹⁴ REBELO, *op. cit.*, p. 111.

“la moneda tiene tres valores ó precios. El primero es el intrínseco, que es lo que vale por su materia. El segundo es el legal y extrínseco, que es el que le impone el soberano; para que con él nos gobernemos en el computo de las monedas de varios tamaños y especies, y por esto se llama tambien valor numeral. El tercero es el de la comodidad que nos resulta de su uso en el comercio, que se dice rédito, interés, premio, ó usura del dinero, El intrínseco siempre se halla en un razón compuesta de la inversa de las cantidades, y de la directa de las necesidades. El inpositicio no se aparta mucho del valor de la materia, á no ser que la razon de estado, exija otra cosa. Y el que finalmente resulta del uso del dinero en el comercio”

Manuel Joaquim Rebelo a seu turno, também, postulou que a composição do valor das moedas se daria por três variáveis. O valor intrínseco, que corresponderia ao peso do metal que a integraria. O valor extrínseco, para Rebelo, é o valor numeral, que consistiria no valor da moeda. Contudo, a terceira componente, o valor real, seria a soma do valor intrínseco com valor extrínseco, e seu valor no mercado ante sua capacidade de troca por outras mercadorias. Dessa forma o negociante português diverge de Genovesi, para quem a terceira componente do valor das moedas seria o juro do dinheiro. Sobre esse tema, Rebelo escreveu:

“A usura, no sentido que geralmente se dá dessa palavra enquanto portuguesa, é um roubo que se faz ao próximo, e como tal a usura é proibida pelas leis divina, natural, e humana. Neste conceito não há nem pode haver diversas opiniões. Que o juro significa o mesmo que a usura, como querem alguns, que de sua natureza ele seja ilícito, e somente tolerado pelas leis humanas, em atenção à necessidade do comércio, essas são posições que a razão e a experiência indubitável dos negócios de interesse contradizem”³¹⁵

³¹⁵ REBELO, *op. cit.*, p. 100.

Para resolução da questão moral da usura sobre o dinheiro, Rebelo retomou a ideia que a moeda não é nada mais que uma mercadoria, dessa feita, lucrar com a sua venda ou utilização é lícita. Sobre o limite do lucro, ou juro excessivo, o negociante não asseverou sobre uma taxa máxima, apenas referendando-se ao “justo preço”. Aqui é importante lembrarmos, como tratamos no capítulo primeiro, que uma das principais atividades dos negociantes de Lisboa, e de Manuel Joaquim Rebelo, era a emissão de letras de câmbio, sobre a qual o negociante lucraria com o valor do juro. Ora, fica evidente que o autor procurou justificar aqui a prática daquilo mesmo que ele operava, o empréstimo à juros. Mais um dos indicativos que a obra não pode ser compreendida, sem relacionarmos o autor com seu tempo, e sociedade em que estava inserido.

Uma componente do valor das mercadorias que ainda não exploramos é o valor extrínseco. Isso justifica-se, pois, ele está intimamente relacionado com a visão de Rebelo sobre o comércio e a liberdade dos agentes econômicos. Como é possível depreendermos do trecho que segue:

“O valor extrínseco é mais variável, porque procede da quantidade que se procura de uma coisa, comparada com a quantidade dela que se acha à venda. Procura-se mais, ou menos conforme a maior, ou menor necessidade, o maior, ou menor apetite: à venda se oferece maior, ou menor porção conforme a maior, ou menor facilidade de a aprontar”³¹⁶

4. COMÉRCIO E LIBERDADE DOS AGENTES ECONÔMICOS

Manuel Joaquim Rebelo definiu o comércio como uma atividade não produtiva, mas de grande importância por proporcionar o consumo dos produtos agrícolas e manufaturados. Ao mesmo, tempo seria o comércio responsável pela componente extrínseca do valor das mercadorias:

³¹⁶ REBELO, *op. cit.*, p. 20.

“Mas ele [o comércio] é o eficaz agente que segura o consumo, e alcança o preço competente de uns, e outros produtos; quando sem a sua diligência eles seriam na maior parte inúteis. Consequentemente é o comércio o que anima os lavradores, e os artífices no seu trabalho, e nele os faz perseverar, pelo que se deve considerar o exercício do comércio, como uma das principais causas da riqueza pública”³¹⁷

Sem o comércio o Estado seria pobre, já que seus produtos não teriam nenhum valor, ou seja, o valor extrínseco das produções só seria realizado no comércio³¹⁸. Sendo o comércio responsável por uma das componentes do valor das mercadorias, qualquer interferência que ele sofresse não permitiria que as mesmas mercadorias alcançassem seu valor natural, motivo pelo qual Rebelo defendeu a liberdade de ação dos negociantes:

“A liberdade mais útil ao comércio em oposição à natural cobiça dos comerciantes consiste em que o governo soberano, e os ministros régios tratem com uma grande igualdade a todos os negociantes, sem concederem a uns poucos maior proteção, privilégios, isenções, ou outras particulares vantagens das que em geral gozam todos os mais; porque do contrário resultam os monopólios que fazem lucrar demasiadamente aos que são favorecidos com a preferência, e tolhem o equilíbrio dos preços das mercadorias, os quais não se estabelecem competentemente, senão pela livre concorrência de todos os negociantes”³¹⁹.

O trecho em destaque reúne o grosso da teoria do nosso autor sobre a liberdade de comércio. Os embaraços produzidos pela interferência do Estado na atividade mercantil produziriam efeitos nefastos a todo corpo social. Porém, não só em relação ao comércio Rebelo defendeu uma menor interferência do Estado na economia. Por ocasião da divisão da sociedade em

³¹⁷ REBELO, *op. cit.*, p. 48.

³¹⁸ *Idem*, p. 50.

³¹⁹ *Idem*, p. 53.

classes produtivas, o autor, ao discutir a quantidade necessária de indivíduos ocupados em cada uma das classes, defendeu que elas “se põem em equilíbrio pelas naturais diligências dos interesses particulares; contanto que o governo político não projeta a uns com o prejuízo dos outros”³²⁰.

Ao mesmo tempo que Rebelo defende uma menor intervenção do Estado nos negócios relativos ao comércio, essa liberdade não seria aplicada aos domínios portugueses, como explícito abaixo:

“A regra geral prescreve que o comércio das colónias seja inteiramente dependente do reino, que é a cabeça do Estado; pelo que se deve ser totalmente proibido o comércio direto das colónias com os domínios estrangeiros”³²¹.

Dessa maneira, o que Rebelo efetivamente defende é a liberdade dos agentes econômicos do reino, e não a liberdade de comércio. Esta estaria sujeita às condições políticas do Império Português. E de igual maneira, a liberdade dos agentes econômicos aplicar-se-ia aos reinóis, e não aos colonos. Evidencia-se assim, pensamento colonialista, que procura apoderar-se das diferentes teorias econômicas para racionalizar a realidade que estava inserido. Um pensamento heterodoxo que, ao mesmo tempo que se opõe às regulamentações do mercado, marca expressiva de um pensamento mercantilista, simultaneamente, se utiliza de algumas daquelas práticas para introduzir outras novas, que defendem a maior liberdade de ação dos agentes econômicos. A heterodoxia do pensamento de Rebelo, fica ainda mais patente quando observamos o que escreveu Bielfeld sobre o mesmo tema³²²:

“Una prudente libertad es el alma del Comercio. No obstante, no conviene que sea sin limites, ni tampoco que los tenga muy reducidos. La restriccion no es tirana, quando tiene por objeto

³²⁰ REBELO, *op. cit.*, p. 21.

³²¹ *Idem*, p. 69.

³²² BIELFELD, Jacob Friedrich. *Instituciones Politicas: Obra en que se trata de la Sociedad Civil; de las Leyes, de la Policia; de la Real Hacienda; del Comercio, y fuerzas de un Estado*. Trad. Cast. Don Domingo de la Torre y Mollinedo. 3 Tomos . Madrid: Imprenta de D. Gabriël Ramirez, 1767

la utilidad bien entendida de la mayor parte de los miembros de una Sociedad”³²³

Sobre o comércio, Rebelo defendeu que o comércio interno era importante, na medida em que abastecia os indivíduos dos bens necessários para a sobrevivência. Por tal razão, o governo deveria preocupar-se em dotar o reino das melhores condições de estradas, pontes e canais navegáveis, para facilitar a atividade mercantil entre as diferentes partes do reino. Já o comércio externo tinha seu prestígio na troca de mercadorias por dinheiro, que faria desenvolver a agricultura e as manufaturas no país³²⁴. Manuel Joaquim Rebelo, postulou, também que o comércio externo deveria ser realizado com produtos manufaturados, uma vez que esses possuíam maior valor e seriam menos necessários à subsistência humana, não devendo as produções naturais serem comerciadas, antes sim, utilizadas para o consumo interno³²⁵.

No que tange ao comércio interno, Manuel Joaquim Rebelo, formulou três modalidades distintas de atividade comercial. Aos comerciantes caberia a modalidade de comprar no atacado e vender no varejo. Aos negociantes caberia comprarem no atacado e, também, venderem no atacado. Aos mesmos negociantes seriam atribuídas a modalidade de comprar no reino, para venderem nos domínios e, posteriormente, lá trocarem as mercadorias por produtos a serem vendidos em Portugal³²⁶. A esse termo, destacou que os negociantes tinham relevada importância pois se tratavam dos depositários do dinheiro em circulação no Estado, dada as características das suas atividades que compreenderiam elevadas transações financeiras. Contudo, o governo não deveria interferir nos negócios particulares desses indivíduos, uma vez que “lhes causaria dano com as suas incompetentes direcções”³²⁷. Importante notar que Rebelo novamente advogou em causa própria, ao defender a importância dos negociantes para a economia do Império, ao mes-

³²³ REBELO, *op. cit.*, p. 308-307.

³²⁴ *Idem*, p. 51.

³²⁵ *Idem*, p. 53.

³²⁶ *Idem*, p. 49.

³²⁷ *Idem*, p. 50.

mo tempo que seus negócios particulares não deveriam ser objeto de atuação do Estado.

Ainda sobre o comércio externo, Rebelo indicou dois tipos: ativo e passivo, que corresponderiam, respectivamente, ao comércio superavitário e deficitário com o exterior. Tal formulação remete à classificação elaborada por Genovesi, que classificou de acordo com a mesma formulação do negociante português os dois tipos de atividade mercantil de um Estado com outras nações³²⁸. Ambos autores, também, compartilharam o entendimento das vantagens para o desenvolvimento da navegação mercantil do comércio de fretes, que estaria baseado no transporte das mercadorias negociadas entre outras nações³²⁹. Dando preferencia ao comércio no qual sejam trocados produtos de maior valor, para que haja a entrada de dinheiro do exterior no país. Sobre os metais preciosos, defendeu que eles são apenas representantes de valor, como o dinheiro, e, desta maneira, uma mercadoria. Deveriam ser comerciados com o exterior apenas na compra daquelas produções que não existissem no reino, pois, quando utilizado para operações de compra de produtos de primeira necessidade, teriam seus valores aumentados, o que levaria à ruína da agricultura e das manufaturas³³⁰. A esse tipo de navegação os autores atribuíram o nome de “comércio de economia”³³¹.

Falta ainda analisarmos uma das importantes especificidades do pensamento de Manuel Joaquim Rebelo, concorrência mútua entre agricultura e manufaturas.

5. AGRICULTURA E MANUFATURAS

“O trabalho dos artífices, considerado a respeito da necessidade da vida humana, é objeto da segunda ordem, como dependente da agricultura; mas não é menos importante que o trabalho da sociedade civil. Um destes exercícios sem o outro, nos objectos de primeira necessidade não poderia permanecer

³²⁸ GENOVESI, *op. cit.*, Tomo II, p. 12.

³²⁹ REBELO, *op. cit.*, p. 58.

³³⁰ *Idem*, p. 55-57.

³³¹ GENOVESI, *op. cit.*, Tomo II, p. 13.

muito em um Estado, e menos fazer vantajosos progressos, porque o comércio exterior sujeito a muitas contingências, não pode sempre alcançar com prontidão tudo que é mais necessário”³³².

Rebello estabeleceu relação próxima e recíproca entre agricultura e manufaturas. Para ele, mesmo a agricultura sendo mais importante para o sustento dos indivíduos, o Estado não poderia subsistir sem o desenvolvimento das manufaturas, uma vez que elas supririam as necessidades básicas humanas que não seriam contempladas pela atividade agrícola. Já referimos anteriormente as teses que Rebello formulou rejeitando a ideia que apenas o trabalho agrícola seria produtivo. Nesse sentido, o trabalho nas manufaturas criaria novos valores, em oposição à ideias fisiocráticas da esterilidade do trabalho não empregado à agricultura.

Tendo em vista a importância da agricultura para o fornecimento dos itens de primeira necessidade, dos quais dependeriam, também, as manufaturas, Manuel Joaquim Rebello defendeu que o governo deveria ter especial atenção ao fortalecimento da produção desses artigos, como o trigo para a diminuição da dependência de importação de itens de primeira necessidade. Essa preocupação por parte do negociante, justificar-se-ia uma vez realizada a importação daqueles produtos essenciais à sobrevivência humana, haveria um aumento dos custos de sobrevivência que, pela teoria do valor do trabalho elaborada por Rebello, levaria ao aumento de todos os demais produtos. De tal forma, seria imprescindível uma ajuda inicial provida pelo Estado aos agricultores quando se fizesse necessário, com quantia financeira para o início da produção agrícola, pois, segundo Rebello, como os gastos iniciais para a produção seriam muito elevados, o agricultor no final do ano não teria lucros suficientes para investi-los na adequação e incremento da produção para o próximo ano³³³.

Contudo, agricultura e manufaturas não deveriam ser individualmente privilegiadas. Apesar de salientar que na agricultura se empregasse o

³³² REBELLO, *op. cit.*, p. 42.

³³³ *Idem*, p. 33.

mesmo número de indivíduos que nas manufaturas, o autor conclui que esse ajuste dar-se-ia pelo equilíbrio “das naturais diligências dos interesses particulares; contanto que o governo político não projeta uns com prejuízo dos outros”³³⁴. A exceção seriam os domínios ultramarinos, em especialmente o Brasil, sobre o que Rebelo asseverou:

“Requer a boa política, que nessas colônias floresça também o mais o que é possível a agricultura, a qual pela natureza das terras, se emprega lá em diversas produções das que dá o reino; e que a diminuta povoação que a respeito deste pode ter o Brasil, não se empregue, a de mais da agricultura, senão aquelas artes mecânicas de mais fácil execução, e de mais a pronta necessidade para se prover pelo comércio do reino dos produtos outras manufaturas necessárias, cómodas, e de luxo, a troco das suas superabundantes produções”³³⁵.

A passagem acima, novamente deixa clara a predileção de Rebelo pela manutenção do pacto colonial, no qual além de mercado exclusivo, o Brasil seria totalmente dependente das manufaturas produzidas na metrópole. Para Rebelo, portanto, “com a frequência do comércio entre o reino, e o Brasil se unem ambos, e reciprocamente se fortalecem”³³⁶. São essas “exceções” da teoria geral do autor, que nos possibilitam compreender sua especificidade, e como os postulados produzidos em países estrangeiros foram por ele adaptados para a realidade portuguesa.

De tal maneira, as ideias de Rebelo sobre a introdução das manufaturas em Portugal, guardam ainda algumas peculiaridades interessantes. Apesar do autor reverenciar a liberdade dos interesses particulares para que os indivíduos se dediquem às atividades que mais lhes forem convenientes, Rebelo não excluiu totalmente a participação do Estado na economia:

³³⁴ REBELO, *op. cit.*, p. 21.

³³⁵ *Idem*, p. 65.

³³⁶ *Idem*, p. 65.

“Para introducir no reino as artes, e manufacturas que são convenientes, e ainda não há; assim como para aperfeiçoar as que já se possuem, há três diversos expedientes; quais são: prêmios; privilégios exclusivos; e estabelecimentos à custa do Erário público”³³⁷.

Os privilégios exclusivos seriam para Rebelo uma maneira de introduzir a produção de novas mercadorias, mas cuja concessão deveria estar debaixo da vigilância atenta do Estado, para que não se desviassem os seus objetivos. Essa defesa do autor tem paralelo bastante claro com a defesa que Bielfeld fez sobre o mesmo tema:

“Si algun hombre industrioso inventa algun arte nuevo , alguna Fábrica util , y reusa descubrir su secreto, ó establecer esta Fábrica, si no obtiene algun privilegio exclusivo, puede concederle por un tiempo limitado, con tal , que no sea un objeto de primera necesidad, para el qual ningun Soberano debe jamás conceder Monopolio al guno. Es preciso comprar el secreto á qualquier precio que sea, para comunicarle á algunos vasallos, y aun en el caso de que la Manufactura no produzca mas que obras de luxo, es conveniente que entre en manos del Público inmediatamente que espire el plazo del Monopolio. Este es antes un tributo concedido al merito de la invencion, que un Monopolio perpetuo”³³⁸.

Sobre a criação de manufaturas à custa do Estado, Rebelo defendeu que quando os prêmios ou privilégios exclusivos não fossem suficientes, deveria o Estado ficar a par da introdução da nova manufatura, de tal forma que “nesses casos o fim da empresa por conta da Fazenda Real, não deve ser outro que o de fundar a fábrica como escola; para introduzir, e propagar a nova arte”³³⁹. Bielfeld sobre o tema escreveu que:

³³⁷ REBELO, *op. cit.*, p. 46.

³³⁸ BIELFELD, *op. cit.*, p. 12.

³³⁹ REBELO, *op. cit.*, p. 46.

“quando la Fábrica es de tal naturaleza , que su empresa exige fondos tan considerables, que solo puede aprontarlos el Soberano por sí, ó una compañía de vasallos acomodados. En este caso es licito al Soberano el encargarse de ella”³⁴⁰.

Sobre os prémios, Rebelo defendeu que seriam os meios mais apropriados para fomentar a atividade produtiva, devendo ser utilizados em preferência aos privilégios exclusivos e as manufaturas estatais. Eles se destinariam aos fabricantes já instalados que tivessem sucesso reconhecido, ou para artífices em particular, que se distinguissem na sua atividade dos demais. Novamente, a semelhança entre as ideias de Rebelo e Bielfeld são flagrantes, como destacamos abaixo:

“Si á la observancia de todas estas reglas que acabo de proponer, añade el Soberano los efectos de sus gracias, y concede recompensas lucidas, ó distinciones correspondientes á los Fabricantes, cuyos trabajos industriosos se vén coronados con éxitos felices, y brillantes i puede creerse, que prosperarán las Manufacturas de su País, y que estos vasallos, cada uno á proporcion de sus talentos, y facultades, se mantendrán en él honradamente con el trabajo de sus manos”³⁴¹.

Esses paralelos que traçamos entre a obra de Manuel Joaquim Rebelo, com autores como de Bielfeld, Genovesi e Adam Smith, apontam como as diferentes doutrinas econômicas foram utilizadas pelo autor na composição de sua *Economia Política*. Atestam, também, como o autor estava a par da produção contemporânea sobre economia política, e seu esforço em operacionalizar esses novos conceitos numa abordagem sistemática da economia portuguesa, produzindo um discurso singular do ponto de vista da teorização econômica, e da aplicação dessas teorias ao caso do Império Português. Vejamos agora como a historiografia “redescobriu” a obra de Rebelo passados mais de um século de sua publicação em 1821.

³⁴⁰ BIELFELD, *op. cit.*, p. 212-213.

³⁴¹ *Idem*, p. 236-237.

6. REDESCOBRINDO UM LIVRO DE 1795

Um grande espaço temporal separou a publicação de *Economia Política*, em 1821, do interesse da historiografia pela obra. Efetivamente, 159 anos foram necessários para que o escrito do negociante português ganhasse atenção dos historiadores. Armando Castro, em série de estudos que versaram sobre a abordagem de temas relativos à economia, do século XIII ao século XX³⁴², escrutinou as formas de apreensão dos fenômenos econômicos dos autores lusitanos, evidenciando o processo paulatino de tomada de consciência e as diferentes interpretações econômicas da realidade portuguesa. Em abordagem que privilegiou a relação dos discursos e dos literatos no tempo e na sociedade, o autor revisitou inúmeros escritos realçando suas especificidades concatenadas com os momentos históricos nos quais estavam inseridos.

A primeira menção à *Economia Política* aconteceu em 1980³⁴³, no âmbito da investigação empreendida por Armando Castro, altura em que a autoria do texto ainda era desconhecida, referenciada apenas como M.J.R.. Na ocasião, qualificou o autor do século XVIII como dotado de uma “antevisão científica”, defendeu que suas ideias partiriam das concepções da escola clássica de economia política sobre o valor de troca das mercadorias e, as superavam, na medida em que reconhecia a distinção entre valor de troca e valor da força de trabalho. Discernimento este que, segundo Castro, não havia sido alcançado por Adam Smith e David Ricardo³⁴⁴.

Mereceu destaque, também, a leitura crítica de Rebelo sobre os autores da escola francesa da fisiocracia. O interesse doutrinal de *Economia Política* evidenciava-se pela oposição às postulações fundamentadas na teoria que apenas o trabalho dos agricultores era efetivamente produtivo, transparecendo um pensamento “especialmente significativo” e incomum para o

³⁴² A saber: CASTRO, Armando. *As Ideias Económicas no Portugal Medieval*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1978. (Biblioteca Breve, 13); CASTRO, Armando. *Doutrinas Económicas em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978. (Biblioteca Breve, 25); e CASTRO, Armando. *O Pensamento Económico no Portugal Moderno*. Lisboa: Instituto de Economia Portuguesa, 1980. (Biblioteca Breve, 48).

³⁴³ CASTRO, Armando. *O Pensamento Económico no Portugal Moderno*, op. cit., p. 30.

³⁴⁴ *Idem*, p. 31.

momento de sua escrita, em 1795. Armando Castro não deixou de salientar que, apesar da singularidade do pensamento do negociante lisboeta, suas ideias estavam alicerçadas numa concepção de ‘pacto colonial’ uma vez que argumentava em favor da agricultura como atividade exclusiva da colônia, em favor das manufaturas que teriam lugar privilegiado no Reino, bem como da utilização da mão de obra escrava africana, signos de uma mentalidade associado ao Antigo Regime³⁴⁵.

Alcino Pedrosa, anos depois, retomou a análise de *Economia Política*, através de abordagem que patenteava a função do Estado no conjunto das ideias de M.J.R.³⁴⁶. A interpretação do “economista português” sobre o papel do governo na sociedade civil seria tributária do “projeto pombalino”, na medida em que articularia a utilização de práticas racionais de administração pública, harmonizadas com a difusão de novos saberes. A vinculação entre “poder e saber” abriria espaço para um discurso pragmático, no qual o exame dos fenômenos econômicos ganharia novo lugar. O papel basilar do monarca neste processo, enquanto agente afiançador da estabilidade política da nação, indicaria as filiações ideológicas do negociante português com os valores de Antigo Regime³⁴⁷.

Na chave interpretativa de Pedrosa, o escrito de M.J.R. seria, também, formulação de “técnicas de governação”, uma vez que pressupunha uma nova postura do Estado ante a economia. Ao poder central competiria lançar bases ao desenvolvimento econômico por meio do provimento de infraestruturas adequadas e da regulação das atividades econômicas de maneira que assegurassem o bom funcionamento da economia. Assim, para o autor do século XVIII, caberia ao Estado, para além da implementação das bases materiais necessárias ao “arranque econômico”, o estabelecimento de estruturas mentais afinadas com tais propósitos governativos. O que fundamentaria, dessa maneira, a defesa feita pelo negociante da necessidade de instalação de cursos de economia política, que teriam como propósito a for-

³⁴⁵ CASTRO, *op. cit.*, p. 31-32.

³⁴⁶ PEDROSA, Alcino José Cardoso. M.J.R., um economista português de finais do século XVIII. In: CARDOSO, José Luís (org.). *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988. p. 51-62.

³⁴⁷ *Idem*, p. 54.

mação de um corpo técnico administrativo capaz de amparar institucionalmente o funcionamento da economia e ação dos agentes econômicos³⁴⁸.

Tais preocupações pedagógicas relacionar-se-iam com a visão de M.J.R. de uma economia política operacional que, auxiliada por outros campos do conhecimento, lançaria as bases para promover as mudanças sociais e econômicas necessárias em Portugal. Essa interpretação partiria de uma análise na qual o discurso científico assumiria um novo papel, passando a ser a pedra angular na racionalização da realidade efetiva, signo de uma “nova atitude para com o saber” por parte do autor do século XVIII. De tal forma que *Economia Política* seria uma obra revestida de um caráter acentuadamente pragmático, fazendo com que ela se apresentasse como um “autêntico manual de economia política”³⁴⁹.

As ideias econômicas de Rebelo não foram objeto da análise de Alcino Pedrosa. Antes sim, o autor sublinhou como o negociante de Lisboa teria formulado diagnóstico lúcido da realidade econômica portuguesa e proposto reformas lastreadas nos postulados teóricos de Adam Smith. De tal forma que “suas verdades [de M.J.R.] econômicas firmam-se na ‘liberdade’”, através da defesa da livre ação dos agentes econômicos e redução da intervenção do Estado na economia, o que indicaria a harmonia entre as ideias do negociante com o autor escocês, para quem “no livre jogo dos interesses que se realiza o bem comum”³⁵⁰. Fundamentos que, para Pedrosa, estariam presentes nas proposições de Rebelo para modernização da atividade agrícola em Portugal.

Mesmos princípios teóricos que Pedrosa defendeu serem a gênese do combate de M.J.R. aos obstáculos à livre circulação comercial interna, monopólios, regulamentações industriais, corporações de ofício, privilégios e isenções fiscais. A importância dada por Rebelo ao mercado interno através da sua liberalização, simultânea proteção e implementação de melhores estruturas viárias, seria, para Pedrosa, indicativo que o autor do século XVIII teria assimilado as leis econômicas que defendiam que “o desenvolvimento

³⁴⁸ PEDROSA, *op. cit.*, p. 58.

³⁴⁹ *Idem*, p. 56.

³⁵⁰ *Idem*, p. 60.

capitalista cria o seu próprio mercado, que vai funcionar como mecanismo acelerador da expansão econômica”. Concepções que estariam presentes, também, nas soluções apresentadas pelo autor setecentista para as questões relacionadas à propriedade agrícola que, implicitamente, transformariam o “regime jurídico de propriedade”. Então, tratar-se-ia desse “novo modelo” que abriria espaço para o incremento produtivo através de investimentos técnicos financeiros que objetivariam a modernização da atividade agrícola pela utilização de novas técnicas produtivas³⁵¹.

A longa pesquisa desenvolvida por José Luís Cardoso, apresentada na forma de tese de doutorado no ano seguinte à publicação do trabalho de Alcino Pedrosa, tratou do tema do pensamento econômico em Portugal em finais do século XVIII e inícios do XIX³⁵². Cardoso abordou o tema a partir das suas componentes doutrinárias, políticas e teóricas para a compreensão do tratamento que autores portugueses, inseridos naquele contexto, tiveram da realidade econômica do período. A terceira parte de seu trabalho, que grosso modo versou sobre a elaboração de teorias baseadas no tratamento sistêmico do funcionamento da economia, foi introduzida pela análise da obra do “anônimo precursor” Manuel Joaquim Rebelo³⁵³. Faz-se necessário ressaltar que José Luís Cardoso foi o pesquisador responsável pela efetiva descoberta da autoria da obra, tema que retomaremos mais adiante.

Economia Política era uma obra “estranhamente ignorada pela historiografia do pensamento econômico português”, ante o enfoque teórico abstrato dispensado por Rebelo no exame das questões econômicas, o que lhe conferiria singularidade passível de qualificá-la como “raridade bibliográfica”³⁵⁴. Cardoso chamou atenção para abordagem do tema da divisão do trabalho pelo autor do século XVIII, que iria além da perspectiva produtiva, mas abarcaria “sua dimensão geradora de funcionalidade social”. Sublinhou, assim, que Rebelo teria introduzido uma concepção de classes sociais constituídas na divisão social do trabalho, reconhecidas por seus membros a partir

³⁵¹ PEDROSA, *op. cit.*, p. 61.

³⁵² CARDOSO, José Luís. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII*, 1780-1808. Lisboa: Editorial Estampa. 1989.

³⁵³ *Idem*, p. 221-230.

³⁵⁴ *Idem*, p. 221-222.

de suas distintas posições no tecido social. Ideia que, na interpretação de Cardoso, mudava tradicionais noções de sociedade, formada por ordens, para “uma noção de horizontalidade funcional que garante a coesão e a solidariedade dos diferentes grupos (classes) de ocupação”³⁵⁵.

Cardoso destacou, então, que, a partir da funcionalidade social da divisão do trabalho, duas ideias fundamentais perpassariam toda a obra de Rebelo. A primeira delas, a coesão social, emanaria da “espontânea” atuação dos agentes econômicos, que não deveria ser “perturbada” por ações do Estado. A segunda, o papel central do econômico na medida que o mercado assumiria a função de “realização e de consubstanciação das relações entre as diferentes classes de ocupação”³⁵⁶. Essa concepção de Rebelo acerca da importância do mercado para a harmonia social revelaria ainda, na abordagem de Cardoso, nova preocupação teórica, na qual ao mercado também seria o “instrumento revelador da determinação do valor dos bens materiais”³⁵⁷.

Nesse sentido, para Cardoso, todos os postulados econômicos e políticos preconizados por Manoel Joaquim Rebelo tiveram o objetivo final de livrar o mercado de “fatores impeditivos” ao seu livre funcionamento. Característica patente nas teorias do valor das mercadorias elaboradas pelo negociante que diferenciou valor intrínseco, custos de produção, e valor extrínseco, preço ‘de mercado’. A defesa elaborada pelo autor de medidas que minorassem as flutuações dos preços resultantes da oferta e demanda, de maneira que o preço das mercadorias se aproximassem o máximo possível do “valor criado na produção”, aponta seu entendimento que compradores e vendedores se relacionassem simetricamente com intuito de atender seus interesses. O que evidenciaria a importância da liberdade econômica para Rebelo na “regeneração do tecido econômico, social e institucional”³⁵⁸.

Assim, as ideias do negociante português mereceriam relevo na medida em que foram fundamentadas em noções teóricas mínimas. A compreensão do autor de uma sociedade composta por classes distintas que se relacionariam a partir de suas atividades produtivas, aponta para uma con-

³⁵⁵ CARDOSO, *op. cit.*, p. 226.

³⁵⁶ *Idem*, p. 227.

³⁵⁷ *Idem*, p. 228.

³⁵⁸ *Ibidem*.

cepção de sociedade na qual o “relacionamento reveste um conteúdo eminentemente econômico”. Classes sociais que teriam no mercado o seu lugar privilegiado de interação, na medida que permitiria suprir suas necessidades, ao mesmo tempo que pautaria o valor das mercadorias. José Luís Cardoso concluiu que Manuel Joaquim Rebelo deve ter seu nome inscrito no exíguo rol dos autores portugueses do século XVIII, ao contribuir “para a edificação de um novo discurso teórico da economia política”³⁵⁹.

No âmbito das publicações que compuseram a Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, publicada pelo Banco de Portugal entre 1991 e 1994, teve lugar a segunda edição de *Economia Política*³⁶⁰. Na oportunidade, Armando Castro retomou a análise da obra para compor a introdução crítica que acompanhou a republicação dos escritos de Rebelo. Para o autor, *Economia Política* seria a primeira “aceitação em Portugal de Adam Smith”³⁶¹ que, não se tratava de compilação *ipsis litteris* das teorias ‘smithianas’, continha assimilação e racionalização próprias desses postulados na interpretação da realidade económica e social portuguesa de finais do século XVIII.

O respeito à “monarquia absoluta” manifesto pelo negociante ao defender o papel do soberano como *pater famílias* na condução do governo político e económico do reino, indicaria como as ideias do autor ainda estariam ligadas à “ideologia e mentalidade de Antigo Regime”. No mesmo sentido, a argumentação em torno da manutenção de práticas político-económicas signo de “concepções de pacto colonial”, apontariam a persistência de uma “mentalidade colonialista” nos escritos de Rebelo. Especificidades que, na compreensão de Armando Castro, não invalidariam a importância de *Economia Política*, antes sim, atestariam a imersão do autor no seu tempo, ao mesmo tempo que revelaria o “esforço evidente a fim de trazer a ciência económica para a praça pública”. De tal modo, Rebelo seria o primeiro autor do período a abordar sistematicamente sob viés teórico-pragmático questões

³⁵⁹ CARDOSO, *op. cit.*, p. 230.

³⁶⁰ REBELO, Manuel Joaquim. *Economia Política feita em 1792 por M.J.R.*. CASTRO, Armando (int. dir.). Lisboa: Banco de Portugal, 1992. (Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, 4).

³⁶¹ *Idem*, p. XIV.

afeitas à esfera da economia³⁶². Sobre esse ponto de vista, *Economia Política* seria exemplo flagrante da consciência possível no tratamento dos temas econômicos a partir de uma abordagem teórica³⁶³. Que traduzir-se-ia, por suas especificidades, num discurso imbuído de “certo progressivismo com certo conservadorismo”³⁶⁴.

Efetivamente o estudo de Armando Castro teve como fio condutor de sua análise o destaque às especificidades da mentalidade de Manuel Joaquim Rebelo. A partir dessa abordagem Castro chamou atenção para as críticas tecidas por M.J.R. à pouca atenção que estaria sendo dada à economia política em Portugal. O autor do século XVIII teria revelado, assim, suas concepções “de tipo iluminista”, preocupado com a melhoria das condições de vida dos vassalos ao criticar a conscrição da abordagem de problemas por parte do Estado. De tal maneira, a defesa do ensino da economia política visaria mitigar os impasses ao desenvolvimento econômico, na medida em que dotaria o governo de ferramentais conceituais necessários para alargar seu espectro de preocupação e atuação³⁶⁵. Defesa essa que, para Castro, encontraria eco na sustentação de José Acúrsio das Neves para a instalação de cursos de economia em Portugal³⁶⁶. Importante notar que José da Silva Lisboa e João Rodrigues de Brito foram autores que também apregoaram a instituição do ensino sistemático da economia política, tema que retomaremos em momento oportuno.

Castro sublinhou a importância do conceito “valor de troca” para abordagem analítica de Rebelo. Formulação que seria substancial para o autor do século XVIII embasar sua defesa da atividade mercantil – que não sendo propriamente produtiva, teria a capacidade de dotar de valor as mercadorias – como uma das atividades mais importantes para a promoção do avanço econômico português. Armando Castro classificou de “surpreendente” a aparição desse tipo de formulação no século XVIII, mas tratou de explicitar o equívoco analítico de M.J.R. ao confundir produtividade com produ-

³⁶² REBELO, Manuel Joaquim, *op. cit.*, p. XIV-XV.

³⁶³ *Idem*, p. XVIII.

³⁶⁴ *Idem*, p. XXXII.

³⁶⁵ *Idem*, p. XVIII.

³⁶⁶ *Idem*, p. XX.

ção física. Assim, para Rebelo o conceito de produtividade estaria relacionado com a capacidade de uma atividade alterar as propriedades físicas de um produto. Tal retificação seria necessária pois, para Armando Castro, a tese desconexa do conjunto da obra conduziria ao erro da afirmação da existência em Portugal de formulação teórica abstrata “pós-smithiana e mesmo pós-ricardiana” em pleno século XVIII³⁶⁷.

Mas se, por um lado, seria necessário deslindar alguma limitação teórica das interpretações do negociante português, ao mesmo tempo seu conjunto de pensamento permitiria situá-lo no âmbito de propostas “pós-mercantilistas e pós-fisiocráticas”. Castro acentuou a singularidade da crítica de M.J.R. ao mercantilismo através da formulação que o dinheiro, isto é dizer os metais preciosos, que entraria no Estado fruto de uma balança comercial positiva em relação às demais nações, não representaria em si riqueza, pois, o dinheiro não seria mais do que uma mercadoria cambiável universalmente por outras. De maior envergadura e sentido seria, para Castro, a crítica de Rebelo à fisiocracia, da qual se denotaria “a índole progressista do autor no seu tempo”, uma vez que naquela altura a escola francesa encontrava em Portugal vários partidários. O ataque de Rebelo às teorias que antepunham a agricultura às demais atividades produtivas, em especial as manufaturas, somadas à sua desaprovação da tributação sobre a atividade agrícola, seriam elementos reveladores do distanciamento do negociante português das teorias elaboradas no seio da escola francesa de economia política³⁶⁸.

A influência de Adam Smith nas ideias defendidas em *Economia Política* foi aspecto que mereceu a ênfase de Armando Castro. As teses formuladas pelo negociante português sobre a composição do valor das mercadorias, seriam fruto da influencia conceitual do autor de Riqueza das Nações. A conceituação elaborada por M.J.R. sobre a importância do trabalho na composição do valor de troca das mercadorias e “base essencial da atividade econômica”, bem a como os efeitos positivos da divisão do trabalho, seriam

³⁶⁷ REBELO, Manuel Joaquim, *op. cit.*, p. XXII.

³⁶⁸ *Idem*, p. XXIII.

influxos dos princípios apresentados pelo professor escocês³⁶⁹. Merece destaque que Castro, ao mencionar o exemplo da fábrica de alfinetes, utilizado por Rebelo para explanar as vantagens da divisão do trabalho, não colocou em questão as origens de tal ilustração, mesmo fazendo referência ao verbete da *Encyclopédie* sobre o assunto, de tal forma, seria a obra de Smith a efetiva fonte de influência da fundamentação dos argumentos de Rebelo em prol da divisão do trabalho.

Para Armando Castro, *Economia Política* carregaria conceituações de tipo “para-capitalistas”, através das ideias de Rebelo contrárias aos exclusivos concedidos pelo Estado, o ataque às corporações de ofícios, a defesa do sistema de créditos, da instalação de um sistema bancário, do incremento das operações de câmbio, emissão de letras e giro monetário³⁷⁰. Elementos que apontariam para estrutura geral das ideias de Rebelo, alicerçadas no papel do *laissez-faire*, a defesa da iniciativa privada, e redução da influência estatal na economia³⁷¹.

Finalmente, Jorge Pedreira ao tratar do tema da literatura mercantil portuguesa em finais do século XVIII, destacou que Manuel Joaquim Rebelo seria ponto de inflexão de uma tradição anterior na qual os “argumentos económicos são extremamente rudimentares”. Pedreira chamou atenção para os pontos essenciais das ideias contidas na *Economia Política*, como a liberdade de comércio, divisão do trabalho e a crítica às teorias difundidas sobre as vantagens da balança de comércio sempre superavitária em relação às outras nações. Os argumentos favoráveis à liberdade da indústria, ao fim das corporações, dos monopólios e exclusivos, colocariam Rebelo “numa situação quase singular no seio da literatura mercantil”. E, simultaneamente, apontariam a aceitação da teorias de *laissez-faire*, e da centralidade do mercado na composição do valor das mercadorias, signo do distanciamento do autor das orientações de tipo mercantilista³⁷².

³⁶⁹ REBELO, Manuel Joaquim, *op. cit.*, p. XXIV.

³⁷⁰ *Idem*, p. XXIX

³⁷¹ *Idem*, p. XXV.

³⁷² PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa: De Pombal ao Vintismo (1755-1822)* - Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social. 640 f. Tese (Doutoramento em Sociologia) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995. p. 441.

Contudo, a defesa de uma maior liberdade comercial por parte do negociante português não significaria a adoção de um sistema de política liberal. Indicaria, na interpretação de Pedreira, que as ideias postuladas por Rebelo seriam fruto de diferentes correntes teóricas que não se integrariam perfeitamente em sua obra, resultando em proposições “puramente mercantilistas”. Caso que explicitar-se-ia na concepção de Rebelo que a extrema riqueza advinda do comércio exterior experimentada por alguns negociantes não iria de encontro com o interesse público, na medida que seria constituída “à custa dos estrangeiros”. Pedreira concluiu em poucas linhas a análise da obra de Rebelo, explicitando, ainda, suas ideias em defesa da manutenção do “pacto colonial e da proibição das manufacturas nos domínios ultramarinos”³⁷³.

Concluimos aqui o repasse das diferentes interpretações de que a obra de Manuel Joaquim Rebelo foi objeto. São latentes as posições ímpares defendidas pelo autor quando cotejado com seus pares coetâneos. Para além da preocupação de Rebelo em apoiar suas teses em formulações teóricas, sobressai sua abordagem da economia em si, compreendida por ele de maneira sistêmica, ou seja, a economia desenvolveria importante função em todos os ramos da sociedade. Ao mesmo tempo, fica claro que *Economia Política* é uma obra dentro de seu tempo, na medida em que apesar de uma abordagem teórico-conceitual *sui generis*, é portadora de concepções e modos de compreensão, tanto dos fenômenos econômicos como sociais, característicos do momento de sua escrita, finais do século XVIII.

³⁷³ PEDREIRA, *op. cit.*, p. 442.

CAPÍTULO 4

A PUBLICAÇÃO DA OBRA

1. DEPOIS DE 1795

Até agora nos ocupamos da análise dos debates sobre economia política, no contexto do Império Português, até o momento em que Manuel Joaquim Rebelo escreveu sua obra. Resta-nos compreender como as discussões sobre o tema foram desenvolvidas nos 26 anos seguintes à redação de *Economia Política*, que culminaria com sua publicação em 1821. Para alcançarmos os objetivos de nosso estudo, procederemos uma aproximação entre os temas tratados por Rebelo e seus desenvolvimentos posteriores nos escritos dos autores que versaram, também, sobre a utilização da economia política para a solução dos problemas do Império. Nesse sentido, serão nosso objeto de análise os textos de D. Rodrigo de Souza Coutinho, José Joaquim Rodrigues de Brito, José da Silva Lisboa e José Acúrsio das Neves. Na medida em que a obra desses autores foi largamente escrutinada pela historiografia, uma análise sistemática delas é prescindível, bastando, para tanto, que tracemos o paralelo entre as ideias defendidas em *Economia Política*, daquelas que se seguiram à sua escrita.

Em finais do século XVIII o império português atravessa um período de prosperidade comercial. O déficit das exportações da metrópole para Inglaterra que, em 1760, foi de aproximadamente 1 milhão de libras, em 1780, não passou de 200 mil libras. No período de 1785 a 1790, o compute das transações comerciais entre Portugal e Inglaterra aproximou-se da equiparação entre importações e exportações. Já entre 1790 e 1795, “pela primeira vez em todo século 18”, houve inversão da relação deficitária de Portugal em relação ao comércio inglês. A principal potência comercial europeia no setecentos, passou a ser deficitária em relação ao comércio com o país lusófono, o que se traduziu no envio de numerário em direção à Lisboa³⁷⁴. Os produtos coloniais provenientes das possessões ultramarinas na América, tiveram papel basilar naquela inversão das relações comerciais. Tendo em conta o total das exportações da metrópole para o mercado europeu, 60,6% daqueles valores foram responsabilidade da reexportação de produtos coloniais brasileiros. O algodão originário do Brasil, “a matéria-prima mais valio-

³⁷⁴ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma Colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros – 1800-1808*. Bauru: EDUSC, 2008, p. 52.

sa, escassa e estratégica em tempo de Revolução Industrial”³⁷⁵, chegou a representar 25% de todo gênero disponível em Lancashire, tornando-se um dos principais responsáveis por aquele equilíbrio da balança de pagamentos portuguesa³⁷⁶.

Para Fernando Novais, o ano de 1796, foi significativo para o Império Português, na medida em que marcou o início de uma “conjuntura de prosperidade do comércio luso-brasileiro”. No intervalo até 1807, as importações do reino com seus domínios no ultramar cresceram 6% ao ano. As exportações, no período de 1797 a 1800, sofreram acréscimo de 20% ao ano e, posteriormente, até 1806, decresceram à taxa de 6,5% ao ano. Contabilizando no período acréscimo na atividade comercial. Marcando a tendência da metrópole ter trocas comerciais deficitárias em relação às suas possessões. No que toca às relações da metrópole com outras nações estrangeiras, as importações aumentaram 2,2%, ao passo que as exportações, subiram 6,2% ao ano, delineando-se a tendência inversa daquela que a metrópole tinha com suas colônias, ou seja, o comércio português tendia a ser superavitário em relação aos negócios com as demais nações. De tal maneira que, as “perdas” com o comércio colonial deficitário, não faziam frente às “vantagens do comércio externo” superavitário³⁷⁷.

Foi neste cenário econômico favorável ao comércio português, que em 1796, assumiu a pasta da Marinha e Domínios Ultramarinos, D. Rodrigo de Souza Coutinho. Seu regresso a Portugal deu-se depois de longa estadia no exterior, na qual exerceu funções diplomáticas em Turim por 17 anos. Nesse período, teve contato com a efervescência de ideias do iluminismo, ao mesmo tempo em que acompanhou as alterações políticas ocasionadas pela Revolução Francesa. A influência de Adam Smith em sua obra foi bastante sensível, uma vez que inúmeras vezes, em distintos escritos, chamou a auto-

³⁷⁵ ARRUDA, *Uma Colônia entre dois impérios... op. cit.*, p. 53.

³⁷⁶ ARRUDA, José Jobson de Andrade. Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do império luso-brasileiro. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, p. 66-78, julho/agosto 2010, p. 69-70.

³⁷⁷ NOVAIS, Fernando A. Notas para o estudo do Brasil no comércio internacional do fim do século XVIII e início do século XIX (1796-1808). IN: _____. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 108-109.

ridade do professor escocês para confirmar seus argumentos³⁷⁸. Durante a atividade ministerial de Souza Coutinho, o Brasil recebeu atenção especial do ministro, na medida em que ele reconhecia a importância da colônia e do comércio colonial para a economia do Reino³⁷⁹, como fica evidente no excerto abaixo:

“He falço o que geralmente e sem conhecimento de causa se diz; que o Brasil rende pouco a sua Magestade. He o Brasil quem sustenta o Reyno e quem concorre para que se possam pagar os Impostos indirectos, que se achão estabelecidos. As alfandegas sem o Brasil não seriam couza alguma e formão com tudo a unica Renda Real que se cobre exactamente no momento presente”³⁸⁰.

O trecho mencionado, também, é elucidativo sobre a tônica que D. Rodrigo de Souza Coutinho imprimiu às questões da fiscalidade do império. A situação financeira da coroa portuguesa quando ele assumiu o ministério era difícil. Por um lado, a coroa sofria com um sistema defasado de cobrança de impostos. Por outro, com aumento de suas despesas, sobretudo, por conta da participação nas batalhas de Espanha, em primeiro momento, contra a expansão francesa. Após a celebração da paz entre os espanhóis e franceses, Portugal se viu numa situação de guerra iminente, o que fazia necessário o financiamento de despesas militares. No tocante a esta questão, D. Rodrigo, propôs a criação de um empréstimo interno, através da emissão de apólices e títulos da dívida pública³⁸¹. Mesmo momento em que sugeriu a criação do Banco Brigantino, que teria seu capital composto por ações compradas dos negociantes de Lisboa. Na relação dos possíveis acionistas, Manuel Joaquim Rebelo foi um dos negociantes arrolados³⁸².

³⁷⁸ CARDOSO, José Luis. Nas Malhas do Império: A Economia Política e a Política Colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho. IN: _____ (coord.). *A Economia Política e os Dilemas do Império Luso-Brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: CNCDP, 2001, p. 65.

³⁷⁹ CARDOSO, *Nas Malhas do Império... op. cit.*, p. 79.

³⁸⁰ D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 20 de Setembro de 1798. ANTT; Ministério do Reino, Maço 358.

³⁸¹ CARDOSO, *Nas Malhas do Império... op. cit.*, p. 79.

³⁸² Veja-se Capítulo I, *supra*.

Ao mesmo tempo em que D. Rodrigo preocupava-se com os problemas financeiros da coroa, a relação entre metrópole e colônia ganhava especial atenção do ministro. Ele foi responsável por elaborar uma concepção de império assentada nos princípios da unidade política e dependência econômica, como é evidente em de seus textos mais emblemáticos sobre o tema:

“A feliz posição de Portugal na Europa, que serve de centro ao comércio do Norte e Meio-Dia do mesmo continente, e do melhor entreposto para o comércio da Europa com as outras três partes do mundo, faz que este enlace dos domínios ultramarinos portugueses com a sua metrópole seja tão natural, quanto pouco o era de outras colônias que se separaram da sua mãe-pátria; e talvez sem o feliz nexos que une os nossos estabelecimentos, ou ele não poderiam conseguir o grau de prosperidade a que a nossa situação convida, ou seriam obrigados a renovar artificialmente os mesmo vínculos que hoje ligam felizmente a monarquia”³⁸³

Conforme formulado por Fernando Novais, foi sob a governação de Souza Coutinho que a “ideologia da colonização” ganhou contornos mais nítidos, tanto em suas formulações teóricas, como no campo da ação política. A crise do sistema colonial havia se acentuado com a independência da colônia inglesa na América do Norte, o que implicava distanciar a situação da colônia portuguesa daquela dos Estados Unidos. A esse termo, D. Rodrigo elaborou que as colônias ligar-se-iam ao reino português tendo em conta a posição geográfica estratégica de Portugal. Ao passo que, a dependência econômica das partes do império português, justificar-se-ia diante do limitado tamanho da metrópole e sua fraqueza para concorrer entre as potências europeias, em especial a Espanha. Assim, as componentes que ameaçavam a ruptura do pacto colonial, tamanho do reino e sua defasagem econômica, foram utilizadas por D. Rodrigo como elementos que superariam as contradi-

³⁸³ COUTINHO, D. Rodrigo de Souza. Memória sobre o Melhoramento dos Domínios de sua Majestade na América (1797 ou 1798). In: _____. *Textos Políticos, Económicos e Financeiros...*, op. cit., Tomo II, p. 48.

ções, passando a serem capazes de aglutinar harmonicamente as diferentes partes que compunham o império português³⁸⁴. Entende Valentim Alexandre que a ação de D. Rodrigo de Souza Coutinho em nada havia mudado as orientações da política colonial desde o reinado de D. Jose I, antes sim, tratar-se-iam de aprimoramento do sistema colonial. Esse entendimento parte do pressuposto que Souza Coutinho formulou uma série de práticas que, no seu compute, tinham como fim a manutenção dos interesses do grupo mercantil reinol, na medida em que a intensificação da atividade produtiva da colonial representaria maiores ganhos para aquele grupo, que ainda detinha o acesso exclusivo à colônia³⁸⁵.

José Luís Cardoso defende que, a limitação reformadora da obra de Souza Coutinho deve ser revista, na medida que o alcance e o tratamento que o ministro fez de temas relacionados à fiscalidade e financiamento do Estado, permite uma melhor compreensão de suas orientações direcionadas para a política colonial. Tais orientações permitem colocar D. Rodrigo em destaque no rol de autores “mercantilistas tardios, liberais, ou tão só ilustrados”. Assim, a obra de D. Rodrigo de Souza Coutinho, traduziria a modernidade possível, alcançada pelo discurso econômico nos quadros do império português em finais do século XVIII³⁸⁶. Modernidade possível, pois, apesar de leitor de Adam Smith e Abade Raynal, críticos do sistema colonial, o ministro português utilizou-se de algumas ideias desses autores para compor seu programa de ação que, contudo, não significava o fim do pacto colonial, ou alteração da situação política do Brasil enquanto colônia portuguesa.

Ao versar sobre a arrecadação de impostos, Souza Coutinho dissertou sobre a origem da riqueza. Na sua interpretação, uma definição bem acertada sobre riqueza, seria pressuposto básico para formulação de um sistema de taxação eficiente:

³⁸⁴ NOVAIS, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial... op. cit.*, p. 233-234.

³⁸⁵ ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993, p. 86.

³⁸⁶ CARDOSO, *Nas Malhas do Império... op. cit.*, p. 83.

“A natureza da taxao depende das origens da riqueza da sociedade, e bem dificilmente se pode tratar qualquer ponto que verse sobre o primeiro objecto, sem antes examinar o segundo. Em toda a sociedade, desde o primeiro grau da civilizao at o ltimo, so trs as fontes da riqueza: o produto da terra, o slrio dos jornaleiros e artistas, e a renda do capital que se acumula e se emprega, seja em beneficiar e fazer produtiva a terra, seja em por em aco os braos dos operrios, e esta verdade incontestvel s foi ofuscada nos nossos dias pela subtilezas da “seita dos economistas” a quem a Europa deve tais males”³⁸⁷.

Sublinha-se aqui a negao do autor das teorias fisiocrticas que apenas a agricultura seria uma atividade criadora de riquezas. Ao distanciar-se da fisiocracia, aproximou-se das teorias postuladas por Adam Smith, reconhecendo o papel produtivo do trabalho humano e sua influncia na composio das riquezas da nao. Formulao bastante prxima daquela feita por Manuel Joaquim Rebelo sobre o tema, para quem o trabalho humano criaria novos valores. A aproximao interpretativa entre o negociante e o ministro portugus possvel em diversos pontos.

Ainda durante sua estadia em Turim, no ano de 1786, Souza Coutinho j evidenciava sua concepo sobre a importncia do trabalho humano, “sendo indubitvel que a riqueza de uma nao proporcional soma do nuo trabalho, que ocupa os membros que a compem”³⁸⁸. Ao dissertar sobre o comrcio da Itlia com Portugal, o ento embaixador, asseverou sobre sua compreenso do significado dos metais preciosos enquanto “sinal representativo da riqueza”³⁸⁹. Concepo que, nessa altura, diferenciava-se da de Manuel Joaquim Rebelo, para quem os metais preciosos seriam mercadorias universalmente aceitas que facilitariam as trocas comerciais. Na concepo do embaixador, os metais preciosos no assumiriam a caracterstica de mercadoria, mas sim de representativos da riqueza, ou seja, a sua acumulao

³⁸⁷ COUTINHO, D. Rodrigo de Souza, *op. cit.*, Tomo II, p. 55.

³⁸⁸ *Idem*, Tomo I, p. 37-38

³⁸⁹ *Idem*, p. 99.

teria o sentido de acumulação de riquezas. Concepção que foi aquilatada ao longo do tempo que, algumas vezes, ainda demonstrava uma certa contradição teórica, quando defendeu, algum tempo antes que, as riquezas das nações “se funda unicamente na perfeição da sua agricultura e extensão da sua indústria”³⁹⁰. Mesma ideia que sustentou em seu texto sobre a influência das minas de ouro para produção dos países, que compôs as *Memórias Econômicas*, e que já tratamos anteriormente.

Acerca da divisão do trabalho, D. Rodrigo expressou sua posição favorável, na medida em que a “quantidade do ânno trabalho depende ou da habilidade dos que trabalham ajudados por máquinas que multiplicam a produção do trabalho, por uma hábil divisão dos ofícios que poupa a perda de tempo”³⁹¹. Ideia semelhante a de Rebelo em *Economia Política*, na medida que, para o negociante, a divisão do trabalho implicaria em acréscimo produtivo que resultaria em aumento da produção, ao mesmo tempo em que se aumentariam as riquezas do Estado, pois, ela seria composta pelo computo das produções dos indivíduos. Souza Coutinho retomou o tema, porém, com desenvolvimento teórico mais próximo daquele apresentado quando se tornou ministro, como notamos na citação a seguir: “um princípio indubitável da economia política que a riqueza de uma nação é proporcional à quantidade ou soma do seu ânno trabalho”³⁹².

A *Memória sobre o melhoramento dos Domínios de Sua Majestade na América*, ainda guarda uma importante relação com os escritos de Manuel Joaquim Rebelo. Ao referendar a relação entre as colônias, o ministro seguiu a mesma ideia defendida por Rebelo: o comércio colonial deveria privilegiar a relação com a metrópole, sendo que a atividade comercial entre os domínios deveria restringir-se apenas aos itens indispensáveis. Outra proximidade entre ambos textos é no tocante à instalação de manufaturas na colônia. Sobre o tema escreveu o ministro:

³⁹⁰ COUTINHO, D. Rodrigo de Souza, *op. cit.*, Tomo I, p. 113.

³⁹¹ *Idem*, p. 204.

³⁹² *Idem*, p. 204.

“Não seria contrário ao sistema de províncias com que luminosamente se consideram os domínios ultramarinos, o permitir que neles se estabelecesse manufacturas, mas a agricultura deve ainda por muitos séculos ser-lhes mais proveitosa do que as artes, que devem animar-se na metrópole para segurar e estreitar o comum nexos, já que a estreiteza do terreno lhe nega as vantagens de uma extensa agricultura”³⁹³.

Convém lembrar o que escreveu Manuel Joaquim Rebelo sobre o tema:

“A boa economia requer que no reino floresça a agricultura, por ser objecto da primeira necessidade; mas como ele carece de outras cousas também necessárias, e cómodas, outrossim lhe convém empregar-se nas manufacturas, e artes fabris quanto for possível (...). De mais a mais tendo este a felicidade de possuir domínios tão dilatados, quais são os do Brasil em que a agricultura pode ter um infinita extensão; requer a boa política, que nessas colónias floresça também o mais que é possível a agricultura, a qual pela natureza das terras, se emprega lá em diversas produções das que dá o reino; e que a diminuta povoação que a respeito deste pode ter o Brasil, não se empregue, ademais da agricultura, senão naquelas artes mecânicas de mais fácil execução, e de mais pronta necessidade para se prover pelo comércio do reino dos produtos outras manufacturas necessária, cómodas, e de luxo, a troco das suas superabundantes produções (...). Com a frequência do comércio entre o reino, e o Brasil se unem ambos, e reciprocamente se fortalecem.”³⁹⁴

Nos excertos acima fica evidente a concordância de ambos autores que no Brasil não houvesse manufacturas, e sim fosse promovida a agricultura. Ademais, Rebelo e Souza Coutinho concordam nas vantagens que metrô-

³⁹³ COUTINHO, D. Rodrigo de Souza, *op. cit.*, Tomo II, p. 53-54.

³⁹⁴ REBELO, *op. cit.*, p. 64-65.

pole e colônia gozariam na manutenção do pacto colonial. Se por um lado Manuel Joaquim Rebelo nada escreveu acerca da dinâmica interna do mercado na colônia, por outro, Souza Coutinho ao defender a abolição de privilégios exclusivos, como o contrato do sal, e aceitar, em certa medida alguma liberalização do mercado colonial³⁹⁵, não estendeu essa prerrogativa ao âmbito das relações metrópole e colônia. Assim, tanto para Rebelo, quanto para Souza Coutinho, uma maior liberdade de ação dos agentes econômicos estava restrita aos contornos do reino, no caso das ideias do negociante de Lisboa, ou às fronteiras do Império, para D. Rodrigo, o que não significava, também, liberdade para que o Brasil negociasse com as demais possessões portuguesas, não decaindo a relação privilegiada entre metrópole e colônia.

José Luís Cardoso esclareceu que, mesmo D. Rodrigo sendo favorável a “uma maior abertura na organização económica colonial”, isso não significaria adoção das concepções de livre comércio, ou aceitação do “predomínio do interesse próprio individual”³⁹⁶. O ministro advogava uma regulação da atividade produtiva colonial, fundamentada nos princípios de economia política:

“que tenha sempre presente aquele princípio de eterna verdade que minas e bosques necessitam de ser regulados por princípios científicos, em que se acha calculada a utilidade geral, e não abandonados ao interesse dos particulares, que nestes casos, e só neles, contraria ou ao menos pode contrariar a pública utilidade, formando uma notável exceção aos princípios da economia política”³⁹⁷.

No computo geral as reformas propostas por D. Rodrigo de Souza Coutinho obedeciam “à preocupação básica de dotar o Brasil de uma estrutura econômica e financeira modernizada e devidamente adaptada às necessidades do modelo de desenvolvimento português”³⁹⁸. A abolição dos monopó-

³⁹⁵ Cf. CARDOSO, *Nas Malhas do Império*, op. cit., p. 92

³⁹⁶ *Idem*, p. 94.

³⁹⁷ COUTINHO, *op. cit.*, Tomo II, p. 73.

³⁹⁸ CARDOSO, *op. cit.*, p. 91.

lios exclusivos, o incentivo à atuação dos negociantes instalados na colônia através da revogação de restrições impostas ao mercado colonial e a promoção da atividade agrícola, foram algumas das linhas mestras da atuação do ministro. O tema da arrecadação e fiscalidade na colônia também recebeu grande atenção do ministro. Sua atuação foi no sentido de aumentar a arrecadação fiscal do Estado a partir da promoção das atividades produtivas e comerciais na colônia. Nesse sentido, além da derrogada de medidas que impediam o pleno funcionamento das relações comerciais no interior da colônia, foram implementadas medidas que suscitassem o implemento da arrecadação fiscal, porém, de maneira a não criar inconvenientes pela excessiva tributação, conforme esclarece o trecho a seguir:

“As Rendas de Sua Magestade ao Brasil são muito mal cobradas; e se estivessem em melhor administração seriam muito consideráveis: bastaria só administrar por Freguesias os Tamos e Dizimos, e ver-se-hia a verdade que digo. As mesmas Rendas Reaes no Brasil ha muitos meios de as augmentar; e não será necessario recorrer a meios oppressivos e destructivos da publica felicidade, para assim o executar, e conseguir hum tão desejavel fim”³⁹⁹.

A agricultura foi um dos campos da atividade econômica que passou por reformulações fiscais, através da diminuição do dízimo sobre as produções, que deveria deixar de recair sobre o total produzido, e incidir sobre a renda da terra⁴⁰⁰. No que se referia à produção aurífera da colônia, D. Rodrigo não deixou de explicitar a necessidade de reformas tanto no campo da extração dos metais preciosos quanto da sua tributação. Nesse sentido, Souza Coutinho propôs, em 1803, a abolição da circulação do ouro em pó, a instalação de uma Casa da Moeda na região das minas, aperfeiçoamentos nas

³⁹⁹ ANTT, Ministério do Reino, Maço 358.

⁴⁰⁰ Cf. AIDAR, Bruno. *Uma substituição luminosa: tributação e reforma do Antigo Regime português em D. Rodrigo de Souza Coutinho ao final do século XVIII*. Nova Economia: Belo Horizonte, 21 (1), pp. 137-156, janeiro-abril de 2011 .

condições viárias da região, a exploração de novos metais preciosos, e a instalação de uma escola de metalurgia⁴⁰¹.

A instalação de uma escola que além de aperfeiçoar as técnicas de extração de metais preciosos na região das Minas, também, permitiria a extração de outros tipos de metais, ligava-se diretamente com a preocupação de D. Rodrigo de aperfeiçoar as produções coloniais e, ao mesmo tempo, conhecer as capacidades produtivas da colônia. Nesse sentido, a criação da Casa Literária do Arco do Cego atendia aos intentos do ministro de conhecer mais profundamente o território brasileiro, e promover o aperfeiçoamento da sua capacidade produtiva⁴⁰². A instituição publicou um impressionante número de livros e panfletos, originais e traduzidos, que tinham como tema principal instruções práticas sobre agricultura, especialmente dedicados aos leitores brasileiros. Ilustrados com elevada quantidade e qualidade de gravuras, os livros publicados eram veículos de modernização que avançaram as medidas políticas que objetivavam melhorar o processo de alocação dos recursos econômicos. Muitas publicações eram traduções de manuais e panfletos ingleses e franceses. Essas publicações são, também, um testemunho do processo de difusão e apropriação de ideias e conhecimento tecnológico. Embora não tratassem explicitamente de políticas econômicas, os impressos da Casa Literária do Arco do Cego eram forte instrumento para promover mudanças no Brasil, além de ajudar na compreensão das mudanças que ocorreram no Império Português em finais do século XVIII e inícios do XIX⁴⁰³.

Uma das principais preocupações reveladas durante a administração colonial de D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi o apoio dado ao melhor conhecimento do território brasileiro e seus recursos naturais. A organização de viagens filosóficas, a coleta de dados estatísticos, a descrição dos meios de vida e novos planos para a alocação dos recursos econômicos, foram

⁴⁰¹ CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Niterói, 2007, p. 303-304.

⁴⁰² CARDOSO, *Nas Malhas do Império*, op. cit., p. 90.

⁴⁰³ CURTO, Diogo Ramada. D. Rodrigo de Souza Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In: CAMPOS, Maria Fernanda et. al. (ed.), 1999. *A Casa Literária do Arco do Cego. Bicentenário*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal/ INCM, 1999, pp. 15-49.

questões que ganharam sucessiva importância no projeto de política colonial, oferecendo, assim, “evidência clara da confiança depositada no conhecimento científico como alicerce para tomada de decisões políticas”⁴⁰⁴.

Com tal propósito em mente, Coutinho fundou a Casa Literária do Arco do Cego, destinada à publicação de livros e panfletos sobre assuntos científicos, tais como agronomia, botânica, química, mineralogia, aplicados à melhor e mais eficiente alocação dos recursos naturais do Brasil, mas, também, à questões relacionadas à miséria, pobreza e saúde pública. Esses escritos fornecem evidência sobre preocupações práticas com melhorias econômicas na agricultura, pecuária e circuitos produtivos e comerciais. Muitos destes textos consistiam em instruções práticas destinadas à utilização dos recursos de maneira mais eficiente.

Seu indiscutível líder foi Fr. José Mariano da Conceição Veloso, sacerdote franciscano nascido no Brasil, que viveu em Lisboa entre 1790 e 1808. Era um renomado botânico e naturalista, autodidata na tradição dos conhecimentos dos colégios Franciscanos e das sociedades literárias e científicas do Rio de Janeiro e São Paulo⁴⁰⁵. Quando aportou em Lisboa, o principal objetivo de Fr. Veloso era a publicação de *Flora Fluminensis*, uma descrição botânica de sua autoria, que passava por um processo difícil de publicação, uma vez dada a negativa recepção que a obra teve dentre os já estabelecidos e renomados botânicos portugueses, formados nos círculos acadêmicos universitários, nomeadamente Correia da Serra e Brotero⁴⁰⁶.

Fr. Mariano Veloso não logrou êxito em tornar-se um membro da Real Academias das Ciências de Lisboa, sendo aceito apenas como membro livre entre 1791 e 1798⁴⁰⁷. Contudo, D. Rodrigo conhecia os méritos científicos de Veloso, fazendo dele o grande guardião defensor de sua empresa inovadora: a criação de uma casa literária especialmente dedicada à tradução de trabalhos científicos para difusão de conhecimento útil no Brasil. Como o

⁴⁰⁴ CARDOSO, *Nas Malhas do Império*, *op. cit.*, p. 90

⁴⁰⁵ Cf. NUNES, Fátima; BRIGOLA, João. José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811): um frade no Universo da Natureza. In: Campos, Maria Fernanda *et. al.* (ed.), 1999. *A Casa Literária do Arco do Cego. Bicentenário*. Lisboa: BN and INCM, 1999, pp. 51-75.

⁴⁰⁶ Na verdade a obra só foi publicada postumamente, entre 1825-1827, decorridos vários anos após sua morte.

⁴⁰⁷ NUNES, Fátima; BRIGOLA, João, *op. cit.*, p. 59.

próprio Fr. Veloso pontuou posteriormente em um de seus escritos, o lema dessa ação conjunta fazia perfeito sentido: “sem livros não há instrução”.

Muitas das contribuições de Veloso foram reunidas em sua monumental obra *O Fazendeiro do Brasil*, coleção de traduções e ensaios dedicados ao uso econômico de plantas originárias e transplantadas para o solo brasileiro, tais como, açúcar, utilização de vegetais para o tingimento, café, cacau e especiarias.

O número total de itens publicados pela Casa Literária do Arco do Cego entre 1799 e 1801 foi 83 (36 textos originais, 41 traduções; 6 textos em latim). Mais da metade dos livros publicados incluíam gravuras, algumas delas coloridas na casa literária⁴⁰⁸. Quando observamos o conjunto completo das obras publicadas, é indispensável considerar além dos 83, outros 57 trabalhos, dados a luz entre 1795 e 1806, caracterizados pelos assuntos abordados, autoria e tradução pelos mesmos colaboradores, com gravuras também desenhadas e produzidas pelos mesmos profissionais que atuaram na Casa Literária do Arco do Cego⁴⁰⁹. Essa produção aponta como o projeto editorial encabeçado por Souza Coutinho foi muito além dos limites cronológicos da instituição fundada com tal objetivo.

A distribuição temática dos assuntos apresentados no conjunto dos 140 livros e panfletos publicados pode ser distribuída nas seguintes categorias: A - 15%, Poesia, Literatura, História e Religião; B - 5%, Artes Gráficas, Desenho, Pintura; C - 21,4% Ciências Fundamentais e Aplicadas; D - 30%, Agricultura (manuais gerais e instruções específicas); E - 9,3%, Artes e Manufaturas; F - 7,9% Comércio e Comunicação; G - 10%, Problemas sociais e saúde pública; H - 1,4% outros temas. É importante destacarmos que os itens de “D” a “G” são temas com forte sentido econômico.

As sucessivas remessas para o Brasil de livros impressos pelo projeto editorial capitaneado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho evidenciam o

⁴⁰⁸ Cf. LEME, Margarida O.R. Pais, Um breve itinerário editorial: do Arco do Cego à Impressão Régia. In: Campos, Maria Fernanda *et. al.* (ed.), 1999. *A Casa Literária do Arco do Cego. Bicentenário*. Lisboa: BN and INCM, 1999, pp. 77-90; e FARIA, Miguel. Da facilitação e da ornamentação: a imagem nas edições do Arco do Cego. In: Campos, Maria Fernanda *et. al.* (ed.), 1999. *A Casa Literária do Arco do Cego. Bicentenário*. Lisboa: BN and INCM, 1999, pp. 107-137.

⁴⁰⁹ Foram publicados precisamente 140 títulos, dos 83 possuíam o selo da Casa Literária do Arco do Cego, e outras 57 obras publicadas em diferentes oficinas tipográficas. Para relação completa, veja-se: CAMPOS, Maria Fernanda *et. al.* (ed.). *A Casa Literária do Arco do Cego... op. cit.*

programa de ação do Ministro. A documentação nos permite reconstruir os envios de livros para a Capitania de São Paulo, entre 1797 a 1801, sendo que os documentos referentes às demais partes da colônia são muitas vezes escassos e fragmentários. De qualquer forma, a correspondência entre Sousa Coutinho e Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, governador da capitania entre 1797 e 1802, é testemunho relevante do esforço empreendido pelo ministro português em promover a difusão de técnicas e conhecimentos capazes de aprimorarem as capacidades produtivas da colônia⁴¹⁰.

Os números que apresentaremos aqui não são absolutos, mas uma aproximação dos livros remetido à capitania. Isso porque em algumas partes da documentação as quantidades enviadas são omitidas, apresentando apenas os títulos das obras. Os livros foram referenciados por títulos e temas genéricos que não correspondem precisamente aos títulos dos livros, o que em alguns casos não possibilitou a identificação da obra e sua autoria, nem identificá-la como impressa pelo projeto do Arco do Cego. A quantidade total de livros não identificados é ínfima e, para todos os efeitos, não interfere na análise geral sobre o esforço empreendido para a difusão de novos saberes na colônia.

De acordo com aquela categorização apresentada anteriormente, os temas das obras remetidas à Capitania de São Paulo podem ser divididos da seguinte maneira: A – 5,7%, Poesia, Literatura, História e Religião; B – 1,3%, Artes Gráficas, Desenho, Pintura; C – 4,9%, Ciências Fundamentais e Aplicadas; D – 69,8%, Agricultura (manuais gerais e instruções específicas); E – 8%, Artes e Manufaturas; F – 4,9%, Comércio e Comunicação; G – 1,5%, Problemas Sociais e Saúde Pública; 3,9%, Livros não identificados de autoria e origem desconhecidos. É possível computar o envio de 2734 volumes, divididos em 67 títulos diferentes no período de 1797 e 1802. Desse total, 62 títulos, que perfazem 2628 exemplares, foram impressos através do projeto editorial de D. Rodrigo. Indiscutivelmente a grande maioria dos livros remetidos concentrou-se na Categoria D – Agricultura (manuais gerais e instru-

⁴¹⁰ Documentos Interessantes.

ções específicas), mais detidamente os livros de instrução específica somaram 58,6% de total de livros remetidos à colônia.

A leitura dos prólogos e dedicatórias provêm informação útil sobre os motivos e utilidade dos textos publicados. Eram interessante peça de persuasão, que demonstravam a relevância da luta contra a ignorância e os méritos de emular experiências bem sucedidas já implantadas em outras nações. Na dedicatória do *Fazendeiro do Brasil*, Fr. Veloso forneceu informações acerca do trabalho que estava desenvolvendo:

“(...) fui incumbido, a saber: de ajuntar, e trasladar em Português todas as memórias estrangeiras que fossem convenientes aos estabelecimentos do Brasil, para o melhoramento da sua economia rural, e das fábricas, que dela dependem, pelas quais ajudados, houvessem de sair do atraso, e atonia, em que actualmente estão, e se pusessem ao nível, com os das nações nossas vizinhas, e rivais no mesmo continente, assim na quantidade, como na qualidade dos seus géneros e produções”.

Os temas apresentados, poderiam ser utilizados a favor da trans-
portação de plantas, ou a melhoria de técnicas agronômicas, além de simples exposição dos usos das espécies botânicas menos conhecidas. A diminuição de custos e incremento da força produtiva dos fatores de produção eram problemas recorrentes, justificando uma nova atitude para com méritos das descobertas científicas aplicadas à vida econômica. Em verdade, o adiantamento dos setores econômicos foram concebidos como sendo dependentes dos resultados dos progressos científicos.

Apesar da inexistência de um quadro teórico coerente, alguns dos tradutores revelaram preocupação com uma contextualização mais ampla através do discurso de economia política. A oportunidade de uma abordagem mais erudita sobre o tema poderia ser criada na medida em que os textos traduzidos em si, eram veículos de difusão de ideias de conhecidos autores. Podemos encontrar, também, visão mais articulada sobre as relações das

atividades econômicas, como apresentada pelos tradutores nos prólogos justificativos. O excerto a seguir é exemplo dessa intenção:

“Os canais diminuindo imensamente os gastos da condução, reduzirão o preço dos géneros, o qual sendo menor aumentará o consumo, o consumo a produção, e a produção a povoação, que sempre está em razão directa do número de subsistência, e por um círculo, que parecerá vicioso aos olhos, que não enxergam longe no horizonte económico, virá também a povoação a fazer crescer a produção. Desta série de acções, e reacções nascerá a abundância e felicidade geral”.⁴¹¹

Sobre o papel dos fazendeiros na criação de riquezas, o tradutor considerou que:

“(...) deles dimanam as riquezas, que depois de animarem o comércio, a povoação, e a indústria, tornam às mãos do agricultor para serem reproduzidas: e à plenitude deste refluxo periódico das rendas do Estado para sua origem, é que se deve atribuir sua renovação perpétua, esvaindo-se totalmente, se esta circulação se afrouxar, interromper ou desvairar. Tão conexos são os anéis da cadeia, que nas sociedades sabiamente organizadas tem prescrito a Economia Política”⁴¹².

Os livros publicados pelo projeto editorial do Arco do Cego, além de difundirem novos conhecimentos técnicos, em certa medida, também difundiam alguns conceitos de economia política. Testemunham, assim, a intencionalidade de D. Rodrigo de Souza Coutinho na difusão de novos saberes coadunados com a produção literária sobre o tema na época. Ao mesmo tempo em que os escritos difundiriam um maior conhecimento específico,

⁴¹¹ Prologo de Fullton, Robert. *Tratado do melhoramento da navegação por canais, onde se mostram as numerosas vantagens, que se podem tirar dos pequenos canais, e barcos de dous até cinco pés de largo, que contenham duas até cinco toneladas de carga (...)*. Lisboa: Oficina da Casa Literária do Arco do Cego (transl. António Carlos Ribeiro de Andrade), 1800.

⁴¹² Prologo de *Discursos Apresentados à Mesa da Agricultura sobre vários objectos relativos à cultura, e melhoramento interno do Reino*. Lisboa: Tipografia Calcográfica e Literária do Arco do Cego (transl. José Feliciano Pinheiro), 1800.

também não deixaram de abordar questões mais afeitas às interpretações gerais do funcionamento da economia. Contudo, não significaram a propagação de teorias econômicas sistematicamente, ou pretenderam formar um auditório de leitores no Brasil sobre a economia política. Efetivamente, o debate sobre o tema no período, foi preconizado por José Joaquim Rodrigues de Brito e José da Silva Lisboa.

2. A CONTROVÉRSIA ENTRE RODRIGUES DE BRITO E JOSÉ DA SILVA LISBOA

Nos anos iniciais do século XIX, Joaquim José Rodrigues de Brito e José da Silva Lisboa protagonizaram um caloroso debate sobre o desenvolvimento do Império Português. A partir de postulações teóricas sobre economia política, ambos autores formularam interpretações sobre a realidade econômica do Império e possíveis maneiras de ultrapassar os obstáculos ao seu desenvolvimento econômico. Se, por um lado, o debate entre Rodrigues de Brito e Silva Lisboa foi marcado pela preocupação em desenvolver teoricamente temas relacionados à economia, por outro, o pragmatismo de ambos aponta a persistência da instrumentalização da economia política nas respostas às demandas que remetiam ao período anterior.

O português Joaquim José Rodrigues de Brito graduou-se em Leis na Universidade de Coimbra em 1787, sendo professor da mesma universidade até 1823, não ocupando nenhum outro cargo na administração do Estado Português. O autor não foi membro da Real Academia das Ciências de Lisboa, como era de praxe entre os demais professores da mesma universidade. Sua obra única “*Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações, e Principalmente de Portugal*”⁴¹³ foi publicado em três volumes, de 1803 até 1805⁴¹⁴.

⁴¹³ BRITO, Joaquim José Rodrigues de. *Memórias Políticas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações e principalmente de Portugal: Oferecidas ao Serenissimo Principe do Brasil Nosso Senhor*. 3 Vols. Lisboa: Imprensa Régia, 1803, 1805. New edition: PEREIRA, José Esteves (dir.). *Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações e principalmente de Portugal*. Lisboa: Banco de Portugal, 1992 (Coleção de obras Clássicas do Pensamento Económico Português, 2).

⁴¹⁴ CARDOSO, José Luís. *op.*, cit, p. 216.

José da Silva Lisboa nasceu no Brasil, na cidade de Salvador na Capitania da Bahia. Ele ingressou na Universidade de Coimbra em 1773 e recebeu o diploma de Cânone e Leis em 1778. Silva Lisboa ocupou diversos postos na administração do Estado Português. Visconde de Cairú publicou mais de vinte escritos, nos quais ele abordou majoritariamente matérias relacionadas à economia política e à administração pública⁴¹⁵. Para efeitos de nossa análise, dedicaremos atenção ao textos “Princípios de Economia Política”, publicado em 1804⁴¹⁶ e, “Apêndice ao Princípio de Economia Política, publicado em 1806”⁴¹⁷.

Joaquim José Rodrigues de Brito formulou um quadro de ideias no qual o objetivo principal seria estabelecer um princípio único para as estratégia de governação do reino⁴¹⁸. O autor compreendia as relações sociais estabelecidas pelo homem através de uma análise fundamentada no direito natural. Assim, os princípios naturais deveriam ser transformados em leis positivas que dariam maior coesão às diferentes componentes do tecido social. Para Rodrigues de Brito tal coesão seria alcançada quando as regras de ação sociais e econômicas do homem fossem observadas. Além disso, a economia política assumiria um papel fundamental uma vez que estabeleceria uma ordem natural das coisas e das relações sociais⁴¹⁹.

O soberano teria posição central em um sistema legal que determinaria o princípio norteador de sua ação política, com sinais para garantir o crescimento e enriquecimento da nação e de seus súditos⁴²⁰. Tal legislação deveria objetivar a relação dos agentes econômicos de forma a promover a perfeita coesão social. Assim, se o sistema legal estivesse assentado em tais princípios, seria legítimo e justo a proteção da agricultura. Essa proteção

⁴¹⁵ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Historiografia: teoria e prática*. São Paulo: Editora Alameda, 2014, p. 315.

⁴¹⁶ LISBOA, José da Silva. *Princípios de Economia Política para servir de introdução à tentativa económica do autor dos Princípios de direito mercantil*. Lisboa: Impressão Régia, 1804. New edition: ALMODOVAR, António (dir.). *Escritos Económicos Escolhidos: 1804-1820*. 2 vols. Lisboa: Banco de Portugal, 1993 (Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, 5).

⁴¹⁷ LISBOA, José da Silva. *Apêndice dos Princípios de Economia Política do autor dos Princípios de Direito Mercantil, contendo discussões interessantes contra a crítica de um apologista da filosofia rural*” In: ALMODOVAR, António (dir.). *Escritos Económicos Escolhidos: 1804-1820*, op. cit., pp. 125-188

⁴¹⁸ BRITO, Joaquim José Rodrigues de, op. cit. p. 217.

⁴¹⁹ ALMODOVAR, António; Cardoso, José Luís. *A History of Portuguese Economic Thought*. Routledge: London and New York, 1998, pp. 53-55.

⁴²⁰ BRITO, Joaquim José Rodrigues de. op. cit., pp. 45-47.

abriria espaço para investimento maciço de todos os fundos e riquezas da nação para o desenvolvimento da agricultura e seu comércio. As demais atividades produtivas, nomeadamente as manufaturas, se desenvolveriam sozinhas, sem a intervenção e investimento do Estado quando avanços na produção agrícola e consumo de seus produtos fosse alcançada⁴²¹.

Assim, para Rodrigues de Brito a agricultura seria a fundação da riqueza. O papel central da atividade agrícola no enriquecimento da sociedade seria uma “simples e óbvia verdade” obscurecida pelo “sofismo político”. De acordo com o autor, os “novos economistas franceses” estabeleceram uma extraordinária ordem natural para a reprodução da riqueza que não excluiria as instituições sociais⁴²². Portanto, o sistema agrário seria a base fundamental do legislador através da qual todas as demais atividades e interesses da sociedade deveriam ser submetidas. Além disso, a agricultura seria um dos “princípios imutáveis do direito natural”, e desta feita, o foco de atenção do soberano⁴²³.

O comércio seria primordial para o sustento e progresso do homem, uma vez que nenhuma sociedade poderia produzir todas as mercadorias de que precisasse⁴²⁴. Rodrigues de Brito teorizou sobre o “valor político” das produções já que a necessidade de uso de algum produto que lhe conferiria “valor político”. Em outras palavras, as produções só teriam algum “valor político” a partir do momento que elas pudessem ser trocadas por outras mercadorias. Assim, o “valor político” seria expresso em termos qualitativos⁴²⁵.

A partir do “valor político”, Rodrigues de Brito teorizou sobre as componentes do preço das mercadorias. É importante destacar que ele não distinguiu teoricamente preço e valor das mercadorias, sendo mencionadas como sinônimos. De acordo com o autor, o preço das mercadorias teria três componentes: uso, trabalho e competição. O uso estaria relacionado com a utilidade e propósito da produção e, por ele próprio, não poderia ser a medi-

⁴²¹ BRITO, Joaquim José Rodrigues de. *op. cit.*, p. 68-69

⁴²² *Idem*, p. 36-38

⁴²³ *Idem*, p. 43.

⁴²⁴ *Idem*, p. 66.

⁴²⁵ *Idem*, p. 82.

da de seu preço. O trabalho incluiria os custos e gastos necessários para a produção das mercadorias. Contudo, a competição seria a principal componente do preço das produções, e capaz de virtualmente invalidar as demais componentes. Para o autor, a competição seria tal que os produtos agrícolas não seriam vendidos pelos seus custos de produção, mas pelos preços determinados pela competição⁴²⁶.

A partir da ideia que nenhuma sociedade seria capaz de produzir todos os gêneros dos quais ela necessitaria, a liberdade de comércio, em maior ou menor grau, sempre existiu⁴²⁷. Contudo, como a competição teria um papel central no preço das mercadorias, influenciaria diretamente na capacidade de reprodução das produções como um todo, assim como na manutenção do comércio. Portanto, o livre comércio estaria subordinado à estabilidade da coesão social, através da observância do relacionamento dos agentes econômicos.

As ideias defendidas por José Joaquim Rodrigues de Brito sem dúvida estimularam a publicação de “Princípios de Economia Política” por José da Silva Lisboa em 1804. O tom de resposta de seu texto ficou evidente pelo título do maior capítulo de sua obra: “Observações Apologéticas acerca da crítica, que faz contra Smith o autor das Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações”. O núcleo do embate entre os autores foi, sumariamente, a lealdade às teorias de Adam Smith.

Para Silva Lisboa, o autor de “A Riqueza das Nações” clarificou os mecanismos da economia política que não poderiam ser separados dos interesses da humanidade⁴²⁸. O autor luso-brasileiro defendeu que o direito natural seria o portador de leis que governariam mais o mundo físico que as relações humanas. Assim, a economia política seria uma divisão do direito natural que governaria as sociedades através de leis simples que levariam ao desenvolvimento e enriquecimento suave das nações⁴²⁹. Além disso, a economia política assumiria o papel de prevenção da acumulação exacerbada

⁴²⁶ BRITO, Joaquim José Rodrigues de. *op. cit.*, p. 88-90.

⁴²⁷ *Idem*, p. 22.

⁴²⁸ LISBOA, José da Silva, *op. cit.*, p. 4

⁴²⁹ *Idem*, p. 28.

por uma só nação que, para Silva Lisboa, seria a razão para as sociedades estarem em recíproca “rivalidade e inveja”⁴³⁰.

Para o autor, os postulados da fisiocracia seriam “ilusões poéticas” de uma vida pastoril, já que “o homem não poderia sobreviver apenas de pão e tecidos”⁴³¹. Considerar a terra como a única fonte de riqueza seria fruto de uma compreensão deficiente da realidade econômica pelos economistas franceses, uma vez que seria o trabalho o fruto de toda riqueza e valor. Silva Lisboa reivindicou que os fisiocratas teriam atribuído “o suprimento e enriquecimento das sociedades ao material ou acumulação física de todos as produções naturais”. Enquanto Adam Smith teria formulado uma teoria na qual a capacidade produtiva, física ou mental, do homem que seria a base de toda riqueza das nações⁴³².

A partir da abordagem de Silva Lisboa, a liberdade do comércio assumiria uma posição excepcional. Primeiro porque ela seria o justo mecanismo para prevenir a acumulação exacerbada por uma nação, levando as sociedades a uma “sólida civilização e honesta opulência”⁴³³. Segundo, a livre competição entre as nações as permitiria desenvolver a atividade na qual tivessem maior capacidade produtiva, que ele chamou de “trabalho social”. Ao mesmo tempo, a liberdade dos agentes econômicos levaria o preço das mercadorias a seu preço natural, reafirmando as teorias de Adam Smith sobre o tema⁴³⁴.

Assim, a liberdade dos agentes econômicos seria “o juiz inexorável e imparcial” nas relações dos indivíduos. Contudo, esta característica da liberdade, só seria alcançada quando o mercado funcionasse sem nenhuma barreira. Além disso, seria fundamental o fim de qualquer prática de monopólio, privilégios e coerção à livre ação dos agentes econômicos, uma vez que o Estado não deveria intervir na operação normal da economia⁴³⁵.

Rodrigues de Brito publicou o terceiro e último volume de “Memórias Políticas” em 1805. A introdução de seu texto foi dedicada à responder

⁴³⁰ LISBOA, José da Silva, *op. cit.*, p. 117.

⁴³¹ *Idem*, p. 43.

⁴³² *Idem*, p. 62.

⁴³³ *Idem*, p. 9.

⁴³⁴ *Idem*, p. 109.

⁴³⁵ *Idem*, p.178.

os argumentos opostos formulado por Silva Lisboa. O autor tentou clarificar a questão do privilégio que deveria ser concedido às atividades agrícolas. De acordo com ele, a importância dada à agricultura não implicaria necessariamente em prover um privilégio exclusivo para a atividade agrícola em detrimento das demais atividades produtivas. Para o autor, os fisiocratas não consideravam a agricultura como a única fonte de riqueza, apesar de ser a única atividade capaz de promover a riqueza das nações por longos períodos⁴³⁶.

Assim, a agricultura seria a atividade com maior “valor político” que iria ao encontro do interesse público. Rodrigues de Brito resumiu sua análise ao papel do soberano na condução do reino para privilegiar o desenvolvimento das atividades com maior “valor político”⁴³⁷. Portanto, para ele, a liberdade dos agentes econômicos deveria estar sujeita à “contínua proteção” da coesão social. Essa manutenção deveria ser a principal preocupação do soberano⁴³⁸.

José da Silva Lisboa escreveu um novo texto no qual replicou novamente as ideias de Rodrigues de Brito. A proteção da agricultura iria postergar o desenvolvimento de manufaturas que, além de prover as ferramentas necessárias à agricultura, iria expandir o comércio e aumentar o valor das matérias primas⁴³⁹. Por outro lado, o sistema de “preferências e restrições” estaria impondo ao mundo a “pobreza, hostilidade e letargia”⁴⁴⁰. Assim, “as liberais teorias” do livre comércio seriam a maneira mais apropriada de fomentar a prosperidade das nações⁴⁴¹. Finalmente, o autor destacou que a economia política estaria nos primeiros passos e que futuros desenvolvimentos de suas teorias seriam necessárias. Para Silva Lisboa as contribuições de Adam Smith eram fundamentais, na medida em que suas teorias haviam esclarecido o funcionamento da economia contra “as obscuras teorias da filosofia rural”⁴⁴².

⁴³⁶ BRITO, Joaquim José Rodrigues de. *op. cit.*, p. 220.

⁴³⁷ *Idem*, p. 215.

⁴³⁸ *Idem*, p. 197.

⁴³⁹ LISBOA, José da Silva, *op. cit.*, p. 133.

⁴⁴⁰ *Idem*, p. 136.

⁴⁴¹ *Idem*, p. 134.

⁴⁴² *Idem*, p. 144.

É importante notar que José da Silva Lisboa qualificou à si mesmo como um seguidor fiel das ideias de Adam Smith. Em diversas partes de seus escritos há excertos nos quais o autor manifestou sua afiliação teórica. Joaquim Rodrigues de Brito, a seu turno, jamais fez referência a sua conexão com as teorias fisiocratas. Na verdade, o autor português declarou que suas críticas a Adam Smith não tinham por objetivo “denegrir a dignidade deste sábio professor”⁴⁴³. Portanto, a abordagem fisiocrata de Rodrigues de Brito é implícita, e precisa ser analisada mais cuidadosamente. O autor falhou em mencionar as teorias econômicas fisiocráticas sobre o circuito econômico, bem como suas implicações na produção anual e reprodução da riqueza. Da mesma maneira, não abordou o funcionamento da economia como um todo dentro dos quadros interpretativos das teorias fisiocratas. Dentro de seu esquema interpretativo a economia seria dotada de leis naturais que poderiam ser implementadas pela ação do monarca⁴⁴⁴. As ideias de Rodrigues de Brito foram formuladas a partir de diversas teorias distintas que o ajudaram na sua racionalização sobre leis da sociedade e economia.

Por outro lado, alguns silêncios na obra de José da Silva Lisboa indicam uma maior preocupação em operacionalizar as teorias de Adam Smith, que uma adesão ao seu discurso. O Visconde de Cairú em momento algum mencionou o papel do Brasil enquanto colônia de Portugal, suas relações políticas com a metrópole e as bases da produção agrícola colonial. Para o autor a livre comércio permitiria o incremento econômico de metrópole e colônia, sem colocar em questão a estrutura do Império Português.

Indiscutivelmente Rodrigues de Brito e Silva Lisboa travaram um debate no qual houve grande preocupação com o desenvolvimento teórico sobre economia política. Contudo, os esforços em ultrapassar a distância econômica entre Portugal e as demais nações da Europa, através de reformas que fossem capazes de proporcionar a manutenção da estrutura social vigente, refletiu-se na utilização de um eclético conjunto de ideias. O caráter reformista de tais discursos não abriu espaço para a introdução de novos temas e problemas nos debates sobre a economia política, permanecendo,

⁴⁴³ BRITO, Joaquim José Rodrigues de. *op. cit.* p. 215.

⁴⁴⁴ Cf. ALMODOVAR, António; CARDOSO, José Luís. *op. cit.* p. 55.

ainda que com fundamentação teórica muito mais elaborada, as discussões em torno dos mesmos temas que ocuparam os autores de finais do século XVIII.

3. OS IMPERATIVOS DA REALIDADE: 1808 E A ABERTURA DOS PORTOS

O acréscimo das importações inglesas de algodão brasileiro, via Portugal, que já referimos, fez com que a Inglaterra já em 1801, pensasse na transferência da corte portuguesa para o Brasil, o que se desdobraria na direta relação comercial entre ingleses e brasileiros e permitira aos primeiros equilibrar novamente sua balança de pagamentos⁴⁴⁵. Acompanhado do crescimento das exportações inglesas de produtos têxteis, que entre 1786 e 1816, aumentou 53%, cresceu, também, a necessidade por matérias primas para suprir as indústrias têxteis. Era preciso “estreitar o controle sobre mercados fornecedores”, e suprimir “intermediários” que, no caso do Brasil, seria sua metrópole europeia⁴⁴⁶.

Controlar o mercado brasileiro, proporcionaria aos ingleses eliminar a relação comercial deficitária com Portugal, garantir o abastecimento das indústrias têxteis de matérias primas, ao mesmo tempo que garantiria a entrada dos produtos ingleses no mercado brasileiro. Em 1807, os dados atestam que os ingleses já importavam diretamente do Brasil, por meio de contrabando, o algodão. Ao longo do século XIX, a posição de fornecedor de matéria prima para indústria inglesa do Brasil foi se consolidando. Paulatinamente, os valores das exportações brasileiras de algodão para Inglaterra foram acrescidos, chegando em meados de 1820, a quantia de 1 milhão de libras⁴⁴⁷.

Já em finais do século XVIII, a atividade comercial ilícita na colônia foi se avultando. A quantidade de navios estrangeiros no porto do Rio de Janeiro, proibidos desde o começo do setecentos, chegou a 70 embarcações em 1800. Tanto que alguns ingleses diretamente ligados ao comércio por con-

⁴⁴⁵ ARRUDA, *Decadência ou crise do império luso-Brasileiro... op. cit.*, p. 69.

⁴⁴⁶ ARRUDA, *Uma colônia entre dois impérios... op. cit.*, p. 49.

⁴⁴⁷ *Idem*, p. 65.

trabando, não reconheciam a autoridade de Portugal nos portos do Brasil⁴⁴⁸. Foram estas condições que levaram José Jobson de Andrade Arruda a afirmar que já em 1800 os portos brasileiros se encontravam abertos a outras nações, sendo 1808 apenas a formalização de tal situação⁴⁴⁹. Com o crescimento do contrabando, crescia também a pressão inglesa pelo acesso ao mercado colonial português. A Convenção Secreta de Londres, que selou um acordo sigiloso entre Portugal e Inglaterra acerca do contexto beligerante europeu diante das invasões napoleônicas, delineava, sem o conhecimento português a intenção britânica de assumir o controle dos portos brasileiros, caso Portugal fosse invadido pelas tropas de Napoleão⁴⁵⁰.

Foi o Tratado de Fontaineblau, de 27 de outubro de 1807, no qual Napoleão decretava o fim de Portugal, dividia seu território em três partes, e repartia o império colonial português entre França e Espanha, que colocou em marcha os termos assinados entre Portugal e Inglaterra. No dia 29 de novembro de 1807, o príncipe regente deixou Lisboa em direção ao Brasil⁴⁵¹. A Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, com a corte ainda na Bahia, estabeleceu a entrada nos portos brasileiros de qualquer gênero transportados em navios de nações que estivessem em paz com a coroa. O decreto de 1º de abril de 1808, suspendeu a proibição de manufaturas no Brasil e nos demais domínios ultramarinos. Esse decreto poderia por em causa a intenção inglesa de fornecer produtos manufaturados para o Brasil, contudo, o Tratado de Comércio e Navegação com as nações amigas, ou seja, Inglaterra, assinado em 19 de fevereiro de 1810, sepultou tal possibilidade⁴⁵². As manufaturas inglesas passaram a obter condições preferenciais de entrada pela redução dos direitos a serem pagos nas alfândegas. Foi assim que, resumidamente, teve fim o pacto colonial e a exclusividade de acesso português ao mercado brasileiro.

Por ocasião do decreto que permitia a instalação de manufaturas no Brasil, José da Silva Lisboa escreveu o texto “Observações sobre a Fran-

⁴⁴⁸ ARRUDA, *Uma colônia entre dois impérios... op. cit.*, p. 114.

⁴⁴⁹ *Ibidem*.

⁴⁵⁰ *Idem*, p. 32-33

⁴⁵¹ *Idem*, p. 32-37.

⁴⁵² CARDOSO, *Nas Malhas do Império... op. cit.*, p. 99.

queza da Indústria, e Estabelecimento de Fábricas no Brasil”⁴⁵³. Se anteriormente, no debate com José Joaquim Rodrigues de Brito, o Visconde de Cairú colocou-se frontalmente contrário às ideias fisiocráticas sobre a primazia da agricultura sobre as demais atividades produtivas, no novo escrito a questão foi tratada de forma diferente. Isso não quer dizer, contudo, uma adesão do autor luso-brasileiro aos postulados da escola francesa. Tratou-se do reconhecimento da importância da atividade agrícola para o Brasil. Cairú salientou que a agricultura, dada as especificidades do território brasileiro, seria de primeira importância para o Brasil, mas isso não significava uma proteção da atividade agrícola e, tampouco das manufaturas. Assim, a permissão para a instalação de manufaturas no Brasil não significava o abandono da atividade agrícola⁴⁵⁴. Essa opção de Silva Lisboa representava uma “alternativa mais cautelosa” diante do cenário econômico e político que se apresentava⁴⁵⁵.

D. Rodrigo de Souza Coutinho por ocasião da assinatura do Tratado do Comércio e Navegação foi incumbido de redigir a Carta Régia de 1810, que simultaneamente, justificava as medidas tomadas pela corte, ao mesmo tempo em que procurava “minimizar” os efeitos do tratado sobre a economia do reino⁴⁵⁶. A argumentação da referida carta gira em torno de argumentos elaborados a partir das teorias da economia política. Os termos acordados no tratado do mesmo ano, foram explicados na medida em que se fazia necessário pela “liberdade, e franqueza do comércio”. Para Souza Coutinho a modificação dos termos do antigo sistema colonial, imposta pela conjuntura política, que se desdobrava na liberdade econômica dos territórios brasileiros, não significava um perigo ao desenvolvimento econômico português, uma vez que o reino, seria lugar natural das produções brasileiras⁴⁵⁷. Assim como defendido por Silva Lisboa, D. Rodrigo também manifestou preferência por um desenvolvimento assentado na agricultura, muito em razão da pres-

⁴⁵³ LISBOA, José da Silva. *Observações sobre a Franqueza da Indústria, e Estabelecimento de Fábricas no Brasil*. 1808. Brasília: Senado Federal, 1999.

⁴⁵⁴ ARRUDA, *Historiografia...* op. cit., p. 325.

⁴⁵⁵ *Idem*, p. 330.

⁴⁵⁶ CARDOSO, *Nas Malhas do Império...* op. cit., p. 99.

⁴⁵⁷ *Idem*, p. 101.

são dos produtos manufaturados ingleses, diante dos quais as manufaturas portuguesas não seriam competitivas⁴⁵⁸.

Os imperativos de realidade, qual sejam a transferência da corte para o Brasil, instalação de manufaturas na antiga colônia, e abertura dos portos, traduziram-se em mudanças substanciais no pensamento econômico de José da Silva Lisboa e D. Rodrigo de Souza Coutinho. Alterações que procuravam concatenar teoria econômica com a realidade que se apresentava. José Acúrsio das Neves foi autor para o qual as mudanças políticas do Império Luso-Brasileiro não passou despercebida. O autor nasceu em 1766 em Cavalheiros de Baixo, foi bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, tornando-se posteriormente juiz e corregedor na Ilha Terceira, e a partir de 1814 foi deputado e secretário da Real Junta do Comércio ⁴⁵⁹.

A complexidade e alcance da obra de Acúrsio das Neves foi objeto de muitos estudos⁴⁶⁰. As ideias econômicas do autor residem na combinação entre absolutismo político e liberalismo econômico, sua obra foi revestida de uma índole eminentemente prática. Apesar de leitor de Adam Smith, Acúrsio das Neves não deixou de atentar para as especificidades de Portugal no período pós 1808/1810, que colocou problemas muito distintos daqueles tratados pelo professor escocês. António Almodovar defendeu não ser possível assinalar a compreensão por Acúrsio das Neves do “núcleo duro” da obra de Smith. Se por um lado a influência de Smith não representou uma assimilação em termos abstratos conceituais, as propostas elaboradas por Acúrsio para a economia aplicada deixam sobressair ecos de conceitos do autor de *Riqueza das Nações*⁴⁶¹.

Uma das características do pensamento de Acúrsio das Neves que podemos relacionar com Manuel Joaquim Rebelo, constam da “Memória so-

⁴⁵⁸ CARDOSO, *Nas Malhas do Império... op. cit.*, p. 102.

⁴⁵⁹ ALMODOVAR, António. José Acúrsio das Neves (1766-1834). In: In: CARDOSO, José Luís (org.). *Dicionário Histórico de Economistas Portugueses*. Lisboa: Temas & Debates. 2001. p. 221-225.

⁴⁶⁰ Sobre o autor veja-se: AMZALAK, Moses Bensabat. *A Economia Política em Portugal – O economista José Acúrsio das Neves I*. Lisboa: S/E, 1920; _____. AMZALAK, Moses Bensabat. *A Economia Política em Portugal – O economista José Acúrsio das Neves II*. Lisboa: S/E, 1921; _____. *Do estudo e da evolução das doutrinas económicas em Portugal*, Lisboa: S/E, 1928. CAMPOS, Fernando. *José Acúrsio das Neves, o Historiador, o Economista, o Panfletário*. Lisboa: Edições Gama, 1946; NEVES, José Acúrsio das. *Obras Completas de José Acúrsio das Neves*. 5 Vols. Porto: Edições Afrontamento, S/D.

⁴⁶¹ NEVES, José Acúrsio das. *Obras Completas ... op. cit.*, p. 55.

bre Alguns dos meios de que se têm servido os governos das nações industriais para animarem as artes e manufacturas, e particularmente sobre os privilégios exclusivos de novo invento”⁴⁶². Acúrsio defendeu a necessidade de manutenção de privilégios exclusivos para aqueles inventos de máquinas que pudessem incrementar as produções das manufacturas. Para o autor, esses privilégios não se configurariam em monopólio, mas garantiram além do incremento produtivo, a introdução de novas técnicas que posteriormente poderiam ser usadas nas demais manufacturas. Manuel Joaquim Rebelo escreveu no mesmo sentido, influenciado pelas ideias de Bielfeld, como mencionamos. Para o negociante português esses privilégios animariam a produção das manufacturas e seriam proveitosas para o aumento da divisão do trabalho e da capacidade produtiva das manufacturas.

A “Memória sobre os Meios de melhorar a Indústria Portuguesa, considerada nos seus diferentes ramos”, escrita em 1820, é elucidativa da conjuntura econômica que Portugal enfrentava. Ao refletir sobre os problemas comerciais de Portugal, Acúrsio propôs que Portugal se tornasse novamente o entreposto para os gêneros coloniais a serem vendidos na Europa. Para tanto, seria necessário que Portugal voltasse a integrar o comércio do Brasil. O autor também propôs que no Brasil deveria haver a preferência para o consumo dos vinhos, sal e manufacturas portuguesas, ao passo que em Portugal se daria preferência ao açúcar, café e outros gêneros brasileiros⁴⁶³. No mesmo texto, à semelhança de Manuel Joaquim Rebelo, Acúrsio das Neves salientou a importância da instalação de cursos de economia política em Portugal, sobretudo, na Universidade de Coimbra.

O texto de 1820 de Acúrsio, foi escrito após os eventos da Revolução do Porto, no mesmo ano, e têm caráter bastante acentuado de apresentar os temas a serem discutidos sobre a relação entre Portugal e Brasil. No Congresso de Viena, em 1815, para redefinir as fronteiras da Europa, após a derrota de Napoleão Bonaparte, foi utilizado o princípio da legitimidade dinástica. As negociações realizadas durante o congresso evidenciaram a intenção da coroa portuguesa de permanecer no Brasil, ao elevar os territórios

⁴⁶² NEVES, José Acúrsio das. *Obras Completas ... op. cit.*, p. 125.

⁴⁶³ *Idem*, Tomo IV, *op. cit.*, p. 126.

da antiga colônia à Reino Unido, dispensando, assim, a obrigatoriedade de retornar à metrópole para garantir o poderio da casa de Bragança sobre o território português. Não tardaram em aparecer manifestações de descontentamento por parte dos Portugueses. As medidas tomadas desde a partida da família real para o Brasil, e dos tratados comerciais celebrados posteriormente, haviam deixado o comércio do reino em situação precária⁴⁶⁴.

Em 1820, os diversos setores lusitanos descontentes com situação portuguesa, passaram a se articular politicamente, e contestar o governo do Reino Unido com sede no Rio de Janeiro. Fortemente influenciados pelo liberalismo espanhol, um grupo de treze indivíduos reuniu-se no Porto, constituídos, em sua maioria por negociantes daquela cidade. O grupo organizou um pronunciamento em agosto do mesmo ano, propondo a criação de “órgão da nação” para redigir uma constituição⁴⁶⁵. Havia uma clara disposição em relacionar os setores tradicionais do Porto, com aqueles mais modernos e dinâmicos que estavam integrados no processo revolucionário. Com o estabelecimento da Junta Provisional do Porto, a regência de Lisboa enviou um destacamento militar para tentar invalidar o novo governo. Houve forte reação dos revolucionários, o que acabou por instigar movimentos liberais na capital portuguesa, que passaram a agir em consonância com o movimento do Porto. Em Lisboa também, foi instaurada uma Junta interina. Em 27 de setembro de 1820, depois do encontro das duas juntas provisionais, foi constituído o novo governo de Portugal. Em 23 de novembro foram publicadas as instruções para a eleição de deputados, em que definia que a base de representação nacional seria a mesma para ambos hemisférios. As “Cortes Extraordinárias e constituintes da Nação Portuguesa”, foram instaladas em 26 de janeiro de 1821⁴⁶⁶.

⁴⁶⁴ BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como artefato: deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 36-38.

⁴⁶⁵ *Idem*, p. 44.

⁴⁶⁶ *Idem*, p. 48-50

4. A PUBLICAÇÃO DA OBRA: 1821

Duas semanas após o início dos trabalhos, o deputado João Rodrigues de Brito, irmão do autor José Joaquim Rodrigues de Brito, apresentou um projeto no qual três cursos de economia política deveriam ser instalados em Lisboa, Porto e Coimbra. Para sustentação do seu intento, Rodrigues de Brito salientou que a economia política seria a ciência que permitiria conhecer os meios pelos quais se aumentariam as riquezas. A Comissão de Instrução Pública das Cortes, emitiu um parecer sobre o projeto, em que distinguia a importância da economia política e que, contudo, era necessária cautela para a concessão de licenças para indivíduos ministrarem a disciplina. Segundo o mesmo parecer, a adoção de teorias muito gerais, como as da obra de Jean-Baptiste Say, poderia incorrer em tentar aplicar aqueles postulados sem atentar a especificidade de Portugal. Dessa maneira, a comissão sugere que fossem escritos ou traduzidos tratados de economia política adaptados à situação portuguesa⁴⁶⁷.

Foram publicadas três obras com a licença da Comissão de Censura em 1821: *Economia Política*, do nosso autor Manuel Joaquim Rebelo, *Compendio de Economia Política*, de Manuel de Almeida, e *Cartas Economico-Políticas sobre a agricultura, e commercio da Bahia*, das quais um dos autores era o deputado João Rodrigues de Brito. Sendo assim, o contexto de publicação da obra de Rebelo, deu-se no momento em que as Cortes Constituintes procuravam estabelecer o ensino da economia política em Portugal. Para que compreendamos os motivos que levaram à publicação da obra de Manuel Joaquim Rebelo naquele contexto, é importante que procedamos à análise dos textos que foram impressos na mesma ocasião.

Começemos pelo texto do deputado João Rodrigues de Brito. O escrito constitui-se de uma carta composta enquanto Rodrigues de Brito exerceu atividades de desembargador na capitania da Bahia em 1807, em atendimento à solicitação feita pelo governador da capitania, Conde da Ponte,

⁴⁶⁷ PENALVES, António Rocha. A Economia Política na Desagregação do Império Português. In: CARDOSO, A *Economia Política e os dilemas do Império...* op. cit. p. 158-160.

para que o senado da câmara apresentasse seu parecer sobre os seguintes assuntos:

“1º Se reconhecem nesta Cidade alguma causa opressiva contra a lavoura; qual seja esta causa, e o meio d’ella se evitar.

2º Se a mesma lavoura tem recebido progressivo augmento, de que tanto depende a prosperidade do Commercio desta Capital, e qual o motivo favoravel, ou desfavorável a este respeito.

3º Se o Commercio sofre algum vexame, qual elle seja, e se será conveniente ao mesmo Commercio particular desta praça, desoprimi-lo delle sem risco de outro maior damno.

4º Se os diferentes exames sobre a boa qualidade dos generos de exportação desta Colonia, e mais cautella, que praticao a respeito dos mesmos generos, se podem considerar uteis, ou nocivas ao progresso do Commercio

5º Se o Lavrador desobrigado destes exames, e o Negociante na liberdade de convencionar-se nos preços dos generos com o mesmo Lavrados, promoverão melhor seus reciprocos interesses”⁴⁶⁸.

Além das próprias perguntas formuladas pelo governador, a ressalva que fez às repostas que aguardava também é significativa. O governador salientou que as respostas deveriam “restringir a hypothesis do estado actual dos Rendimentos Reaes, sem que se exija a organização de hum sistema novo, e imaginario, mas sim o meio mais apropriado às circunstâncias”⁴⁶⁹. A ressalva feita pelo administrador revela a sua consciência de necessidade de reformulação de algumas medidas, ao mesmo tempo, aponta que ele saberia que a situação não permitiria reformas que colocassem em jogo o pacto colonial, e o comercio com o reino. O próprio editor responsável pela publicação dos escritos em 1821, deu notícia da importância daqueles textos, ao reconhecer que a solução dos problemas levantados pelo governador da capitania só poderia ser elaborada por pessoas que tivessem conhecimento da

⁴⁶⁸ BRITO, João Rodrigues de. *Cartas Economico-Políticas sobre a agricultura, e commercio da Bahia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821. p. VII.

⁴⁶⁹ *Idem*, p. VIII,

economia política. Ele justifica a publicação das mesmas cartas, pois, “as mesmas causas que alem retardão os progressos d’Agricultura, e Commercio, os retardão igualmente neste Reino”. Lembra, o editor, que os princípios da ciência econômica até aquela altura eram incompreensíveis a muitos homens, sendo assim, as cartas seriam fundamentais, pois, não versavam sobre “puras teorias”, mas estariam aplicadas à situação do Império. Finalmente, concluiu o editor, fazendo votos que a publicação encontrasse acolhido entre os deputados das cortes constituintes⁴⁷⁰.

João Rodrigues de Brito iniciou o texto dissertando sobre possíveis obstruções à atividade agrícola. O autor explicou que dividiria sua análise de acordo com aquilo que “os melhores economistas” entendiam ser a melhor administração para a agricultura: “liberdades, facilidades e instruções”⁴⁷¹. Sobre as liberdades, Brito asseverou que nenhuma das condições básicas para o sucesso da lavoura eram colocadas em prática na Capitania. Ele defendeu que os agricultores deveriam ter liberdade para cultivar qualquer gênero que lhes apetecesse, construir quaisquer obras e fábricas que julgassem necessários para o cultivo da terra, vender seus produtos em qualquer lugar, pelos caminhos e intermediações de pessoas que julgassem mais oportunos. Da mesma maneira, deveria ser o agricultor livre para escolher a quem vender suas produções, de acordo com o comprador que melhor pagasse o seu produto e, finalmente, vender suas produções em qualquer tempo. Brito elencou uma série de leis e provisões que, na sua interpretação desde 1688, impediam a liberdade da agricultura⁴⁷².

Para fundamentar suas posições, o autor citou as obras de Jean-Baptiste Say, Sismondi e Artur Young. Para ele esses autores concordavam que:

“todas as vezes que a Administração publica se intromete a prescrever aos Cidadãos o emprego, que elles hão de fazer de suas terra, braços e capitaes, ella desarranja o equilibrio, e na-

⁴⁷⁰ BRITO, João Rodrigues de, *op. cit.*, p. III-IV.

⁴⁷¹ *Idem*, p. 2

⁴⁷² *Idem*, p. 3.

tural distribuição daquelles agentes da produção das riquezas, cujo uso ninguém pode melhor dirigir que o proprio dono”⁴⁷³

A falta de liberdade dos agricultores para construírem oficinas e manufaturas auxiliarem à produção agrícola foi entendida por Rodrigues de Brito como um dos limites que se impunham contra o aumento da capacidade produtiva da agricultura. O autor chamou especial atenção para o estabelecimento de novos engenhos de açúcar. Para ele os impedimentos para aumentarem os números de engenhos, criaria uma situação “a especie de monopólio natural que logrão os senhores das atuais”. Esses mesmos impedimentos seriam os responsáveis por não se empregarem novas técnicas produtivas, tanto agrícolas quanto manufatureiras, na medida em que, quando diminuída a concorrência entre os indivíduos, menores seriam os estímulos para aperfeiçoarem suas produções⁴⁷⁴.

Rodrigues de Brito apontou que mesmo nos casos em que os agricultores teriam liberdade para cultivarem os gêneros de melhor proveito, não encontravam, todavia, a mesma liberdade para comerciá-los. Passou o autor, então a elencar série de leis que no seu entendimento eram o cerne do problema, ao tolher a liberdade dos produtores agrícolas de comerciarem qualquer uma das suas produções da maneira que lhes fosse mais conveniente⁴⁷⁵. O mesmo “sistema proibitivo”, aplicado à negociação das produções agrícolas, seria responsável por não permitir “certas espécies de compradores” que, em livre concorrência, fariam subir os preços das produções. Seriam os comissários volantes, atravessadores e revendedores, responsáveis por dinamizar a comercialização dos produtos agrícolas, na medida em que seriam pequenos negociantes, que ligaram de maneiras distintas lavradores e “consumidores”⁴⁷⁶.

Outro ponto que versou Rodrigues de Brito, dizia respeito às imposições de datas específicas para se embarcarem os produtos com destino ao mercado europeu, como no caso do tabaco. Segundo o autor, “até quanto ao

⁴⁷³ BRITO, João Rodrigues de, *op. cit.*, p. 4

⁴⁷⁴ *Idem*, p. 6.

⁴⁷⁵ *Idem*, p. 9-18.

⁴⁷⁶ *Idem*, p. 19.

tempo se tolhe aos lavradores, e seus agentes a liberdade”⁴⁷⁷. Concluiu o seu balanço sobre a falta de liberdade dos agricultores, asseverando que “em geral podemos dizer sem exageração, que os nossos lavradores não têm a liberdade de vender por junto os seus fructos, quando chegam à Cidade nem de dia nem de noite”. Os entraves à livre atividade dos agricultores, seriam, para Rodrigues de Brito, prejudiciais uma vez que afastariam os interesses de produtores e consumidores, que efetivamente teriam, em condições de liberdade, os mesmos interesses⁴⁷⁸.

João Rodrigues de Brito, indagando-se sobre as condições físicas para circulação de mercadorias, postulou que a primeira preocupação dos governos, deveria ser a de construir melhores caminhos de comunicação entre as diferentes partes geográficas do território. Nesse sentido, a construção e preservação de pontes, estradas e portos seria fundamental para o aumento da atividade mercantil e produtiva. Para provar seu ponto, o autor relacionou as diversas situações que se encontrava a capitania da Bahia, que deveriam ser melhoradas⁴⁷⁹. Um dos entraves identificados por Rodrigues de Brito ao aumento da produção agrícola, seria a falta de instrução das pessoas dedicadas à atividade. O autor defendeu que, a maior instrução dos agricultores lhes permitiria extrair com maior aproveitamento dos frutos das suas produções.

De tal maneira, concorreriam para o aumento da capacidade produtiva da capitania, não apenas as ciências relacionadas diretamente com a produção agrícola. O ensino da economia política, que o autor identificou como o ramo do conhecimento que teria por objeto o aumento das riquezas, deveria ser sistemático, sobretudo por parte daqueles que tivessem cargos administrativos. Para Rodrigues de Brito, o conhecimento dos autores e postulados da economia política, faria com que os governantes deixassem de ser influenciados pelas “sugestões regulamentárias, filhas do espírito do monopólio tão vulgar, como infausto à lavoura”⁴⁸⁰. Propõe o autor a introdução de

⁴⁷⁷ BRITO, João Rodrigues de, *op. cit.*, p. 22.

⁴⁷⁸ *Idem*, p. 24.

⁴⁷⁹ *Idem*, p. 25-59.

⁴⁸⁰ *Idem*, p. 60.

cursos regulares de economia política, física e demais ciências que teriam por finalidade aumentar as produções da capitania⁴⁸¹.

Ao responder sobre um possível aumento das produções agrícolas da capitania, Rodrigues de Brito formulou uma interessante consideração. A agricultura na Bahia estaria passando por um aumento da sua produção, a despeito das regulações que a protegia. Ou seja, a legislação destinada à proteção da agricultura garantiria o mínimo necessário para o incremento da atividade. Essa legislação foi aplaudida pelo autor, pois, apesar de regular a produção, foi necessária para garantir seu desenvolvimento. Rodrigues de Brito defendeu que, dadas as circunstâncias da colônia, não prosperaria a agricultura se não fosse protegida em seus princípios mais básicos. A despeito da contradição às liberdades que apregoeou ao longo de seu texto, ele comparou, utilizando uma passagem de Adam Smith, a situação colonial ao tratamento de um doente que “vence as vezes ao mesmo tempo a moléstia, e os obstáculos dos remédios”. De igual teor foi a citação de Say, ao defender que os Estados “prosperão muitas vezes apesar das feridas, que recebem da mão de seus amigos e inimigos”⁴⁸². Essas passagens de Rodrigues de Brito revelam que, apesar de reconhecer a importância da liberdade para o incremento produtivo, há certas circunstâncias nas quais a proteção dessas atividades seriam necessárias para garantir o arranque econômico. Superada a fase inicial da produção, aqueles transtornos colocados pela legislação que a defendeu, seriam ultrapassados.

Sobre a questão da situação comercial da Capitania da Bahia, o autor defendeu que os encargos sobre os negociantes e suas atividades não seriam impeditivos do desenvolvimento comercial. Para Rodrigues de Brito, os encargos que recaíam sobre o comércio, seriam pagos, efetivamente, pelos consumidores e produtores, uma vez que os negociantes incluiriam tais despesas no preço das mercadorias, além de uma taxa de juro que incidiria sobre o valor adiantado pelo negociante para o pagamento dos encargos⁴⁸³. Para o autor, a tributação da atividade mercantil não seria um impeditivo ao

⁴⁸¹ BRITO, João Rodrigues de, *op. cit.*, p. 62-67.

⁴⁸² *Idem*, p. 69.

⁴⁸³ *Idem*, p. 70.

seu desenvolvimento, nem uma forma de regular o comércio. Antes sim, um meio lícito do Estado auferir receitas. Ainda sobre o tema do comércio, Brito defendeu que não encontraria nenhuma razão para “não desoprimir” a atividade mercantil, pois, ela teria os mesmos interesses dos agricultores, que se complementariam mutuamente⁴⁸⁴.

A respeito do exame da qualidade dos gêneros exportados da colônia, Rodrigues de Brito não entendeu que representariam impedimento ao desenvolvimento do comércio. Segundo ele, efetivamente o exame das qualidades das produções seria benéfico, tanto para a arrecadação do Estado, quanto para a utilização comercial. Essa importância residiria na facilitação das relações comerciais, uma vez que estipulada a qualidade das produções, especialmente tabaco e açúcar, ela era aceita tanto por agricultores quanto negociantes⁴⁸⁵. De tal forma, Rodrigues de Brito não defendeu o fim da atividade das mesas de inspeção, pois, o que colocaria obstáculos ao desenvolvimento da agricultura e comércio, eram as posturas do senado da câmara sobre as atividades produtivas, e não em o governo em si, como fica explícito abaixo:

“A maior parte dos obstaculos aos progressos da Lavoura, e Commercio desta Capitania, que tenho observado, procede dos regulamentos, e posturas desse respeitavel Senado; e creio que neste ponto está de acordo comigo a voz do publico: deverá por ventura dahi concluir-se que se deva abolir o Governo municipal?”⁴⁸⁶.

Finalmente, sobre a taxação dos preços e sua liberdade, Brito prosseguiu na defesa das mesas de inspeção, como melhor mecanismo para definir a qualidade dos produtos, e ao mesmo tempo estipular a taxa que pagariam, segundo aquelas mesmas qualidades. Tendo em vista a situação em que se encontravam os rendimentos reais, e da solicitação do governador que não fossem levantadas hipóteses que pudessem deteriorá-lo, Rodrigues

⁴⁸⁴ BRITO, João Rodrigues de, *op. cit.*, p. 72.

⁴⁸⁵ *Idem*, p. 74.

⁴⁸⁶ *Idem*, p. 75.

de Brito não entendia que as taxas fossem efetivamente um problema ao aumento da produção e da atividade mercantil. O autor entendia como benéfica a taxa dos preços pela “lei do máximo”, que segundo ele, seria igual para todos, e dispensaria o arbítrio dos oficiais destinados à essa atividade, responsáveis por causar condenáveis desequilíbrios nos preços⁴⁸⁷.

Em resposta ao decreto de fevereiro de 1821, sobre o estabelecimento do ensino público de economia política, Manuel de Almeida apresentou um plano de estudos e sua intenção de lecionar a referida disciplina. No mesmo ano, o autor remeteu para as cortes a primeira parte de seu trabalho “Compêndio de Economia Política, redigido depois do convite feito pelas cortes em Sessão de 21 de março de 1821, pelo cidadão Manuel de Almeida”⁴⁸⁸. Poucos dias antes, havia enviado, também, para a Comissão para o Melhoramento do Comércio das Cortes, a “Memória que para Ajudar em seus Trabalhos a Respeitável Comissão do Comércio da Capital, oferece à mesmo o Padre Manuel de Almeida, Lisboa 1822”⁴⁸⁹. Efetivamente, o Compêndio de Economia Política contou com uma segunda parte, escrita em 1823, que a publicação só aconteceu em finais do século XIX⁴⁹⁰. Tendo em vista nosso objetivo de analisar as obras que foram escritas e publicadas no mesmo contexto que *Economia Política*, a segunda parte do Compêndio de Manuel de Almeida não será analisada, na medida que sua redação se deu em momento bastante diverso, explicitamente pela independência do Brasil em 1822.

Manuel de Almeida nasceu em 1769, e morreu em 1833. Frequentou o curso de cânones na Universidade de Coimbra entre 1782 e 1794, ano em que teve aprovação no quinto ano do referido curso. Em 1793, elaborou pedido para integrar a ordem de presbítero e, em 1801 foi indicado para o priorado de Santa Maria Maior, na cidade de Portalegre, onde permaneceu até o seu falecimento⁴⁹¹. O seu escrito foi o primeiro compêndio que se destinava especificamente ao ensino da economia política em Portugal, no qual

⁴⁸⁷ BRITO, João Rodrigues de, *op. cit.*, p. 77.

⁴⁸⁸ ALMEIDA, Manuel de. *Compêndio de Economia Política*, 1821. BRANDÃO, Maria de Fátima (int. dir.). Lisboa: Banco de Portugal, 1993. p. 5-79. (Colccção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, 6).

⁴⁸⁹ *Idem*, p. 183-210.

⁴⁹⁰ *Idem*, p. XI.

⁴⁹¹ *Idem*, p. XII.

defendeu o plano de ensino da economia política através de sete princípios fundamentais que, posteriormente, seriam aprofundados no decorrer dos cursos. Manuel de Almeida defendeu as ideias inscritas na escola clássica de economia política, utilizando-se largamente dos textos de Adam Smith e Jean-Baptiste Say. A opção expositiva utilizada pelo autor foi a metodologia “geométrica”, ou “sintética-demonstrativa-compendiária, recorrentemente utilizada nos cursos de direito e cânones na Universidade de Coimbra. Sua preocupação pedagógica, estava fundamentada na crença que os princípios econômicos gerais deveriam ser utilizados na transformação da realidade portuguesa⁴⁹².

O método geométrico utilizado por Manuel de Almeida, imprimiu estilo próprio ao *Compêndio de Economia Política*. A partir dos enunciados gerais dos capítulos, apresentou desdobramentos teóricos, divididos em itens que foram explicados e exemplificados através de corolários e escólios. António Almodovar sugere que a utilização desse método expositivo era utilizado nos cursos de direito, pois, permitiria a fácil memorização pelos alunos dos postulados em estudo⁴⁹³.

Vejamos alguns pontos fundamentais do texto apresentado por Manuel de Almeida, em 1821. Na primeira parte do texto, intitulada Dissertação Prévia, o autor apresentou aqueles sete princípios que considerava serem os fundamentos da economia política. O primeiro princípio discorreu sobre o papel do soberano na administração econômica do Estado. Para o autor “o supremo governo de cada nação, se qual for o seu nome, suas atribuições, ou divisões, deve considerar-se como o pai ou cabeça de uma vasta família”⁴⁹⁴. A mesma alegoria utilizada por Rebelo ao defender a importância da economia política para a administração econômica do reino, no qual o soberano ocuparia a posição de *pater família*.

O princípio segundo versou sobre a liberdade dos agentes econômicos de se dedicarem às suas atividades produtivas. O autor defendeu que “o supremo governo deve dar todas as providências para que se faça o devido

⁴⁹² ALMODOVAR, António. Manuel de Almeida (1769-1833). In: CARDOSO, *Dicionário... op. cit.*, p. 25-26.

⁴⁹³ *Idem*, p. 26.

⁴⁹⁴ *Idem*, p. 17.

trabalho particular e público com o mais livre, extenso e lucrativo emprego possível das pessoas, e dos capitais, de sorte que jamais falte ocupação honesta”⁴⁹⁵. Em *Economia Política*, ao tratar da divisão da sociedade em classes produtivas, fruto da divisão do trabalho, ao discorrer sobre a quantidade necessária de pessoas empregadas na atividade agrícola e manufatureira, defendeu que a melhor forma de organiza-las, seria deixá-las ao livre arbítrio para que se dedicassem às atividades que maiores lucros lhe rendessem.

Sobre as corporações de ofício e associações de trabalhadores, defendeu Manuel de Almeida, no princípio III, “uma judiciosa direcção do trabalho”⁴⁹⁶. Para o autor o governo deveria fomentar a divisão do trabalho, e ao mesmo tempo, coibir a ação das corporações e organizações de artífices, na medida em que seriam prejudiciais para a livre ação dos agentes econômicos. Para sustentar seu argumento, invocou os nomes de Jean-Baptiste Say e Acúrsio das Neves, autores também contrários aquelas associações entre agentes econômicos que insidiam sobre a organização e regulamentação do trabalho individual. A seu turno, Manuel Joaquim Rebelo defendeu que as corporações de ofício tratar-se-iam de monopólio de alguns sujeitos sobre os diferentes ramos da indústria, o que impediria o aumento da divisão do trabalho e, conseqüentemente, o incremento do número de indivíduos dedicados à produção das mercadorias.

A questão do luxo, foi tratada por Manuel de Almeida no quarto princípio. Para ele seria importante distinguir entre artigos de mera pompa daqueles de luxo. Para o prior, as atividades relacionadas a produção de itens de luxo, seriam vantajosas, na medida em que produziriam ganhos para aqueles que se dedicassem diretamente à sua manufatura. Manuel Joaquim Rebelo escreveu, em 1795, que as produções relacionadas aos itens de luxo produziam efeitos benéficos, na medida em que, as técnicas empregadas para produção daqueles artigos exigiriam melhores aperfeiçoamentos produtivos, que poderiam ser aplicados às produções menos complexas, permitindo, assim, um incremento produtivo desses artigos, que resultaria na redução de seus preços.

⁴⁹⁵ ALMEIDA, Manuel de, *op. cit.*, p. 18.

⁴⁹⁶ *Ibidem*.

No quinto princípio, Almeida tratou sobre os impostos e suas consequências para a atividade produtiva. Tema de que Rebelo fez um balanço geral dos tributos e contribuições praticados no período em que escreveu, contudo, sem dissertar acerca de suas implicações tanto produtivas, quanto sociais. Já o sexto princípio foi dedicado ao tema da importância do comércio interno e externo. Manuel de Almeida postulou acerca da diferença entre a real riqueza das nações, que consistiria nas suas produções e capitais empregados nas atividades produtivas, da riqueza nominal, que consistiria no numerário, ou acúmulo de moeda⁴⁹⁷. Interpretação próxima da de Rebelo, para quem a riqueza de um Estado não seria medida pela quantidade de moeda que ele possuísse, já que elas não representariam riqueza em si, mas tratar-se-ia apenas de mercadorias universalmente aceitas para as trocas mercantis. De tal forma, para o negociante do século XVIII, a riqueza de uma nação constituiria no trabalho dos agentes econômicos, na medida em que ele seria o responsável por dar novos valores às produções.

No sétimo princípio, Manuel de Almeida discorreu sobre necessidade de criação de um sistema de leis que versassem sobre as atividades produtivas, e os campos da economia política. Diferentemente dos pontos anteriores, em que o autor versou sobre situações concretas, no último princípio ele advogou em favor da criação de leis que garantissem “a mais liberal, e a mais tendente a estabelecer na maior solidez o bem, e prosperidade desta nação”⁴⁹⁸. Nesse sentido, tratava-se de uma indicação aos deputados das cortes da importância de se estabelecer um código civil, sob a égide da economia política, de maneira a preservar as liberdades individuais dos agentes econômicos. Sobre códigos civis e um conjunto de legislação lastreado nos postulados da economia política, Manuel Joaquim Rebelo não discorreu, uma vez que suas propostas tiveram um caráter muito mais prático, que efetivamente jurídico, como demonstra o último ponto abordado por Manuel de Almeida.

Contudo, ao mesmo tempo que Manuel de Almeida advogou em favor da liberdade dos agentes econômicos e, por associação, das atividades

⁴⁹⁷ ALMEIDA, Manuel de, *op. cit.*, p. 19.

⁴⁹⁸ *Ibidem*.

produtivas, no texto remetido à Comissão do Comércio, a postura do autor mostrou-se diferente. Devemos salientar que o referido texto, foi escrito em 1821 e endereçado para a referida comissão que, após a sua análise, providenciou sua publicação no ano seguinte. O autor abriu o texto explanando sobre três pontos para os quais a comissão instalada na “capital do Reino Unido” deveria atentar. Em primeiro lugar, deveriam ser apontados os empecilhos que o comercio sofria naquela altura. Em segundo lugar, quais medidas seriam cabíveis para mitigar tais empecilhos e, finalmente, em terceiro lugar, como seria possível incrementar a atividade mercantil. Com vistas a responder tais questionamentos, Almeida ressaltou que para tratar dos temas apontados utilizaria os mais celebres autores de economia política, contudo, “ajuntando-se algumas reflexões nascidas de particulares circunstâncias do nosso país (...) intervindo a autoridade, luzes, e discernimento do actual governo”⁴⁹⁹.

Manuel de Almeida passou, então, a discorrer sobre os pontos que considerava nevrálgicos da atividade mercantil, ressaltando sua importância para o incremento das produções da agricultura e manufaturas. Porém, ao citar Adam Smith e sua defesa pela liberdade dos agentes econômicos, o autor teceu algumas ressalvas, conforme segue:

“Deve-se contudo advertir que nos casos extraordinários não se seguem regras ordinárias. Às violências, que perturbam a marcha natural das coisas, é preciso opor remédios violentos por mais custosa, que seja esta necessidade; do mesmo modo que a medicina emprega com sucesso os venenos como remédio”⁵⁰⁰.

Almeida mencionou que a proibição da compra de cereais de Espanha, estabelecida no alvará de 18 de abril de 1821, seriam justificáveis, tendo em vista “o estado da nação, e serem demandadas pela necessidade, e utilidade pública presente”. Apesar da notória contradição entre os postula-

⁴⁹⁹ ALMEIDA, Manuel de, *op. cit.*, p. 185.

⁵⁰⁰ *Idem*, p. 191.

dos dos autores de economia que defendiam a liberdade do comércio, Manuel de Almeida, argumentou que as “gerais doutrinas” daqueles autores, não seriam aplicáveis as condições portuguesas no período. Nesse sentido, em algumas circunstâncias a liberdade comercial deveria ser restringida, sobretudo, quando alguma circunstância apresentasse “prejuízo grave do todo da nação”. O autor refere-se à diminuição do comércio interno da nação em favor do comércio externo que, enviaria capitais nacionais para o exterior e diminuiria a capacidade produtiva da nação. A este termo, postulou:

“Só à economia política de uma nação como a China, que não tem comércio externo, é que é hoje perfeitamente aplicável a regra geral de que a parte do governo não se tomem outras medidas a respeito da agricultura, comércio e indústria, senão a de se lhe dar liberdade e protecção. Quanto às mais nações deve-se substituir – proporção e protecção – pois que perdida aquela proporção, isto é, desviando-se os capitais para o comércio externo sem se atender ao interno corriam grande risco os ramos produtivos do interior da nação por falta do necessário alento, o que não acontecer deixando-se aos individuos a livre disposição de seus capitais quanto a estes, isto é, quanto à agricultura, manufaturas, e comércio interno”⁵⁰¹.

Dessa maneira, Manuel de Almeida vai designando circunstâncias em quem a liberdade comercial deveria ser limitada. O autor insiste na necessidade de se preservar o comércio interno da nação. É importante relembrarmos que na introdução de seu texto, ele referiu-se à Portugal como a capital do Reino Unido. De tal forma, quando fez referência ao comércio interno da nação, tinha em mente o comércio de Portugal e Brasil, que constituíram desde 1815, com elevação da colônia à Reino Unido, uma única nação. Esta afirmação toma mais vulto quando notamos o tratamento que dispensou à questão dos contrabandos. Para Almeida, seria impossível cessar tal atividade, na medida em que a ganância individual faria com que, ante a in-

⁵⁰¹ ALMEIDA, Manuel de, *op. cit.*, p. 190-191.

ferioridade das manufaturas nacionais, haveria uma disposição geral de contrabandear manufaturas estrangeiras. Os indivíduos prefeririam, pois, investir seu dinheiro no que fosse melhor e mais durável, ao invés de preferirem fazer “ficar dentro do reino a riqueza nominal”⁵⁰².

Assim, Manuel de Almeida ao tratar da questão da liberdade comercial no âmbito do reino unido, postulou teorias que, em certa medida, controlassem o comércio do reino com o exterior. Tônica significativamente diferente daquela empregada no texto do *Compêndio de Economia Política*, no qual a liberdade econômica foi mote principal da obra. Diferencia-se, pois, os dois textos na medida em que o primeiro trataria do ensino teórico da economia política, enquanto o segundo, versava sobre a efetiva “prática” da economia política. Assim, as teorias econômicas foram adaptadas por Manuel de Almeida de maneira a privilegiar a regulamentação do mercado do reino unido, tendo por justificativa os benefícios do todo. Significativa, dessa interpretação do autor, é a passagem que segue:

“Logo o governo é quem deve ser a guia para o regimen dos povos, e jamais deve perder de vista que por falta de providentes regulamentos não só os mesmos povos não conseguirão a prosperidade nas suas indústrias, mas antes pelo contrário virão a ser vítimas de erros sem discernimento apontados”⁵⁰³.

Tendo em consideração as obras de João Rodrigues de Brito e Manuel de Almeida, parece-nos conveniente destacar alguns pontos. Ambos escritos evidenciam a importância da economia política para a tomada de decisões políticas por parte dos governantes. Os autores utilizaram os conceitos econômicos para racionalizarem a realidade que estavam inseridos, tendo o conceito da liberdade como alicerce de suas análises. Contudo, não deixaram de apresentar suas ressalvas às condições particulares portuguesas, que inviabilizariam a adoção das teorias econômicas tais como haviam sido formuladas pelos teóricos. Assim, a relação com a obra de Manuel Joaquim

⁵⁰² ALMEIDA, Manuel de, *op. cit.*, p. 205.

⁵⁰³ *Idem*, p. 205.

Rebelo é muito próxima, na medida em que o negociante abordou temas semelhantes aos tratados por Manuel de Almeida e João Rodrigues de Brito. Não só isso, de igual modo Rebelo utilizou os conceitos da economia política de maneira adaptada à situação portuguesa quando escreveu sua obra em 1795. Assim como os demais autores, Rebelo construiu sua obra em torno das vantagens da liberdade dos agentes econômicos, contudo, sem deixar de atentar as especificidades da sociedade portuguesa, advogando a manutenção, por exemplo do exclusivo colonial, e promovendo outras adaptações aos conceitos teóricos. De tal forma, a obra de Manuel Joaquim Rebelo encontrou muitas aproximações, não apenas com os textos publicados, mas também, com os temas e tratamentos que as Cortes Constituintes procuram dar à economia política. Finalmente, essas conformidades entre a obra de Manuel Joaquim Rebelo, e os debates levado a cabo em 1821, parecem justificar razoavelmente sua publicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Manuel Joaquim Rebelo, negociante da praça de Lisboa, era homem da lida mercantil de grosso trato. Seus negócios e relações pessoais colocaram-no em posição privilegiada na sociedade portuguesa de finais do século XVIII. Familiar do Santo Ofício, o que lhe garantia pureza de sangue, obteve privilégios nos processos civis que moveu, ou foram movidos contra ele. Apesar de não ter frequentado a Aula de Comércio, ou algum curso da Universidade de Coimbra, a presença de autores como Savary e Postlethwayt, em sua biblioteca particular, aponta sua inclinação para conhecer mais profundamente as questões relativas à atividade mercantil que desempenhava.

No seu tempo, Portugal conheceu tomada de consciência de seu descompasso econômico e social, em relação às demais nações europeias e buscou mobilizar o conhecimento em favor de reformas que ultrapassassem tal defasagem. Ao longo do século XVIII, estabeleceu-se ambiência favorável à utilização de novos conhecimentos que o iluminismo revelava, na medida em que poderiam fornecer soluções à situação portuguesa. As questões relativas à economia política, em um primeiro momento, tiveram pouco espaço, e os debates privilegiaram as ideias políticas, como nos escritos de D. Luis da Cunha.

A criação da Academia Real das Ciências de Lisboa abriu importante espaço para a discussão de medidas que visavam à dinamização econômica de Portugal, através de novas práticas assentadas em conhecimentos aprimorados. O discurso que dimanou das *Memórias Econômicas* tinha acentuada característica pragmática, desdobrada em medidas pontuais, que não compreendiam o objeto econômico como um todo orgânico, mas em partes individuais sem relações diretas entre si. Apesar de Manuel Joaquim Rebelo não figurar como sócio da Academia de Ciências, parece-nos aceitável que, tendo em consideração sua inclinação por escritos relativos à prática mercantil, ele estivesse a par das discussões em voga na Academia, ao mesmo tempo que foi leitor das *Memórias Econômicas*.

A Academia de Ciências, contudo, não pode ser considerada o único espaço no qual houve maior atenção às questões relativas à economia. A Real Junta de Comércio, desde sua elevação à tribunal em 1789, esboçou,

também, cuidado na abordagem dos problemas econômicos a partir de conceitos difundidos pela economia política. Gradativamente, os deputados da instituição passaram a tomar suas decisões com base nesses argumentos. Tal preocupação, contudo, não representou a adoção de um corpo conceitual estruturado, a partir do qual suas decisões seriam embasadas. As questões teóricas foram abordadas tangencialmente, de maneira não sistemática, operacionalizando a economia política na tomada de decisões pontuais.

As atividades que Manuel Joaquim Rebelo exerceu por 14 anos na Junta do Comércio, o aproximaram da discussão sobre questões econômicas e da tentativa de utilizar conhecimentos da economia política. Ao mesmo tempo, na própria instituição figuravam pessoas centrais naquelas iniciativas de difundir nova postura sobre os problemas econômicos. O caso mais explícito foi o de Domingos Vandelli, um dos membros mais atuantes na Academia de Ciências e deputado da Junta de Comércio. Manuel Joaquim Rebelo estaria, assim, integrado nesse contexto intelectual, mobilizado em favor da superação dos problemas econômicos portugueses.

Sua obra, *Economia Política*, ao privilegiar a abordagem das questões econômicas a partir de postulados e teorias da economia política, foi singular no seu contexto intelectual. Rebelo ao propor análise da economia a partir de princípio único norteador, revelou entendimento que medidas pontuais não seriam suficientes para que os problemas econômicos de Portugal fossem ultrapassados. Abordagens similares só foram conhecidas, em certa medida, no século XIX, com a controvérsia entre Rodrigues de Brito e Silva Lisboa.

O escrito de Rebelo, por um lado, privilegiou a abordagem teórica dos problemas econômicos, por outro, as questões pragmáticas não deixaram de ocupar seu horizonte de análise. As longas descrições das práticas mercantis e a forma memorialista, que utilizou para descrever as instituições políticas do Estado, apontam para um autor também dedicado a colocar em prática as questões teóricas que desenvolveu. Ao mesmo tempo, sua preocupação teórica não descuidou em atentar para as especificidades econômicas e políticas do Império Português. A defesa da monarquia, do acesso exclusivo de portugueses aos mercados coloniais, evidenciam uma mentalidade ligada

às estruturas do Antigo Regime e do colonialismo. Eram posturas conservadoras, uma vez que as teorias econômicas não deveriam subverter o tecido social e a dinâmica comercial, pois, enquanto negociante de grosso trato, Rebelo conhecia a importância da colônia para a economia do Império.

A metodologia expositiva, utilizada por Rebelo, privilegiou abordagem dos problemas a partir de postulações gerais. De tal forma, as questões não foram tratadas isoladamente, mas sim na sua relação com o todo. Ao considerarmos que, na altura da escrita de *Economia Política*, os textos tratavam pontualmente os assuntos econômicos, o tratamento dado por Manuel Joaquim Rebelo ao tema, assinala influxo de ideias e autores fora do contexto português. Nessa perspectiva, a obra do negociante português revela proximidades acentuadas com os escritos de Antônio Genovesi e Jacob Friedrich Bielfeld. A comparação entre os três textos, no tocante às suas divisões internas, desvela a semelhança entre eles, em que a obra de Rebelo parece assimilar as diferentes influências, plasmadas em sua interpretação sobre a situação portuguesa.

As proximidades analíticas, contudo, não são os únicos aspectos que marcam a influência de outros autores em *Economia Política*. Ao cotejarmos as ideias contidas nas obras dos autores hamburguês e genovês, com aquelas defendidas por Rebelo, as influências avolumam-se significativamente. Manuel Joaquim Rebelo compartilhava o entendimento de Genovesi sobre o papel do rei enquanto administrador da casa, que seria o Estado. Os autores comungavam, também, interpretações sobre o valor das mercadorias e valor das moedas. De igual forma, Bielfeld foi uma influência relevante na obra do negociante português. Suas influências são perceptíveis, principalmente, no que se refere às manufaturas e a participação do Estado no fomento à sua produção. Nesse sentido, ambos autores concordam com uma menor participação efetiva do governo nos rumos da economia, mas, reconhecem a necessidade de sua intervenção em casos específicos.

Outra influência em *Economia Política* é a obra de Adam Smith, *Riqueza das Nações*. Ao abordar as vantagens da divisão do trabalho, tanto do ponto de vista do incremento das produções manufaturadas, como seu papel multiplicador do emprego de mão de obra e, do aumento da arrecadação fis-

cal, a partir do aumento produtivo, Manuel Joaquim Rebelo utilizou os mesmos desdobramentos apresentados por Smith em sua obra, além do exemplo da fábrica de alfinetes para ilustrar o incremento que a divisão do trabalho poderia significar às manufaturas. Signo dessa influência, é a teoria de Rebelo sobre o valor do trabalho e seu papel criador de novas riquezas. Nesse sentido, o negociante se opôs frontalmente às teorias dos autores fisiocratas, ao negar a esterilidade das ocupações produtivas que não fossem diretamente ligadas à produção agrícola. Ao afastar-se da escola francesa, Rebelo se aproximou da compreensão do autor escocês, ao defender que a riqueza de uma nação residiria na capacidade produtiva de sua população.

Enquanto a abordagem de Manuel Joaquim Rebelo sobre a economia era singular para o seu tempo, no período posterior à escrita de *Economia Política* o cenário mudou significativamente. A partir de D. Rodrigo de Souza Coutinho, houve sensível preocupação dos autores luso-brasileiros com os temas relacionados à economia política. O próprio ministro, em seus escritos, projetos de reformas e textos políticos, utilizava-se frequentemente dos postulados teóricos formulados pela economia política. As concordâncias entre Rebelo e Souza Coutinho, em primeiro momento, são marcantes. Ambos reconheciam a capacidade geradora de novos valores do trabalho dos artífices, somaram fileiras em favor de maior liberdade dos agentes econômicos, ao mesmo tempo que apregoavam a manutenção do exclusivo colonial.

Já no século XIX, a economia política galgou maior importância entre os letrados luso-brasileiros, que se ocuparam dos problemas econômicos do Império. A controvérsia entre Rodrigues de Brito e Silva Lisboa explicita o maior prestígio que a disciplina sucessivamente foi alcançando no contexto luso-brasileiro. O embate entre os dois autores realizou-se em torno dos postulados econômicos de Adam Smith e os da fisiocracia. A defesa feita por Rodrigues de Brito em favor da primazia da agricultura sobre as demais atividades produtivas, o distanciava das ideias defendidas por Rebelo. Ao passo que, José da Silva Lisboa ao argumentar em favor da relação igualitária entre agricultura e manufaturas, aproximava-se dos postulados defendidos por Manuel Joaquim Rebelo, ao apregoar uma maior liberdade econômica para

colônia, opunha-se às teorias do negociante de Lisboa, contrárias à liberdade no âmbito da relação metrópole e colônia.

Apesar da maior profundidade teórica dos autores luso-brasileiros que escreveram sobre economia política após 1795, os limites dos princípios da economia política às realidades do Império, ainda foi traço marcante entre esses autores. D. Rodrigo de Souza Coutinho foi caso exemplar. Após o Tratado de Navegação de 1810, passou a defender a liberdade de comércio para os territórios portugueses na América, posição diferente daquela apresentada na *Memória sobre os Melhoramentos dos Domínios*, em 1798 . No mesmo sentido, José Acúrsio das Neves, apesar de sua acentuada preocupação teórica, procurou adaptar as teorias de Adam Smith e Jean-Baptiste Say, que conhecia profundamente, às especificidades políticas do Império Luso-Brasileiro, que não permitiriam uma adoção desmedida dos postulados defendidos por aqueles autores. De tal maneira, Acúrsio das Neves, ao defender privilégios exclusivos para invenções de novas técnicas produtivas aplicadas às manufaturas, aproximou-se das propostas de Rebelo sobre o tema. É possível notar, também, similaridades entre a proposta de Acúrsio, em 1820, para que Portugal voltasse a ser entreposto comercial dos produtos brasileiros, ao mesmo tempo em que a ex-colônia seria mercado privilegiado para produtos portugueses. Efetivamente a proposta de Acúrsio não se tratava de um enlace nos moldes do pacto colonial, como proposto por Rebelo, mas restringiria a liberdade econômica dos territórios portugueses na América. De tal forma, a realidade efetiva continuava a impor contingenciamentos às teorias da economia política.

O mesmo cuidado teve a Comissão de Instrução das Cortes Constituintes, ao sugerir a publicação de textos sobre economia política, mas com a ressalva que as teorias econômicas deveriam ser adaptadas às condições do momento. Os escritos de João Rodrigues de Brito e Manuel de Almeida, que saíram a público naquele momento – mesma altura em que *Economia Política* foi publicado – apesar de terem profunda argumentação teórica em favor da maior liberdade dos agentes econômicos, não deixaram de contingenciar tal liberdade às condições políticas do Império. A publicação de *economia Política* nesse contexto, aponta a persistência dos temas trados por

Rebello em sua obra, e a validade de sua mensagem depois de 26 anos da escrita.

Mesmo diante de maior embasamento teórico dos autores que versaram sobre economia política após 1795, os temas abordados permaneceram relacionados à liberdade dos agentes econômicos, aos problemas do comércio e importância das manufaturas. Em 1821, com Portugal tornando-se novamente capital do Império, era necessário equalizar as questões políticas entre Brasil e Portugal enquanto reino unido. Nesse sentido, a economia política assumiu papel fundamental, na medida em que um movimento que se pretendia liberal não poderia impor, através de medidas absolutistas, a subordinação do Brasil a Portugal. Seria necessário encontrar meios que justificassem essa reorganização de forças. A economia política poderia resolver tal situação através de suas teorias, desde que fossem adaptadas à condição específica do Império. De tal forma, a obra de Manuel Joaquim Rebello teria validade nesse contexto, pois, além de tratar daqueles temas que ainda eram caros aos autores luso-brasileiros, também, balizava os postulados de economia política sobre a liberdade dos agentes econômicos à realidade efetiva.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL

Conjunto Documental da Decima da Cidade – Freguesia de São Julião (Lisboa): Livros: 573, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 598, 599, 605, 659, 660 e 661.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Certidão Extrahida da Causa, que no Juizo da Correição do Crime da Corte e Casa, como privativo das falsidades se processou entre Manoel Joaquim Rebello e José António Alves dos Reis. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1791.

Junta do Comercio, Livro 123, Avizo da Secretaria da Junta, 1785.

Junta do Comércio, Livro 127, Consulta sobre a prorrogação de mais tempo da Izenção de Direitos dos Betoens de Casquinha assim de entrada n'Alfandega como no Consulado da Sahida.

Junta do Comércio, Livro 127, Consulta sobre a representação de Luiz Stephens e Coma a respeito da decadencia dos Vinhos brancos do Termo de Lisboa cauzadas pelas mas aguardentes nascionaes com q tem sido Lotados

Junta do Comércio, Livro 127, Consulta sobre a representação dos homens de Nego desta Praça a respeito dos Indevidos emolumentos q lhe leva o Guarda Mor do Lastro da Pedra Crua pa Cal q se embarca pa as Ilhas e Portos d'America

Junta do Comércio, Livro 127, Consulta sobre pertender Antonio Alz Ribeiro privilegio para que no Sitio em que tem estabelecido a sua Fabrica de Papel e suas circumvizinhanças se não possa erigir outra semelhante Fabrica

Junta do Comércio, Livro 128, Consulta sobre o requerimento de dos Juizes do Officio de Livreiro pa se invalidar o Privilegio concedido a Joqm Je dos Santos de curtir pelles com pedra ume e Azeite

Junta do Comércio, Livro 128, Consulta sobre o requerimento de Ianque Mi-lher, e outros Negociantes Alemaens pa lhe serem admitidos a despacho nas Alfandegas as Chapas de Vidros

Junta do Comércio, Livro 128, Consulta sobre o requerimento de Luiz de Souza, e outros pa invalidar o Privilegio q obtivera João Agar pa se não estabelecer outra fabrica de Solla em Peproiços

Junta do Comércio, Livro 128, Consulta sobre o requerimento de Mel Jozé Ferra Grelho pa q os estofos em Linho da sua Fabrica ou de outra qal quer sem mistura de Aldao, ou com elle possam ser vendidos não só pelos meca-dores de Lençaria, mas também plos de Lãa de seda

Junta do Comércio, Livro 128, Consulta sobre o requerimento dos Fabricantes de Chapéus Groços da Cidade de Braga, em q pedem izenção de Direitos pa as suas manufactura

Junta do Comércio, Livro 128, Consulta sobre o requerimento dos Negociantes da Praça desta Cidade que pertenderm a confirmação da denominação da Compa permanente de Seguros em Lisboa, e das condiçoens do seu estabelecimento

Junta do Comércio, Livro 128, Consulta sobre pertender Luiz dos Stos Vilhena privilegio exclusivo pa hua maquina de mover cana, e fabricar asucar que he da sua invenção

Junta do Comércio, Livro 128,Consulta sobre o requerimento de de Luiz Jozé de Olivra q pertende izenção de Dirtos dos materiaies percizos pa a sua Fabrica de Caixas e o Privilegio exclusivo de Fabricar agulheiros, e paliteiros por tempo de 10 annos

Junta do Comercio, Livro 129, Consulta sobre a Representação do Inspector das Contas do Cazal Jozé Alvz de Mira

Junta do Comercio, Livro 129, Consulta sobre o Requerimento de Domingos Vandelli e outros socisos erectores da Fabrica de Louça de pó de pedra q pertende o Privilefio de q goza a Real Fabrica das Sedas

Junta do Comercio, Livro 129, Consulta sobre o requerimento de Jozé Mendes Veiga, que pertentde Privilegio Exclusivo por tempo de 10 annos, pa manufacturar Baetoens de Laivos

Junta do Comercio, Livro 129, Consulta sobre o Requerimento de João Carlos Stichling, q pertende privilefio exclusivo para mandar vir por sua Conta as aguas de Permunt de Spá, e de Seltter

Junta do Comercio, Livro 129, Consulta sobre o Requerimento de Pedro Anselmo Marchal, e sua Mulher, q pertendem estabelecer fabrica de Impreção de Muzica

Junta do Comercio, Livro 129, Consulta sobre o requerimento dos Fabricantes de Assento de Palhinha

Junta do Comercio, Livro 129, Consulta sobre pertenderem Olsen e Goodair necessaria Licença pa a sua Fabrica de Reffinar assucar e a Izenção de Direitos pa os Generos, q mandar vir de fora

Junta do Comercio, Livro 129, Consulta sobre ser Lisboa ser hum Porto Franco pa receber de Paizes Estrangeiros, e Nacionnaes, alem do Cabo da boa Esperança todos os Generos 143

Junta do Comercio, Livro 130, Consulta sobre Jacomo Ratton hum privilegio exclusivo por tempo de 10 as pa duas maquinas de sua invenção

Junta do Comercio, Livro 130, Consulta sobre o requerimento dos Fabricantes de Assento de Palhinha

Junta do Comercio, Livro 130, Consulta sobre pertender João Franco Cagniard Privilegio sobre exclusivo pa q só elle possa fabricar, e vende vassouras, e escovas de huma materia nova

Junta do Comercio, Livro 131, Consulta sobre as providencias q se devem dar pa evitar monopolio do Sal

Junta do Comercio, Livro 132, Consulta sobre pertender D. Maria Gertrudes Raimunda do Nacimto Viuva de Mel Joaqm Rebelo lhe seja remunerado o trabalho q teve com a Admam da Caza de Je Alz de Mira

Junta do Comercio; Livro 120, Consulta sobre az Representações de Manuel Jacinto da Costa, e mais credores de João Teixeira de Macedo, e de Andre de Faria Rocha, e Manoel Joaquim Rebello

Junta do Comercio; Livro 122, Consulta sobre a execução do Real Decreto expedido para o ajustamento das Contas do Cazal, e bens q ficarão por Falecinto de Joze Alvares de Mira

Junta do Comercio; Livro 122, Consulta sobre sua Magde haver por bem de ordenar que os Arbitros aprovados para a Liquidação das Contas de Jospeh Alvares de Mira formem hum Extracto das Ordenações q jugão excessiva, e despendidas pelo Caixa Joze Machado Pinto

Junta do Comercio; Livro 124, Consulta para Sua Magestade houvesse por bem que o cofre da Administração da Caza de Jozé Alvares de Mira passasse para a Cado Inspector das Contas della

Junta do Comercio; Livro 126, Consulta sobre o Requerimto do curador da Adminam da Caza de Jozé Alz de Mira pa se julgar por obrepticio, e subrepticio hum Avizo da Secretaria de Estado expedido a favor de João Pedro Mariz

Junta do Comercio; Livro 126, Consulta sobre pertender Jozé Joaqm Pereira Zagalo Izenção de Dirtos de Entrada dos Materiaes pa a sua Fabrica de Louça

Junta do Comercio; Livro 126, Consulta sobre pertenderem os Mes Fabricantes de sedas da Provincia do Minho q os seus teares, e instrumentos se-
jão izentos de Embargos, e penhoras Judiciaes

Junta do Comercio; Livro 126, Consulta sobre se concederem a Anto Al Ribro e Compa Erectores de hua Fabrica de Papel no termo de Guimes os

mesmos privilegios de q goza a Fabrica da Louzaa, e a todas as mais q se houvessem de estabelecer

Ministério do Reino, Maço 356, Caixa 476, Maçete 7.

Ministério do Reino, Maço 356.

Ministério do Reino, Maço 358, Voto do Sr D. Rodrigo de Souza Coutinho sobre sobre huma Consulta daJunta do Commercio, em que propoe o estabelecimento de Novos Impostos nos Generos importados do Brazil para este Reino, quando elles forem re-exportados para fora d'elle.

Ministério do Reino, Mç 357.

Ministério do Reino, Mç 358, Voto do Sr D. Rodrigo de Souza Coutinho para ser aliviado o Erario do grande pezo que sofre com as despesas da Marinha.

Real Mesa Censória; Caixa 123; Catálogo 1214.

Tribunal do Santo Officio, Habilitações. Letra M: Mç. 167.

Tribunal do Santo Officio, Inquisição de Lisboa, Autos cíveis, Processo 3758.

Tribunal do Santo Officio, Inquisição de Lisboa, Autos cíveis: Mç. 50.

Tribunal do Santo Officio, Inquisição de Lisboa, Autos cíveis: Mç. 51.

Tribunal do Santo Officio, Inquisição de Lisboa, Autos cíveis: Mç. 60.

Biblioteca da Imprensa Nacional-Casa da Moeda

BARTON, Benjamin Smith. Memoria sobre a Bronchocele, ou papo da America septentrional. Lisboa: Typographia Chalcographica, Typoplastica e Litteraria do Arco do Cego, 1801.

BERTHOLLET, Claude Louis, conde de. Memoria sobre a cultura da urumbeba, e sobre a criação da cochonilha. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1799.

Considerações candidas e imparciaes sobre a natureza do commercio do asucar, e importancia comparativa das ilhas britannicas, e fazendas das indias occidentaes, nas quaes se estabelece o valor, e consequencias das ilhas de Santa Luzia e Granada. Lisboa: Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800.

Cultura Americana que contem huma relação do terreno, clima, producção, e agricultura das colonias britannicas no norte da America, e nas indias occi-

dentais, com observações sobre as vantagens, e desvantagens de se estabelecer nellas, em comparação com a Grão-Bretanha e Irlanda. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1799.

DOYLE, Henry. Tractado sobre a cultura, uso, e utilidade das batatas, ou papas 'solanum tuberosum', e instrucção para a sua melhor propagação. Lisboa: Typographia Chalcographica e Litteraria do Arco do Cego, 1800.

Ensaio sobre a teoria ds torrentes e rios que contem os meios mais simples de obstar os seus estragos, de estreitar o seu leito e facilitar a sua navegação, sirga, e fluctuação. Lisboa: Officina Patriarcal de João Procopio Correa da Silva, 1800.

FULLTON, Robert. Tratado do melhoramento da navegação por canaes, onde se mostram as numerosas vantagens, que se podem tirar dos pequenos canaes, e barcos de dous até cinco pés de largo, que contenhão duas até cinco tonoledas de carga (...). Lisboa: Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800.

João Sinclair (Discurso de Abertura); Roberto Beatson (Discurso sobre a edificação de edificios ruraes); Conde de Winchelsea (Discurso sobre as Cabanas); . Discursos Apresentados à Mesa da Agricultura sobre varios objectos relativos à cultura, e melhoramento interno do Reino. Lisboa: Typographia Chalcographica e Litteraria do Arco do Cego, 1800.

PATULLO. Ensayo sobre o modo de melhorar as terras. Lisboa: Typographia Chalcographica, Typoplastica e Litteraria do Arco do Cego, 1801.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Historia nova, e completa da America, colligida de diversos autores. Lisboa: Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800.

Quinografia portugueza ou collecção de varias memorias sobre vinte e duas especies de quinas, tendentes ao seu descobrimento nos vastos dominios do Brasil, copiada de varios authores modernos, enriquecida com cinco estampas de quinas verdadeiras, quatro de falsas, e cinco de balsameiras. Lisboa: Officina de João Procopio Correa da Silva, 1799.

Real Sociedade Agraria de Turim. Discurso práctico àcerca da cultura, maceiração, e preparação do canamo, lido e aprovado pela Real Sociedade Agraria de Turim, na sessão de 8 de Maio de 1795. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1799.

TELES, Vicente Coelho de Seabra Silva. Memoria sobre a cultura do arros em Portugal, e suas conquistas . Lisboa: Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800.

THOMPSON, Benjamin, conde de Rumford. Ensayos politicos, economicos, e philosophicos. Lisboa: Typographia Chalcographica, Typoplastica e Litteraria do Arco do Cego, 1801.

VELOSO, José Mariano da Conceição. O fazendeiro do Brazil [cultivador] melhorado na economia rural dos generos já cultivados e de outros, que se podem introduzir; e nas fabricas, que lhe são proprias, segundo o melhor que se tem escrito assumpto. Lisboa: Diversos , 1798-1806.

VELOSO, José Mariano da Conceição. O fazendeiro do Brazil criador. Melhora na economia rural dos generos já cultivados, e de outros que se podem introduzir, e nas fabricas, que lhe são proprias, seungo o melhor, que se tem escrito a este assumpto. Lisboa: Typographia Chalcographica, Typoplastica e Litteraria do Arco do Cego, 1801.

Impressas

ALMEIDA, Manuel de. *Compêndio de Economia Política (1821)*. BRANDÃO. Maria de Fátima (int. dir.). Lisboa: Banco de Portugal, 1993. (Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, 6).

BENEVIDES, I. A. F. *Cartas Economico-Políticas sobre a Agricultura e Commercio da Bahia, pelo Desembargador João Rodrigues de Brito*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821.

BIELFELD, Jacob Friedrich. *Instituciones Politicas: Obra en que se trata de la Sociedad Civil; de las Leyes, de la Policia; de la Real Hacienda; del Comercio, y fuerzas de un Estado*. Trad. Cast. Don Domingo de la Torre y Mollinedo. 3 Tomos . Madrid: Imprenta de D. Gabriël Ramirez, 1767.

BRITO, Joaquim José Rodrigues de. *Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações: 1803-1805*. PEREIRA, José Esteves (int. dir.), Lisboa: Banco de Portugal, 1992. (Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, 2).

CHICHORRO, José de Abreu Bacelar. AMZALAK, Moses Bensabat (int.). *A Memória Económico-Política da Província da Estremadura*. 1a Ed. 1795. Lisboa: S/ED, 1943.

COUTINHO, D. Rodrigo de Souza. *Textos Políticos, Económicos e Financeiros (1783-1811)*. 2 vols. SILVA, Andrée Mansuy Diniz (int. dir.). Lisboa: Banco de Portugal, 1993. (Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, 7).

COUTINHO, José Joaquim de Azeredo. *Ensaio Económico sobre o comércio de Portugal e suas Colónias*. PEDREIRA, José Miguel (int. dir.). Lisboa: Banco de Portugal, 1992. (Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, 3).

GENOVESI, Antonio. *Lecciones de comerio, ó bien de Economia Civil*. Trad. Esp. Don Victorian de Villava. 3 Vols. Madrid: Imprenta de Don José Collado, 1804.

LISBOA, José da Silva. *Escritos Económicos Escolhidos: 1804-1820*. 2 vols. ALMODOVAR, António. Lisboa: Banco de Portugal, 1993. (Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, 5).

Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal e suas Conquistas (1789-1815). 5 V., CARDOSO, José Luís (int. dir.). Lisboa: Banco de Portugal, 1990. (Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, 1).

Memórias Económicas Inéditas (1780-1808). CARDOSO, José Luís (int.). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1987.

MONTCHRÉTIEN, Antoyne. *L'Economie Politique Patrionale: Traité de L'Economie Politique*. 1ª ed. 1615. Paris: Libraire Plon, 1889.

NEVES, José Acúrsio das. *Obras Completas de José Acúrsio das Neves*. 6 vols. ALMODOVAR, António; CASTRO, Armando (int.). Porto: Edições Afrontamento, S/D.

RATTON, Diogo. *Reflexões sobre a Junta do Commercio, sobre as Alfandegas, sobre os Depósitos, e sobre as Pautas por Diogo Ratton*. Lisboa: S/ Ed., 1821.

RATTON, Diogo. *Reflexões sobre Codigo Mercantil, sobre Tribunaes do Commercio e sobre Navegação Mercantil por Diogo Ratton*. Lisboa: S/Ed., 1821.

RATTON, Jacome. *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu Tempo em Portugal, Durante o Lapso de Sesenta e Tres Annos e Meio, alias de Maio de 1747 a Setembro de 1810, que Rezidio em Lisboa: Acompanhadas de Algumas Reflexões sua, para Informações de seus Próprios Filhos*. 1º Ed. Londres: D. Bryer, 1813. CARVALHO, J. M. Teixeira (int. org.) Coimbra: Imprensa da universidade, 1920.

REBELO, Manuel Joaquim. *Economia Política feita em 1795 por M.J.R.*. CASTRO, Armando (int. e dir.). Lisboa: Banco de Portugal, 1992. (Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, 4).

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: Investigação Sobre a sua Natureza e suas Causas*. 2 vols. São Paulo: Abril Cultural. 1983.

VANDELLI, Domingos. *Aritmética Política, Economia e Finanças (1770-1804)*. SERRÃO, José Vicente (int. dir.). Lisboa: Banco de Portugal, 1994. (Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, 8).

VEIGA, Manoel Luis da. *Obras de Manoel Luis da Veiga*. SLEMIAN, Andréa; CHAVES, Cláudia Maria das Graças (int. org.). São Paulo: EDUSP, 2012.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.
- ALMEIDA, Onésio. "Science During the Portuguese Maritime Discoveries: A Telling Case of Interaction Between Experiments and Theoreticians." In *Science in the Spanish and Portuguese Empires, 1500-1800*, edited by Daniela Bleichmar, Paula De Vos, Kristin Huffine and Sheehan Kevin, 78-92. Stanford: Stanford University Press, 2008.
- ALMODOVAR, António; CARDOSO, José Luís. *A History of Portuguese Economic Thought*. London; New York: Routledge, 1998.
- ALMODOVAR, António. *A Institucionalização da Economia Política Clássica em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 1995.
- AMZALAK, Moses B. *O Fisiocratismo. As Memórias Económicas da Academia e os seus Colaboradores*. Lisboa: Ed. Autor, 1922.
- AMZALAK, Moses Bensabat. *Economistas brasileiros: D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho*. Moses Bensabat Amzalak. Porto: [s.l.], 1942.
- ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. O Sentido da Colônia. Revisitando a Crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780-1830). IN: TENGARRINHA, José. *História de Portugal*. 2ª Ed. Bauru: Edusc, 2001.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. "O Brasil e a crise económica de Portugal na primeira década do século XIX". *Ler História*, n. 13, 1986.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, p. 66-78, junho/julho, 2000.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Historiografia: Teoria e Prática*. São Paulo: Alameda, 2014.
- ASPROMOURGOS, Tony. *On the Origins of Classical Economics: Distribution and Value from William Petty to Adam Smith*. London; New York: Routledge, 1996.

- ASTIAGARRA, Jesús. "Ramón de Dalas y la difusión de la fisiocracia en España". *Historia Agraria*. Murcia, v. 52, p. 75-102, Diciembre, 2010.
- ASTIAGARRAGA, Jesús; USOZ, Javier. *L'Économie Politique et la Sphère Publique dans le Débat des Lumières*. Madrid: Casa de Velázquez, 2013.
- ASTON, Trevor (org.). *Crisis en Europa: 1560-1660*. Trad. Esp. Madrid: Alianza Editorial, 1965.
- AZEVEDO, João Lúcio de . *O Marquês de Pombal e a sua época*. São Paulo: Alameda Casa editorial, 2004.
- BITAR LETAYF, Marcelo. *Economistas Espanholes del Siglo XVIII: sus ideia sobre la libertad el comercio con Indias*. Madrid: Ediciones Cultura Hispanica, 1968.
- BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XIX*. Ed. Bras. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BOHÓRQUEZ, Jesús. *Globalizar el sur. La emergencia de ciudades globales y la economía política de los imperios portugués y español: Rio de Janeiro y la Habana durante la Era de las Revoluciones*. 490 f. Tese (Doutorado em História e Civilização) - Departamento de História e Civilização, Universidade Instituto Europeu, Florença, 2015.
- BOHÓRQUEZ, Jesús. *Luces para la Economía: Libros y discursos de economía política en el Atlántico español durante la era de las revoluciones (Nueva Granada, 1780-1811)*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e História, ICANH, 2014.
- BRAGANÇA, Aníbal. "Antecedentes da Instalação Hipertadia da Tipografia ao Brasil (1747-1808)". *Floema, caderno de Teoria e História Literária*. Vitória da Conquista: Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, ano III, n. 5 A, out. 2009, pp. 113-135.
- BRAGANÇA, Aníbal. "Arco do Cego e Impressão Régia (lisboa e Rio de Janeiro): sobre rupturas e continuidades na implantação da imprensa no Brasil". *Intercim - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação: XXXI Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação*. Natal, 2 a 6 de setembro de 2008, pp. 1-17
- BURKE, Peter. *Popular Culture in Early Modern Europe*. Ne York: Harper, 1978.
- CANTARINO, Nelson Mendes. *A Razão e a Ordem: O Bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho e a Defesa Ilustrada do Antigo Regime Português (1742-1821)*. 252 f. Tese (Doutorado em História Social) - Pro-

grama de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARDOSO, José Luís. "Uma 'Notícia' Esquecida: O Ensino da Economia na Aula do Comércio. *Estudos de Economia*, Vol. V, n. 1, p. 87-101, outubro, 1984.

CARDOSO, José Luís (org.). *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.

CARDOSO, José Luís. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808*. Lisboa: Editoria Estampa, 1989.

CARDOSO, José Luís. "Economic Thought in Late Eighteenth-Century Portugal: physiocratic and Smithian influences. *History of Political Economy*. Durham, v, 22, n. 3, p. 429-441, 1990.

CARDOSO, José Luís (coord.). *Dicionário Histórico de Economistas Portugueses*. Lisboa: Temas e Debates, 2001.

CARDOSO, José Luís. "Natural Law, natural history and the foundations of political Economy". IN: DAVIS, John B. (et. Al.). *The Elgar Companion to Economics and Philosophy*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing. 2004.

CARDOSO, José Luís. "Confusion de Confusiones: ethics and option on seventeenth-century stock exchange markets". *Financial History Review*, Cambridge, v. 9, p. 109-123, 2002.

CARDOSO, José Luís. "O Liberalismo Económico na obra de José da Silva Lisboa". *História Económica & História de Empresas*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 147-164, 2002.

CARDOSO, José Luís. No Tricentenário do Tratado de Methuen: Balanço Histórico e Historiográfico. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras, 2003.

CARDOSO, José Luís; LAINS, Pedro (edit.). *Paying for the Liberal State: the Rise of Public Finance in Nineteenth-Century Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CARNEIRO, Ana; SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula. "Enlightenment Science in Portugal: The Estrangeirados and Their Communication Networks." *Social Studies of Science*, aug. 2000: 591-619.

CASSIRER, Ernst. *Filosofia de la Ilustración*. Trad. Esp. Mexico: Fondo de Cultura, 1975.

- CASTRO MONSALVE, Concepción. Campomanes, un ilustrado en el Consejo de Castilla. In: Fuentes Quintana, Enrique (org.). *Economía y Economistas Españoles*. Valência, Barcelona: Galaxia Gutenberg; Círculo de Lectores, 1999. Vol. 3 – La Ilustración, p. 257-274.
- CASTRO, Armando. *Doutrinas Económicas em Portugal (séc. XVI a XVIII)*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.
- CASTRO, Armando. *O pensamento Económico no Portugal Moderno (de Fins do Século XVIII a Começo do Século XIX)*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1980.
- CHARBIT, Yves; VIRMANI, Arundhati. "The Political Failure of an Economic Theory: Physiocracy". *Population*, Paris, v. 57, n. 6, p. 855-883, nov.-dec., 2002.
- COSTA, Palmira Fontes da; LEITÃO, Henrique. "Portuguese Imperial Science, 1450-1800: a Historiographical Review." In *Science in the Spanish and Portuguese Empires, 1500-1800*, edited by Daniela Bleichmar, Paula De Vos, Kristin Huffine and Sheehan Kevin. Stanford: Stanford University Press, 2008.
- CUSTÓDIO, Jorge. Considerações sobre Acúrsio das Neves, os melhoramentos económicos e a industrialização portuguesa. In: NEVES, José Acúrsio. *Memória sobre os Meios de Melhorar a Indústria Portuguesa Considerada nos seus Diferentes Ramos*. 3ª Ed. Lisboa: Querco, 1983.
- DANVILA Y VILLARRASA, Bernardo J. *Leciones de Economía Civil, o de El Comercio*. 1779. CERVERA FERRI, Pablo (int.). Zaragoza: Insitución Fernando el Católico (C.S.I.C), 2008.
- DEAN, Warren. "A Botânica e a Política Imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, pp. 216-228.
- DIAS, "Manuel Nunes. Os acionistas e o capital social da Companhia do Grão Pará e Maranhão (os dois momentos: o da fundação (1755-1758) e o da véspera da extinção (1776)". *Cahiers du monde hispanique et lusobrásilien*. N. 11, 1968, p. 29-52.
- DUTRA, Eliana de Freitas Dutra; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, Nação e Edição: O lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006.
- ELLIS, Myriam. O Monopólio do sal no Estado do Brasil: Contribuição ao estudo do monopólio comercial português no Brasil, durante o período colonial (1631-1801). São Paulo: Fac. Fil. Cien. Letras, 1955.

- FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: política Econômica e monarquia Ilustrada*. 2a. Ed. São Paulo: Ática, 1993.
- FALCON, Francisco José Calazans. *Despotismo Esclarecido*. São Paulo: Ática, 1986.
- FARIA, Miguel Figueira de. "A Flora Fluminense de Frei José Mariano da Conceição Veloso e gênese da Casa Literária do Arco do Cego". In: *Separata: Homenagem a Justino Mendes de Almeida*. Lisboa: ACD Editores, 2015, pp. 277-302.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru: Edusc, 2003.
- FERNÁNDEZ HIDALGO, Maria del Carmem; GARCÍA RUIPÉREZ, Mariano. *Los Ilustrados Toledanos Y la Agricultura (1748-1820)*. Toledo: Instituto Provincial de Investigaciones y Estudios Toledanos, 1996.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *As ideias estão no lugar. Cadernos de Debate: história do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1976.
- GAY, Peter. *The Enlightenment: an Interpretation – The Science of Freedom*. New York, London: W. W. Norton & Company. 1996,
- GELDERBLUM, Oscar. *Cities of Commerce. The Institutional Foundations of International Trade in the Low Countries, 1250-1650*. Princeton: Princeton University Press, 2013.
- GENOVESI, Antonio. *Lecciones de Comercio, ó Bien de Economía Civil*. Trad. Esp. Madrid: Imprenta de Don José Collado, 1804.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1977.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *História Econômica e Social da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Terra-Editora, 1947.
- GOLDMAN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia: O Que é Sociologia?*. Trad. Port. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1965.
- GOMES, Delfina Rosa da Rocha. *Accounting Change in Central Government: The institutionalization of double entry bookkeeping at the Portuguese Royal Treasury (1761-1777)*. 312 f. Tese (Doutorado em Ciências Empresariais, Especialização em Contabilidade) - Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, Braga, 2007.
- GRAFE Regina and GELDERBLUM Oscar, "The Rise and Fall of Merchant Guilds: Re-thinking the Comparative Study of Commercial Institutions

in Premodern Europe". *Journal of interdisciplinary history*, V. XL, 4, p. 477-511, 2010.

GRAY, Alexander. *The Development of Economic Doctrine: an Introductory Survey*. First Ed. 1931. London, New York, Toronto: Longmans, Green and Co., 1956.

GREIF Avner; MILGROM Paul and WEINGAST Barry, "Coordination, Commitment, and Enforcement: The Case of Merchant Guilds". *Journal of Political Economy*, V. 102, N. 4, 1994, p. 745-776

GREIF, Avner. "The Fundamental Problem of Exchange: A Research Agenda in Historical Institutional Analysis". *European Review of Economic History*, N, 4, 2000, p. 251-284.

GREIF, Avner. *Institutions and the Path to the Modern Economic. Lessons from the Medieval Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

GROENEWEGEN, Peter. *Eighteenth-century Economics: Turgot, Beccaria and Smith and their contemporaries*. London; New York: Routledge, 2002.

HAMMERSTEIN, Notker. *Epilogue: The Enlightenment*. Vol. II, in *A History of the University in Europe*, Ridder-Symoens, Hilde de (ed.). Cambridge: Cambridge university Press, 2003.

HARDEN, Alessandra Ramos de Oliveira. "Brasileiro tradutor e/ou traidor: Frei José Mariano da Conceição Veloso". *Caderno de Tradução*. Florianópolis: Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 1, n. 23, 2009, pp. 131-148.

HARDEN, Alessandra Ramos de Oliveira. "Os tradutores da Casa do Arco do Cego e a Ciências Iluminista: a conciliação pelas palavras". *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, n. 50, v. 2, jul.-dez. 2011, pp. 301-320.

HENDERSON, Willie; SAMUELS, Warren J. The etiology of Adam Smith's division of labour: alternative accounts and Smith's methodology applied to them. In: SAMUELS, Wren J.; HENDERSON, Willie; JOHNSON, Kirk D.; JOHNSON, Marianne. *Essays on The History of Economics*. London; New York: Routledge, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (apres.). *Obras de J. J. Da Cunha Azeredo Coutinho (1794-1804)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

HUME, David. *Escritos Sobre Economia*. Trad. Bras. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ISRAEL, Jonathan. *Radical Enlightenment – Philosophy and the making of modernity (1650-1750)*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

- ISRAEL, Jonathan Irvine. "Enlightenment! Which Enlightenment?" *Journal of the History of Ideas*, July 2006, p. 523-545.
- ISRAEL, Jonathan. *Enlightenment Contested: philosophy, modernity and the emancipation of man (1670-1752)*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- ISRAEL, Jonathan. *A Revolution of The Mind: Radical Enlightenment and the Intellectual Origins of Modern Democracy*. Princeton and Oxford: Princeton University Press. 2010.
- ISRAEL, Jonathan Irvine. *Democratic Enlightenment. Philosophy, Revolution and Human Rights, 1750-1900*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Trad. Port. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. Uerj, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: uma contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Port. Rio de Janeiro: Contraponto; Puc-Rio, 2006.
- LLOMBART ROSA, Vicent A.; CERVERA FERRI, Pablo. Economistas valencianos de la ilustración (1760-1800). In: Fuentes Quintana, Enrique (org.). *Economía y Economistas Españoles*. València, Barcelona: Galaxia Gutenberg; Círculo de Lectores, 1999. Vol. 3 – La Ilustración, p. 613-639.
- LLOMBART ROSA, Vicent. A. El pensamiento económico de la Ilustración en España (1730-1812). In: Fuentes Quintana, Enrique (org.). *Economía y Economistas Españoles*. València, Barcelona: Galaxia Gutenberg; Círculo de Lectores, 1999. Vol. 3 – La Ilustración, p. 7-89.
- LLUCH I MARTIN, Ernest. Escritos Aragoneses. Zaragoza: Gobierno de Aragón, Centro del Libro de Aragón, 2005.
- LLUCH, Ernest; ARGEMÍ, Lluís. "Physiocracy in Spain". *History of Political Economy*. Durham: Duke University Press, vol. 26, n. 4, 1994, p. 613-627.
- LLUCH, Ernest. "El Cameralismo más Allá del Mundo Germánico". *Revista de Economía Aplicada*, Zaragoza, v. IV, n. 10, p. 163-175, 1996.
- LLUCH, Ernest. El cameralismo en España. In: Fuentes Quintana, Enrique (org.). *Economía y Economistas Españoles*. València, Barcelona: Galaxia Gutenberg; Círculo de Lectores, 1999. Vol. 3 – La Ilustración, p. 721-728.

- LLUCH, Ernest. *Escritos Aragoneses*. Zaragoza: Gobierno de Aragón, Centro del Libro de Aragón, 2005.
- LLUCH, Ernst; ARGEMÍ DE ABADAL, Lluís. La fisiocracia en España. In: Fuentes Quintana, Enrique (org.). *Economía y Economistas Españoles*. València, Barcelona: Galaxia Gutenberg; Círculo de Lectores, 1999. Vol. 3 – La Ilustración, p. 721-728.
- LOUREIRO, Fernando Pinto. “Vida e ideias económicas de José Acúrsio das Neves, primeiro grande defensor da indústria moderna em Portugal”. *Revista do Centro de Estudos Económicos*, Lisboa, n. 16, p. 123-151, 1957.
- LUNA, Fernando J.. “Frei José Mariano da Conceição Veloso e a divulgação de técnicas industriais no Brasil colonial: discussão de alguns conceitos das ciências químicas”. *História, Ciências, Saúde - Manquinhos*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Oswaldo Cruz, v. 16, n. 1, jan-mar. 2009, pp. 145-155.
- MACEDO, Duarte Ribeiro de. Sobre a Introdução das Artes (1675). In: SÉRGIO, Antonio. *Antologia dos economistas portugueses (século XVII)*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1974, p. 203-204.
- MACEDO, Jorge Borges de. *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Associação Industrial Portuguesa, 1963.
- MACEDO, Jorge Borges de. “Estrangeirados”, um conceito a rever. *Bracara Augusta - Revista cultural da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXVIII, n. 65-66 (77-78), p. 179-202, 1974.
- MADUREIRA, Nuno Luís. *Mercado e Privilégios: a indústria portuguesa entre 1750 e 1834*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- MAGALHÃES, José Calvet de. *História do Pensamento Económico em Portugal: da Idade-Média ao Mercantilismo*. Coimbra: Coimbra Editora Ltda, 1967.
- MAGNUSSON, Lars. *Mercantilism: The shaping of an economic language*. London; New York: Routledge, 1994.
- MAGNUSSON, Lars. *The Tradition of Free Trade*. London; New York: Routledge, 2004.
- MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a ideia do Império Luso-Brasileiro. In: *Chocolate, Piratas e outros Malandros: Ensaios Tropicais*. Rio de Janeiro: Paz e terra 1999.
- MAXWELL, Kenneth. *O Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

- MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. A questão do isolacionismo português nos séculos XVII e XVIII. *Revista de História*. São Paulo: USP, n. 123-124, p. 35-70, ago/jul, 1990/1991.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elites e Poder: Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. 3a Ed. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2012.
- MONT SERRATH, Pablo Oller. *O Império Português no Atlântico: Poderio, Ajuste e Exploração (1640-1808)*. 334 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- MORAES, Rubens Borba de. *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*. Brasília: Briquet de Lemos, 2a Ed. 2006.
- MRTIN RODRIGUEZ, Manuel. Población y análisis económico en el mercantilismo español. In: Fuentes Quintana, Enrique (org.). *Economía y Economistas Españoles*. Valência, Barcelona: Galaxia Gutenberg; Círculo de Lectores, 1999. Vol. 2 – De los orígenes al mescantilismo, p. 499-521.
- NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial (Séculos XVI-XVIII)*. 1a Ed. 1794. 7a. Ed. São Paulo: Brasiliense; Campinas, SP: Unicamp. IE, 2007.
- NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6a. Ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- NOVAIS. Fernando A. A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica do fim do século XVIII. In: _____. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo, Cosacnaify, 2005. p. 61-82.
- OGILVIE, Sheilagh. *Institutions and European Trade: Merchant Guilds, 1000-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- OLIVEIRA, António Paulo Simões Dias de. Rodrigues de Brito, a Mutualidade de Serviços e o Solidarismo Krausiano. Tese de Doutoramento em Filosofia, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve, 2007.
- PAGDEN, Anthony (org.). *The Languages os Political Theory in Early-Modern Europe*. Cambridge: University Press, 1990.
- PAQUETTE, Gabriel. *Enlightenment, Governance, and Reform in Spain and its Empire, 1759-1808*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.
- PEAUCELLE, Jean-Louis. Adam Smith et les encyclopédistes observant la fabrication des épigles en Normandie. *Les Annales des Mines*. Paris, Autres Temps - Autres Lieux, p. 35-51, Septembre, 1999.

- PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa: De Pombal ao Vintismo (1755-1822) - Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social*. 640 f. Tese (Doutoramento em Sociologia) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995.
- PEDREIRA, Jorge. O 'Genio Empreendedor': Espírito de Empresa e Dificuldades Económicas no Itinerário de um Fabricante Português – Custódio Braga (1793-1832). *Penélope*, Lisboa, Quetzal Editores, Novembro de 1987, p. 68-84.
- PEDREIRA, Jorge Miguel. Agrarismo, Industrialismo, Liberalismo. Algumas Notas sobre o Pensamento Económico Português (1780-1820). In: Cardoso, José Luís (org.). *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988. p. 63-84.
- PEDREIRA, Jorge Miguel. Tratos e contratos: actividades, interesses e orientações dos investimento dos negociantes da praça de Lisboa (1755-1822). *Análise Social*. Vol XXXI, n. 136-137, 1996, p. 355-379.
- PEDROSA, Alcino. "M. J. R. Um economista português em finais do sec. XVIII" In: *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*. CARDOSO, José Luís (org.) Lisboa: Dom Quixote, 1988, pp. 51-62.
- PERDICES BIAS, Luis. Agronomía y fisiocracia en la obra de Pablo de Olavide. In: Fuentes Quintana, Enrique (org.). *Economía y Economistas Españoles*. Valência, Barcelona: Galaxia Gutenberg; Círculo de Lectores, 1999. Vol. 3 – La Ilustración, p. 275-302.
- PERDICES BIAS, Luis. El Florecimiento de la economía aplicada en España: arbitristas y proyectistas (siglos XVI, XVII Y XVIII). In: Fuentes Quintana, Enrique (org.). *Economía y Economistas Españoles*. Valência, Barcelona: Galaxia Gutenberg; Círculo de Lectores, 1999. Vol. 2 – De los orígenes al mescantilismo, p. 451-498.
- PEREIRA, José Esteves. *O Pensamento Político em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- PEREIRA, Miriam Halpern ; FERREIRA, Maria de Fatima Sá de Melo; SERRA, João B. (coord.). *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX - Comunicações ao Colóquio organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, 1981*. Lisboa: Sá da Costa Editores, 1982.
- PEREIRA, Miriam Halpern. "Atitudes políticas e relações económicas internacionais na primeira metade do século XIX em Portugal". *Ler História*, n. 10, 1987, pp. 53-73.

- PETTY, William. *Obras Econômicas*. Trad. Bras. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- QUESNAY, François. *Quadro Econômico dos Fisiocratas*. Trad. Bras. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- RICHTER, Melin. "Reconstructing the History of Political Languages: Pocock, Skinner and the Geschichtliche Grundbegriffe. *History and Theory*. Middletown, 29, 1, pp. 38-70
- RISKIN, Jessica. "The 'Spirit of System' and the Fortunes of Physiocracy". *History of Political Economy*, Durham, v. 35, Annual Supplement, p. 42-73, 2003.
- ROBBINS, Lord. *The Theory of Economic Development in the History of Economic Thought*. 2nd. Ed., London; Basingstoke: Macmillan and Co LTD., 1970.
- ROBERT, Wegner. "Livros do Arco do Cego no Brasil colonial". *História, Ciências, Saúde - Manquinhos*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Oswaldo Cruz, vol 11, suplemento 1, 2004, pp. 131-40.
- ROCHA, Antonio Penalves. *A Economia Política na Sociedade Escravista – Um estudo dos textos econômicos de Cairu*. São Paulo: Hucitec. 1996.
- ROCHA, Antonio Penalves. A Economia Política na Desagregação do Império Português. In: CARDOSO, José Luís (coord.). *A Economia Política e os Dilemas do Império Luso-Brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: CNCDP, 2001.
- ROBERTSON, John. "Enlightenment, Public Sphere and Political Economy". In: ASTIGARRAGA, Jesús; USOZ, Javier (eds.). *L'Économie Politique et la Sphère Publique dans le Débat des Lumières*. Madrid: Casa de Velázquez, 2013. p. 9-32.
- ROCHA, Antonio Penalves. *A Recolonização do Brasil pelas Cortes*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- ROTHBARD, Murray N. *Classical Economics*. Auburn: Ludwig von Mises Institute; Edward Elgar Publishing Ltd, 2006. (An Austrian Perspective on the History of Economic Thought, 2)
- ROTHBARD, Murray N. *Economic Thought Before Adam Smith*. Auburn: Ludwig von Mises Institute; Edward Elgar Publishing Ltd, 2006. (An Austrian Perspective on the History of Economic Thought, 1)
- SANCHEZ HORMIGO, Alfonso; MALO GUILLÉN, José Luis; BLANCO DOMINGO, Luis. La cátedra de Economía Civil y Comercio de la Real Sociedad Económica Aragonesa de Amigos del País (1784-1846). Zaragoza:

IberCaja, Obra Social y Cultural, Real Sociedad Económica Aragonesa de Amigos del País, 2003.

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos. FIORI, Marlon Marcel. CAMPOS, Rafael Dias da Silva. "A Calcografia do Arco do Cego e a disseminação de saberes no Império português no final do século XVIII e início do século XIX". *Confluenze*. Bologna: Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne, Università di Bologna. vol. 6, n. 1, 2014, pp. 48-60.

SANTOS, Renata; RIBEIRO, Marcus Venicio; LYRA, Maria de Lourdes Vianna (orgs.). *O Acervo Iconográfico da Biblioteca Nacional: estudo de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Fundação biblioteca Nacional, 2010.

SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. *O Palácio de Queluz e o Mundo Ultramarino: Circuitos Ilustrados (Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803)*. Tese de Doutorado em História Social, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História - Universidade Federal Fluminense, 2013.

SCHUMPETER, Joseph A. *História da Análise Econômica*. Trad. Bras. Rio de Janeiro; São Paulo; Lisboa: Editora Fundo de Cultura, 1964. Vol. I.

SCHWARTZ, Pedro. 'The Wealth of Nations' censored: early translations in Spain. In: MURPHY, Antoin E.; PRENDERGAST, Renee (eds.). *Contributions to the History of Economic Thought: Essays in honour of R. D. C. Black*. London; New York: Routledge, 2000.

SÉRGIO, António. "O reino cadaveroso ou o problema da cultura de Portugal." *Ensaio*, 1957.

SILVA, Ana Rosa Clotet da. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português – 1750-1822*. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2006.

SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. Doutoramento em História e Filosofia das Ciências, Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, 2015.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Silvestre Pinheiro Ferreira: Ideologia e Teoria*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1975.

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Maquinações da Razão Discreta: Operação Historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

- SKINNER, Andrew S. Adam Smith: an Historical perspective on 'The Wealth of Nations'. In: MURPHY, Antoin E.; PRENDERGAST, Renee (eds.). *Contributions to the History of Economic Thought: Essays in honour of R. D. C. Black*. London; New York: Routledge, 2000.
- SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do Liberalismo*. Trad. Bras. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- SKINNER, Quentin. *Visions of Politics*. Vol. 1 – Regarding Method. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- SKINNER, Quentin. *Visions of Politics*. Vol. 3 – Hobbes and Civil Science. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua Natureza e suas Causas*. Trad. Bras. 2 Vols. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- TAYLOR, Charles. *A era Secular*. Lisboa: Instituto Piaget. 2012.
- THÉRÉ, Christine. Economic Publishing and authors, 1566-1789. In: *History of French Political Economy: from Bodin to Walras*. London; New York: Routledge, 1998.
- TORRES, José Veiga. "Da Repressão Religiosa para a Promoção Social: A inquisição como instância legitimadora da promoção social da burguesia mercantil". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 40, Outubro de 1994. p. 109-135.
- USIZ OTAL, Javier. El Pensamiento económico de la Ilustracion aragonesa. In: Fuentes Quintana, Enrique (org.). *Economía y Economistas Españoles*. Valência, Barcelona: Galaxia Gutenberg; Círculo de Lectores, 1999. Vol. 3 – La Ilustración, p. 583-606.
- VAZ, Francisco António Lourenço. "A difusão das ideias económicas de António Genovesi em Portugal". *Revista de História e Teoria das Ideias*, Lisboa, v. XI, p. 553-576, 1999.
- VERALDO, Ivana. "O Comércio de Impressos na Capitania de São Paulo (1797-1802): uma estratégia civilizadora e educativa". *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 18, jun. 2005, pp. 10-18.
- VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. Tese de Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, 1999.
- WEHLING, Arno. *Pensamento Agrário no Final do Século XVIII – A questão das novas culturas no sul do Brasil (1769-1808)*. Tese (Doutorado em

História) - Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo 1972.

WINCH, Donald. A very amusing book about old times. In: MURPHY, Antoin E.; PRENDERGAST, Renee (eds.). *Contributions to the History of Economic Thought: Essays in honour of R. D. C. Black*. London; New York: Routledge, 2000.

ANEXO

Biblioteca de Manuel Joaquim Rebelo em 1769

Foi mantida a grafia original do documento

ANTT; REAL MESA CENSÓRIA; CAIXA 123; CATÁLOGO 1214

Catalogo fiel e verdadeiro de todos os livros

impressos Portugueses, Latinos Francezes Inglezes Italiano, e Hespanhoes, que são do

Uzo de João Gonçalves Rebello e de Manoel Joaquim Rebello Seu filho, homê de negocio morado-

res na Rua Augusta, destribuido alfabeticamente nas Suas classes conforme a determinação

da Real Mesa Censoria, em observancia do Regio edital de 10 de julho do presente anno

Primeira Classe,, Theologia

Folio

Autores	Titulo das Obras	Impressão	Nome do Impressor	Datta	Vol.
Arolam	Concordantia mayores Sacra Biblia	Lugdumi	Griphium	1551	1

Imprenta de la Cauza

Soror m. Jesus de Agreda	Mistica Ciudad de Dios	Madrid	de La Vem. Ma.	1744	3
Mora	Enigma Numerico predicable	Lisboa	Pedro Ferreira	1718	1
Wigandt	Tribunal Confessoriorum	Venetis	Pezzana	1754	1
				Voles.	6

Em Quarto

Aspicueta	Enchiridion Sive Manuale Confessarurum	Lugduni	Buisson	1592	1
Pe. Balthezar da Encarnaça	Espeho espiritual	Lisboa	Manescal	1759	1
Ditto	Despertador espiritual	ditta	Ditto	1758	1
S. Fran. Co . De Sales	Introdução a vida devota	ditta	Armeno	1758	1
Dv. João Evangelista	Sermões	ditta	Manescal	1743	1
João Bap ta de Castro	Vida de Jesus christo	ditta	Ditto	1766	1
Sarraga	Promptuario de la Theologia Moral	ditta	Jose Lopes Ferr a	1714	1
Pereyra	Tentativa Theologica	ditta	Miguel Roiz	1766	1
Rodrigues	Summa de Cazos de Conciencia	Salamanca	Cussio	1603	1

Sipti V jussu et aliorum Pontif	Biblia Sacra Vulgata editioris	Colonia	Mertzenich	1609	1	213
---------------------------------	--------------------------------	---------	------------	------	---	-----

Ximenes	Triunfo da Religião Catholica	Lisboa	Gabram	1752	1
				voles.	11
Em oitavo e dozavo					
Archeveque de Besançon	Instructions chritienes	Treves	Societe des Librairs	1740	1
Pe. Conciencia	Novenas pa. as principaes destas de N. Sra	Lisboa	Manescal	1758	2
Carlos de Vale Carvo.	Horas Portuguezas	ditta	Dom Gbre.		1
Domor. Jose Luzitano	Vozes despertadoras	ditta	Francisco Borjes	1763	1
Francisco de Castro	Reformação Christão	ditta	Filipe		1
Goret	Sainte Bible Traduite Selon les terté	Cologne		1753	6
Fr. Jose Dias Bento	Monte Libano Mystico	Lisboa	Dom Gbre.	1737	2
Kempis	Imitação de christo	ditta	Joaquiniana	1739	1
Krzesimowski	Viator Christianus in patriam tendens	Venetis	Balheoriana	1755	1
D Mel. Caetano de Souza	Cenaculo Mistico	Lisboa	Manescal	1759	1
Cardinal de Noailhes	Heures Latines eFrançoises	Pariz	Herissant	1746	1
Fr. Pedro deSta. Clara	Alma Solitaria ePeregrina	Lisboa	Manescal	1759	1
Sub. Paulo ,, et aliis Contif	Sacrosantam e Qcumericum concilium Tridentinum	Venetis	Balheoriana	1747	1
Ex. C. Fredentini Decreto	Breviarium Romanum	ditta	Ditta	1755	1
D.	Hora Diurnae	ditta	Ditta	1755	1
D.	Officium Hebdomada Sancta	ditta	Ditta	1755	1
	Officium B M. Virginis		Perlini	1744	1
D. Thomas Boqueman	Combatte espiritual	Lisboa	Jose Phelipe	1761	1
				Voles	26

Adiante SeSegue

Livros Anonimos Pertencentés aprimeira Classe					
	Titulo das Obras	Impressão	Nome do Impressor	Datta	Vol.
Em oitavo					
	Dictionaire deTheologie Portatif tire des meilleurs Autheurs	Pariz	Didot e autres	1756	1
Segunda Classe Jurisprudencia					
Folio					
Authores	Titulo das Obras	Impressão	Nome do Impressor	Datta	Vol.
					214

Castro	Repertório das Ordenações do Reyno	Lisboa	Craesbceck	1623	1
Vanguerve	Pratica Judicial	ditta	Jose Lopes Ferra.	1740	1
					2
	Em Quarto				
Payva ePenna	Orphanologia Pratica	Lisboa	Jose Lopes Ferra.	1718	1
	Terceira Classe Filosofia				
	Em Oitavo				
Autores	Titulo das Obras	Impressão	Nome do Impressor	Datta	Vol.
Nolet	Leçones de Phisque experimentalle	Pariz	Guerim	1764	6
No.	Recherches des Phenomenes Electriques	Do.	Do.	1763	3
					9
	Quarta Classe Mathematica				
	Folio				
Autores	Titulo das Obras	Impressão	Nome do Impressor	Datta	Vol.
Lalande	Astronomie	Pariz	Dessaint jeSainllant	1764	2
	Em Quarto				
Cardozo Siqra.	Thezouro dePrudentes	Evora	DaUniverside.	1700	1
Lalande	Connaissance des Mouvemens Celestes	Pariz	ImprimerieRoyal	1761	1
Nicolle	Geographie Moderne	Pariz	Herisiant	1764	2
Puig	Arithmetica especulativa	Barcelona		1672	1
Vorgien	Disctionaire Geographique portatif	Pariz	Didot	1757	1
Vignole	Regles d'Architetur	Pariz	Bonnart	1665	1
	Quinta Classe Medecina				6
	Folio				
Autores	Titulo das Obras	Impressão	Nome do Impressor	Datta	Vol.
Coelho	Pharmacopeia Tubalence	Roma	Genedini	1740	2
Curvo	Atalaya da vida	Lisboa	Ferreyreciana	1720	1
Do.	Polyanthea Medicinal	Dto.	Galvam	1727	1
Diocorides Ilustrado p. Lag	Acerca de la Materia Medicinal	Valencia	Sorolla	1636	1
Fonla. Hes. Mirandella	Medicina PraticaLuzitana	Amstam.	Miguel Dias	1731	1
Sans de Dios eGuadalupe	Medicina Pratica	Madrid	Harra	1756	1
					7

Em Quarto					
Fonla. Hes. Mirandella	Ancora Medicinal	Lisboa	B. Ant. De Olisra	1734	1
Gendron	Tratado da Conservação da Saude dos Povos	Cariz	Guinciny	1757	1
					2

Livros Anonimos pertencentes a Quinta Classe					
Titulo das Obras	Impressão	Nome do Impressor	Datta	Vol.	
Em oitavo					
Dictionaire portatif Lante tire des meilleurs auteurs	Pariz	Vincent	1761	2	
Le Medecine e chirurgia des Pauvres	Pariz	Comp. des Libraries	1758	1	
				3	

Sexta Classe História						
Folio						
Autores	Titulo das Obras	Impressão	Nome do Impressor	Datta	Vol.	
Fr. Apolinario de Concam.	Piquenos na terra grdes. No Ceo	Lisboa	Da Muzica	1731	1	
Alexe. Caetan Tornes	Lorena Prefreguida e Exaltada	Lisboa	Bernardo Anto.		1	
Barboza Machado	Memorias pa. a Historia dos Reys Sebastiãos	Ditta	Silviana	1747	2	
Damião de Goes	Chronica do Rey D. Maniel	Ditta	Manescal	1749	1	
Conde de Ericeyra	Retrato de Mel. De Haria e Souza	Ditta	Ferreyriana	1731	1	
Ditto	Historia de Tangere	Ditta	Do,	1732	1	
Taria e Souza	Azia Portugueza	Ditta	Hevalte. De o Luvro.	1666	1	
Ditto	Historia del Reyno de Portugal	Arvers	Verdasun	1730	1	
Pe. Franco. De Sta. Maria	Anno Historico	Lisboa	Domos. Gbres.	1744	3	
Franco. Leitão Ferra.	Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra	Lisboa	Jose Anto. deSa	1729	1	
Fernão Mendes Pynto	Peregrinação	Da.	Ferreyriana	1725	1	
Fr. He deSto. Antonio	Chronica dos Eremitas da Serra de Ossa	Lisboa	Franco. daSilva	1732	2	
Fr. Jose deSta. Anna	Chronica dos Carmelitas	Da.	Gabram	1751	1	
Macedo	Eva e Ave	Da.	Pascoal daSa.	1716	1	
D.	Hores de Hespanha excelencias de Portugal	Coimbra	Anto. Symoes Ferra.	1737	1	
Manoel de Menezes	Chronica do Rey D Sebastiam	Lisboa	Ferreyriana	1730	1	
Fr. Manoel daRocha	Portugal Renascido	Da.	Jose Anto. daSa	1730	1	216

Moreri	Dictionaire Historique	Pariz	Coigrard	1712	5	
Pineda	Monarchia Ecclesiastica 3a. Ede.	Barcelona	Her. Morgte.	1620	1	
Rezende	Chronica do Rey D. João II	Lixa.	Mel. daSa.	1752	1	
Ribadeneyra	Vida de los Santos 1a. Ede.	Barcelona	Sebam. Cormelas	1623	1	
Rouyaumont	Histoire du vieux, enouveau testament, avec Figures	Pariz	Berton, e autres	1752	1	
					30	
Em quarto						
D. Anto. Caetano de Souza	Memorias Historicas e Chronologicas dos Grdes. De Portug.	Lisboa	Sylvianna	1753	1	
Alessandro Brandano	Historia de Portugallo	Venetia	Bagliori	1689	2	
Amador Patricio	Historia das Antiguidades de Evora	Evora	da Universide.	1739	1	
Fr. Balthazar da Vitoria	Theatro de Los Diozes	Barcelona	J. P. Marti	1707	3	
Cristoval lozano	Los Reyes Nuevos de Toledo	Madrid	Infancon	1696	1	
D. A. S Fa. Castro	Politica Moral e Civil	Lisboa	Ameno	1749a54	6	
Lourenço Martines	Cronicon de Cristiano	Pamplona	Joaqum. Jose Martines	1721	1	
Mariz	Dialogos de Varia Historia de Portugal	Lisboa	Manoel deSylia	1749	2	
Mel. Antonio Monteiro	Antiguidades de Lixa. E la pte.	Do.	Mel. Soares	1753	1	
Fr. Manoel dos Anjos	Historia Universal	Coimbra	Maniel Dias	1652	1	
					19	
Em oitavo e dozavo						
Bervilhe	Histoire de Pierre Ferail	Pariz	Hansi	1757	1	
Cezar	Comentaires François e Latin	Do.	DeSaint Cant	1768	2	
Crevier	Histoire des Empecurs depus Augo. Jusquia Constant	Do.	Do.	1763	12	
Damião Geneto e Sa.	Historia Cronologica dos Papas Reys	Lisboa	Anto. Vicente daSa.	1759	1	
Estevanillo Gonzales	Via e hechos del mismo	Madrid	Juan Sanz		1	
Francisco Pompey	Panthum Miticum	Fracfort	Ronnagel	1738	1	
Galland	Cortes Arabes	Pariz	Compagnie des Libraim	1745	6	
G Mazio Anto. Da Sa.	Suplemento a Historia cronologica dos Papas	Lisboa	Manescal	1741	2	
Jean Nicoleis	Remarques Sur Les avantages, e desavantages du comerce de La G. Bertagne, e France	Dresde		1754	1	
Jacinto Freyre de Andr.	Vida de S. João de Castro	Pariz	Bernardel Dubeux	1759	1	
Laumbre	Histoire des Revolutions de La Ryssie	D.	J. J. Herissant	1760	1	
Motte Fenelon	Aventures de Telemaque	Londres	John Hofhout	1757	2	217

					31
Continua a Sexta Classe ,, História Em oitavo e dozavo					
Autores	Titulo das Obras	Impressão	Nome do Impressor	Datta vem	Vol.
Petili deSa Croix	Contes Persans	Pariz	Compagnie des Librair	1766	5
G Curtius	D Rebus Alexandri Magni	Venetis	Bartoli	1725	1
Pelison	Histoire De Louis XIV depuis La Mont du Cardinal Mozarim jus qui a La paix de Nimegese	Pariz	Rolimfils	1749	3
Huche	Histoire du Ciel au Son Recherche L'origine de L'idolatrie, e Les meprises de La Philosophie	Amstam.	Ican Neaume	1759	2
Rolim	Histoire Romaine depuis la fondation de Rome jurquia la Bataille d'Actium. Lendes completes par Crevier	Pariz	Etience	1740 a 54	16
Vertot	Revolutions de Portugal	Haye	Perre Irofre Jun.	1755	1

59

Livros Anonymos Pertencentes a Sexta Classe,,					
Titulo das Obras - Alfabeticamente		Impressão	Nome do Impressor	Datta	Vol.
Abrege chronologique de L'histoire ecclesiastique		Pariz	J. J. Herissant	1757	2
Anecdotes du Regne de Purre premier dit LeGrand Czar de Moncovre contenant l'histoire d'Eridochia Federovina, Sa disgrace du Prince Mencikori				1745	1
Annalles Romaine au Abrege chronologique de L'histoire Romaine depuis La fondation de Rome jusqui aux Empereurs		Pariz	J. J. Herissant	1756	1
Bibliotheque de Literature, e d'histoire, au choix de meilleur mor- ceux tire des Ana		lite	J. B. Henry	1765	2
Histoire du Prince Eugene		Vienne	Brisfaut	1755	5
Histoire Moderne des Chinois, Japonnois, Indiens, Persons Turcas Russienes poux Servize de Suite a l'Histoire Anciene de Rollin		Pariz	Dessaint Saillont	1755	12
Histoire chinoise de Haukiou choan traduit de L'Anglois		Lyon	Benoit duplain	1766	2
Memoires du Regne de Catherine Imperatrice deLouter des Russies		Amstam.	Arketre Merkus	1742	1

26

Autores	Titulos das Obras	Impressão	Nome do Impressor	Datta	Vol.
	Folio				
Bento Pereyra	Prozodia Faltalhe aprimra. Folha				1
Boyers	The Royal Dictionary French y English	London	hn Boterton and othre:	1752	2
Geraudia L'ainè	La Banque tendri facile aup nations de L'Europe	Geneve	Chez L'auteur	1756	1
Pe. Jose Marques	Dictionario Portugues e Francez 2a. Edição	Lisboa	Jose daCosta coimbra	1758	1
Do.	Dictionario Portugues e Francez 2	Lisboa	Ameno	1764	1
Liger	Nouvelle Maison Rustique	Pariz	La Neuve Davoy	1768	2
La Rüe	Bibliotheque des Jeunes Negotiants	Lyon	Reguilliat	1758	2
Oldenburgh	Calculations of foreign exchange	London	for Several	1756	1
Portlethwayt	The Universal Dictionary of trade and Commerce	London	John Knapton	1757	3
Pitity	Enciclopedie Elementaire	Pariz	Herissamt y fils	1767	3
Guintinye	Instruction pour la Jardins	Pariz	LaCompe. desLibrairs	1746	2
Savary	Dictionaire Universel du Commerce	Pariz	La veuve Etienne	1748	3
Ditto	Le Portait Negotiant	Pariz	Les Freres Etienne	1747	2
Veroni	Dictionaire François e Italien et Italieneet Francois	Pariz	LaCompe. desLibrairs	1749	2
					26
	Em Quarto				
Antonio Glamais	Classe nueva pa. aprender La Lengoa a Franceza	Madrid	Gabirel Ramires	1748	1
Pe. Conciencia	Mocidade emganada e dezenganada	Lisboa	Sylvianna	1766	6
Cristoval Lozano	Novellas exemplares	Madrid	Herederor de Arztia	1741	1
Jacynto Onofre	Theatro Critico Universal abreviado de Feijô	Lisboa	Antonio daS.	1748	2
Jose Boreas de Ap.	Discursos da Ingnorancia	Lisboa	Miguel Raoiz	1740	2
Juan Frz Abarca	Qualidades de un bueno Secretario	Lisboa	Craesbeeck	1618	1
Juana Inez	Obras Poeticas	Barcellona	JoseSpies		1
Pe. Lyma	Gramatica Italiana	Lisboa	Jose daCostaCoimbra	1756	1
Do.	Gramatica Franceza	Lisboa	Do.	1756	1
Madureyra	Orthographia	Coimbra	Luiz Secco Ferra.	1739	1
Manoel Jose dePayva	Governo do mundo em Seis	Lisboa	Dom Roiz	1751	2
Mathias Ayres Tamor	Reflexois Sobre a Vaidade dos homès	Lisboa	Ameno	1752	1
Maria de Zayas	Novellas exemplares	Madrid	Padilha	1729	1
Oven	Agudezas traduzidas pa. :a torre	Do.	Blaz deVilaNueva	1748	1
					219

Pona	Manejo Real de Cavalaria	Lisboa	Ameno	1762	1
Pe. Reys	Imagens Conceptuozas, traduzidas p Cariae	Do.	Da Muzica	1731	2
Supico	Coleção moral de Apothegmas	Coimbra	Franco. De Olivra.	1761	2
					27
Em oitavo, e dozavo					
Ange G	L'Aventurier François	Amstam.	Etienne Roger	1746	1
Account	Ouvres de Theatre	Pariz	Librairs associais	1760	12
Barreme	Fraitè des paties doubles	Pariz	Nyon	1721	1
Bocage	Recueil des Ouvres de La ditte	Lyon	Frases Perisse	1762	3
Barreto	Eneida Portugueza	Lisboa	Anto. Vict. DaSa.	1763	2
Boursault	Oeuvres de Theatre	Pariz	Comp. DeSilvairs	1744	3
Costodio Jesam Baratta	Recreção Proveytoza	Lisboa	Galram	1729	2
Camois	Obras Poeticas	Pariz	Bornadel Dubleuz	1759	3
Cramer	Elements deDocimartique traduit duLatin	Pariz	Briassom	1755	4
L'Abée Charvel	Le Rethorique du Savans pieces chivisies	Pariz	Saillant	1767	1
Cervantes Saavedra	Nouvelles exemplaires traduites de L'Hespagnol	Lousane	Marc. Mic Bouquet	1759	2
					34
Adiante SeSegue					

Continua a Setima Classe, Bellas Letras, Em oitavo

Autores	Titulos das Obras	Impressão	Nome do Impressor	Datta vem	Vol.
					34
Crebillon	Oeuvres detheatre	Pariz	LaNv. Gandouin	1754	3
D. Dorothea Engracia Vo.	Maximas de Vertude Formozura	Lisboa	Manescal	1752	1
De Jean	Traite Raisonne de La distillation	Pariz	Nyon e autres	1759	1
Destouches	Oeuvres deTheatre epoezie	Haye	Beny. Gibert	1754	5
Esope	Fables avec figures	Pariz	Cavelier	1763	2
Franco. Jose Freyre	Arte Poetica	Lisboa	Ameno	1759	2
Gourlayde Reralio	Traducteus des Reglimens di L'infanterie duRey DePrus.	Berline	Pariz, Les freres Esiena	1757	2
Grande Chancel	Oeuvres deTheathre	Pariz	Librarirs associes	1758	5
Gaïpt de Pitaval	L'ant d'orner l'Espirit en L'Omusant	Pariz	Briasson	1738	2
Goldoni	Novo teatro comico	Bologna	Givolamo Corciolani	1763	23
					220

Jose Marques Soares	Divertimento de estudioza	Lisboa	Domingos Sb.	1750	2
Liger	Culturas passaite des Jardins	Pariz	Saugrian	1743	1
Lambert Marquise	Oeuvres de La ditte	Amstam.	Librarirs associes	1750	1
Lamy	La Rethorique, ou L'ant deparder	Pariz	Briasson	1741	1
Luis de Torres Saynma	Avizos do Ceo Sucessos de Portugal	Lisboa	Mel. Anto. Montro.	1761	2
Moliere	Oeuvres de theathre	Pariz	Nyon	1760	8
Metestavio	Oeuvres de Theathre traduites en François	Vienne		1751	12
Mortimer	Agriculture Complete traduite da L 'Anglois	Pariz	Saugrain de Jeune	1765	4
Oxenstrin Comyete	Pensès	Haye	Juan Von Durem	1764	2
Pluche	Le Spetale de A naturna	Pariz	Lav. Etienne	1749a1752	8
Puy	Instruction d'u Pere a Sasille tire se L 'écriture	Nancy	N. Baltazar	1722	1
Philaethe	Litres a morenas jur jon prerteni abregè de llis- toure Ecclesiastique	Liege	Philipe Frame	1755	1
Pierre Corneille	Oeuvres de Theatre	Pariz	Durand	1758	10
P. V.	Regia Pornossy	Bezani	Remondini	1746	1
J B. Rousseau	Oeuvres de theatre e Piesie	Amsterdam	Marc MichelRoy	1759	3
J J Rousseau	Pensès	Ditto	Panckouke	1766	2
Racine	Oeuvres deTheatre	Pariz	Damonneville	1760	3
Regnard	Oeuvres deTheatre	Pariz	La Compaigne	1758	4
Sautel	Lusris Poetici Allegorici	Parisiis	Jose Baboa	1754	1
Tasso Padre	Amadigi Poema	Bergamo	Pictro Lanceloti	1755	4
Tasso Figlio	L'Aminta. François e Italien	Pariz	Nyon fila	1764	1
D. D.	Gerusalem Liberata. Poema	Avignon	Chabeau	1764	2
T Cormille	Oeuvres de Theatre	Pariz	Durand	1758	9
Vallemont	Curiositis deLa Nature, Del'ant	Pariz	Laurent Durant	1753	2
Voltaire	Oeuvres de Theatre	Amstam.	Richof	1762	5
Virgilli	Escloga Georgica et Eneidos	Leipzig	Woddmanniana		1
Velasco	Tratado das Evoluções Militares	Lisboa	Ameno	1761	1
Zavalleta	Errores Celebrados de La Antiguidade	Lixa.	Dos. Carnro.	1665	1
					173

Livros Anonimos Pertencentes a Setima Classe

Em Quarto

Titulos das Obras Alfabeticamente

	Impressão	Nome do Impressor	Datta	Vol.
Retrato dos Jezuitas Recopiado de Varios Authores	Lisboa	Miguel Roiz	1761	1
Em oitavo e dozavo				
Amusement des Dames au Recitteill d'Histoires gallantes	Haye	Pierre Paypie	1740	7
Enciclopedia Portatif.	Priz	Vicent	1756	2
Estude Convenable aux Dimoiselles	Pariz	Nyon	1762	2
English and Portugueses Gramar	London	Fayram	1731	1
Elite de Bons Mets, e pensès choises 2 pasties	Amstm.	Jaques de Bordees	1725	1
Hora de Recreio	Lisboa	Bto. Anto. De Olivra.	1754	1
Interest des nations de l'Europe	Pariz	Dessains	1751	1
Instrução de Pincipes Sobre a politica da PP. Jesuitas	Lisboa		1760	1
Nouveau traite de Civilité	Pariz	Durand	1751	1
Nouveau Secrementaire de Cabinet centernant letres Jur diferins Sujests	Amstam.	Prerre Paupire		1
Operation des Changes	Lyon	Bessiat e autres	1765	1
Ovidies Epistles By Sveral Hands	London	Jthonsen and Others	1720	1
Reflexois de hum Portuguez Sobre o Memorial apresentado plos. P.P. Jezuitas			1759	1
Secrets Concernant les Arts, Metier	Bruxeles	Librais Associès	1766	2
Theatro Comico Portuguez	Lisboa	Ameno	1759	4
La Veritable Politique e nFrançois e Italian	Hrasbourg			1

Manuscripto

Henriquida Poema Heroico pello Conde d Ericeira

D. Francisco Xer. De Menezes

Em Duarte

31

1

Rezumo total dos Volumes conthe

udos neste Catalogo

Em Folio

6

Em Quarto

11

Primeyra Classe

Em oitavo

26

Anonymos em oitavo

1

Segunda Classe	Em Folio	2
	Em Quarto	1
Terceira Classe	Em oitavo	9
Quarta Classe	Em Folio	2
	Em Quarto	1
	Em oitavo	6
Quinta Classe	Em folio	7
	em Quarto	2
	Anonymos em oitavo	
Sexta Classe	Em Folio	3
	Em Quarto	19
	Em Oitavo	59
	Anonimos em Oitavo	26
	Em folio	26
	Em Quarto	27
	em oitavo	173
	Anonymos em Quarto	1
	em oitavo	31
Manuscrito	Em Quarto	1
	Somma Total	
Cujos Sometto a Real Censura, advertindo que aquella Colunas, que se não acharem cheyas com as datas, ou eras, e com os nomes das Impressões, he por. Que os mesmos livros não tem, item falta o numero das edições pr. Que os impressores Francezres so contentão com por nova edição. Lisboa 14 de Novembro de 1769,,		